

© *Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.*

© *All rights reserved.*

ARMANDO MARTINS JANEIRA

FIGURAS DE SILÊNCIO
A TRADIÇÃO CULTURAL PORTUGUESA NO JAPÃO DE HOJE

1981

AOS GRANDES PORTUGUESES DO JAPÃO
Intérpretes da Civilização do Ocidente

– Ao Pedro e à Beatriz, que no Japão pela primeira vez foram à escola, onde aprenderam estranhas canções de infância, enquanto eu lhes ensinava cantigas da nossa terra trasmontana – esta lembrança de anos muito felizes da nossa vida familiar;

– À Ingrid, que, pela sua compreensão da vida japonesa – aprendendo a arte das flores, ikebana, do chá, cha-no-yu, da pintura a tinta-da-china, sumi-e, da aspiração do incenso, kô, da dança clássica japonesa, juta-mai –, tanto me ajudou a penetrar no ambiente japonês e a ganhar a amizade dos Japoneses;

– Ao Paulouro, ao Rui e ao Midorikawa, comigo obreiros anónimos de uma obra que nos ultrapassa e que na pedra e no bronze levará ao futuro o nome de Portugal;

– À memória saudosa de João Abranches Pinto, que no Japão viveu meio século a enaltecer o lustre do seu país;

– Aos cinco Companheiros sem os quais não teria sido ganha esta cruzada

– entrego este livro, escrito com amor.

ÍNDICE

Prefácio	5
Confissão, a servir de intróito	7

PARTE I

O PASSADO E O PRESENTE

1. Encontro	12
2. Actualização do Passado	17
3. Os Portugueses na pintura japonesa	22
4. Temas portugueses na cultura japonesa de hoje: a) Influência ocidental na cultura japonesa actual; b) Temas portugueses no romance, no teatro, no cinema, na dança e noutras artes tradicionais japonesas	29
5. Evocação das glórias do passado: Portugal na Exposição Mundial de Osaca	43

PARTE II

AS CIDADES

6. A pequena ilha japonesa onde os «Bárbaros» Portugueses aportaram a primeira vez	49
7. Maus começos do cristianismo no Japão	61
8. Uma segunda Sodoma	65
9. A cidade do chá e da cruz	69
10. Os «Bárbaros» em Quioto, capital imperial e uma das mais famosas cidades do mundo	76
11. Primeiros êxitos do cristianismo no Japão	85
12. Oita, a cidade onde existem mais evocações portuguesas	88
13. Uma cidade assassinada	90

14. Pérolas verdes do mar japonês	95
15. Quando os Portugueses fundaram a cidade de Nagasáqui	98
16. Martírio branco	106
17. Kobe e o primeiro cônsul português no Japão	108
18. A cidade onde alegremente se canta e dança aos mortos	112

PARTE III

AS FIGURAS

19. Figuras de silêncio	119
20. O capitão-do-mar Jorge Álvares	121
21. Francisco Xavier, sonhador de uma grande empresa malograda	128
22. O descobridor literário do Japão: Fernão Mendes Pinto	136
23. O introdutor da medicina ocidental no Japão: Luís de Almeida	147
24. Um grande clássico por descobrir em Portugal: Luís Fróis	151
25. Um precursor da Sociologia: João Rodrigues	160
26. Um mártir: Diogo de Carvalho	166
27. O último dos grandes aventureiros lusíadas: Wenceslau de Moraes	172

EPÍLOGO

28. Avaliação do Passado: os modernos estudos luso-japoneses	178
29. O Passado e o Futuro	183

PREFÁCIO

Foi à volta de quatrocentos anos, no século XVI, que o longínquo Japão teve o seu primeiro encontro com a Europa Ocidental. Até então, «país estrangeiro» significava para os Japoneses apenas a Coreia, em primeiro lugar, e a seguir a China e a Índia. De facto, esses são os três principais países de onde o Japão recebeu maior influência, tanto espiritual como cultural. A sua cultura era baseada no budismo. Foi uma surpresa para os Japoneses tomarem contacto com a cultura e a civilização da Europa Ocidental, baseadas no cristianismo. O primeiro país que o Japão conheceu, entre as nações da Europa, foi Portugal. Nesses dias, Portugal e Espanha encontravam-se em plena Era das Grandes Navegações e procuravam estabelecer o comércio com o Oriente. Ao mesmo tempo enviavam missionários para Goa e Macau. Esses missionários vieram para o Japão, de Macau, para propagar a fé.

Por conseguinte, os primeiros europeus que o povo japonês conheceu foram os Portugueses e os Espanhóis; a primeira religião ocidental foi o cristianismo, que os missionários portugueses e espanhóis ensinaram. Assim, a vossa cultura foi a primeira cultura ocidental de que o Japão recebeu influência. Por outras palavras, o Japão, entre os países europeus, no século XVI, esteve mais fortemente ligado a Portugal. Isto pode ser retrçado historicamente pela língua japonesa contemporânea, pois existem várias palavras portuguesas introduzidas no japonês. Ao mesmo tempo, algumas palavras japonesas, tais como chá, são usadas na vossa língua.

O acontecimento mencionado foi para os Japoneses muito revolucionário. Os Japoneses foram educados no pensamento e na religião da China e da Coreia. Conhecer o pensamento e a religião ocidentais, inteiramente diferentes do que até aí haviam conhecido, foi para os Japoneses de um grande impacto. Este impacto foi alargando, e provocou problemas políticos, e foi a causa de muito derramamento de sangue e da morte de muita gente no Japão. O Japão fechou-se ao contacto com o estrangeiro, e durante duzentos anos esteve completamente isolado do resto do mundo. Deste modo, Portugal foi a origem de um choque muito importante na história do Japão.

Infelizmente, poucos portugueses parecem conhecer este facto. Não é conhecido porque, desde o isolamento do Japão, as relações entre Portugal e o Japão foram completamente cortadas por longo tempo, e passaram muitos anos até que os dois países pudessem de novo falar como amigos.

Todavia, conheço dois portugueses que são profundamente versados no Japão. Um é o vosso escritor Wenceslau de Moraes, que viveu muitos anos no Japão, e aqui morreu. Não preciso de vos dizer quem ele é. O outro é o autor deste livro, Martins Janeira.

Martins Janeira desempenhou o importante posto de embaixador no Japão por muito tempo. Entre os embaixadores de outros países, ele era o diplomata mais querido. A sua casa estava sempre cheia dos seus íntimos amigos japoneses; não eram apenas políticos e homens de negócios, eram também escritores, calígrafos, actores, etc. Havia ali a atmosfera de um salão de cultura. Amava o teatro tradicional, mesmo o Nô e o Kabuki, que são raramente compreendidos por estrangeiros – e introduziu-os na Europa. Eu próprio sou um dos romancistas por ele introduzidos na Europa.

Por ter escrito este livro sobre as relações entre o Japão e Portugal, quero enviar-lhe as minhas cordiais felicitações e exprimir-lhe o nosso apreço, em nome de todos os Japoneses.

Shusaku Endo

CONFISSÃO

A SERVIR DE INTRÓITO

A herança cultural que Portugal deixou no Japão, que vem, em grandeza, logo a seguir àquela que nos países de língua portuguesa criou, embora tendo influído profundamente na evolução histórica japonesa, é hoje apenas visível. Foram erguidos ali, neste meio século, duas dezenas de monumentos dedicados a portugueses ou ligados a Portugal.

Este livro vem procurar tornar conhecida em Portugal uma grande herança construída por dois povos que, tão afastados, rasgaram um caminho comum e pela primeira vez na História realizaram o verdadeiro encontro entre o Ocidente e o Oriente.

Um dia, passando em Oita, bela cidade da ilha de Kyushu, deparei num caminho com uma inscrição gravada em ripas de madeira tosca, que dizia que naquele lugar Luís de Almeida erigira o primeiro hospital do Japão. Aquele moimento, precário e pobre, que comemorava um grande feito histórico – a introdução da medicina ocidental pela primeira vez em todo o Extremo Oriente –, comoveu-me. E concebi a ambição de reavivar no Japão a valiosa herança cultural que Portugal ali ergueu nos séculos XVI e XVII. Hoje existe em Oita um grande hospital com o nome de Luís de Almeida, um grandioso monumento à obra missionária de São Francisco Xavier, um monumento representando um missionário a tocar rabeca diante de três meninos que o seguem de boquitas abertas a cantar, um monumento de Luís de Almeida curando um doente, e até uma vaquinha a ser ordenhada para as crianças de uma creche (que Luís de Almeida foi o primeiro a fundar no Japão).

Ajudei a erguer no Japão quinze monumentos comemorativos da grande obra portuguesa, um museu a Wenceslau de Moraes (outro a Portugal, em breve, em Nagasáqui), uma escola infantil com um nome português, um cortejo histórico que anualmente celebra a chegada dos Portugueses ao Japão na ilha onde primeiro desembarcaram – além da difusão da desconhecida obra de Wenceslau de Moraes, levantamento de pilares, cruzes, inscrições a lembrar a actividade portuguesa e a amizade entre os dois povos (sem que o Governo Português despendesse um centavo).

O significado da vida e da felicidade – todos os sábios do Oriente e do Ocidente nos ensinam – só se encontra quando o homem se dedica a uma grande tarefa, se

entrega inteiramente a uma missão e se dissolve no poder imenso que o transporta para além da existência individual.

Na modéstia das minhas possibilidades, ajudei a reviver, e continuei, uma herança valiosa que se ia perdendo. Foi uma luta combatida e vivida num fervor de cruzada, não para ressuscitar um legado histórico, mas para inserir a História na vida de hoje e de amanhã. Isto só no Japão poderia ter sido conseguido. Oxalá um dia em Portugal igual eco se levante, para que assim a obra portuguesa no Japão desça da leniente seara dos eruditos para o campo da cultura geral, e aí tome um significado vivo e universal, hodierno e criador – para que o amor entre os dois povos se engrandeça.

Neste Japão, cujo ultramodernismo deixa muito atrás a conservadora Europa, sinto-me ao mesmo tempo cidadão do mundo que explora o espaço e português das Descobertas, que foi às longes terras procurar, no pensamento e na acção, a maior dimensão humana que lhe é possível atingir. Como a Mendes Pinto e a André Malraux, o Oriente abriu novas gamas na minha sensibilidade, deu firmeza às minhas raízes e alargou a minha visão intelectual, aprofundou e alargou o meu humanismo – tornou-me mais português e mais universal. Assim, as minhas afinidades espirituais com o mundo oriental entroncam na linha secular dos Portugueses que no Oriente ergueram a mais alta grandeza de Portugal. Assim, mais afinidades encontrei com estas Figuras de Silêncio. Também eu, lá longe, me senti muita vez abandonado e sofri a saudade da minha terra.

Vivi no Japão dez anos – mais de dez anos felizes, cheios de aventuras estranhas e raras experiências humanas que cumularam de gratidão, de ternura e de graça a minha recordação. Dei três vezes a volta ao mundo. Andei por toda a Ásia. Do fundo do Japão, da impenetrável profundidade da Ásia, vem-me ainda o sopro de um imenso poema, de um poema que abraça todos os homens ignotos. Também eu deixei pelo mundo a vida em pedaços repartida. Habitei mais anos em Tóquio do que em Lisboa. O Japão está associado à minha vida interior e à minha maneira de ver o mundo. No Japão nasci como escritor. Humilde, mas orgulhoso da minha identidade e da minha origem. Foi no Japão que decidi, por morte de minha mãe, acrescentar o seu ao meu nome de escritor; depois, os Japoneses, em jornais e em livros, alteraram-no um pouco, alteração que segui, lisonjeado, ao pensar que tal facto me torna parceiro modesto de algumas destas Figuras, às quais coisa semelhante acontecera, como a várias outras da

pléiade prestigiosa dos Portugueses do Oriente, cuja companhia me desvanece. E mais me desvanece a honra de ser cidadão honorário de três cidades japonesas, distinção nunca antes concedida a um estrangeiro.

Mas o Japão, assim profundamente vivido – na amizade, na literatura, no teatro, no cinema, nas artes, na paisagem –, não me fazia, por um momento sequer, olvidar Portugal. Quando um raro português passava, trazia-o à nossa mesa, para comer do nosso pão e beber do nosso vinho. À noite, para os filhos adormecerem, cantávamos juntos uma canção japonesa de embalar, que com eles aprendi:

O-tete tsunai de	<i>Dá-me a tua mão</i>
No michi-ô yukeba	<i>Pelos caminhos iremos</i>
Minna kawai	<i>Todos gentis</i>
Kotori ni náte	<i>Gorjeiam as avezinhas</i>
Uta-ô utaeba	<i>Canções cantemos</i>
Kutsu ga naru	<i>Ao som dos nossos passos.</i>

E a seguir, a voz repassada de saudade, cantávamos uma canção transmontana que nos trazia a imagem dos campos verdes picados de papoilas e os aromas da terra primaveril:

Não quero que vás à monda,
Não quero que vás mondar,
Quero que fiques em casa
Para à noite namorar.

Sob a luz do luar que enchia o quarto onde dormíamos sobre o chão de palha de arroz, tatami, numa genuína casa japonesa, numa pequena ilha perdida no Mar Interior, a mil quilómetros de Tóquio, tanto, tão longe de Portugal, a cantiga profana, quase rezada, na doce serenidade da noite exótica, soava como um hino sagrado.

No Japão passei os dias mais felizes da minha vida. Ali guardo amizades queridas, ali senti a alegria plena de um trabalho que exalta e recompensa o espírito. Ali, mais do que em nenhum outro país estrangeiro, senti em toda a minha alma a

grandeza do povo a que pertença, e mais viva a saudade da minha serra. Desde a primeira vez que saí de Portugal trouxe comigo um tesouro que por toda a parte me acompanha – três pedras da minha serra (três pedras do Roboredo) e um cântaro de barro do Felgar. Eles me têm dado força para superar agruras, desafiar extremos, aguentar injustiças e agravos e caminhar no mundo com passo firme e cara ao alto. Foi a montanha originária que me inspirou o trabalho que no Japão fiz por Portugal.

Na minha já longa profissão de diplomata, em que nunca perdi uma ocasião de cultivar o espírito e os modos no convívio e na cultura das maiores cidades do mundo, mantive-me sempre fiel à minha serra e àqueles do meu sangue que lavraram com a pena ou trabalharam a terra de mãos no arado. Procurei sempre – e procuro – ser um homem autêntico e guardar límpido o amor à verdade, gratidão aos homens e às coisas – gratidão e generosidade que na serra aprendi. Cidadão do mundo – e transmontano. Tomei a minha profissão com seriedade e com modéstia, como se fosse professor (onde fervorosamente comecei e espero acabar), ou médico ou mineiro, e dei-me a ela de corpo e alma, com o orgulho de representar Portugal. Dois sentimentos profundos têm inspirado a minha vida: o amor da minha serra e a consciência de pertencer a um grande povo; o orgulho de representar o povo que é Portugal desde Afonso Henriques.

Lavro aqui esta confissão porque, nos capítulos que seguem, na narração histórica vão embrechadas experiências individuais – que são por vezes dela um prolongamento. Fernando Pessoa dizia pertencer ao número dos portugueses que depois da descoberta da Índia ficaram desempregados; eu, no Japão, encontrei a grande tarefa de aprofundar a amizade entre dois povos.

Espero ter sido capaz de fazer sentir a amizade e a grandeza que os Portugueses deixaram no Japão noutras eras e a viveza com que são ali hoje ainda recordados.

Amei, e amo, o Japão – porque, no Japão, aumentei Portugal.

Londres, Agosto de 1979

Roboredo, Alto do Talegre, 1981

PARTE I

O PASSADO E O PRESENTE

«Toda a História que não é contemporânea é suspeita.»

PASCAL

«Que o passado sirva o presente.»

«O importante é olhar para o futuro.»

MAO ZEDONG

ENCONTRO

Existe ainda hoje no Japão uma valiosa herança cultural, deixada pelos Portugueses há mais de três séculos, que os Japoneses mantêm viva e cultivam com desvelo. E que os Portugueses ignoram.

Neste momento em que precisamos, mais do que nunca, de formar uma consciência clara dos valores da nossa cultura – pois serão esses valores que nos inspirarão na vida e animarão o nosso espírito de povo, e alimentarão os laços entre os sete países que falam a mesma língua –, fazer o inventário dos valores portugueses hoje vivos no Japão não será de suma importância? Não mostrará ele, se feito com lúcido critério e sem toldar-se de tolo patriotismo, que Portugal foi – e será ainda – capaz de criar valores de cultura que se impuseram na convivência do país de mais alto nível cultural do mundo?

Ver-se-á que estes valores representam uma valiosa herança no plano internacional da convivência e do entendimento entre os homens e as nações.

É neste sentido que este livro procura fazer o balanço do que culturalmente hoje é vivo entre Portugal e o Japão. Não expõe um conspecto português, mas uma visão europeia, direi mesmo universal, de convívio entre dois povos.

O encontro entre Portugal e o Japão é dos mais significativos acontecimentos da história moderna. O Japão tornou-se, com os Estados Unidos, o país mais progressivo do mundo; e a importância incomparável que os valores estéticos representam na vida diária de todo o cidadão tornam o Japão o povo mais civilizado da Terra. Goza da mais avançada civilização moral, científica e industrial. Ora as raízes da actual grandeza nipónica mergulham nos dias longínquos desse encontro, iniciado em 1543, quando os Portugueses levaram ao Japão as primeiras novas da Europa. Dos dois grandes veículos e fontes de civilização que transportam ideias e culturas entre países e continentes – o comércio e a religião – foi esta última que então exerceu a maior influência, como já havia acontecido ao tempo da introdução do budismo através da Coreia, em meados do século VI. Os templos eram centros de ensino das artes, literatura e toda a cultura chinesa em geral; ao tempo da introdução do cristianismo, as igrejas tornaram-se

centros de divulgação das artes e das ciências ocidentais. À influência da cultura ocidental, sobretudo das ciências e da técnica, é atribuído um valor crescente nos mais recentes estudos dos historiadores da cultura nipónica, tanto japoneses como estrangeiros. Os Portugueses levaram a cultura europeia no momento alto do Renascimento e numa época em que a cultura japonesa declinava, com uma aristocracia decadente e o país exausto pelas guerras civis, que duraram do século XV aos princípios do século XVII. A superstição que considerava de origem misteriosa os fenómenos naturais – como os eclipses solares e lunares e as inundações –, as formas chinesas de adivinhação e magia, enraizadas na mentalidade japonesa, foram abandonadas perante as novas noções ocidentais (o repúdio da cultura chinesa seria declarado mais tarde por Fukuzawa Yukichi, nos começos do período Meiji).

Neste encontro de civilizações, que representa um dos mais extraordinários momentos da História, surgem algumas figuras de raro valor e brilho – estas «figuras de silêncio».

Procurou-se condensar aqui tudo aquilo que permanece vivo da grande obra que esses e outros portugueses ergueram – eles e os japoneses que colaboraram, e colaboram, na obra comum. Palpita hoje no Japão, espalhada sobretudo pelas cidades adiante tratadas, uma obra humana ignorada por nós, e que é preciso mostrar, para que ela ascenda à compreensão comum e seja encarada na sua larga significação. Ver-se-á que muito resta da ingente acção dos marinheiros, mercadores e missionários que nos séculos XVI e XVII espalharam no Japão a cultura do Ocidente.

A cristianização do Japão e da China estava condenada ao malogro, como se provou na impossibilidade de deixar em qualquer dos dois países elementos perduráveis até ao momento do segundo encontro com o Ocidente. E ainda bem, a meu ver, porque seria uma grande perda para a cultura universal se as religiões e culturas da China e do Japão tivessem sido substituídas pela religião e cultura cristãs. Se pensarmos nos inestimáveis tesouros de arte que o alastramento do cristianismo destruiria – sobre isto os exemplos do começo não admitem dúvidas –, teremos de concluir que a cristianização daqueles países implicaria uma das maiores perdas para o património artístico da humanidade. E se meditarmos ainda nas estremadas e fascinantes diferenças de ideias e criações do Oriente e do Ocidente, no que separa as mensagens e as figuras de um trágico Cristo crucificado e banhado em sangue, a anunciar o fim do mundo e de um plácido Buda impassivelmente sentado em profunda meditação sobre o nirvana,

quem poderá negar que tal riqueza de diversidade não foi querida por Deus, que assim, e não para que fosse diferente, entendeu criar o mundo? Ora foi esta infinita diversidade que os missionários procuravam suprimir. Não o conseguiram, felizmente, e por isso o mundo hoje é menos monótono e mais rico de variedade, de ideias e de artísticas formas. E não é ainda – ai de nós, Ocidente! – nos países cristãos que o homem se tem mostrado mais justo e menos cruel, nas guerras que levou a toda a parte, em hecatombes como a História nunca antes conhecera. Por outro lado, os progressos do cristianismo no Japão têm sido pequenos; hoje menores que há três séculos. A coragem e perseverança desses homens, a pureza da sua intenção e a firmeza da sua fé, a sublimidade do seu sacrifício, são dignos do respeito e da veneração que nos impõem todas as grandes obras humanas.

Em livro publicado há uns anos procurei fazer o esboço histórico da acção dos missionários, marinheiros e comerciantes portugueses no Japão durante um século de contacto, e do condicionalismo político, social e cultural nipónico em que tal acção se desenvolveu. Embora fazendo as necessárias ligações com o passado, o presente livro procura, primeiro que tudo, realçar os aspectos actuais derivados desse convívio. Existe entre o mais ocidental país da Europa e o mais oriental país da Ásia mais de comum do que vulgarmente se supõe. Nesta comunidade ressaem acima de tudo os trabalhos e exemplo deixados por estas ínclitas figuras, tanto no seu lado histórico como nos prolongamentos actuais que os Japoneses lhes encontraram.

Este livro, na sua modéstia, nasceu da larga ambição de lançar na circulação cultural portuguesa alguns valores fundamentais, esquecidos hoje, mas ainda vivos e palpitantes no passado.

A prova de que tais valores são vivos é que eles são objecto de interesse e de estudo continuado em vários países e em diversas línguas.

Em Portugal têm sido votados ao esquecimento, ou por culposa ignorância dos cultos, ou pela indiferença e confusão mental que nos tem levado até hoje a trocar tantos valores essenciais por outros acidentais e transitórios.

Apesar de a história portuguesa no Oriente ser a mais rica de todos os países ocidentais, somos o único país da Europa que não possui uma escola ou verdadeiro instituto de estudos orientais ou asiáticos. Não só não acompanhamos os resultados da investigação nipónica sobre a tradição histórica comum, como nem sequer seguimos os estudos europeus sobre estes assuntos.

O presente livro procura dar a conhecer a tradição portuguesa viva no Japão de hoje e introduzir essas figuras ignoradas na cultura portuguesa – e dos conhecidos, como Mendes Pinto e Wenceslau de Moraes, desvendar novos aspectos até aqui entre nós não considerados. Preferi esboçar o perfil de cada uma destas grandes figuras de modo breve – o meu desejo foi apenas torná-las conhecidas e divulgá-las em Portugal – por recear que um estudo mais longo e aprofundado fosse recebido com indiferença e lançado para os armários poeirentos onde tranquilamente envelhecem os livros de erudição.

Em vez de aprofundar e pormenorizar os traços de cada figura, preferi completá-la pela descrição prévia do panorama social em que se moveu e a sua acção se realizou. Como se verá, algumas cidades japonesas estiveram, à volta de quatro séculos, muito ligadas a Portugal – e procuram hoje, de novo, o nosso convívio. Em algumas passagens foi necessário, para dar sequência à narração ou unidade ao quadro, repetir factos abordados n’*O Impacto Português sobre a Civilização Japonesa*. Não vejo inconveniente em insistir num assunto, desde que se desvendem aspectos novos, se faça nova luz, se aumente, se ajuste e se renove, evitando a repetição de ideias e de expressões. Este livro será um complemento do primeiro.

Dedicou-se um capítulo à parte àquelas cidades onde as tradições portuguesas são ainda vivas e evidentes em monumentos e onde há outros sinais de serem cultivadas, numa antiga amizade que é nosso dever activamente retribuir. Além das cidades adiante mencionadas, a outras os Portugueses foram fundear os seus barcos, fazer comércio e cristianização. A história completa do que aconteceu nestas cidades em relação aos Portugueses seria muito longa de contar; só os acontecimentos de Nagasáqui recolhidos dos documentos da época tomariam muitos volumes.

Por isso, quer quanto às Cidades, quer quanto às Figuras, me limitei a dar uma breve ideia geral do fundo histórico e do que se mantém vivo na cultura dos dois países.

Espero que a esta iniciativa outras se seguirão, por quem melhor saiba fazer entrar por forma mais completa cada uma destas figuras no campo cultural que é seu e por direito lhe pertence. Para vergonha nossa, elas entrarão na nossa língua vindas de áreas de estudos estrangeiros onde são hoje tratadas por aturada investigação. E para isto também o autor deste estudo desenvolveu esforços que, conjugados ao presente, espera venham um dia reintegrar no nosso património cultural um dos nossos maiores prosadores seiscentistas e um dos primeiros sociólogos da cultura no mundo.

Escrever este livro considero o meu último dever no campo da amizade luso-nipónica. Sem ele o meu trabalho no Japão, que tanto se empenhou em reviver a cultura portuguesa, ficaria inacabado. Quero lembrar aos que esqueceram ou ignoram a grandeza que portugueses lá ergueram, que ela perdura, desde há séculos, viva e presente nos trabalhos e nos dias. E se ela não é também viva para nós, é triste: pode ser o sinal de que dentro de nós algo profundo começa a morrer.

Não escrevo para fornecer mais um tema à retórica vazia dos patriotas oficiais; escrevo para os portugueses empenhados na construtiva realidade do mundo de hoje – e sobretudo para os jovens que herdaram a imaginação, a têmpera, a sede de ver mundo e a ousadia daqueles portugueses que correram em todas as terras e mares da Ásia aventuras que excedem as palavras.

E escrevo também para os japoneses que souberam descobrir nos valores herdados no convívio entre os dois povos motivos de força e criatividade cultural que no meu país, por mofina, ainda não foram reencontrados, mas sim deixados cair num vergonhoso olvido.

ACTUALIZAÇÃO DO PASSADO

O maior problema de Portugal, desde há, pelo menos, um século e meio, tem sido combinar o passado com o presente, isto é, distinguir no passado o que é vivo do que é morto, para incorporar no presente os valores ainda vivos, com força e ricos de conteúdo. Pombal começou com uma visão moderna e europeia dos problemas nacionais, mas acabou no mais intolerante despotismo e no provincianismo mais tacanho. Os revolucionários liberais debateram pela pena e pela espada este problema ingente e nele se confundiram. Garrett encontrou-lhe ainda solução literária, mas não conseguiu descobrir-lhe solução político-social. Herculano desistiu de lha procurar, desgostado, e retirou-se a curtir agravos.

Já no nosso tempo, Oliveira Salazar – cuja obcecação pelo passado lhe dava uma visão arcaica do futuro – tentou reconstruir o passado, simbolicamente, nas comemorações do oitavo centenário da nacionalidade e nas comemorações henriquinas. Mas armar exposições e estadear cortejos não é reviver nem recriar valores, é apenas evocar, pomposa e lerdamente, as grandezas do passado para nelas nos embalarmos e iludirmos as fraquezas do presente. Não é com comemorações que se pode arrancar ao passado o lume ainda vivo sob a cinza de séculos; por isso, de toda essa pompa esvaecida e sonora evocação não ficou sequer uma tela luminosa, uma estátua viva, um poema inspirado que perdure. O peso do passado ressurgiu quando se tornou evidente a total falta de previsão política, a tacanhez da perspectiva internacional, a aversão ao futuro, o atraso tecnológico, a massa da emigração, e até a indiferença dos reis e imperadores que, depois de recebidos em nossa casa com fausto e cortesia, nos voltaram as costas com desdém. O passado pode ser um fardo incómodo de levar, é um peso morto para os retrógrados; mas o passado activo, que tem validade existencial, pode ser para os espíritos progressivos uma fonte inesgotável de inspiração viva, um núcleo de valores criativos que dão ao presente projecção fecunda, visão larga e ânimo tenaz de avançar para o futuro. O homem de hoje é mais sensível à História do que todas as gerações que nos precederam: a intensidade da vida e a rapidez do avanço científico provocaram uma extraordinária aceleração da História.

Estamos no limiar de uma era nova para a Europa, para o mundo. No nosso canto lusitano, no meio da nossa confusão e do nosso sofrimento, estamos a tentar ajudar a rasgar novos caminhos ao homem. Assistimos ao nascimento de novas nações de língua portuguesa, ligadas por um fundo de humanismo comum que abraça e inspira a rica diversidade das nossas culturas. Revelámos o Mundo ao mundo. Estamos a ajudar a revelar o homem. O passado é exemplo e é força; mas apenas o presente nos ocupa. Que a nossa imaginação seja capaz de invadir o futuro e semeá-lo da nossa esperança.

Tanta vez, ai de nós, nos temos iludido a pensar que os ouros do passado emprestam ao presente real e viva grandeza! O passado pode fecundar o presente, mas só por si não pode dar-lhe nada, porque o passado, como a história, não existe senão no presente. E, no entanto, é na perspectiva do passado que se reconhece a grandeza e a verdade dos homens.

Nos críticos dias de hoje, o passado representa para Portugal a consciência da sua capacidade de vencer adversidades e descobrir caminhos, significa garantia e autoconfiança para novos empreendimentos, constitui uma força que dá forma ao futuro. No presente confuso e triste em que os altos valores humanísticos, a limpidez da intenção, a coragem e a aspiração à altura, e a imaginação construtiva transitoriamente se apagam, é ao passado que temos de ir procurar as constantes da nossa criatividade. Uma nação e um povo podem haurir no presente a energia colectiva para construir com indomável determinação e visão lúcida o edifício do futuro; mas é no passado que os povos encontram a sua identidade. Que esta sondagem no passado, onde os Japoneses descobriram tantas veias vitais, merecedoras de ser trazidas ao presente, possa inspirar alguns portugueses ambiciosos de renovar e de criar, e lhes comunique uma inquietação fecunda. Mais fraternais formas de convívio e liberdade não sairão apenas da nossa esperança, mas do esforço duro e persistente e da lucidez de visão do futuro, que no passado encontram a justificação, a coragem e as certezas. Sem previsão e sem planos, da noite para o dia, ruiu o último grande império da Europa; e Portugal e a Europa voltaram às dimensões de cinco séculos atrás. As gerações portuguesas de hoje ficarão marcadas por esse fenómeno inevitável e tremendo. Fez-se a História. E agora? Toda a Europa ganhou e perdeu impérios. Pequenos como nós, perderam-nos a Holanda e a Bélgica – e são hoje dos países mais prósperos do mundo. Não há que cantar nacionalismos ultrapassados nem entoar jeremiadas – há que encarar a realidade de

frente e com coragem, e fazer desta pequena nação um povo digno e capaz de um futuro que nos equipare à Europa e honre no mundo.

O problema fundamental que se põe a cada povo e a cada velha civilização em momento de profunda crise como aquele por que hoje passamos é distinguir, num lúcido acto de consciência, os valores que no seu passado ainda contêm sementes de vida e forças de progresso, e ter a coragem de abandonar as tradições e os hábitos inertes, que podem ter garbo e encanto antigo, mas representam um peso morto no progresso e na competição com outros países. Existem no passado de cada povo ideais dinâmicos e vivificadores e ideais retrógrados ou já mortos. A Índia, por exemplo, prefere ver morrer de fome centenas de milhares de seres humanos a matar as suas vacas sagradas. No extremo oposto, o país que melhor tem sabido utilizar os valores do seu passado, separando o que nele é vivo do que é morto, é sem dúvida o Japão. Os Japoneses decidiram abandonar as velhas e inertes tradições asiáticas e importar a técnica de onde ela é mais avançada, dos Estados Unidos: mas não repudiaram a Ásia, guardaram ciosamente a sua sabedoria e as formas de felicidade amadurecidas e aperfeiçoadas por um longo passado prestigioso.

O Japão é, creio, o povo que os Portugueses mais exalçaram. Não há um só escritor da nossa língua que o haja visitado, desde os primeiros relatos de marinheiros, mercadores e missionários, que não erga louvores às belezas naturais do *Nippon* e à rectidão e coragem dos Japoneses. Também eu ali vivi deleitado na beleza delicada das paisagens, no encanto do convívio mais requintado e mais generoso de calor humano. Num mundo cada dia mais poluído, o Japão vai também sacrificando à produtividade industrial as suas idílicas paisagens, muitas das suas tradições ancestrais. Porém, os Japoneses têm sabido resguardar da onda invasora de trepidação e angústia da vida moderna, abafada pela superindustrialização e pela avidez do consumismo, algumas deleitosas ilhas de paz e tranquilidade – os seus velhos templos, as suas casas de chá tradicionais, os seus jardins deleitosos. Conservados com mimos de tratos e com terno respeito, é ali que o cidadão, cansado da frenética agitação da cidade, vai procurar repouso, meditar e comungar na doce paz da natureza. O Japonês ama carinhosamente os seus templos, quer sejam xintoístas – erguidos no cimo das montanhas para mais de perto adorar o Sol – quer na sua penumbra sorria tranquila a plácida face do Buda, infundindo bondade e profunda paz espiritual conquistadas pelo esforço ingente de renunciar ao mundo para se dissolver no universo, e assim, dentro do humano, atingir o

infinito. O Japonês ama acima de tudo os seus velhos templos e os seus antigos jardins, que desde há mil anos trata com esmerado carinho, e onde ainda hoje vai procurar retemperar a sua alma de serenidade e paz. O Japão possui os mais antigos e mais belos jardins do mundo. E produz também os mais belos e modernos electrónicos. É neste convívio diário com o passado e na aliança harmoniosa deste com o presente que o povo japonês vai buscar força e inspiração para o surto de progresso que o põe a par das nações mais avançadas do mundo.

Pois o Japão tem de comum com Portugal uma valiosa herança histórica e cultural de mais de quatro séculos. Ora como procedeu cada um destes dois povos em relação a tão valiosa herança? O Japão inspirando-se nela, tornando-a cada ano mais viva, cantando-lhe canções, dedicando-lhe danças populares, enaltecendo-a com cortejos e procissões profanas, de uma alegria ruidosa e vital, elevando monumentos aos grandes vultos portugueses que além levaram a civilização europeia. E Portugal, que fez? – Esqueceu-a, por vergonha nossa. O entusiasmo com que os Japoneses vivem o passado é tal que ainda hoje se desafiam em competições desportivas em que disparam os arcabuzes que os Portugueses lhes levaram no século XVI – e a ilha onde primeiro introduzimos os bacamartes foi a escolhida para os ensaios de lançamento de mísseis teleguiados e de satélites inter-espaciais. Pode lá haver maior exemplo de virilidade e confiança no ligar o resíduo do passado e o impulso para o futuro?

O Japão é o único país do mundo onde não existe uma só ruína. Os Japoneses desconhecem a saudade da história, esse morbo que a nós, Portugueses, rói a vontade e paralisa. Ali o passado vive no presente. O moderno e o contemporâneo existem no Japão ao lado do antigo e do medieval; a industrialização e a tecnologia não mataram o artesanato primitivo, e as artes tradicionais do chá e das flores são ensinadas às operárias nas fábricas ultramodernas. O operário japonês é o mais produtivo do mundo, e o único que, na fábrica, faz meditação *zen*. Foi salva a continuidade de uma antiga herança que guarda à vida a serenidade e o encanto que a mecanização e a produção em massa varreram de todos os países. Este raro fenómeno de combinar o passado com o presente, com imaginação e com sageza, é talvez a única explicação da rapidez do progresso do Japão: no espaço de um século, o Japão, de um dos mais retrógrados e despóticos países do mundo, passou, em poder político e económico, à frente de todos os países da Europa. Procurando não esquecer o seu passado: assim conserva a sua cultura tradicional com aquela que importou do Ocidente: tem duas pinturas (de estilo

japonês e de estilo ocidental), duas esculturas, duas músicas, e também duas cozinhas, dois modos de vestuário e até dois géneros de desporto.

Não é minha intenção apontar aqui o exemplo japonês como paradigma; cada povo tem o seu carácter inalienável e os seus caminhos próprios. O meu propósito é outro – quero mostrar como o Japão tem sabido conservar vivos aqueles valores que Portugal lhe levou da Europa há quatro séculos, como os actualizou e continua a insuflar-lhes vida, e como neles ainda se inspira, dando-lhes o lugar que lhes cabe no complexo dos valores e ideais com que vai entrar no século XXI. Oxalá este exemplo de realismo e sabedoria nos possa ensinar, ao menos, a prezar os valores de uma herança comum, que nós, Portugueses, abandonámos – ao ver que a mesma herança, para os Japoneses, é fonte viva que alimenta a sua imaginação e a sua força de vontade.

Os povos vivem sobretudo pela imaginação e pela memória; vivem da vontade de grandes empreendimentos colectivos, do exercício da coragem, do sonho do futuro. Há na herança que Portugal deixou no Japão muita grandeza que nós, Portugueses, olvidámos. A nenhum outro país, com excepção dos países de língua portuguesa, dedicámos tanto do nosso esforço, tanta fé, tanto empenho criativo, tanto sofrimento. Entre os Japoneses essa herança continua a frutificar e a produzir obras nos nossos dias, a gerar novos símbolos activos. Entre nós tudo se perdeu e nem sequer já o evocam as secas páginas dos nossos actuais historiadores.

Era tempo de reerguer as figuras que Portugal injustamente desconhece e que lá, no Japão, são vivamente veneradas nos livros e nas estátuas que lhes levantaram.

Não nos enganemos, porém, presumindo que é ao nosso país que tal veneração se dirige – não, é ao Ocidente, e aos Portugueses como arautos do Ocidente. A convicção de que a aproximação e o entendimento entre o Oriente e o Ocidente é uma necessidade evidente de que depende o futuro do mundo é uma das ideias mais largamente professadas no Japão, pode dizer-se mesmo que hoje abala toda a Ásia.

Nenhum país é tão rico de grandeza que possa desprezar os seus homens e valores autênticos que estrangeiros veneram. Todo o homem tem direito a que façam justiça às obras que criou, se não os seus contemporâneos, ao menos os vindouros. Aos grandes Portugueses no Japão, até hoje, só os Japoneses fizeram justiça. Teremos nós algum dia a virtude de lhes fazer justiça igual?

OS PORTUGUESES NA PINTURA JAPONESA

O encontro entre Portugueses e Japoneses ficou para sempre consagrado na pintura nipónica num género de brilhantes obras, os biombos *namban*, de que restam ainda uns sessenta pares espalhados por vários países. A casa japonesa tradicional não possui paredes fixas, as divisões interiores são constituídas por portas corrediças, de altura uniforme, que facilmente se podem tirar e repor consoante a necessidade. Daí o largo uso dado a essa espécie de painéis móveis, os biombos, que se desdobram para fazer fundo a uma sala, defender da corrente de ar ou resguardar de vistas importunas. Estes painéis ocupam um lugar de destaque na arte da China e da Coreia, donde primeiro vieram.

Tomaram uma importância ainda maior no Japão, onde se encontram obras de grandes pintores. Os biombos com figuras *namban*, «bárbaros do sul», contam-se entre os mais interessantes exemplares de biombos, embora a sua qualidade artística seja variável. Todos eles, porém, têm invulgar interesse pela originalidade do assunto, pela verdade com que transmitem esse extraordinário momento histórico de encontro entre homens de duas civilizações tão afastadas. É esta a segunda vez que ideias de artistas do Ocidente e do Oriente fecundamente se encontram para produzirem novas formas, novas expressões da figura e do convívio humanos. A primeira vez fora nas cidades do vale de Cabul, ou em Gandara, particularmente no que é hoje o Afeganistão – onde se conservam ainda as impressionantes estátuas do Buda de Bamiyan, e na área de Peshawar, na antiga rota da seda, por onde no século IV antes de Cristo os exércitos de Alexandre, *o Grande*, avançaram até ao Indo.

Aí, pela primeira vez, a corte de artistas que seguia o grande general soube fundir a nobre esbelteza, a frescura jovem de Apolo, nos seus finos drapejamentos, e a serena compostura, a graça espiritual do Oriente, que se combinam nas estátuas de pacíficos budas, de longas orelhas e cabelos coroados de flores. A nova arte greco-indiana documenta, numa síntese harmoniosa, o brilho e a profundidade de duas grandes civilizações – a alegria solar helénica e a serenidade meditativa indiana. No seu melhor período, a chamada escola de Gandara alia o esbelto encanto dos jovens deuses

helénicos à sensualidade sonhadora de príncipes indianos ostentando riquíssimos adornos. É uma combinação harmoniosa da arte do Ocidente e do Oriente, num estilo profundamente original, que atingiu o seu zénite no século I da nossa era e que nos deixou algumas estátuas de beleza surpreendente nos museus de Cabul e de Lahore, e, séculos mais tarde, nas esculturas de Nara.

Desta conjunção de elementos tão diversos pode, de certo modo, aproximar-se o reflexo na arte japonesa do segundo criativo encontro entre o Ocidente e o Oriente nos séculos XVI e XVII no Japão.

Os Portugueses traziam a novidade de costumes, mercadorias, vestuário, arte, religião, em suma, de uma vida e civilização diferentes. Isto não podia deixar de impressionar os artistas japoneses, curiosos e observadores. A presença dos estrangeiros vindos de tão longe, através de perigos inauditos, o conhecimento de que novas ciências e filosofias existiam em longes terras ignotas, demonstrava aos Japoneses a estreiteza do seu mundo, excitava a sua mentalidade insular. Este factor contribuía para a renovação, que se operava então na sociedade japonesa, pela progressiva decadência da classe samurai e a elevação de uma burguesia mercantil.

Os barcos portugueses, a partir de 1571, aportavam todos os anos a Nagasáqui, em geral em Julho, e zarpavam em Setembro ou Outubro. A época da viagem da China para o Japão era de fins de Maio a 1 de Agosto, o mais tardar, e do Japão para a China, de Setembro a Março, com duração de dez a doze dias em cada sentido. Nos dez anos seguintes demoravam até Dezembro ou Janeiro, e, mais tarde, mesmo até Fevereiro ou Março, chegando a prolongar a estadia até um ano, se o negócio o requeria. Deste modo a presença do Portugueses passou a ser um aspecto habitual de Nagasáqui. Muitos destes, atraídos pelos encantos das japonesas, casavam ou amancebavam-se com elas e tinham filhos.

É precisamente por esta época da intensificação das relações comerciais luso-nipónicas, no período Momoyama (1568-1615), que a arte da pintura de biombos atinge o seu pleno desenvolvimento. Não era apenas a chegada dos estrangeiros. A queda do xogunato de Ashikaga e a elevação de generais ao poder supremo acompanhavam uma renovação profunda na sociedade japonesa, com a emergência da classe mercantil. As mudanças na sociedade e nos costumes reflectiam-se na arte. Há individualidade, liberdade criadora, interesse, pela primeira vez, pelos temas populares. De todas, a arte

que se desenvolveu até à sua mais alta expressão, segundo o maior especialista ocidental neste campo, Elise Grilli, foi a arte dos biombos.

A pintura das maneiras e dos costumes, considerada vulgar e pouco estimada, tomou um vivíssimo incentivo com a voga dos biombos *namban*, em que o exótico das figuras ocidentais, os costumes estranhos, os modos e atitudes pitorescas de uma humanidade diferente, compunham um quadro insólito e provocante. Os biombos *namban* são das principais obras artísticas do período Momoyama, produzidos pelos pintores das escolas Kano, Tosa e Sumiyoshi.

Na maioria, estes biombos foram pintados em Quioto, por pintores da escola Kano, embora representassem cenas de Nagasáqui.

O grande iniciador da arte dos biombos foi Kano Eitoku, então o maior pintor do Japão, cujo estilo continuou a dominar após a sua morte. Os biombos exibiam riqueza e esplêndido colorido, usando com abundância de folhas de ouro, a par do qual sobressaíam os verdes fortes dos pinheiros, o azul da água, a elegância e a dignidade das personagens, a opulência dos tecidos policromos de múltiplos desenhos, a altivez dos animais reais, como leões, tigres, falcões, que davam um sentimento de força e de poder. É verdade que não é a humanidade, mas os hábitos opulentos que dominam a maior parte desta pintura. Há, porém, humanismo na alegria de viver, no entusiástico prazer do convívio, dos jogos e divertimentos; há realismo estuante e esplendor de cores. Destas características gozam os biombos *namban*, que reproduzem cenas realistas de estrangeiros a desembarcar ou passear nas ruas da cidade, com toda a vivacidade e o exótico que a novidade pode excitar num cérebro oriental.

Grande número de biombos mostram uma caravela altaneira, engalanada de policromas bandeiras, sobre o fundo azul-escuro do mar, cortado pela espuma branca das ondas, com a vida de bordo – oficiais e marinheiros sós ou em grupos, em vários lugares do navio, gajeiros, nas gáveas, no topo dos mastros ou escarranchados nas enxárcias; batéis que vêm para terra com marinheiros que fazem sinais e empurram fardos de mercadorias. Do outro lado, os portugueses que já se encontram em terra, vestidos de sedas orientais, com largos chapéus coloridos, amplas calças até ao tornozelo, as «bombachas», e os japoneses que curiosos os observam; o capitão-mor sentado com dignidade num cadeirão, os oficiais a seu lado, atenciosos; mais longe, os comerciantes junto da mercancia. Em outros biombos é o cortejo dos *namban*, solenes e briosos, e os japoneses que param a observá-los ou que os espreitam de janelas entreabertas. Toda esta massa de gente garridamente vestida, avançando, fazendo

cortesias, empunhando umbrelas que protegem do sol os fidalgos, enquadrada numa paisagem de fundo dourado, de pinheiros verdes, de casas japonesas em que por vezes se abrem largamente as corredeiras para deixar ver cenas familiares dos interiores, lojas de espadas ou de sedas, um padre a celebrar missa, enquanto na rua avança um grupo de jesuítas, um elefante ajoelha, outro leva um fidalgo sobre um palanquim escarlate, passam animais metidos em jaulas, um pajem cavalga ao longo da margem da baía, outro cavalo se empina, um pavão abre a cauda magnífica, e aqui e além se vêem porcos, bois deitados, cabras, um camelo. Se se desce à análise dos detalhes, nos biombos de bons autores, cada personagem é traçada com individualidade, com diferente postura, uns de pé, outros sentados, o vestuário é diferente na cor e até no corte, embora todos os ocidentais sejam um tanto caricaturados, com olhos em amêndoa e longuíssimos narizes. Os dois pares de biombos do Museu de Arte Antiga e do Museu Soares dos Reis mostram duas caravelas, a segunda exibindo toda a sorte de actividades a bordo; os rostos das figuras são traçados com vivacidade e muito realismo.

Na arte dos biombos *namban* aparecem duas principais correntes: a indígena, que combina técnicas tradicionais do *yamato-e* com o estilo chinês e usa cores vibrantes, rubros vivos, verdes fortes, com contornos a tinta-da-china; e a corrente ocidental, a óleo ou têmpera, com sombras e perspectivas, com variações da cor e da profundidade. Na primeira corrente sobressaem os pintores da escola Kano, entre os mais célebres pintores do período Momoyama. Kano Naizen (1570-1616) assina o par de biombos do Museu de Quioto e parece ser também o autor de um par existente no Museu de Arte Antiga de Lisboa. Os biombos de Jotoku-ji têm a assinatura de Kano Eitoku (1543-1590). O par de biombos do Museu de Arte Suntory, em Tóquio, é atribuído a Kano Sanraku (1559-1635), e um dos mais belos, do Namban Bunka-Kan, de Osaka, é atribuído a Kano Mitsunobu (1561-1608). Os melhores biombos foram pintados durante o período Keicho (1596 a 1614), e na maioria em Quioto e Sakai.

A grande voga dos biombos *namban* foi, a partir de 1590, favorecida pelo desejo dos grandes senhores e ricos comerciantes de adornarem os seus palácios de obras brilhantes e coloridas, de temas exóticos, de largas manchas de ouro vivo. Este género de pintura espalhava o conhecimento do mundo ocidental, da vida e dos costumes, da cultura da Europa, revelando aos Japoneses a existência de uma outra humanidade e de outro continente.

O interesse dos biombos *namban* foi-se alargando e os seus temas já não são apenas as cenas da chegada da nau, do desembarque, do comércio exótico, mas passam

também a ser cenas do povo japonês, com o qual os portugueses se misturam, como nas festas tradicionais das danças sob as cerejeiras floridas – tema em voga nos biombos desta época e que depois se multiplicou e desenvolveu largamente quase até aos nossos dias –, de espectáculos de teatro Nô, em que aparecem japoneses inteiramente vestidos à portuguesa.

Os pintores da escola Kano foram aqueles que mais se esforçaram por assimilar a arte ocidental, de modo a instilar nova vida na velha tradição histórica japonesa. O contacto ocidental deu um ímpeto novo de realismo, e mesmo os especialistas japoneses reconhecem que sob o estímulo ocidental a pintura tomou novo brilho e esplendor. Além dos elementos tradicionais, das tintas vegetais, os Japoneses passaram também a usar pigmentos minerais, cujo emprego desconheciam. Além da pintura a óleo, continuaram a pintar com materiais tradicionais e souberam combinar com felicidade a técnica ocidental com a vitalidade da escola contemporânea, sobretudo de Kano. Se este processo de combinação não tivesse sido interrompido, escreve Fernando Gutiérrez, e tivesse atingido grande maturidade, teria sem dúvida elevado a escola Kano «a uma das mais fascinantes escolas na história universal da pintura».

É impossível saber hoje com rigor até que ponto os pintores japoneses foram influenciados pela pintura europeia. Não se sabe até que ponto Eitoku, da escola Kano – que foi como que a academia de pintura do Japão durante três séculos –, teria sido influenciado pela pintura a óleo vinda da Europa. O total corte com a sobriedade imposta pelo pensamento *zen* à pintura tradicional, a extravagância e vivacidade das cores, e sobretudo a introdução de manchas de cores muito escuras conseguidas pelo uso de pigmentos transparentes sobre um fundo colorido, como na têmpera e na pintura a óleo, em que Eitoku marca a sua maior originalidade, podem ter sido sugeridas pela pintura europeia. A escola Kano «é provavelmente a escola mais brilhante de arte secular que a Ásia produziu, talvez a mais brilhante do mundo, com a única excepção da escola de Veneza no seu melhor período. No seu real aspecto, com o emprego de folha de ouro lisa e ausência de sombras, não está muito longe dos quadros de altar dos grandes italianos Giotto, Orcagna, Lorenzo Monaco e Fra Angelico», escreve Ernest Fenollosa.

Nos biombos *namban*, pela primeira vez na pintura japonesa, a figura humana toma relevo e se distingue eminentemente no tema pictórico. O homem, até aqui apagado e perdido no fundo da paisagem, sem individualidade nem independência, deixa de ser apenas contemplativo, toma consciência da sua individualidade e surge na

grandeza da sua acção e do seu poder. A novidade da noção de perspectiva e da percepção de profundidade, de fonte ocidental, iniciada pelos Portugueses e possivelmente continuada pelos Holandeses, faz-se sentir na pintura do grande mestre Korin, e mais tarde é alargada, e bem visível, na escola popular do *Ukiyo-e* – menos resistente, porque é popular, à inovação. Paul Varley nota-a francamente na escola *bunjin*, originada em Nagasáqui (lembre-se que lá residira o maior número de portugueses), de que Ike no Taiga (1723-1776) é o fundador.

Os biombos *namban* são um vivo exemplo das características da pintura deste período, que neles excelem: preferência pelos temas concretos sobre os temas idealistas e a decoração impessoal; realismo e descrição de temas íntimos; interesse na acção e no movimento vivo das figuras; gosto pela reprodução da vida de todos os dias, pela diversidade dos assuntos, e até das modas, maior importância atribuída à pessoa, que não é dominada pela natureza, mas antes nela se enquadra sem perder a individualidade.

Os biombos chegam a reflectir o interesse dos Japoneses pela ciência ocidental, recentemente introduzida, como se vê do célebre biombo com o mapa-múndi, acompanhado do traçado das quatro cidades – Lisboa, Madrid, Roma e Constantinopla; este biombo reproduz o mapa de Abraão Ortélius, que os jovens embaixadores levaram de Mântua em 1585. A cultura europeia foi provavelmente o único impulso, escreve Tamon Miki, «para o processo que levou esta escola a abandonar a tradição antiga e a tornar-se uma escola de brilhante pintura mural, absorvendo também os elementos da escola *Yamato-e*. O contacto das duas culturas, no entanto, ia ser cortado antes que pudessem realizar-se as suas imensas possibilidades».

É curioso notar que os biombos *namban* foram pintados precisamente na época das perseguições religiosas e que os artistas que os pintaram não eram cristãos. Pedro Kano, convertido, será uma das poucas excepções.

Os pintores cristãos são autores de quadros de carácter religioso, imagens para adorno das igrejas. Estes quadros tiveram tanta voga que Luís Fróis escreve em 1584 que havia necessidade de cinquenta mil. As imagens pintadas pelos Japoneses, de que nos ficaram alguns quadros, eram reproduções de originais vindos da Europa que nem sempre possuíam alta qualidade. Porém, os pintores japoneses não se limitaram a copiar servilmente, antes davam largas à sua inspiração inovadora, combinando o estilo ocidental com o gosto e a espiritualidade orientais. O ensino desta pintura era feito nas igrejas e nos colégios jesuítas, sobretudo na ilha de Kyushu.

A expulsão dos Portugueses e a intensificação das perseguições pôs termo à pintura de temas religiosos. Continuou, porém, a ser permitido pintar os «bárbaros do Sul», numa estilização quase caricatural. Todavia, o uso de óleo e técnicas europeias levantava perigosas suspeitas de cristianismo. Só passado século e meio surgiu nova onda de temas e de pintura europeia, quando os Holandeses introduziram a gravura.

A arte *namban* foi dada a conhecer em Portugal numa admirável exposição trazida a Lisboa pela Fundação Gulbenkian, em Abril de 1981. Infelizmente, a reacção da imprensa portuguesa a esta mostra de alto nível artístico – que suscitou um vivo interesse em Madrid e Paris – foi de incompreensão, e ignorância até. Os agentes da cultura não souberam explicar ao público o excepcional significado histórico e artístico da exposição, esclarecendo que se estava perante um dos exemplos mais notáveis de interfecundação das artes do Oriente e do Ocidente. Não é a primeira vez que uma iniciativa de rasgo e visão da Gulbenkian – o único ágora artístico com nível internacional neste país – deixa indiferente a *intelligentzia* nacional e os comentaristas que mais depreciam o que menos entendem, por falta de preparação ou de esforço para irem investigar o que não conhecem: neste caso bastaria irem consultar a valiosa bibliografia escrita por estrangeiros acerca dos biombos *namban*. A exposição da Fundação Gulbenkian teve o raro mérito de reunir, pela primeira vez, um grande número de objectos de arte *namban*, espalhados por vários países, e que até hoje não fora possível ver em conjunto.

TEMAS PORTUGUESES NA CULTURA JAPONESA DE HOJE

Antes de abordarmos a influência portuguesa na cultura nipónica de hoje, vejamos, de modo sucinto, como vem incidindo a cultura ocidental no Japão desde o começo da modernização na era Meiji.

a) **Influência ocidental na cultura japonesa actual**

O maior problema do Japão desde o começo da época Meiji (1868-1912) tem sido o de combinar ciência e tradição. Este problema reflecte-se em cada aspecto da vida japonesa e repercute-se, evidentemente, na literatura. Desde os escritores das velhas gerações até aos jovens escritores de hoje, o caminho da ocidentalização da mentalidade japonesa tem sido progressivo. E tem sido feito sob o risco de secar as fontes espirituais nipónicas.

Os intelectuais japoneses continuam a sentir vivamente a angústia mental já expressa pelos seus avós da época Meiji, dita nestas palavras simples por Doppo Kunikida: «No fundo de mim duas ideias lutam pelo domínio: uma é oriental, que herdei, outra é ocidental e recebi-a da minha educação. Sinto-me exaltado quando leio Wordsworth, diante do arco-íris matinal, mas que hei-de fazer quando o crepúsculo traz consigo aqueles versos inefáveis dos *tanka* dos tempos idos?»

A influência ocidental nos escritores japoneses modernos pode ser vista mais claramente em dois pontos capitais: no melhoramento técnico da poesia e do romance e nas novas tendências do pensamento. Quanto à poesia, as novas formas e princípios quebraram os velhos cânones. No campo do romance, a mais importante influência sentiu-se na sua construção e estrutura. Os tradicionais romances difusos e divagantes, alastrando episódios com frouxa ou nenhuma coesão, no decorativo fluir de coloridos rolos de *makimono*, têm dado progressivamente lugar a obras preocupadas com unidade e concentração, a esforços de estreito enredo e sólida construção.

As condições de ocidentalização progressiva da vida nipônica mudaram muito a atitude, e mesmo a matéria, dos escritores de hoje em relação aos seus predecessores. A guerra foi a maior singular influência em vários deles. Alguns romances japoneses, inspirados pelo carácter inumano da guerra moderna, entre os quais se destaca *Nobi* (*Fogo na Planície*) de Ooka Shohei, são do melhor que jamais se escreveu. *Nobi* é considerado mesmo por alguns críticos estrangeiros o melhor livro saído da última guerra.

No que se refere às correntes do pensamento, o cristianismo e o marxismo são as duas mais notáveis influências. O marxismo, na opinião de fonte insuspeita, o padre Gino Piovesana, no seu livro sobre o pensamento japonês nos últimos cem anos, tem sido a corrente mais espalhada e popular, no Japão, depois da última guerra. O maior escritor das esquerdas é talvez a romancista Hayashi Fumiko, falecida em 1951. No campo filosófico tem sido também importante a tentativa de introdução da filosofia analítica.

O cristianismo, nos séculos XVI e XVII, introduzido pelos Portugueses, não deixou marca alguma na literatura japonesa (deixou-a na pintura, na arquitectura e nas ciências). Foi só depois da segunda abertura do Japão ao Ocidente que o cristianismo começa a influenciar escritores japoneses. Mas mesmo hoje, com excepção de alguns jovens escritores, pode dizer-se que o pensamento cristão provocou menos inspiração que surpresa. Para a maior parte deles, o cristianismo parece ainda tão estranho como o budismo poderá parecer a um escritor português. Porém, o conhecimento, quase sempre incompleto e com surpreendentes lacunas, do pensamento cristão tem particular importância, porque tem levantado reacções, especulações e problemas que dão vida e novos aspectos à obra de certos escritores, mesmo de alguns que nunca se chegaram a pôr sequer a questão da conversão.

O problema é sobretudo aqui de pensamento e novidade intelectual.

Dazai Osamu, um dos maiores escritores japoneses contemporâneos, que se suicidou em 1948, mostra um profundo interesse pelo cristianismo e, como outros, Shimazaki Toson, por exemplo, sente-se confuso pela ausência de resposta às suas estranhas questões. «Por que razão é o amor físico mau e o amor espiritual bom? Não compreendo. Não posso deixar de sentir que são ambos uma e a mesma coisa.» Provavelmente a leitura da Bíblia ajudou Dazai a aprofundar a sua compreensão dos sentimentos de piedade, infelicidade, humildade, humana vergonha. Não porque estes

sentimentos não sejam contidos no budismo, mas porque, vindos de um novo mundo, impressionavam Dazai mais fortemente.

O escritor japonês que mais tem reflectido nestes problemas é o romancista Shusaku Endo, de que adiante se fala.

Os grandes mestres japoneses têm sabido como incorporar os valores ocidentais nas suas obras, mantendo a sua nipónica vitalidade. A influência ocidental, em alguns deles, é muito marcada, mas podemos sempre sentir a seiva e o vigor das suas raízes japonesas. Somente os escritores secundários são completamente absorvidos pelo Ocidente e o imitam cegamente. Grandes escritores, como Mori Ogai, tinham profundo conhecimento da cultura ocidental e transplantaram os seus valores para o terreno nipónico. No entanto, podemos verificar que os grandes escritores ocidentais, como Shakespeare, Proust, estão mais próximos dos escritores japoneses de hoje do que os seus próprios clássicos. Os escritores nipónicos contemporâneos parecem-se muito mais connosco, ocidentais, do que com os seus antepassados de há cem anos. O romance japonês clássico desenvolveu-se num mundo que, intelectual e socialmente, era totalmente diferente do nosso hoje. E quanto mais o Japão se ocidentaliza mais os escritores japoneses se sentirão longe das suas fontes e tradições.

Os jovens escritores de hoje, a partir da geração que andava pelos 20 anos na altura da guerra, não são muito diferentes dos seus irmãos do Ocidente: conheceram o grande choque da derrota, ódio ao militarismo, o vácuo e a confusão moral do após-guerra. Vivem uma vida muito semelhante à nossa, comendo o seu peixe cru e olhando a televisão em modernas salas de *tatami*. Os escritores olham para o futuro, mas não podem abandonar o que é ainda vivo e bom no passado. O futuro, quanto ao Japão, vem da ciência e da tecnologia ocidentais, e o centro do progresso japonês estará no Ocidente por muitos anos, até que o Japão seja capaz de criar as fundamentais ideias técnicas necessárias para desenvolver a sua potência industrial e o seu progresso económico. A dependência tecnológica implica, no caso do Japão, uma dependência intelectual também. Todos os jovens escritores japoneses de hoje deram um passo mais largo para o Ocidente do que os escritores mais velhos, e o mesmo está acontecendo com os que lhes são mais novos. A Ásia e a Europa vivem nas suas obras, e mais esta do que aquela. Harmonizar estas duas fontes é o problema da vida inteira de cada japonês. Esta duplicidade reflecte-se necessariamente em cada escritor, consoante o seu temperamento e as suas inclinações. Em todos eles, porém, os ventos da vida intelectual sopram mais fortes da cultura ocidental, que eles conhecem de forma mais ou menos

incompleta e desigual. Enquanto o Ocidente avançou por passos ordenados, observou o maior romancista contemporâneo, Tanizaki Jun-ichiro, os Japoneses «encontraram uma civilização superior e tiveram que se lhe render» e esta é a sua maior desvantagem, de que mesmo os mais jovens escritores sofrem.

Todos os movimentos e teorias importantes da literatura ocidental têm tido repercussões no Japão. A vaga de existencialismo alastrou, e as obras de Sartre foram traduzidas e influenciaram escritores como Yukio Mishima, o mais notável e mais traduzido dos jovens escritores. O *nouveau roman* produziu no Japão algumas obras de valor incontestável, como os romances de Kobo Abe, com uma forte veia kafkiana. O sensacionalismo e a violência da geração irada tem aqui também um exemplo de destaque nas novelas de Shintaro Ishihara e Yasuko Harada.

A literatura japonesa é hoje um ramo da literatura mundial. Os problemas que preocupam a maior parte dos escritores japoneses têm um conteúdo universal. Pode acontecer que os críticos estrangeiros ignorem o Japão, não só em virtude da língua – das mais difíceis do mundo –, mas também porque ignoram a importância das traduções existentes em línguas ocidentais. Isto não deveria preocupar os Japoneses. O que é importante é que os Japoneses têm a consciência de possuírem uma das mais ricas literaturas do mundo e, nos nossos dias, uma das mais prolíferas e vivas.

b) Temas portugueses no romance, no teatro, no cinema, na dança e noutras artes tradicionais japonesas

As perseguições e suspeição contra o cristianismo, e em geral contra tudo que provinha do Ocidente, repercutiram-se também na literatura japonesa até ao começo da era Meiji (1868). Alguns, raros, ecos podemos encontrar, e esses sempre exsudando adversão ou antipatia.

Um patriótico poema de Date Masamune (1567-1636), intitulado «No anseio de atacar os Bárbaros do Sul», lança-se contra os Portugueses e Espanhóis: «O país está aturdido pelo incessante clamor de falsas religiões. / Quando virá o tempo de pôr em debandada as tribos bárbaras?»

Mas não é apenas aos «Bárbaros do Sul» que se dirige o ódio patriótico dos bardos nipões. Os «Bárbaros do Norte» também não são poupados. Um outro poeta nascido século e meio mais tarde, Rai Sanyo (1780-1832), increpa violentamente os Holandeses:

*Malvados, que vêm provocar o nosso olhar impaciente
Os seus miseráveis barcos, folhas sobre as ondas enormes
Cruzando distâncias imensas, na sua avidez do ganho
Rastejando como formigas gigantes em busca de carne pútrida
Vamos nós usar os nossos punhais para matar galinhas?
Vamos nós trocar as nossas mais belas jóias por ossos?*

Já perto de nós, um poeta de grande sensibilidade, Kitahara Hakushu, que morreu durante a última guerra, no poema «Jashu-mon Hikyoku» («Secreta música da heresia»), conciliado com o Ocidente, descobre nos temas da heresia cristã, dos barcos e das mercadorias exóticas que vinham do Ocidente, um misterioso encanto poético, «o segredo exótico de um sonho carmesim».

Na ficção, o grande escritor Akutagawa Ryunosuke (1892-1927), que deixou alguns dos mais notáveis e estranhos contos e novelas da literatura japonesa, no conto intitulado *Tobako to Akuma (Tabaco e o Diabo)*, desenvolve com subtileza e graça a história da introdução do tabaco no Japão: teria sido trazido pelo Demónio, disfarçado de monge, que entrou no Japão na companhia de São Francisco Xavier.

Hoje os temas portugueses foram francamente lançados na literatura nipónica por Shusaku Endo, um dos mais notáveis modernos escritores japoneses, e que mais interesse e penetração mostra na compreensão dos problemas que surgem da aproximação dos homens e das culturas do Oriente e do Ocidente.

Num romance notável, *Chinmoku (Silêncio)*, já traduzido em todas as línguas europeias, com excepção da portuguesa, revive o período das perseguições aos cristãos no Japão na primeira metade do século XVII. Shusaku Endo é um católico, mas, sendo japonês, a absorção do catolicismo não lhe foi fácil nem sem penas, pois é difícil aos Japoneses – cujas religiões, o xintoísmo e o budismo, são tão afastadas do cristianismo – absorver uma religião baseada em tão diferentes princípios e dando aos problemas da vida e da morte tão diferentes soluções. Falta aos Japoneses a tradição cristã que os habilita e prepara para compreender uma doutrina criada e desenvolvida dentro de outra civilização e em muito diferente ambiente social e humano. Este é um dos aspectos vivos do romance de Endo, que em si mesmo é quase um debate moral. Porque se o

cristianismo não for extensível aos Japoneses e a qualquer povo, então não poderá alegar o carácter universal que afirma estar na sua própria natureza.

Sendo um romance histórico, o romance de Endo levantou grande controvérsia no Japão, o que mostra o seu carácter actual. Endo introduz na literatura japonesas os temas do pecado, do martírio, da apostasia, o primeiro dos quais apenas começou a ser tocado por escritores modernos como Dazai, Mori, Yasushi Inoue e poucos mais (no xintoísmo não existe propriamente o pecado).

O protagonista de *Silêncio* é um português, o padre Sebastião Rodrigues, que foi para o Japão evangelizar no período das perseguições aos cristãos. Levou-o ao Japão o fervor de pregar a religião cristã e confortar os convertidos desamparados pela Igreja depois da expulsão e feroz perseguição movida pelos xoguns Tokugawa, e atraía-o ainda o enigma da apostasia do seu antigo mestre e amigo, outro padre português, Cristóvão Ferreira, por cuja figura moral Rodrigues mantinha a maior veneração. Ferreira havia sido, de facto, a mais alta autoridade cristã no Japão, provincial da Companhia de Jesus, teólogo e missionário fervoroso, que para continuar a evangelização se introduzira secretamente no Japão, e que se dizia havia apostatado depois de ser submetido durante seis horas à terrível tortura de *ana-tsurushi* – ser suspenso de cabeça para baixo, com as pernas e os braços ligados, sobre um poço de excrementos. Desde o começo do cristianismo no Japão, com Francisco Xavier, até 1632, apesar de crucificados, queimados, submetidos a toda a espécie de torturas – muito mais cruéis do que as infligidas pelos Romanos –, nenhum missionário havia apostatado. Ferreira, apesar da sua alta posição eclesiástica, foi o primeiro. As notícias recebidas pelos missionários e cristãos agora refugiados em Macau eram muito vagas. Mas ao espírito de todos surgia a pergunta – que motivos teriam levado um homem da têmpera moral e fortaleza de carácter de Ferreira a renegar as suas crenças? E esta interrogação cortava como navalha o coração do jovem padre Rodrigues, fiel na sua amizade e admiração à lembrança do mestre amado e venerado.

Com dois outros padres portugueses, Rodrigues introduziu-se secretamente no Japão, levando como guia um japonês, Kichijiro, estranha personagem a quem os três padres confiam a sua vida. Desde o começo, a figura de Kichijiro é traçada com grande vivacidade e interesse – fraco, servil, dissimulado, amável, reservado, dado ao vinho, perseguido por lembranças terríveis. Kichijiro, que acompanhará Rodrigues até ao fim, seguindo-o como um cão quando este o expulsa, depois de por ele ter sido traído e denunciado, é uma felicíssima criação de romancista. Kichijiro foi cristão e apostatou

numa cena horrível em que seus irmãos e irmãs foram martirizados por se recusarem a renegar e pisar a imagem de Cristo, e ele, por fraqueza, não pôde enfrentar o sofrimento. É nesta pobre figura que os padres se vêem obrigados a confiar para desembarcarem de noite e em segredo no Japão, abrigados por cristãos que os escondem das autoridades.

Os dois padres foram metidos numa miserável cabana isolada na montanha, aonde os cristãos iam de noite ouvir missa, confessar-se e receber os sacramentos. Durante o dia, escondidos, evitavam fazer o mínimo ruído; para maior segurança, cavaram um buraco sob o soalho da cabana para poderem ocultar-se no caso de a polícia os procurar. Apesar do frio intenso no Inverno, com a montanha coberta de neve, os padres não podiam acender fogo, com receio de denunciar a sua presença.

Endo descreve a curiosa organização dos cristãos ocultos – *Kakure Kirishitan* – em cidades e aldeias no Japão. Um dos mais velhos era escolhido para desempenhar as funções de sacerdote, procedendo às cerimónias do casamento e do baptismo, celebrando as festas do Natal, da Sexta-Feira Santa e da Páscoa. Era sempre um homem austero, de uma conduta irrepreensível; o ensino da doutrina era ministrado por um grupo de crentes escolhidos pela sua vida exemplar. Deste modo, às escondidas das autoridades, cristãos japoneses, sobretudo em pequenas ilhas, conseguiram manter a sua fé viva durante mais de dois séculos, e, quando os Ocidentais vieram ao Japão pela segunda vez, encontraram ainda cristãos que murmuravam em português e em latim palavras do culto católico antigo. Endo dá com vivacidade a influência portuguesa nestas pequenas comunidades secretas. É fácil imaginar o grande regozijo e consolação causados pelo aparecimento de dois padres entre estes fiéis ardentes e abandonados. Por isso a missão de sacerdote tomava um significado particular, de consolação humana, em nenhum outro lugar igualável.

As autoridades japonesas continuavam cruelmente as perseguições. Era proibido levantar uma divisória entre a sua casa e a do vizinho, para que uns aos outros pudessem espiar-se e denunciar os cristãos às autoridades. Havia prémios de denúncia: 300 moedas de prata por um padre, 100 por um cristão. Os camponeses viviam em atroz miséria, alimentavam-se de batatas, nabos e ervas, reservando o arroz que cultivavam para pagarem com ele os impostos aos senhores. Quando não podiam pagar os impostos, as mulheres e os filhos eram metidos na cadeia, às vezes na prisão de água.

Os cristãos descobertos pelas autoridades sofriam as mais cruéis torturas. Primeiro começavam por fazer-lhes cuspir ou pisar a imagem de Cristo ou da Virgem. Depois punham-nos a tormento. Rodrigues e o seu companheiro, um dia, escondidos na montanha, observaram a longa procissão de guardas que levavam os cristãos à «tortura da água». O povo da aldeia, receoso, não ousava sair das casas, espreitava pelas vigias. Chegados à praia, os guardas fizeram uma fogueira para aquecer os dois prisioneiros e deram-lhe *sake*, o vinho japonês. Depois ataram-nos a duas estacas espetadas no mar. Quando a maré subia chegava-lhes até ao queixo – e ali ficaram dias até morrer, orando e cantando hinos de fé. Quando estavam mortos queimaram os corpos, para evitar que os cristãos os sepultassem ou guardassem deles alguma relíquia.

A situação tornava-se perigosa. Os dois sacerdotes foram um dia avistados de longe por estranhos. Para fugir ao perigo, decidiram separar-se, jurando-se mutuamente fazer todos os esforços para se manterem vivos, pois a existência de um padre no Japão, para dar ânimo aos cristãos, era como um círio aceso nas catacumbas. Perdido na montanha, Rodrigues foi obrigado a comer ervas. Minava-o por vezes o desespero. No meio de tanto sofrimento, Deus não dava o mínimo sinal. Que poderia explicar este tremendo silêncio de Deus? E se Deus não existisse? Horrível, fantástica interrogação para um sacerdote! Seria inútil e vão o sofrimento dos torturados e crucificados?

Rodrigues foi traído por Kichijiro. Os guardas prenderam-no e atiraram a Kichijiro algumas moedas de prata. Tal como na traição de Judas.

O paralelo, sugerido nas principais passagens da vida de Rodrigues, com a vida e traição de Cristo põe uma nota dramática no romance.

Na prisão, Rodrigues ouve os gemidos de dor e horror dos cristãos torturados. E de novo interroga o silêncio de Deus.

O inquisidor, Inoue – que já havia sido cristão e baptizado, nos tempos em que o cristianismo era permitido e seguido pelos senhores feudais –, num diálogo poderoso, procura convencer Rodrigues de que o cristianismo não pode vingar no solo japonês: o Japão é um pântano onde tudo que é estrangeiro apodrece e morre. Mas, se o cristianismo não é universal, pensa Rodrigues, não pode salvar as almas de todos os homens na Terra, e então não pode ser verdadeiro, hesita o sacerdote.

Finalmente, Rodrigues tem um dramático encontro com o seu antigo mestre, Ferreira, renegado e agora tornado japonês, ao qual foram dados a viúva, o filho e até o nome de um justicado japonês, Sawano Chuan. A força e o contraste destes encontros

dão ao romance um vigor invulgar em toda a literatura japonesa, mais hábil em captar as nuances delicadas do que o choque violento dos caracteres.

É na prisão que, pela primeira vez no Japão, Rodrigues pode exercer verdadeiramente o seu ministério; só na prisão ele goza de paz e segurança e está livre da agonia da fome e da angústia do medo e de ter constantemente de esconder-se. Na cadeia pode falar com a gente, orar e meditar.

Porém, desde o começo dos seus dias na prisão, Rodrigues ouvia um estranho ruído, que julgou ser como que de um prisioneiro ressonando numa cela afastada. Este ruído incomodava-o, embora o divertisse a ideia de alguém poder dormir assim, sem cuidados, em tal tranquilidade de consciência. Foi Ferreira que lhe revelou o significado daqueles ruídos: eram os cristãos gemendo de agonia, suspensos de cabeça para baixo no poço pestilento. Estes desgraçados eram torturados por causa dele, Rodrigues. Desde que Rodrigues apostatasse, todos seriam, postos em liberdade. As autoridades japonesas não se inquietavam com a devoção cristã de pobres conversos ignorantes; o que queriam era obrigar os sacerdotes a renegar a religião para que este exemplo impedisse a expansão da fé católica, que eles consideravam daninha, contrária às instituições do país. Fora para evitar mais sofrimento à pobre gente como esta que Ferreira apostataria.

E, então como agora, Deus mantivera um silêncio absoluto. Um silêncio igual àquele que recebeu as últimas palavras de Cristo na cruz: «Meu Deus, meu Deus, porque me abandonaste?» A Cristo também Deus negara uma resposta.

Os gemidos de agonia penetravam agora no coração de Rodrigues, cortavam-lhe na carne. A oração não consolava a angústia. Teve então uma súbita inspiração – pensou que se Cristo estivesse no seu lugar, apostataria por amor desses desgraçados, renegaria, por amor, para os salvar. E Rodrigues, depois de longa luta interior, decidiu-se a pisar a imagem de Cristo, como os guardas lhe propunham. O próprio Cristo de bronze parece murmurar-lhe: «Pisa-me! Pisa a minha imagem, pois eu sei melhor do que tu a dor do teu pé que me pisa!» Rodrigues põe o pé sobre a imagem de Cristo. Amanhece. Ao longe, o galo cantou.

O ambiente de todo o romance é impregnado da obra de evangelização feita pelos Portugueses, que converteram cidades inteiras; Nagasáqui chegou a ter 11 igrejas e 200 mil cristãos. A marca deixada pelos Portugueses é sempre presente e viva no

romance. O intérprete oficial de português traduz todas as conversas de Rodrigues com as autoridades japonesas. Endo percorreu todas as cidades e lugares da ilha de Kyushu onde missionários portugueses estiveram, portos onde fundearam as naus vindas de Macau; estudou a história do cristianismo no Japão, e é baseado na acção e no idealismo dos missionários que compõe este livro. No entanto, trata-se de um romance contemporâneo, que equaciona os grandes problemas que separam ainda hoje o homem do Oriente do homem do Ocidente. O próprio Endo confessa que existe um conflito entre o seu catolicismo e o fundo subjacente da sua personalidade; e é muito difícil, escreve em outro livro, reconciliar o seu sangue japonês com uma religião vinda do Ocidente. O cristianismo é uma sinfonia, e, se «não existe nesta sinfonia uma parte que corresponda ao pântano que é o Japão, não pode ser uma verdadeira religião».

O interesse universal deste romance não está no aspecto religioso: reside fundamentalmente em ter sido pela primeira vez aprofundado por um japonês o problema do encontro de ideias e crenças ocidentais com as de povos com uma civilização altamente desenvolvida e diferente. Graham Greene disse de *Silêncio* que foi o melhor romance japonês que leu até hoje. Tendo sido um *best-seller* que tornou conhecido no mundo o nome deste autor de vários outros romances; para nós, Portugueses, apresenta ainda o particular interesse de o protagonista ser português e de evocar constantemente a obra de contacto com o Ocidente que os Portugueses deixaram no Japão.

Do prefácio que Endo me pediu para a edição original de silêncio permito-me traduzir, para conclusão:

A intensidade deste romance está no tremendo sentimento de soledade de um homem que longe do seu país, numa terra estranha, nos momentos de total desespero, se sente abandonado de Deus e sem nada de comum que o ligue aos homens que o cercam. Abandonado à sua completa solidão, sem uma esperança no futuro, sem um sentimento quente de fraternidade humana que responda ao seu apelo, qual é o homem que pode sobreviver num deserto onde não ecoa uma só voz humana? Pode o homem viver sem Deus? Poderá viver sem o confortante gesto de amor de outros homens? Foi a este deserto de violência, onde Deus e os homens se

fecharam num silêncio sem piedade, que o padre veio encontrar-se só com a sua alma. [...]

O maior interesse deste livro está na sua projecção sobre vastos horizontes. Endo não se contenta em criar personagens de ficção; consciente dos grandes problemas levantados pelas civilizações do Oriente e do Ocidente, quer, como romancista, apreender o seu dinamismo humano e demonstrar estes problemas por meio de uma viva galeria de seres humanos que sentem esses problemas nas suas almas, que os debatem em termos da vida de todos os dias, que nos interrogam a nós, homens do seu futuro, o seu sacrifício e o seu sangue clamando por uma resposta.

Endo, escritor católico, serve-se do encontro histórico entre a religião ocidental e a mentalidade oriental para demonstrar a necessidade de repensar o cristianismo. Baseando-se no passado, põe em questão a qualidade universal da doutrina cristã e a capacidade desta para responder ao anseio dos homens de hoje e do futuro.

Endo escreveu há pouco uma interessantíssima *História de Cristo*, traduzida já em várias línguas.

No teatro, Endo prolongou o seu inquérito espiritual à herança portuguesa no Japão, na peça *Ogon no Kuni (O País do Ouro)*. O País do Ouro era o Japão, para os comerciantes, porque lá iam procurar o metal precioso, e para os padres, porque esperavam ali plantar a árvore do cristianismo. Nesta peça, Endo recua ao tempo anterior ao *Silêncio*, dramatizando a história verdadeira do padre Cristóvão Ferreira.

De novo, aqui, Endo fulcra a intensidade da acção no contraste entre a fé cristã e o «pântano» que é o Japão; «pântano» porque é um chão movediço, onde as doutrinas estrangeiras não tomam raiz, ou, se ficam, são de tal modo transformadas que se tornam irreconhecíveis e perdem a sua primitiva natureza.

A acção d'*O País do Ouro* passa-se no gabinete de investigação dos cristãos do inquisidor Inoue e na cabana onde se reuniam os camponeses cristãos, que escondem o padre Ferreira. Inoue propôs-se extirpar todas as raízes do cristianismo no Japão e, embora com relutância, persegue inexoravelmente todo o cristão descoberto pelos seus espíões. Na peça mostra-se todo o mecanismo da cruel perseguição e a coragem dos camponeses, que preferem morrer suspensos – de cabeça para baixo, sobre o poço de excrementos ou atados a uma estaca no mar – a renegar a sua fé.

A dramática separação natural entre os fortes – que podem aguentar torturas e manter-se inabaláveis – e os fracos, incapazes de suportar a dor, é de novo usada, como havia sido em *Silêncio*, mas servindo a novos e mais dramáticos contrastes.

O ambiente da peça mostra ainda a viva influência portuguesa – quase todos os funcionários do gabinete de investigação, a começar pelo chefe Inoue, haviam sido cristãos e recebido um nome cristão. Inoue havia sido batizado com o nome de Paulo. Aparece mesmo o pão-de-ló português, *kasutera*, que, segundo eruditos, provém da frase que explica a sua confecção, «bater ovos em castelo».

Ao saber que os cristãos da aldeia são presos e torturados, Ferreira vai oferecer a sua vida para os salvar. É logo submetido à tortura do «poço». Ferreira aguenta o sofrimento. Porém, no momento em que o soltam da corda que o suspende pelos pés e vê os camponeses à sua volta ameaçados de tortura semelhante, Ferreira tem uma inspiração súbita e decide pisar a imagem de Cristo, exortando os camponeses a que façam o mesmo por amor de Cristo, que deu por eles a vida e agora ficará feliz se salvar aqueles pobres crentes à custa da injúria de o pisarem. Ferreira compreendeu finalmente que Cristo, por amor, quer ser pisado, para salvar aquelas vidas.

Mas, apesar da promessa de Inoue e do pecado do padre, os cristãos japoneses são condenados a morrer presos a uma estaca, engolidos pela maré-alta. E morreram sem renegar a sua fé. Ferreira, que convertera estes camponeses que por Cristo deram a vida, não só apostata, mas acaba por escrever livros em japonês contra a religião que pregava, ele, que enviara para Roma eloquentes relatórios sobre a fé e a coragem dos mártires japoneses quando era provincial dos Jesuítas. Endo baseia-se na verdade histórica.

A peça encerra com a notícia de que quatro padres acabam de desembarcar no Japão. A luta pela fé continua.

A peça de Endo foi encenada, com simplicidade e grande força dramática, por Hiroshi Akutagawa, filho do grande escritor, na Primavera de 1966, e representada por actores do grupo Kumo.

No cinema, *Silêncio* foi realizado por Masahiro Shinoda, num filme que tem cenas da intensidade dramática do romance, sem golpes de originalidade nem a grandeza que lhe desse no estrangeiro a fama de que gozam alguns extraordinários filmes japoneses.

Um outro filme de tema português, *História da Introdução da Espingarda no Japão (Teppo Denraiki)*, foi realizado, em 1968, por Masaichi Nagata sobre um manuscrito de Paulo Rocha, de que a companhia Daiei abusivamente se apropriou. O filme não atingiu nível para conquistar voga no estrangeiro. A chegada de Mendes Pinto a Tanegashima, miserável e naufrago, a história do amor com uma japonesa, a fabricação da espingarda pelos Japoneses, tudo se apaga numa apresentação banal. Falta ao filme inteiramente o sentimento de grandeza do momento histórico do primeiro encontro entre o Ocidente e o Japão. Sobre este mesmo tema foi há umas duas dezenas de anos encenada uma peça que não deixou traços na literatura teatral.

Na cidade de Wenceslau de Moraes, Tokushima, a Televisão de Shikoku produziu um filme muito interessante sobre a vida do escritor português, intitulado *Gaijin Moraesu (O Estrangeiro Moraes)*, dirigido por Tadashi Tsuji, que sobre Moraes também tem escrito.

Assim, mais uma vez, os Japoneses mostram pela tradição portuguesa um interesse e carinho que Portugal até hoje não retribuiu.

Também na dança, a arte mais nobre do Oriente, linguagem em que se ora aos deuses, se uniram criativamente o espírito do Japão e de Portugal. Há quatro séculos, os meninos japoneses dançavam piedosamente em frente do altar do Santíssimo Sacramento. Um biombo *namban*, numa dança da espada, mostra uma bailarina com uma cruz ao peito. Há anos, Kanzaki Hidejo dançou no palco da Associação de Amizade Luso-Japonesa de Tóquio. Kanzaki é um génio coreográfico: um dia, passando diante de uma pedreira, foi atraída pela música dos escopros. Colheu essa música abstracta e excitante num gravador e concebeu um bailado que pouco depois exhibia no Teatro Nacional. É a maior bailarina clássica do Japão. Instiguei-a a imaginar uma coreografia japonesa sobre a música de Carlos Seixas e Sousa Carvalho. Num quimono que ela desenhou para o propósito, de uma seda branca transparente, nos pulsos longos cordões pendentes, com um grande leque colorido, uma grande cruz ao peito, sobre a cabeça um véu branco português, a sua figura pequena e delicada deslizava no palco em passos harmoniosos e lentos, invadindo o desconhecido da Arte.

O leque ora planava sobre um mar sereno a espelhar um céu límpido, ou se embalava em ondas mansas, ora se agitava numa convulsão de tempestade, para cair no afundamento de um naufrágio. Depois tirava da cabeça o véu de seda fina e movia-o em suavidades místicas que eram hinos de virgens, preces de fiéis em adoração ao novo

Deus, eram procissões com santos, bandeiras e velas em cidades que ouviam o nome de Cristo pela primeira vez; e quando, de repente, amarfanhava o véu, eram torturas e abjurações e indizíveis sofrimentos e martírios. Música oitocentista portuguesa, dança nipónica moderna – unidas criativamente no génio de uma grande artista.

Vi mais tarde uma tentativa semelhante, em Paris, produzida por BÉjart, inspirada na dança indiana, a mais bela no *bakhti*. Falei a BÉjart da inovação de Kanzaki, que o deixou surpreendido.

São tentativas avançadas de criar novas riquezas, de harmonizar num campo novo os tão diferentes espíritos do Ocidente e do Oriente.

A influência da herança histórica portuguesa é tão viva ainda que ela se manifesta numa das mais típicas artes nipónicas – a arte dos bonecos. É esta, no Japão, uma das artes mais vivas e imaginativas nas formas, nas cores, nas expressões surpreendentes. Há escultores de bonecos que são glórias nacionais, como Oe Minosuke, cujos bonecos de *Kabuki* são famosos; o conhecido pintor Toku Yusui pinta apenas aguarelas com figuras de bonecos. Uma das maiores criadoras de bonecos, Komako Ishigaki, conta na sua longa galeria formas várias de bonecos *namban*, cujos grupos estão muito próximos dos painéis que podemos ver nos biombos *namban*. A par disto, conserva-se na ilha de Kyushu, na cerâmica, a tradição de modelar pequenas figuras *namban*. E, também nas lacas, este tema, hoje, como há séculos, é explorado nos seus efeitos ornamentais.

Já em outro livro referi como a mais japonesa das artes – a Arte do Chá – conserva gestos essenciais recebidos de certas formas da liturgia cristã, e como estas reminiscências têm sido mencionadas pelo actual grão-mestre desta arte, Sen Shositsu, descendente do seu fundador, Sen no Rikyu, e autor de *Tea Life, Tea Mind*: quando se toma cerimoniosamente o chá no Japão, hoje, repetem-se gestos hieráticos da missa de há quatro séculos.

EVOCAÇÃO DAS GLÓRIAS DO PASSADO: PORTUGAL NA EXPOSIÇÃO MUNDIAL DE OSACA

O Japão quis ver consagrada a sua posição de terceira maior potência económica do mundo de hoje – a primeira do século XXI, prevê o Instituto de Tecnologia de Massachusetts e Herman Kahn – lançando-se no maior certame internacional até hoje realizado. A preocupação de mostrar as últimas novidades da técnica dominou os pavilhões de todos os países e salientou-se mesmo nos de algumas pequenas nações progressivas, como a Holanda, a Suécia, a Checoslováquia. O imenso pavilhão do Japão e – ainda mais – os pavilhões das grandes firmas japonesas distinguiram-se pela exibição das últimas maravilhas técnicas, científicas e industriais.

Portugal, consciente do seu brilhante passado histórico no Japão, foi dos primeiros a decidir representar-se. Houve um aspecto da sua representação em que se destacou dos outros países e foi porventura o primeiro, graças ao inteligente aproveitamento da herança histórica e das ligações que tem cultivado com as cidades japonesas unidas a Portugal por uma tradição ainda viva.

Ouvi dizer a vários japoneses – creio que não apenas por amabilidade – que o espectáculo do Dia de Portugal na Exposição Mundial de Osaca excedeu os dias nacionais de todos os demais países. Foi, sem dúvida, superior a todos os espectáculos nacionais que me foi dado apreciar.

Começava a Festa de Portugal com a entrada, sobre cinco largos palcos, ou praticáveis, dispostos separadamente numa imensa pista, dos portugueses em fatos regionais e com os bailarinos do Verde Gaio. A seguir avançavam, um a um, os grupos das cidades japonesas – Tanegashima, Nagasáqui, Quioto, Sakai, Tokushima – onde portugueses ensinaram, pregaram, comerciaram e morreram martirizados e, a última, onde um português repousa para sempre sob uma pedra budista. Cada grupo arvorava à frente uma bandeira com a inscrição em grandes letras japonesas e latinas que dizia: «A Cidade de Tanegashima, aonde primeiro chegaram os Portugueses»..., «A Cidade de Nagasáqui, que os Portugueses edificaram»..., «A Cidade de Quioto, onde os Portugueses pregaram e converteram cristão»..., «A Cidade de Sakai, aonde os

Portugueses vieram em barcos»..., «Tokushima, a terra que Wenceslau de Moraes amou»... «saúda Portugal!». Que momento indescritível, de profunda emoção para um português, esse em que a grandeza do passado revivia numa língua estranha, em terras tão longes de Portugal!

Mas de tudo o que mais impressionou e que marcou o mais alto momento dos espectáculos da grande Plaza da Exposição foi o *Namban Matsuri*, a «Festa dos Bárbaros do Sul». Portugal foi o único país que teve no seu espectáculo nacional uma representação importante do lado japonês. Desta vez, gente das cinco cidades ligadas a Portugal veio dançar as suas danças, combinadas com as danças do Ballet da Gulbenkian, do Verde Gaio, das duas centenas de bailarinos e actores, com o desfile dos Estudantes de Coimbra, que estenderam as suas capas negras para o Imperador passar: todos estes vieram trazer ao Japão a imagem viva de Portugal. No final do espectáculo o público da imensa praça juntou-se aos actores e foi um momento emocionante e raro de união em massa de portugueses e nipões. Isto repetiu-se seguidamente, durante seis noites. Portugal e o Japão têm estado mais afastados neste século do que no século XVI. Perante história tão extraordinária como a que Portugal criou no Japão, há que pensar se não é nosso dever presente, se não vale a pena, o gasto a que obriga honrar a grandeza do passado. Eu creio que valeu a pena a despesa que Portugal fez na sua representação da Exposição de Osaka. Da nossa presença ali continuaram por semanas os ecos na imprensa. Recebemos mais de mil recortes de jornais relativos ao Benfica. O *Matsuri*, os jogos do Benfica e Amália foram televisados e radiodifundidos. Amália, maravilhosa, continuou a ser repetida na rádio e na televisão. Muitos japoneses me falaram por muito tempo no *Namban Matsuri*.

Apesar de ter sido dada pouca antecedência, organizaram-se, fora do programa da Exposição, vários recitais de Amália em Tóquio e do Orfeão Académico de Coimbra e da Tuna Académica em Tóquio, Quioto e Hakone, além de três desafios, integralmente televisados, do Benfica.

Depois foi o teatro português, no Teatro da Exposição. Foi Gil Vicente, o *Auto da Índia* e o *Auto da Barca do Inferno*, encenados com rasgos de imaginação por Carlos Avilez; foi a voz clara e ardente de Amália, no seu populismo trágico que decanta e faz vibrar toda a melancolia lusíada; foi o Duo Ouro Negro, divertido e ligeiro.

Este foi o momento mais alto da presença de Portugal na Exposição. Mas, se a Festa Nacional foi imponente, animada, grandiosa, a realização do Pavilhão foi tristemente medíocre. O Pavilhão de Portugal pareceu-me retrógrado e tacanho.

A concepção do Pavilhão era excelente. Primeiro, o Passado – relações históricas de Portugal com o Japão, a profundidade da nossa influência, a grandeza do acto de trazer o Ocidente ao Oriente pela primeira vez, verdadeiramente, na História, o impacto cultural, exemplificado nas palavras existentes na língua japonesa, nas gramáticas, nos dicionários, nas ciências como a Medicina e a Arte Náutica, etc.; Portugal de Hoje: escolas, hospitais, indústrias, trabalho do povo, as artes; Portugal do Futuro: as crianças e as escolas. A ideia era, evidentemente, excelente e simples. A realização plástica foi, a meu ver, acanhada e banal. Uma coisa faltava a tudo – vida. O biombo *namban*, o modelo da caravela, eram talvez os únicos objectos expostos com uma realidade e um significado plenos. Portugal escreveu as primeiras gramáticas da língua japonesa e os primeiros dicionários – mas o dicionário português autêntico e visível (em edição francesa) estava no Pavilhão da França. No Pavilhão da França estavam também os documentos e gravuras da época relativos a São Francisco Xavier e à missão no Japão. Portugal fundou aqui igrejas e seminários, perdeu aqui missionários que foram martirizados – mas as antigas imagens dos santos de madeira em tamanho natural e os sinos mostravam-se no Pavilhão comunista da Checoslováquia. Dois sinos enormes! Portugal trouxe a arte da Europa, a pintura e a escultura do Renascimento – mas a bela exemplificação do encontro da arte ocidental e oriental estava nos Pavilhões da Índia e do Afeganistão. Não, os dirigentes portugueses não se deram conta de que vinham expor Portugal num certame mundial onde o engenho e a inteligência se vinham disputar ao mais alto nível, com afínco e audácia.

A grandeza de acção de Portugal no Japão não podia, francamente, ser representada por umas pinturas em forma de cartaz, de gosto duvidoso e até com erros. Sim, o célebre *Tratado das Contradições e Diferenças de Costumes entre a Europa e o Japão*, escrito pelo padre Luís Fróis, era no cartaz do pavilhão atribuído ao padre Baltasar Gago! Outro erro grave foi o inscrever na lista das palavras japonesas derivadas do português várias palavras mortas, em desuso, e deixar de parte as palavras hoje correntes. O próprio Imperador, na sua visita, me mostrou a sua estranheza por algumas palavras escolhidas: «rosa», que nos caracteres chineses em que estava escrita significa não a flor, mas sim «sal amoníaco».

Do próprio pavilhão não gostei, era vulgar, acachapado, feio para o meu gosto; colocado numa esplêndida situação, ladeado por três avenidas principais, voltava as costas a duas delas, para abrir por uma entrada baixa, corcunda, sem garbo e sem nobreza. A ideia de pôr a maior estátua, do «Navegador Português», nas traseiras do

Pavilhão – juntamente com as duas composições escultóricas em ferro, uma mesmo debaixo do pavilhão, e, pois, pouco visível – foi simplesmente desgraçada.

Por dentro do pavilhão era como por fora: tímido, mediano, chocho, sem imaginação, sem cor, sem rasgos nem brilho. Havia pouca luz, o tecto era negro, o preto era a cor dominante num interior em que nada fulgurava, o ambiente artístico era morno, muitas fotografias, algumas más e indistintas, diapositivos vulgares – e poucos objectos.

Tudo insípido, parado. O aparelho cinematográfico esteve a maior parte do tempo sem funcionar, e o pouco tempo que andou lançava imagens pálidas, indistinguíveis. Comparado com outros pavilhões, como os da Holanda, Bélgica, Suécia, os países socialistas do nosso tamanho, onde a cor e o som das dezenas de filmes simultâneos gritavam pelos electrónicos mais avançados, Portugal fazia um papel bem conservador e bem atrasado nos modernos meios de publicidade. A mim pareceu-me menos moderno o nosso pavilhão, hoje, do que alguns da Exposição do Mundo Português há trinta anos. Era certamente menos espectacular e menos fino de gosto. Mas, a meu ver, a sua pior fraqueza era faltar-lhe vida. A vida do povo. De arte havia raras amostras, e sem relevo. De arte popular quase nada. Esperava-se que mostrássemos os nossos artefactos e produtos, pois era de prever que os Japoneses, realistas e oportunistas, não se confinariam a fazer da Exposição um certame exclusivamente cultural. E assim foi, até ganharam dinheiro com ela, fizeram de lucros 13 mil milhões de ienes – a primeira vez que houve lucro na história das exposições internacionais. Os nossos vinhos, porcelanas, objectos de cortiça, bonecas, produtos de artesanato e fabris ficariam muito bem a ilustrar o trabalho do povo, com algumas máquinas, instrumentos e grandes fotos de monumentos e obras notáveis. Havia garrafas de vinho expostas em vários pavilhões, mas no nosso faltavam. Os Russos fizeram largo estendal dos seus produtos e artes populares e, no consenso quase geral, conseguiram o melhor pavilhão de toda a Exposição. E, se aqui o Portugal Presente não tinha corpo nem sangue, o mesmo acontecia com o Portugal Futuro, uns rapazinhos raquíticos, em fotos banalíssimas, sem projecção para um significado e esperança dinâmicos e progressivos. Aqui a ideia que nos faltou tiveram-na os Búlgaros – toda uma larga secção de desenhos de crianças das escolas erguendo o mundo do futuro: o maravilhoso mundo infantil. O que era preciso era oferecer aos 64 milhões de japoneses que visitaram a Exposição, mostrar aos nove milhões que visitaram o nosso pavilhão, aos que nunca foram nem irão à Europa, o que representou Portugal no Japão no

«século cristão» e o que é hoje, como vive, cria, pensa, aspira; mas mostrá-lo com imaginação, com força e com grandeza. Do nosso pavilhão uma só coisa se destacou com distinção e brilho – o restaurante. Foi certamente um dos quatro melhores restaurantes da Exposição, e o seu êxito foi tal que o maior hotel da Coreia do Sul, Chusan, tomou a iniciativa de fazer um festival de comida portuguesa em Seul, durante um mês, com o pessoal do nosso restaurante, incluindo os fadistas, que davam a nota portuguesa mais viva de todo o pavilhão.

A alegria, o brilho, a confraternização da festa passou como passa o júbilo estrepitoso de todas as grandes manifestações colectivas. Porém, algo ficou e perdurará – além da lembrança nos Japoneses que participaram desse reviver de uma simpatia que os séculos confirmam.

Das realizações que ficaram devem mencionar-se: a edição da *Antologia Japonesa* de Wenceslau de Moraes, a tradução japonesa de dois autos de Gil Vicente e do livro *Portugal*, também em japonês – além de um grosso volume ilustrado, em português e inglês, que nunca chegou a ser distribuído e jaz a apodrecer num armazém.

Podemos concluir aqui que o Japão, que hoje tem o passo de modernização mais rápido do mundo, e é do mundo o segundo mercado, pode ajudar-nos a modernizar Portugal. Pode, se soubermos, ser-nos fonte de avanço técnico, tornar-se um mercado importante para a nossa exportação, fonte de reforçamento da nossa indústria e de actualização da nossa agricultura.

Da descida ao fundo do passado trazemos sempre a mesma conclusão – a necessidade de nos libertarmos do passado, actualizar o presente, de verter em termos actuais o peso de uma história opulenta de feitos e de pensamento. Talvez em nenhum outro lugar isso se sinta tão vivamente como no Japão. E eu creio que no dia da Festa de Portugal o Presente atingiu a grandeza do Passado.

PARTE II

AS CIDADES

A PEQUENA ILHA JAPONESA
ONDE OS «BÁRBAROS» PORTUGUESES APORTARAM A PRIMEIRA VEZ

Tanegashima é a terra japonesa aonde primeiro chegaram os Portugueses. Em 1543. Nishino Omote é a capital da pequena ilha, que fica a uma centena de quilómetros da cidade de Kagoshima, ao sul de Kyushu, uma das três grandes ilhas do Japão. Da ilha de Tanegashima os Portugueses passaram a aproar a Kagoshima e depois a vários portos de Kyushu.

Nishino Omote ostenta, logo à entrada do seu porto, um monumento aos Navegadores Portugueses. É uma enorme estátua de pedra lusitana, de perfil moderno, erguida sobre um alto pedestal de pedra japonesa. Foi inaugurada numa linda manhã de sol, ali em frente ao mar, onde há quatro séculos fundearam caravelas.

Existia já em Nishino Omote um monumento em honra de Portugal – uma bala de canhão de mármore com inscrições alusivas à chegada dos Portugueses à ilha, em japonês e em português.

Foi ainda recentemente construída uma escola infantil que tomou o nome português de «Ninho dos Pequeninos», com uma pequena contribuição da Fundação Gulbenkian (foram os únicos dinheiros que ao Japão vieram de Portugal).

A praia onde os Portugueses primeiro desembarcaram fica em Nishimura Koura. É uma longa fímbria de areia branca entre a manta verde da terra e o espelho azul do mar. Contemplei-a do cimo de um castelo de rochedos altíssimos, erguidos contra os ventos do largo, e de cuja altura se desfruta um panorama admirável sobre o oceano infinito. A este abrigo veio dar o junco dos portugueses, impelido por uma tempestade, talvez um dos tufões terríveis que no fim do Verão, princípios do Outono, costumam assolar o Japão, espalhando devastações e mortes. No alto dos rochedos foi, em 1927, levantada uma pedra rústica, de uns três metros de altura, com uma inscrição japonesa relativa à introdução da espingarda – *teppo* –, sem alusão aos Portugueses. Há ainda um pequeno templo xintoísta e uma estela de cimento com uma inscrição dedicada aos mortos da última guerra – a todos os mortos. É curioso notar que todos os monumentos

aos mortos desta guerra que se vêm no Japão são dedicados a todos os mortos, de todos os países, incluindo os inimigos. Admirável sentimento humano do país mais patriótico de todos, que aboliu os ressentimentos do patriotismo e quer lembrar e despertar apenas o sentimento de amor dos homens, da irmandade na morte. É um novo sentimento de humanidade, que finalmente começa a dealbar na consciência dos homens e a substituir o antigo culto militar dos heróis e do nacionalismo estreito.

Se Pinto não foi, na verdade, dos primeiros, empanou o brilho da primazia aos portugueses geralmente indicados, António da Mota, Francisco Zeimoto e António Peixoto, pelas indecisões e disputas que provocou a sua vanglória.

Ao menos do primeiro contacto possuímos um relato vivo e cheio de pitoresco: a *Crónica da Espingarda, Teppo-Ki*, um curto escrito de meia dúzia de páginas, embora redigido sessenta e três anos mais tarde, que nos transmite o estranho ambiente desse encontro. Desse escrito constam dois nomes que parece poderem ler-se – Zeimoto Francisco e Mota, que eram os principais do barco:

No Outono da era Tembun, aos 25 dias do 8.º mês (23 de Setembro de 1543), chegou um grande navio a Nishimura Ko-ura. Não se sabia de onde vinha. A tripulação do navio era de 100 homens. Tinham um aspecto diferente de nós. A sua língua era incompreensível. Todos que os viram ficaram admirados. Entre a tripulação, um, de nome Goho, conhecia a língua chinesa. Não sabemos o seu nome de família. Era então chefe da povoação de Nishimura um chamado Oribenojo, que conhecia a escrita chinesa. Este encontrou Goho e escreveu com o bastão na areia: «Não sabemos de que terra vêm os homens do navio.» Goho escreveu em resposta: «Estes homens são negociantes do país dos bárbaros do Sudoeste» (Seinamban).

Aconselharam-nos a navegar para melhor porto, ao norte, Akaoki, aonde chegaram dois dias mais tarde. A conversa por meio dos caracteres chineses, muitos dos quais têm significado idêntico em chinês e japonês, embora a leitura seja diferente, continuou entre Goho e, agora, um erudito em chinês, o bonzo Chyuchuza.

Além do estranho aspecto dos Portugueses e das suas bárbaras maneiras de comerem com os dedos, do modo ruidoso e emotivo como falavam, o que mais chamou a atenção dos Japoneses foi as espingardas que traziam. O senhor da ilha, Tokitaka,

compreendeu imediatamente o seu extraordinário valor no Japão militar, e pensou: «Isto é um tesouro singular que não tem igual na Terra.» Chamaram-lhe *teppo*, nome que ainda persiste e que teria valor decisivo no futuro do Japão, dando a vitória aos senhores que compreenderam o alcance da nova técnica e a introduziram nos seus exércitos. O Japão encontrava-se precisamente num período de guerras intestinas, *Sengoku Jidai*, que haviam começado, com a guerra de Onin, no último quartel do século XV, e a espingarda teve um grande papel, permitindo alargar os exércitos pelo recrutamento de camponeses e contribuindo para a unificação do Japão, com Oda Nobunaga e sobretudo com Hideyoshi Toyotomi.

Além da espingarda, os Portugueses foram talvez introdutores no Japão da batata-doce, que em japonês se chama *Satsuma imo*, batata de Satsuma, a província aonde os Portugueses, com o desenvolvimento do comércio, passaram a levar os seus barcos. Há em Tanegashima um curioso templo antigo, ainda frequentado, dedicado ao espírito da batata-doce. Fui visitá-lo e depus o meu óbolo ao venerando deus do substancial tubérculo.

No recinto do templo funciona uma escola de frecheiros, uma das mais nobres artes militares do Japão, pois que a espingarda, mesmo na ilha onde primeiro apareceu, não suprimiu as armas tradicionais. Há mesmo japonesas que atiram ao arco com o fim de desenvolverem os seios.

A espingarda recebe um culto intenso nesta terra pacífica. Há um templo xintoísta à espingarda, uma dança da espingarda, e os prospectos turísticos de Tanegashima exibem uma linda rapariga envolta num quimono colorido, tendo atravessada sobre o peito uma espingarda. Não é já a arma, é o mito em que se transformou o símbolo do primeiro encontro do Japão com o Ocidente.

Como aconteceu com outros acontecimentos na História, a introdução da espingarda no Japão deu origem a uma doce história de amor.

Foi o caso que o senhor da ilha, Tokitaka, ordenou ao seu alfageme, Kimbei Kiyosada, que aprendesse a fazer espingardas. Kimbei ficou muito preocupado porque não via como lhe seria possível fabricar uma espingarda sem ao menos poder examinar um modelo. Ora Kimbei tinha uma filha, de nome Wakasa, que, segundo uma adição à *Crónica*, era de uma beleza rara (*Utsukushii!*). Kimbei «levou a donzela ao navio dos mercadores portugueses e disse ao capitão: ‘Se me ensinardes a fundir a espingarda,

dou-vos em recompensa esta minha humilde filha.’ O capitão, ao ver a formosura de Wakasa, sentiu abalar-se-lhe o coração e ensinou o pai a fabricar a espingarda.»

O capitão partiu e levou consigo a donzela Wakasa. «Deste modo conseguiu Kimbei aprender o segredo de fundir a espingarda.»

Porém – continua a *Crónica* –, apesar de passar dias e meses a tentar fazer espingardas, Kimbei não conseguia rematá-las pela parte inferior, de maneira a darem fogo. Por isso, arrependeu-se de ter dado a filha em troca de um conhecimento inútil e pensava nela constantemente e com tristeza. Wakasa partira com o capitão para o mar largo e sentia também profunda saudade da sua ilha verde banhada por um mar muito azul. Poetisa, como todas as japonesas jovens, escreveu este poema triste:

Tsuki to hi mo Yamato no hoo zo natsukashiki

Waga futa-oya no aru to omoeba.

(Meses e dias me pungem saudades do Yamato

Pensando nos meus pais que lá deixei.)

Mostrou ela o poema ao capitão e seu senhor, «que teve dela grande dó», reza a *Crónica*. No ano seguinte, o capitão voltou à ilha de Tanegashima e trouxe consigo Wakasa, indo fundear à enseada de Kuma-no-Ura. Enquanto pais e filha se abraçavam com lágrimas de regozijo, o oportunista senhor Tokitaka pensava que «era a vontade do Céu, que assim queria que Kimbei finalmente aprendesse como se rematam por baixo as espingardas». O capitão ensinou a Kimbei o segredo que este não aprendera da primeira vez, e o armeiro nipónico produziu no espaço de um ano 10 espingardas. (Enquanto ali esteve Mendes Pinto, cinco meses e meio, produziram-se em Tanegashima mais de 600 espingardas.) Tokitaka, que tencionava servir-se das armas para a guerra, «regozijou-se muito e adestrou os seus vassallos no uso da espingarda. Assim começou a introdução das armas de fogo.» E assim encerra a *Crónica*. Não diz esta o que se passou com Wakasa, a formosa Wakasa, cujo nome significa «juventude». O resto da história é contado ainda hoje pelo povo de Tanegashima. Wakasa teve um filho, um garoto moreno como o pai e de olhos docemente alongados em amêndoa, como os da mãe. O pai não podia separar-se dele, habituara-se a brincar com ele, ensinara-lhe o linguajar da marinhagem, a gatinhar pelos cordames, e ao pôr do Sol tranquilo contava-lhe histórias da gente e da terra de Portugal, dos homens do seu sangue que de tão longe tinham vindo descobrir os segredos do mar. Decidiu levar o filho consigo; seria ele o

companheiro dos longos ócios das viagens calmas quando o mar infinito e manso promete entregar o mistério de terras nunca vistas.

Wakasa sentiu o coração despedaçado ao despedir-se do homem e do filho, pequenino ao lado do pai, no convés do navio, brioso a imitar o pai no aprumo e na coragem. E, de pé, no cimo da falésia, ficou a acenar-lhes com o seu lencinho branco, longas horas, até o barco, cada vez mais pequeno, se sumir no horizonte.

E daí em diante passava as horas a chorar; a chorar e a contar os dias que faltavam para o regresso do filho querido e do homem amado. Todos os dias, pela manhã e à tardinha, Wakasa subia ao cimo da escarpa que dava sobre o mar à procura do vulto branco de uma caravela. E um dia, numa manhã de sol de Outono, que é o mais lindo sol do Japão, viu surgir ao longe um navio em cujas velas pandas brilhava a cruz de Cristo. O coração não lhe cabia no peito de tanta felicidade. E pôs-se a gritar, a saltar de alegria, a fazer acenos. Tanto se emocionou, tanto se entusiasmou a acenar com as longas mangas do quimono, que perdeu o equilíbrio e caiu do alto da falésia sobre as ondas que bravejavam contra os rochedos. Morreu de alegria, feliz.

Deste modo trágico acabou o primeiro amor de uma japonesa por um português. Pobre Wakasa, o seu destino era viver de saudades e morrer de contentamento.

Hoje mostram-nos a sua pequena campá no parque de Nishino Omote, que tem o seu nome, Jardim de Wakasa. Exíguo e de areia seca, sobe do tumulozinho um pequeno tronco de palmeira, muito inclinado para a terra, negro, retorcido, como se a alma dolorosa de Wakasa reencarnasse na planta torturada.

No Jardim de Wakasa foi erguido o primeiro monumento comemorativo do contacto com Portugal: – O Jardim de Wakasa, o símbolo mais belo das alianças: a aventura de um povo e o amor trágico de uma mulher.

Em cada ano, realiza Nishino Omote um grande cortejo em que se evoca a chegada dos Portugueses. Porém, contra a letra das crónicas, e indiferente aos debates dos historiadores, o herói do cortejo é Fernão Mendes Pinto, que, ao lado de Wakasa, vestido de almirante, com um pomposo chapéu de penas, fato garrido e espada dourada, num galeão engalanado, armado sobre um camião, percorre a longa avenida que atravessa Nishino Omote. Na crença do povo de Tanegashima, hoje, Mendes Pinto foi o amado de Wakasa. Esta versão passou para os guias oficiais publicados pelo departamento do turismo do Japão.

Tive a sorte de ver duas vezes esse interessantíssimo cortejo, que começou com a minha primeira visita à ilha, em 1969. Da última vez, mais pomposo e importante, foi

por ocasião da inauguração do monumento aos Navegadores Portugueses, que fica em frente ao mar de Nishino Omote, o mar que os Portugueses há mais de quatro séculos abriram ao Ocidente.

O cortejo organiza-se num largo em frente a um templo xintoísta e atravessa a cidade, uns três ou quatro quilómetros, para acabar com a multidão a dançar sob as palmeiras, no Jardim de Wakasa. À frente vem uma fila de samurais nos seus fatos azuis antigos, seguidos de frecheiros armados e, no meio deles, o senhor feudal da ilha, a cavalo, também em trajos da época da chegada dos Portugueses. A seguir vem o enorme galeão luso. Dentro do galeão, Mendes Pinto e a sua formosa Wakasa, oficiais, marinheiros e missionários. Atrás do galeão, seguem a pé marinheiros portugueses com antigas espingardas ao ombro e raparigas japonesas vestidas à maneira de Viana do Castelo, com grandes arrecadas e cordões de papel dourado, xailes e lenços coloridos. A falsificação aumenta-lhes a graça e gentileza. Vêm depois os chineses – em cabaias pretas e de rabicho – que costumavam servir na tripulação dos barcos portugueses, e grupos de japoneses vestidos à moda da época e conforme as suas profissões e classes sociais, trazendo as ferramentas dos seus ofícios, com uma riqueza e variedade imensa de formas de vestuário, de cores, de inesperadas fantasias. Surge depois um carro com gueixas que cantam e dançam, e por fim um andor xintoísta, aos ombros de possantes rapazes quase nus. Fecham o cortejo centenas de crianças das escolas, de todas as idades, incluindo uma banda de música, composta de gentis moças, que toca um repertório variado, conduzido por uma dúzia de beldades que, enquanto marcham, fazem habilidades como as *majorettes* americanas, volteando nas mãos finos bastões dourados.

O longo cortejo, de mais de mil figurantes, atravessou toda a cidade de Nishino Omote, entre duas alas de povo que enchia a avenida principal, que corta a cidade de leste a oeste, e a que poucos nishinomotenses faltariam.

Quando o cortejo passou junto do mar, as dezenas de rapazes que levavam aos ombros o grande andor xintoísta – *omikoshi* – meteram-se às vagas até ao pescoço, dando grandes gritos: «Oishô! Oishô! Oishô!» O andor, verde e dourado, carregado de lantejoulas cintilantes, parecia vogar na espuma, como uma gloriosa oferenda aos deuses do mar. A força pagã do espectáculo fazia vibrar de alegria a manhã luminosa. Era a celebração do antigo rito da sagração do Mar.

O cortejo continuou para o Jardim de Wakasa, onde os figurantes se dispersaram, sentando-se em grupos, à sombra das palmeiras.

Por fim, foram depostas flores no monumento aos Primeiros Portugueses.

Vai agora começar a parte mais alegre do espectáculo – as danças. O Japão não concebe uma celebração ou cerimónia importante sem dança. Há danças da pesca, da apanha do arroz, da colheita do chá, do amor e da morte: pode dizer-se que todas as actividades e fases da vida do homem são expressas na dança. No templo, oferecem-se danças sagradas para orar aos deuses e implorar-lhes favores e colheitas férteis; e dança-se alegremente nos dias dos mortos, em Agosto, em sinal de regozijo porque os mortos queridos vêm passar três dias no seio das famílias, na companhia de filhos, netos, pais, tios e avós.

No Jardim de Wakasa dançaram-se, pois, as mais variadas e formosas danças. Variadas na cor dos quimonos, na forma dos chapéus, nos temas das canções. Desde as sofisticadas danças chinesas, que penetraram pelo Sul do Japão há mil anos, às danças rústicas alusivas aos trabalhos dos campos, e, no final, a *teppo odori*, a dança da espingarda: uma exibição surpreendente, um espectáculo de graça e exotismo como eu nunca vira neste estranho Japão.

As celebrações, porém, não terminaram. A parte principal fora reservada para o final. Depois de toda a gente descansar, beber chá e comer o seu *obento*, uma breve merenda em caixinhas de madeira – os Japoneses são muito sóbrios no comer –, reconstituiu-se o cortejo e dirigiu-se para a praça onde de manhã fora inaugurado o monumento aos Navegadores Portugueses.

A massa de povo espalhou-se em redor da estátua, deixando um lado livre para o espectáculo que ia seguir-se: um exercício de tiro e de ataque de guerra com pesados arcabuzes do tempo da chegada dos Portugueses. Os arcabuzeiros, vestidos à maneira da época, em quimonos de grosso pano vermelho, obedeciam aos comandos gritados asperamente por um senhor samurai. As descargas repetiam-se, estrondosas, os soldados moviam-se em várias formações tácticas. Todos os arcabuzeiros pertencem a um clube que pratica hoje o tiro por meio do *teppo*, a arma introduzida por Portugal há quatro séculos. Caso estranho e admirável neste povo: a capacidade para conservar vivas todas as tradições, para nada deixar morrer do passado, e ser capaz, ao mesmo tempo, de absorver e criar as invenções da técnica mais moderna. Nesta ilha de Tanegashima, onde se fazem descargas de arcabuz diante de um monumento a Portugal, lançam-se também mísseis teleguiados com satélites espaciais.

O fumo das descargas dos arcabuzes, em nuvem densa subindo à volta do monumento aos Navegadores de Portugal, da autoria de António Duarte, deixava, ora

suspensa no ar, ora escondida, a estátua alterosa, transformando-a por momentos na visão irreal de um Passado fundido no Presente, como o navio que a vaga ora esconde, ora revela.

Antes de partir, contemplei longamente aquela pedra portuguesa que ali ia deixar para talvez não vê-la mais, e tomou-me então uma grande saudade de Portugal. Tornava-a mais intensa aquele mar, ali perto argênteo, ao longe de ouro puro, onde singraram caravelas, e agora, neste momento, deuses pagãos brincavam – no Japão ainda hoje, como na antiga Hélade, a Terra e o Mar são povoados de deuses, que lhes dão um acréscimo de vida, de beleza e de poesia. No templo xintoísta, ao fundo, o Espelho sagrado reflectia o Sol, de que é símbolo, trazendo a presença da divina Amaterasu, que um dia fui invocar, ao nascer do Sol, no cimo do sagrado monte Fuji, em preito ao povo japonês, do qual é benévola protectora. Contemplando aquele símbolo dos homens do mar, senti, pela primeira vez, tão distintamente como se sente palpitar o coração, que a alma se me iluminava e me erguia à grandeza de um momento raro.

E, diante daquela multidão de japoneses, comecei, vibrante, a dizer, em português, o meu discurso:

Aqui, em frente ao mar antigo, quisestes erguer um monumento à coragem. Aos homens de coragem que há mais de quatro séculos, cortando o mar desconhecido, aqui vieram só pela aventura humana de encontrar-vos. Não vinham apenas de estranha e longínqua terra, vinham de outra civilização – confiados na amizade dos novos homens que procuravam – trazer-vos a cultura da Europa.

O homem nasceu para ousar: «Viver não é necessário, é necessário navegar», era a sua divisa. Arrojados criadores de novo entendimento entre os homens foram os navegadores que esta pedra lusa simboliza. E audazes foram os Japoneses, que, a alma ao Oriente fiel, inspirados na civilização do Ocidente, criaram um grande país e estão a continuar o caminho da nova civilização universal que o Ocidente e o Oriente abraça.

Assim nós, homens do Presente, encontramos o sentido da vida dos homens do Passado naquela comunhão de espíritos de que têm nascido as grandes obras que o tempo guarda.

Em nome de Portugal, entrego à ilha de Tanegashima este monumento – não só para que ele fique a testemunhar a amizade do Passado, mas para que ele dê corpo a um grande sonho de beleza e fraternidade, e o leve, como uma semente, aos homens do Futuro.

Estas palavras portuguesas encontravam perto, nas vagas, ecos de há quatro séculos. Os japoneses escutavam, aturdidos e atentos. E, assim, todos estivemos à altura de uma jornada de glória.

Liga-me a Tanegashima uma recordação profunda. A primeira vez que pisei a ilha tomou-me um estranho sentimento de comunhão com o passado, com os portugueses que ali desembarcaram de olhos ávidos da nova terra. Em cada dia que ali passei, não pude subtrair-me a essa presença absorvente. No isolamento de uma pequena ilha do fim do mundo, a imaginação pode ser tão intensa, a recordação tão viva, que se perde a noção do tempo, e o passado tenta-nos como se fosse realidade agora. Do pico da falésia de Nishimura Ko-ura, ao olhar longamente as grossas ondas a bater na longa tira da praia, tive a ilusão de entrever o grupo de portugueses e chineses, exaustos e destroçados pela procela, saltarem de um junco negro desmantelado e arrastarem-se pela areia branca a pedir agasalho.

No regresso a Nishino Omote, a estrada é ladeada de palmeiras, pinheiros e mato verde; de quando em quando rasga-se uma abertura que deixa ver o mar espumando contra praias pedregosas.

Voltámos tarde do longo passeio a Nishimura Ko-ura e não houve tempo já para ir ver a estação de lançamento de mísseis. Na manhã seguinte, acordou-me, com o sol, a voz de um missionário italiano que na véspera me havia narrado as dificuldades da evangelização na ilha, onde contava apenas quatro cristãos convertidos, dois deles fora da cidade, e que era obrigado a ir visitar de táxi, e uma descendente de convertidos no século XVI. Para viver, o jovem padre trabalhava numa padaria, era trolha e distribuía o correio da cidade. O missionário ia buscar-me para me levar à missa dominical. Não lhe quis dizer que não costumo ir à missa, pois temi desanimá-lo na sua difícil tarefa e compreendi que o pobre pastor implorava a minha presença para estimular o seu escasso rebanho. E, olhando-o bem, vendo-o assim jovem, belo, com uma dessas caras simpáticas e abertas que agradam às mulheres, perguntei-me que milagre da fé o havia retirado aos triunfos e prazeres do mundo para esta vida inglória e isolada, a converter

cépticos pagãos. E acompanhei-o à igreja. Não parecia exactamente uma igreja; era uma pequena casa de habitação, de estilo japonês, cuja sala principal havia sido adaptada ao culto. O altar fora improvisado sobre uma pequena escrivaninha, na frente da qual se havia apostado uma cruz. Ao lado via-se, como em toda a casa japonesa, o lugar das flores, o *tokonoma*, com um arranjo de duas flores campestres num vaso rústico. A simplicidade natural e a alegria radiosa do sol da manhã davam ao conjunto a candura primitiva das alvoradas do cristianismo.

Havia dúzia e meia de fiéis, quase todos mulheres jovens, duas ou três crianças. O japonês do moço sacerdote era espaçado, inseguro, com uma forte pronúncia estrangeira. A homilia foi de uma singeleza encantadora, numa gramática de principiante, como devia ter sido a dos primeiros missionários. Os fiéis fizeram semicírculo em volta do pastor: ambiente simples e pobre, com aquele intenso sentimento de comunidade que imagino na Ceia de Cristo. Fui o único a ficar fora do grupo; tomou-me, no entanto, uma onda de comunhão tão profunda com o grupo unido no espírito cristão, que nunca experimentara tal exaltação espiritual, tal plenitude, na comunhão da hóstia nos meus tempos jovens de devoção religiosa. Um impulso interior, um premente desejo de unir-me à comunidade, propelia-me à celebração litúrgica. Reteve-me apenas a ideia de que tal passo poderia criar, agora ou mais tarde, ao meu filho, pequenino e inocente, no meio do semicírculo, dúvida e perturbação sobre a coerência e a sinceridade do meu proceder. Hoje sinto um agudo arrependimento, por ter perdido a oportunidade de me elevar ao extremo da exaltação espiritual e da comunhão mais profunda com os portugueses que, perdidos nesta terra longínqua, ajoelhavam e rezavam a Deus que lhes diminuísse as penas e os trabalhos. A Igreja há muito que me fez perder a fé: mas outra a substitui – a fé na redenção do homem pelo esforço de erguer-se para além dos seus próprios limites. Ajoelhei em templos budistas, xintoístas, taoístas, em mesquitas e sinagogas, em todos com a mesma veneração pelo divino que reside no coração dos homens e o mesmo respeito por aqueles que o adoram. Que mesquinho preconceito me fechou então a alma a um grande gesto de comunhão humana e universal?

A cerimónia da comunhão terminara. A pequena comunidade respondia em coro às preces do sacerdote. Findou a missa. Então o missionário veio, tímido e insistente, pedir-me que falasse aos fiéis. A manhã era divina; o sol glorioso arremessava pela sala auréolas de ouro sobre as cabeças negras das japonesas, lançava estilhaços de luz sobre o vaso de flores no *tokonoma*. Olhei longamente o verde da relva cintilando contra o

infinito espelho do mar, lá ao fundo, onde um dia caravelas se embalaram. A manhã vibrava de luz diáfana que tornava as próprias coisas luminosas, esparzia-se sobre a beleza suave das jovens japonesas em frente de mim, que me envolviam num sorriso límpido. Eu estava ali, era um deles, dissolvido na elevação desse momento extremo e fora do tempo, presentindo desse instante o absoluto e o irreal. Aquela missa era também a primeira missa rezada por homens abandonados, quase perdida a esperança de voltar a Portugal. Pensei na «Missa sobre o Mundo» que o padre Teilhard de Chardin meditou no deserto de Ordos, na solidão das estepes da Ásia, a missa que ele não pôde celebrar e devia ter sido como esta, simples e cósmica, aberta a todas as crenças, símbolo da união espiritual de todos os homens do Oriente e do Ocidente. E falei àqueles japoneses que me fitavam com curiosidade e de corações abertos às palavras que iam ouvir. Falei-lhes do amor dos homens. Na sede do encontro humano que ali trouxera homens do meu país, sobre barcos frágeis e através de dores sem conta, só para responder ao anseio de descobrir a verdade do homem. Da herança de amizade, cimentada em sangue, bondade, ideal e muito sofrimento que paira sobre Portugal e o Japão e que os deve unir. De uma missa igual àquela, sobre a terra virgem, há quatrocentos anos, em acção de graças ao Deus que dá ao homem a esperança de salvar-se através de tribulações e de assombros. Falei de amor e de paz entre os homens. Já não sei precisamente o que disse. Lembro-me só que um sorriso caloroso e amigo em todos os rostos acolheu as minhas palavras e me penetrou de felicidade inefável. Não esquecerei mais a alegria da salinha iluminada de sol e de fraternidade pura.

Depois da missa fomos ver a escola do «Ninho dos Pequenininos», da qual a igreja faz parte. Senti-me fascinado pelo mundo maravilhoso de uma aula infantil. Nos tempos em que, acabado de sair da Universidade, ensinava nas últimas classes do curso liceal (onde tinha alguns alunos mais velhos do que eu), escapulia-me nas horas vagas para as classes infantis e adorava perder-me entre a purificadora alegria das crianças. Estas salas dos jardins infantis japoneses respiram um encanto e uma fantasia incomparáveis: é uma sociedade gentil, de caprichos e de minúsculas formas que surpreendem e deslumbram, impelindo a nossa imaginação para um mundo inesperado, em que são reis estes pequenos bonecos vivos, cuja inocência, como em todas as crianças insondável, consola e entristece contemplar – por se saber que um dia será perdida.

Voltámos ao hotel, na companhia do missionário. Imaginei a sua vida de único ocidental isolado na pequena ilha, inteiramente devotado à sua obra. E pensei nos

portugueses que, há três séculos consagrados à mesma obra, ficaram para sempre no Japão. E, medindo a transcendência do dever que me trouxe a este país, sentia um peso na consciência à ideia de partir e interromper uma obra, de trair o dever de ficar no Japão para sempre, e aqui morrer como os portugueses que cá ficaram trabalhando, uns obscuramente, outros com glória, para dilatarem o nome de Portugal.

MAUS COMEÇOS DO CRISTIANISMO NO JAPÃO

Kagoshima é uma linda cidade que se estende sobre uma larga baía de líquido cristal, no extremo sudoeste da ilha de Kyushu. Capital do antigo feudo de Satsuma, e hoje da província do mesmo nome, famosa em todo o mundo pelo fabrico das suas finas e belíssimas porcelanas, em que prevalece a cor de marfim-velho, adornado de pequenas flores coloridas, com manchas em tons castiços, que alternam do negro ao verde, do azul-escuro ao rosa-velho.

Aberta aos ventos e aos tufões do Pacífico, iluminada pela luz mais viva e quente dos mares do Sul do Japão, que ali amadurecem o ananás e a cana-de-açúcar, fica-lhe mesmo em frente o vulcão que coroa a pequena ilha de Sakurajima, ostentando sempre no cume o seu penacho de fumo branco e vomitando regularmente, uma vez por semana, uma explosão de fogo, defronte da grande cidade. O solo ubérrimo de Sakurajima tem a particularidade de produzir os maiores nabos do planeta, que chegam a pesar, dizem-me, cerca de 50 quilos.

Kagoshima tem hoje à volta de 350 mil moradores e dela dependem muitas pequenas ilhas verdejantes, onde abundam os lagos de azul profundo, as azáleas, as estações termais de águas vulcânicas. A ilha de Tokunoshima é célebre pelas suas lutas de touros.

Dominando a cidade, tendo em frente o vasto panorama da baía de Kagoshima, estende-se o Parque Shiroyama, entre renques e maciços verdes, pontes e arcos encarnados, onde ficava o castelo dos antigos senhores e hoje existe um museu com armas e outros objectos trazidos pelos Portugueses, espadas e couraças de samurais, velhas máquinas e outras relíquias da primeira industrialização do Japão, que em Satsuma teve alguns notáveis pioneiros.

Kagoshima ostenta uma história rica de guerras sob os dáimios da família Shimazu, de lutas durante a Restauração Meiji – além da circunstância de ter sido por aqui que o cristianismo entrou no Japão.

A Kagoshima aportaram barcos portugueses antes de Francisco Xavier – de três viagens, pelo menos, temos notícia.

Foi na cidade de Kagoshima que Xavier desembarcou, em 15 de Agosto de 1549, com o padre valenciano Cosme de Torres, o irmão Juan Fernández e mais três companheiros japoneses, Yajiro, foragido da justiça e agora convertido por Xavier e batizado com o nome de Paulo de Santa Fé, mais um companheiro e um criado de Yajiro. Este era natural de Kagoshima, e por isso começaram por ir abrigar-se à casa dos seus parentes.

Xavier colhe a melhor impressão dos Japoneses – gente honrada, corajosa, simples, altamente civilizada e muito inclinados «para as coisas de Deus, principalmente quando as entendem», acrescenta.

«No lugar de Paulo de Santa Fé, nosso bom e verdadeiro amigo, fomos recebidos pelo capitão do lugar e pelo alcaide da terra, com muita benignidade e amor; e bem assim de todo o povo, maravilhando-se muito todos de ver padres da terra dos portugueses», escreve Xavier na sua primeira carta de Kagoshima. Acrescenta que o duque da terra mostrou muito gosto em vê-lo, honrou-o com atenções e perguntou-lhe muitas coisas acerca dos costumes e valia dos Portugueses; Paulo falou de tudo o que vira na Índia.

«Quando Paulo de Santa Fé foi visitar o duque» – que era o dáimio da província de Satsuma, Shimazu Takahisa –, «levou consigo uma imagem de Nossa Senhora muito da nossa devoção, que trazíamos connosco; o duque mostrou extremo prazer ao vê-la, e pôs-se de joelhos diante da imagem de Cristo Nosso Senhor e de Nossa Senhora, e adorou-a com muito acatamento e reverência, e ordenou a todos os que estavam com ele que fizessem o mesmo».

A mãe do dáimio, a quem este mostrou a imagem, quis ter uma igual e pediu ainda que lhe mandassem uma explicação da doutrina cristã, que Paulo redigiu, e foi a primeira exposição escrita da doutrina cristã em japonês.

Paulo pregava dia e noite aos seus parentes e amigos, e muitos destes se fizeram logo cristãos.

Xavier visitou o dáimio, que pouco depois «deu licença aos seus vassallos para que todos os que quisessem se tornassem cristãos».

No ano que demoraram em Kagoshima, Xavier e os seus companheiros ocuparam-se em «doutrinar os cristãos, aprender a língua e em tirar muitas coisas da lei de Deus em língua do Japão». Xavier diz nesta carta ainda o que ensinavam: «como há um Criador de todas as coisas, do qual eles não tinham nenhum conhecimento, com

outras coisas necessárias, até vir à encarnação de Cristo, tratando da vida de Cristo, por todos os mistérios até à ascensão, e uma declaração do dia do juízo». Liam a doutrina por um livro escrito em língua japonesa em letras latinas.

Porém, as actividades de cristianização, que a princípio se haviam mostrado tão prometedoras, depressa começaram a encontrar resistência no povo, estimulada pelos bonzos budistas. Estes preveniram o dáimio dos perigos que trazia a introdução da nova religião, repetiam-lhe que,

se ele consentisse que seus vassallos tomassem a lei de Deus, que se perderia a terra e ficariam os seus pagodes destruídos e desacatados da gente, porque a lei de Deus era contrária às suas leis e as gentes que tomassem a lei de Deus perderiam a devoção que tinham primeiro aos santos que fizeram suas leis. Acabaram os bonzos que mandasse que, sob pena de morte, nenhum se fizesse cristão: e assim o mandou o duque que ninguém se fizesse da lei de Deus.

Em mais de um ano que estiveram em Kagoshima não conseguiram fazer mais que «perto de cem cristãos».

O dáimio que retivera os missionários em Kagoshima sob vários pretextos, com a esperança de que os barcos portugueses viessem aos seus portos, tornara-se hostil, quer devido aos protestos dos bonzos, quer por saber que um barco português em 1549 e dois em 1550 demandaram Hirado, ao norte.

Xavier já na Índia havia concebido a magna empresa de cristianizar o Japão e a China, e estava agora mais convencido do que nunca de que em nenhuma outra das terras descobertas se poderiam conseguir tantos frutos da evangelização. Partiu para Hirado, no intuito de dali passar a Quioto, deixando a cargo de Paulo de Santa Fé o pequeno rebanho dos convertidos de Kagoshima.

Depois de regressar à Índia, Xavier enviou para o Japão mais três missionários, o padre Baltasar Gago e os irmãos Pedro de Alcáçova e Duarte da Silva, que chegaram a Kagoshima em Agosto de 1552. O dáimio, ansioso por atrair o comércio português, acolheu-os com simpatia, mais eles não demoraram mais de duas semanas, continuando para Funai, onde apresentaram ao dáimio, Otomo Sorin, presentes que lhes confiara o vice-rei da Índia.

O daimio de Satsuma, sempre cobiçoso do comércio português, enviou uma embaixada ao padre visitador Alexandre Valignano, com aparato, «e com ela um bom cavalo e um traçado rico, para que em seu nome o levasse ao vice-rei da Índia, pelo desejo que mostrava de ter amizade com os Portugueses e com os padres», e prometia, segundo conta Luís Fróis, dar terreno na cidade de Kagoshima para que ali fizessem uma casa e uma igreja. Foi enviado o padre Luís de Almeida, em 1582, já velho e doente, mas muito experiente e profundo conhecedor dos Japoneses, o qual em Kagoshima construiu «uma casinha limpa e bem consertada», aonde concorria muita gente para os ouvir. Porém, a oposição dos bonzos foi tal que o daimio se viu obrigado a quebrar a sua palavra e mandar embora o missionário. A explicação dá-a Luís de Almeida – é que Kagoshima era a cidade do Japão onde mais florescia o culto budista, tão fervorosamente que os nobres escreveram com o seu sangue o juramento de que «nem eles se fariam cristãos, nem consentiriam que seus vassallos o fossem».

Os missionários não desistiram e continuaram a manter relações com o daimio de Satsuma. Em 1609 gozavam ainda da amizade de Shimazu Tadatsune, mas nesse mesmo ano foram expulsos missionários e alguns cristãos, e após a perseguição de 1614 poucos cristãos se podiam contar no feudo de Satsuma.

Os japoneses de Kagoshima arrependeram-se da indiferença com que acolheram o entusiasmo evangélico de São Francisco Xavier e fecharam os ouvidos à sua mensagem. Quatro séculos depois da sua chegada dedicaram à sua memória o parque que tem o seu nome, com uma igreja, um arco evocativo, servindo de pano de fundo ao seu busto, e uma estátua de mármore, que foi oferecida em 1964 pelos católicos italianos.

UMA SEGUNDA SODOMA

Hirado é o nome de uma pequena ilha ao norte de Kyushu e da sua capital, de meia centena de milhar de habitantes, estendida em meia-lua na orla de uma baía tranquila.

Vai-se ali do grande porto naval de Sasebo, num pequeno vapor, atravessando o canal de mar lápis-lazúli entre ilhas esmeralda. Afastada dos centros populosos, guarda ainda os encantos suaves do velho Japão. As ruas são pacíficas, ladeadas por casas de madeira de estilo japonês, misturadas com banais edifícios de cimento e pequenas lojas garridas.

No alto da colina sobranceira à cidade ergue-se um monumento sem brilho e sem gosto, encimado pelo medalhão de São Francisco Xavier, comemorativo do quarto centenário da sua visita a Hirado, erguido em 1949. Em frente à igreja, grande edifício que se destaca da massa de casario da cidade, foi erigida uma estátua ao santo em 1971, com inscrição em japonês: «Fé, Esperança e Amor ao seu coração.»

O primeiro barco português aportou à ilha de Hirado em 1550. Francisco Xavier foi visitar o barco, sendo recebido com sinais de grande respeito e regozijo: os canhões troaram em sua honra. Voltou mais tarde a Hirado e foi bondosamente acolhido pelo senhor da ilha, Matsuura Takanobu, que lhe deu licença para pregar. Feita uma centena de batismos, com a valiosa ajuda do irmão Juan Fernández, cujos conhecimentos de japonês eram muito maiores do que os seus, Xavier partiu para Quioto, com a ambição de converter a capital do Japão.

Matsuura continuou a ser afável com os missionários. O irmão Alcáçova visitou-o várias vezes, sendo sempre admitido com palavras de simpatia pela nova religião. Alcáçova recebeu uma carta de Matsuura para o vice-rei da Índia, a pedir-lhe que fossem enviados missionários para pregar nos seus domínios.

Em Hirado as actividades missionárias foram confiadas ao padre Baltasar Gago, que ali pregou em 1553, durante duas semanas, e em 1555. Três anos depois havia sido construída uma igreja em Hirado, e o ambiente era muito favorável, em virtude de terem

aportado ali dois barcos portugueses em 1557. O excesso de zelo dos cristãos levou-os a queimar vários templos budistas e xintoístas, o que provocou grande comoção entre os pagãos. Pouco depois a hostilidade dos bonzos moveu o ânimo do senhor feudal e da população contra os missionários, que tiveram de fugir, em 1559. A igreja foi destruída. Seis anos depois a missão em Hirado foi restabelecida, mas por pouco tempo. O porto de Hirado, abrigado e protegido dos tufões, era procurado pelos navegadores portugueses. Em 1561 deu-se ali um incidente grave de que resultou a morte do capitão-mor, Fernão de Sousa, e de uma dúzia de portugueses da tripulação do barco e comerciantes. A contenda nasceu de uma disputa entre um português e um japonês por causa de uma peça de algodão. Os samurais acorreram em grande número e lincharam os portugueses. Por muitos anos as naus portuguesas evitaram Hirado, só ali voltando em 1586, por recearem então entrar em Nagasáqui, em virtude da guerra que levava perto desta cidade o dáimio Shimazu de Satsuma. O porto continuou a ser usado pacificamente pelos Portugueses até que em 1609 aportaram ali dois barcos holandeses, em fins de Julho. Dois meses depois o galeão espanhol que levava o ex-governador das Filipinas naufragou na costa de Kwanto. O xogum Tokugawa Ieyasu, atraído pela perspectiva de desenvolver o comércio entre as Filipinas e o Japão, deu aos Espanhóis licença para estabelecerem uma feitoria em Hirado. Os Portugueses ficaram alarmados com o perigo da concorrência do comércio de Manila, que vinha acrescentar-se à concorrência dos Holandeses, chegados ao Japão em 1600 no *Liefde*, pilotado por William Adams. Os Ingleses apareceram em Hirado em 1613, no *Clove*, comandado pelo capitão John Saris, e estabeleceram também uma feitoria. Porém, não se mostraram perigosos competidores e não ficaram muito tempo no Japão; todavia, nos dez anos que ali permaneceram juntaram-se aos Holandeses para tecerem intrigas contra Portugueses e Espanhóis.

Os Portugueses escolheram, como principal base de operações comerciais, Nagasáqui, aonde os nossos barcos iam com frequência, enquanto os Holandeses preferiam Hirado. Quando, em 1639, os Portugueses foram expulsos do Japão, os Holandeses, em Hirado, celebraram uma missa de graças. Mas a sua sorte também não ia ser desafogada. O xogum mandou-os retirar de Hirado para Nagasáqui, encerrando-os na pequena ilha de Deshima, onde os Portugueses haviam estado confinados. E ali, sob rigorosa vigilância e constantes humilhações, fizeram o exclusivo comércio com o Japão durante mais de dois séculos.

As rivalidades entre Portugueses, Espanhóis, Holandeses e Ingleses, acicatadas por invejas do favor dos nativos, emulação no ganho e hostilidade religiosa entre católicos e protestantes, provocavam constantemente distúrbios, intrigas e ciladas, perturbando o sossego da pequena cidade. Um mercador inglês de Hirado, Richard Cocks, no seu rude e espontâneo *Diário*, fala constantemente de rixas, de açoites públicos, de enforcamentos. A prostituição alastrava, provocada pela presença dos estrangeiros. Outra testemunha europeia escreve que Hirado era então «uma segunda Sodoma».

O mau comportamento das gentes do Ocidente era desprezado e explorado pelas autoridades japonesas, que incitavam mais divisões e querelas para fazerem descer o preço das mercadorias importadas.

A família de Matsuura tornou-se hostil ao cristianismo. A situação de Hirado era confusa e insegura. Os senhores da ilha exerceram durante séculos o comércio da escravatura, alimentada pelos vencidos nas guerras e pelos pobres cuja miséria obrigava a vender os filhos e até a si próprios.

Guardam-se hoje no Museu de Hirado algumas imagens, armas e objectos de porcelana dos tempos da presença dos Portugueses e Holandeses. Estes últimos têm o cuidado de reavivar a lembrança que ali deixaram enviando por vezes mensagens; vêem-se no museu alguns grandes pratos de porcelana com a saudação de municípios holandeses ao município de Hirado. Aqui está um exemplo para se seguir em Portugal, se queremos manter viva na memória desta gente o importante papel que um dia desempenhámos nesta ilha.

Hirado, a capital da ilha, é hoje uma pequena cidade tranquila onde a lembrança do velho Japão sentimentalmente nos persegue. Da noite que lá passei – animada por uma partida de gueixas que dançavam maravilhosamente ao som de canções tristes, rimando viagens no mar incerto, partidas de marinheiros, mulheres chorando ausências – guardo uma recordação inolvidável. Não esquecerei mais a beleza clássica oriental dessas mulheres maviosas que nunca mais verei, nem o fascínio de olhos negros que de noite inspiram como que um temor sagrado.

Em Hirado, ao pôr do Sol, quando se contempla longamente o mar muito azul do alto da escadaria íngreme que ladeia o grosso muro que resta da feitoria holandesa, sob o silêncio pesado, chega a ter-se a ilusão de divisar-se lá em baixo, no pequeno porto, alterosas caravelas, ouvir o linguajar ruidoso dos marinheiros da Europa, levados por

pequenas mãos de mulheres mimosas envolvidas em quimonos bordados de flores. O passado sente-se mais perto e mais denso nas pequenas cidades tranquilas, em pequenas ilhas perdidas no mar infinito, onde, na irrealidade intemporal que nos absorve, apenas o azul do céu e as nuvens brancas que passam testemunham que não é sonho o país longínquo onde nascemos e de que a nossa alma se alimenta.

A CIDADE DO CHÁ E DA CRUZ

Sakai é hoje uma cidade de meio milhão de habitantes, de largas avenidas arborizadas e alguns jardins abertos no meio de quarteirões de grandes prédios de cimento ocupados por escritórios e oficinas. Fica tão junta a Osaca que seria impossível distinguir-se os limites entre as duas cidades se não fosse o rio Yamato a dividi-las.

É uma cidade industrial moderna, muito activa: produz e exporta, sobretudo, ferro, bicicletas e produtos químicos. Quando se vem da vizinha Osaca, a segunda maior cidade do Japão, com quatro milhões de habitantes, fica-se com a impressão de que Sakai é uma cidade pequena. Pertence à região industrial do Kansai, que engloba Osaca, Quioto e Kobe e que é a mais importante do Japão a seguir à região de Tóquio.

Mas não foi assim há quatro séculos: Sakai era uma grande e próspera cidade e Osaca apenas um descampado; no lugar de Kobe existiam apenas pequenas aldeias de pescadores. A sorte de Sakai começou a declinar quando Hideyoshi construiu o castelo de Osaca e à volta deste lançou uma cidade enriquecida pelos palácios que os grandes senhores foram obrigados a edificar. A proibição de os Japoneses saírem do país, primeiro decretada em 1635, e as medidas tomadas contra os mercados chineses ali residentes acentuaram a decadência de Sakai, enquanto Osaca aumentava cada dia a sua importância comercial.

Quando os Portugueses chegaram, Sakai era o «principal porto» e o maior centro comercial de todo o Japão. Ali iam ancorar os barcos que faziam o comércio do Japão com a Coreia e a China meridional. A lenda atribuía a sua fundação à deusa dos marinheiros, Watazumi; a pesca e o sal constituíam o grosso do seu comércio. O porto de Sakai era muito frequentado pelos barcos portugueses. Ali aportou São Francisco Xavier em Janeiro de 1551. Segundo ele, haveria então na cidade mil mercadores. Dez anos mais tarde, o padre Gaspar Vilela ali vai fundar uma comunidade cristã, instalando-se em casa do rico mercador Hibiya Riokei, que depois se converteu e baptizou com o nome de Diogo, e a quem o padre Valignano, que também por ele foi aposentado, chama «coluna da cristandade de Sakai».

O padre Francisco Pasio, escrevendo ao provincial napolitano, diz-lhe que Sakai é a «Veneza destas partes». O padre João Rodrigues descreve-a assim: «A cidade de Sakai, tão nomeada por seu trato, e onde desembarcou o padre B. Francisco quando foi ao Camy, foi antigamente governada a modo de república – por estar isto do Japão em contínuas guerras civis, uns com os outros – pelos cidadãos; agora é do senhor da Tenca, que ali tem governado.» O Kami era o xogum e a Tenca o país do Japão. Mais adiante, na sua *História da Igreja do Japão*, num dos capítulos acerca da arte do chá, *cha-no-yu*, que são do mais perspicaz e profundo que se tem escrito sobre esta refinada arte nipónica, o agudo jesuíta fala de novo da cidade de Sakai em termos encomiosos:

Teve princípio este modo de Chanoyu, que se diz Suky, na célebre e opulenta cidade de Sakay, a qual é mor empório e de mais grosso trato de todo o Japão, governada nos tempos atrás até Nobunaga e Taicô a modo de república sem reconhecer senhorio alheio por muitos anos, por ser mui forte, e como corte do Japão, onde há cidadãos mui ricos e abastados e gente mui nobre, que de várias partes ali se recolhiam por causa dos vários sucessos de guerra; na qual cidade os que tinham posses se davam ao Chanoyu em grande modo, e pelo trato que tinha com todo o Japão e ainda fora do reino havia naquela cidade as melhores peças de Chanoyu afora as de Figaximadono. E, pelo contínuo exercício de Chanoyu entre si que ali havia, saíram ali as pessoas mais eminentes que houve nesta arte.

Sakai, continua Rodrigues, fica

situada em uma campina na praia do mar, seca, sem frescura nenhuma, ou antes em um areal cercada da costa brava do mar pela parte do poente, e à roda dela não há frescura de fontes e arvoredos, nem lugares solitários e saudosos acomodados ao Suky, como há na cidade de Miyaco. E por quanto os moradores que habitam dentro das caves, a cerca da cidade, são muitos os sítios das casas antes que agora ultimamente se reedificassem depois da guerra universal, eram tão estreitos pela maior parte que não podiam os moradores dentro ter jardins, nem quintas frescas de arvoredo em que se recreassem, e fizessem as casas para convidar ao Chá.

Por aqui se vê o pormenor do conhecimento que o autor revela da cidade, da maneira de vida e de ser dos seus moradores e até das observações sociológicas que perspicazmente expende acerca da influência do condicionalismo geográfico da cidade na arte do chá.

A arte do chá está intimamente ligada à propaganda do cristianismo. Os missionários tinham nas suas casas uma sala especial destinada ao rito do chá, para, por esse meio, desenvolverem relações sociais com autoridades e notáveis japoneses e para, na atmosfera serena da casa do chá, *chaseki*, propagarem os ensinamentos da doutrina cristã.

Não surpreende, pois, que outros missionários se refiram à particular significação de Sakai na arte do chá. Valignano menciona alguns objectos da arte do chá, de valores astronómicos, feitos por grandes artífices, e pertencentes a ricos-homens de Sakai.

Os missionários desembarcaram em Sakai e logo começaram a exercer ali a sua acção, que depois desenvolveram fundando uma igreja. O padre Gregorio Céspedes, numa carta datada de 30 de Outubro de 1585, informa que «levantou este ano o padre Organtino uma casa e habitação de quatro sobrados, coisa bem acabada e formosa, e em cima do telhado dela está levantada uma cruz grande, dourada e lacada, que dá alegria e resplendor a toda aquela cidade».

Esta cruz que «se vê do mar longe», diz o eloquente Luís Fróis, «é a primeira bandeira de Cristo que naquela populosa cidade se tem contra o Demónio arvorada entre quatro mosteiros de bonzos que a cercam».

Mais tarde os Jesuítas compraram outro lugar mais «largo e acomodado» para construírem nova casa.

A residência dos Jesuítas em Sakai manteve-se até ao decreto de expulsão de 14 de Fevereiro de 1614, onze dias após o qual foram obrigados a emigrar para outras partes do Japão, especialmente Nagasáqui.

A história da obra de cristianização de Sakai, com as brilhantes esperanças do começo, dos missionários que ali trabalhavam ou por ali passavam a caminho de Quioto, os êxitos da propaganda da fé e das relações sociais daqueles com os notáveis de Sakai e, finalmente, os sofrimentos e martírios da perseguição estão documentados nas cartas e livros dos missionários de então. A Sakai depressa chegaram as primeiras

espingardas que entraram por Tanegashima e depressa ali se estabeleceram as primeiras fábricas de armas.

Teve papel de primacial importância a cidade de Sakai nas relações com os Portugueses no Século Cristão.

É, pois, natural que fosse em Sakai, cujo porto frequentemente nessa época acolheu os Portugueses, que em 1970 se erguesse um monumento comemorativo do «Encontro entre o Oriente e o Ocidente», da autoria do escultor português Jorge Vieira. O monumento, que estivera antes junto do Pavilhão de Portugal na Exposição Mundial de Osaca de 1970, foi oferecido pelo Governo Português ao Município de Sakai. Está implantado no principal jardim da cidade querida de São Francisco Xavier.

Reunidas assim as três memórias no mesmo lugar, o Jardim de Sakai será, na verdade, um ponto de exaltação do entendimento entre o Oriente e o Ocidente.

Seria imperdoável que um português passasse pela cidade de Sakai e não prestasse culto ao chá. Em Sakai, pois, tomei parte na cerimónia do *cha-no-yu*, cerimónia difícil e quase religiosa em que, como os portugueses de antanho, com grande veneração me iniciei. Wenceslau de Moraes, divagando ao seu modo simples e aliciante sobre o *culto do chá*, transmite com felicidade a sua poesia, mas não chega a descrever a cerimónia. João Rodrigues, que vai ao fundo de tudo, faz uma descrição sociológica pormenorizada e bastante seca, deixando de fora os seus lados poético e místico. Vamos, pois, tentar verter, pela primeira vez em português – já que outros, que bem melhor podiam, o não fizeram –, a beleza estética deste rito. A cerimónia do chá, que veio da China, e que, além de prenda indispensável de toda a mulher japonesa, foi adorno e requinte dos grandes políticos e guerreiros samurais, continua a fazer parte da educação obrigatória da rapariga casadoira.

A cerimónia do chá é o sumo primor de cortesia e convívio social de todo um povo altamente educado, cujos hábitos diários são impregnados do prazer estético, do culto da beleza. Como acontece frequentemente nas sociedades requintadas, as expressões estéticas tomam uma projecção religiosa: a beleza envolve-se de hierático mistério. Assim, em certas épocas da história da China e do Japão, a caligrafia teve honras de religião.

Pode agora compreender-se como a cerimónia do chá se tornou num rito em que, por meio de gestos sublimados, por movimentos hieráticos, se atinge a serenidade, o sumo prazer espiritual do convívio, a comunhão estética e mística de um grupo, a serenidade e a graça em que o eterno se reflecte.

A nossa cerimónia do chá na cidade de Sakai teve lugar no edifício de uma das maiores firmas industriais do Japão. Subimos ao décimo quinto andar, ao escritório do director, moderníssimo e prático: na vasta secretária uma dúzia de botões comandando misteriosos aparelhos electrónicos para comunicar com colaboradores ocultos, pequenos rectângulos de televisão ligados aos vários andares do edifício, muitos telefones de várias cores e feitios; quadros de pintura abstracta nas paredes; poltronas moles e profundas; ar condicionado rescendendo incenso; estatísticas, mapas e organigramas. Depois descemos ao jardim japonês, nas traseiras do edifício: todo simplicidade, paz e verduras umbrosas, velhos penedos artisticamente dispostos, relvas e musgos húmidos, um verde intenso que nem uma flor salpicava. O renque de árvores e a sebe espessa circundante, como em todos os jardins japoneses, que costumam ser de reduzida área, davam a ilusão de que o jardim se prolongava em fundos vastos de verduras amenas. Admirámos as árvores uma por uma, louvámos a beleza de cada pedra, pisámos com respeito as velhas lajes do carreiro. No canto mais suave adivinhava-se, escondida entre ramos, a pequena casa do chá, *chaseki*, no extremo da vereda de largas pedras rústicas, incrustadas na relva num acaso minuciosamente calculado, polidas durante séculos pela corrente de algum bucólico ribeiro – e que no Japão custam fortunas. Ao lado do carreiro lavámos as mãos e purificámos a boca num gotejo de água que corria de uma cana verde de bambu sobre a concavidade aberta numa rocha coberta de musgos aveludados.

No fundo do carreiro abria-se a pequena porta da casinha do chá, tão baixa que não podíamos entrar sem nos inclinarmos. O nosso hóspede ajoelhou diante da panela de água, *kama*, que um punhado de brasas fazia ferver. Sentámo-nos em frente dele, admirando a caligrafia e a sageza do poema escrito no *kakemono* que do lado oposto pendia: «Sobre a cerejeira que começa a florescer / Um velho rouxinol / Trila o seu último canto.» No *tokonoma*, altar doméstico, um vaso rústico com uma flor de cardo. Então o dono da casa entregou-se ao rito da cerimónia, absorvido, grave, espiritual, como um sacerdote que celebra divinos mistérios, enquanto os hóspedes esperavam, respeitosos e modestos. Lavou o vaso, uma chávena rústica elaborada pela arte de um famoso artista; lançou o pó verde do chá com uma colherzinha de bambu, *chashaku*, e a

seguir dissolveu o pó na água energicamente, servindo-se de uma espécie de pincel de bambu, *chasen*. Entretanto, uma jovem de quimono azul-celeste pintado de flores de nenúfar viera depor diante de cada um de nós um pratinho com um doce azul-dourado, da forma de uma flor de lírio. O mestre de chá, concentrado na celebração ritual, aprontara a primeira chávena, que, sempre de joelhos, colocou diante da sua coadjutora com uma vénia. Esta, ajoelhando e inclinando-se numa vénia profunda, tomou a chávena em ambas as mãos e, sem se levantar, arrastando-se docemente sobre os joelhos e inclinando-se de novo, pôs a chávena com o chá verde na minha frente, depois de dar à chávena uma volta e meia para a esquerda, de modo a ficar em frente dos meus olhos o centro do desenho decorativo. Com vénia igual, agradei, movi a chávena uma volta e meia para a direita, para não tocar o desenho com os lábios, e bebi demoradamente, com o ar meditativo de quem experimenta uma volúpia calma. Depois limpei os bordos da chávena com uma folha de papel de arroz dobrada, como na missa o sacerdote faz ao cálice, admirei atentamente a chávena por todos os lados, proferi algumas frases louvando a sua beleza simples, pu-la em frente de mim para que em seguida a minha companheira, com uma vénia, pudesse pegar nela, admirar, elogiar por sua vez. O oficiante havia preparado nova chávena de chá, que do mesmo modo a coadjutora tomou nas duas mãos e foi levar à minha companheira, avançando agora direita e graciosa, com cinco passos hieráticos, os pés deslizando, de *tabis* brancos, sobre o chão de *tatami*, tal como os actores do teatro *nô*.

Repetiu-se o rito de volver a chávena, beber o espesso chá verde lentamente e sem interrupção, limpar a chávena, admirá-la, depô-la no chão, inclinar-se perante a graciosa coadjutora, que veio buscá-la com a mesma vénia e os mesmos passos hieráticos.

Esta cerimónia quase religiosa, que decorreu num ambiente discreto e sereno, de falas apenas murmuradas, gestos medidos, atenciosas reverências, deixou na alma de cada um de nós um sentimento de profunda paz. O mundo exterior de actividades apressadas, da ruidosa e frenética confusão das turbas e dos espessos rios de automóveis que avançam nas ruas, parece ficar muito longe desta pequena ilha de tranquilidade, onde se celebram por um rito milenário os doces prazeres do convívio, as delícias da harmonia do espírito.

A comunhão no espiritual enlevo, a finura, austeridade e pacificante harmonia dos hieráticos gestos já te sugeriu certamente, leitor amigo, a semelhança com os gestos do sacerdote católico na celebração da missa. Na verdade, o maior de todos os mestres

de chá, Sen no Rikyu, que fixou as regras, consagradas depois pela prática de quatro séculos, foi amigo dos missionários em Quioto e tomou vários elementos da liturgia católica para enriquecer a cerimónia do chá. Esta surpreendente influência na mais nipónica de todas as artes pode dar ideia do prestígio que os Portugueses conquistaram no País do Sol Nascente.

OS «BÁRBAROS» EM QUIOTO, CAPITAL IMPERIAL E UMA DAS MAIS FAMOSAS CIDADES DO MUNDO

Há cidades que exercem uma particular atracção sobre nós, que nos fascinam pelo seu esquisito encanto, cuja evocação nos envolve de poesia. É assim Quioto. Sobre ela paira um passado de grandeza, de sonho e de maravilha, um passado vivo que a sua agitação de cidade moderna não destrói. Porque o passado, aqui, vive e empresta ao presente um fundo de cores, de natureza verdejante, de fontes que murmuram, de lagos reflectindo velhas árvores, oferecendo ao japonês cansado pela tensão industrial um remanso propício à contemplação e ao retiro meditativo que faz parte das práticas da sua existência habitual. Sendo antiga, com templos de mais de mil anos, velhas ruas de casas de madeira escura cobertas de pesados telhados, onde fénix e outros animais afugentam os espíritos maus, Quioto não mostra uma só ruína. Muitos dos esplêndidos palácios e templos de madeira arderam mais de uma vez, mas foram reconstruídos exactamente no mesmo lugar, com a mesma traça, reproduzindo escrupulosamente o modelo. Por isso, e porque ficam enquadrados na natureza verdejante e amorosamente cuidada, os antigos templos de Quioto em vez de inspirarem uma doentia saudade do passado, sugerem as alegrias da contemplação artística, a exaltação de comungar em tudo que é belo, saído do seio da natureza ou da mão criadora do homem.

Quioto é antiga e é moderna. É a cidade servida pelos mais rápidos comboios do mundo, tem os mais modernos hotéis e um palácio para conferências internacionais com uma grandeza e modernidade inigualáveis; e possui também os mais antigos e belos jardins, os edifícios de madeira mais antigos, mais elegantes e mais grandiosos da Terra.

Estes contrastes e a diversidade infinita dos seus aspectos, a beleza natural das montanhas que a rodeiam, a doçura dos seus vales verdes, das margens do rio Kamo, que a atravessa murmurando-lhe glórias inolvidáveis, produzem um conjunto admirável, de uma harmonia perfeita, que outra moderna grande urbe, atrabiliária e gigantesca, há muito perdeu.

O centro de Quioto, a zona à volta do cruzamento de Shijô e Kawaramachi, é intensamente comercial, com um trânsito que aos sábados quase asfixia. Depois,

afastando-nos para os arredores, as ruas vão-se tornando tranquilas e as casas pequenas e de madeira, de portas sempre abertas, lojinhas oferecendo a quem passa um comércio de coisas atraentes sobre estantes que invadem o pavimento dos passeios, ou mostrando nas vitrinas obras maravilhosas do artesanato japonês: as porcelanas e as faianças típicas, as lacas douradas, os *cloisonnés*, as sedas e os damascos ricos, as pinturas, as pedras, as bonecas, as mil atrações que o génio inventivo desta gente produz desde há mil anos. Indo mais longe, internando-nos pelas colinas e pelos vales, vamos encontrar então verdes oásis de paz, os jardins e os templos prestigiosos, que originaram lendas de santos budistas, que consagram heróis guerreiros, que evocam trágicos amores. O templo é sempre envolvido em massas verdes de folhagem, que no Outono se douram de mil matizes, do louro do trigo ao rubro do sangue, que emergem sob nuvens cor-de-rosa na Primavera, quando as cerejeiras florescem, espelhando-se eternamente sobre lagos tranquilos onde o azul do céu é cortado por lentos peixes dourados.

Me areba Kyo ni nobora, aquele que tem olhos que os deleite em Quioto, diz um velho ditado.

Os templos e os jardins que fazem o encanto de Quioto, abrigados nas faldas das suas montanhas, existiam todos ao tempo em que os Portugueses estiveram no Japão. Os mosteiros *zen* de Daitokuji, com os seus edifícios magníficos, pertencentes à seita Rinzai, possuidora também do célebre Shokokuji, erigido uns setenta anos depois daquele, em 1392, pelo xogum Ashikaga Yoshimitsu; os templos de Myoshinji, Tenryuji e Nanzenji, fundado em 1293, que tem doze edifícios menores e um jardim-paisagem traçado no século XIV; Rioanji, célebre pelo seu jardim de areia e rochas, obra-prima de Soami, cuja simplicidade exprime a filosofia *zen*; os templos da seita Jodo Shinshu, Higashi-Honganji, fundado em 1602, e que dizem ser a maior estrutura de madeira do mundo, e Nishi-Honganji, um dos mais belos templos de Quioto; as célebres moradas nobres: Kinkakuji, o Pavilhão Dourado, onde o mesmo Yoshimitsu viveu retirado dos cuidados do governo, e convertido em templo por seu filho, que um monge enlouquecido pela sua arquitectónica beleza queimou e Yukio Mishima no seu romance celebra; o Ginkakuji, Pavilhão Argênteo, casa de campo do xogum Ashikaga Yoshimasa, construído em 1482, convertido em templo por sua morte; o célebre Castelo Nijo, imponente e grandioso, cercado de jardins onde em Abril as cerejeiras embriagam a vista com as flores mais variadas, nas formas e nas cores.

O Palácio Imperial ficava ao norte, e não se admitia que ninguém habitasse mais ao norte que o imperador. A traça de Quioto obedece a um pensamento filosófico-

social: o imperador é o centro e a cabeça da comunidade e é a partir do seu palácio que a construção da cidade foi concebida. Construída em 794 segundo o plano da capital chinesa de Chang'an, obedeceu a um traçado geométrico inspirado numa mandala. A traça regular de ruas que se cruzam perpendicularmente faz lembrar Nova Iorque. Quioto, da era Heian, Chang'an da dinastia Tang, e Constantinopla eram, no séculos IX, os centros mais florescentes da civilização no mundo.

Há em Quioto cerca de três mil templos. Alguns deles antigas moradas de senhores, que, sem adaptação arquitectónica, foram convertidas em templos. Quer dizer que não há diferenças entre a casa do homem e a casa do deus. Ambos têm necessidade de um abrigo e ambos precisam da natureza bela para contemplar. Templo e casa são construídos de madeira, com largas portas que se correm ou desmontam cada manhã para deixar entrar a frescura tranquila, os gorjeios, os insectos, os aromas do jardim. As estátuas dos plácidos budas ficam dentro do templo, umas, de madeira dourada; outras, no jardim, à chuva e ao vento, talhadas no granito que alguns musgos vestem e onde por vezes, aproveitando um vão ou um refego, passarinhos vão criar a sua prole.

Apesar do seu milhão e meio de habitantes, Quioto é uma cidade onde se pode gozar a tranquilidade de espírito, a paz no seio da natureza mais bela, os prazeres da contemplação. E é também a cidade das festas, dos *matsuri*, dos cortejos coloridos e faustosos, das evocações históricas que há centenas de anos se vêm repetindo no dia do aniversário da cidade; da celebração religiosa das flolescências: das flores de damasqueiro nos fins de Fevereiro, das flores de pessegueiro e de cerejeira nos fins de Março e começos de Abril, em Arashiyama, ou mais longe, em Yoshino, das azáleas nos fins de Abril, dos íris em Junho e em Julho dos lótus, dos crisântemos em Outubro e das folhas rubras do *momiji*, os formosos bordos, em Ohara, em princípios de Novembro.

Já João Rodrigues, na sua *História da Igreja do Japão*, nota o gosto da gente de Quioto pelas festas; Rodrigues faz uma «profunda descrição», tão completa da capital que o Prof. Alvarez Taladriz publicou num pequeno livro os capítulos respectivos, por ele eruditamente comentados.

É o ambiente de Quioto, o convívio com a sua beleza e a vivência do passado que permite à sua gente a rara sabedoria de poder ainda repousar e deleitar o espírito na tranquilidade e na contemplação e reavivar a imaginação e a energia física no gozo, nas alegrias e nos prazeres físicos das festas. Harmoniosa combinação de que hoje bem raros sabem desfrutar.

Francisco Xavier, falhada a sua primeira tentativa na cidade de Yamaguchi, partiu para Miyako, como então Quioto se chamava, acompanhado de Juan Fernández e Bernardo de Kagoshima, que lhe servia de intérprete e que seria o primeiro jesuíta japonês que veio à Europa e que anos mais tarde iria morrer a Coimbra, no Colégio dos Jesuítas. No caminho passaram muitos perigos e sofrimentos «por causa das guerras que havia nos lugares por onde íamos». Durante um mês de viagem tiveram de dormir algumas noites sobre a neve, porque as estalagens se recusavam a recebê-los, e Xavier, com os pés ligados, teve algumas vezes de fazer de carregador e levar às costas fardos de viajantes, para poder pagar as portagens com a gorjeta recebida.

Passaram por Sakai, onde encontraram bom acolhimento e descansaram uns dias. Chegados a Miyako ficaram perdidos e desamparados na grande cidade.

Francisco Xavier esteve em Quioto apenas onze dias. A sua ideia era pregar e evangelizar na capital. «Trabalhamos por falar com el-rei, para lhe pedir licença para em seu reino pregar a lei de Deus», escreve o missionário; mas não conseguiu ser recebido. Por outro lado, soube que o imperador não era obedecido nem exercia a menor autoridade, e por isso não insistiu em «pedir licença para pregar em seu reino. Olhámos se havia disposição naquelas partes para manifestar a lei de Deus. Achámos que se esperava muita guerra e que a terra não estava em disposição. Esta cidade de Meaco foi mui grandíssima; agora por causa das guerras está muito destruída». Em verdade, o Japão estava mergulhado num período de contínuas guerras, que durou cerca de 250 anos. A capital era sucessivamente saqueada e queimada por cada exército que ganhava uma batalha. O imperador, desde o século XII, era apenas um símbolo e não gozava de qualquer poder fora do seu palácio; o mesmo acontecia agora com o xogum, que havia sido expulso da cidade com o seu primeiro-ministro. A autoridade efectiva era então exercida pelos dáimios, senhores independentes e absolutos nos seus feudos.

A ambição de Xavier de converter a capital falhou, e por isso voltou à cidade de Yamaguchi, onde, como vamos ver, iria ter o seu primeiro grande êxito no Japão.

Só vários anos após a partida de Xavier do Japão puderam os missionários voltar a Quioto e manter-se ali, com a maior dificuldade, tendo nos primeiros seis ou sete meses sido obrigados a mudar de casa várias vezes. Em 1560, depois de ter sido recebido pelo xogum Yoshiteru, o padre Gaspar Vilela conseguiu comprar em Quioto uma casa e instalar uma pequena capela, que os mais zelosos budistas crivavam de pedradas dia e noite, acusando, até, o jovem missionário de canibalismo e conseguindo impedi-lo de pregar. Teve de fugir de Quioto no Verão do ano seguinte, e com muita

sorte, pois pouco depois eclodia a guerra civil na capital. Vilela voltou a Quioto, onde Luís Fróis e Luís de Almeida vieram ajudá-lo, em 1565. Os missionários foram alvo de várias maquinações promovidas por monges budistas, até que conseguiram, através da hábil influência de Fróis junto de Nobunaga, a protecção deste novo senhor do Japão.

Seria longo seguir detalhadamente os altos e baixos da influência cristã na capital do Japão. O número de cristãos foi sempre pequeno; dos naturais de Quioto poucos se deixavam converter, segundo informa Luís Fróis na sua *História do Japão*, mas era fundamental para os missionários a presença na capital e terem aí uma bela igreja que não ficasse mal ao lado dos esplêndidos templos budistas e xintoístas, que, com os sumptuosos palácios, eram o orgulho de Quioto. E assim, para substituir a pobre pequena igreja que tinha existido até 1575, os missionários lançaram-se na construção de uma igreja de estilo ocidental no exterior e, no interior, em puro estilo japonês, a Igreja de Nossa Senhora de Meaco. O plano, do italiano padre Organtino, era ambicioso. As traves do meio eram tão «grossas e grandes» que para as levantar foram precisos mais de setecentos homens, escreve Luís Fróis. «O fervor que houve em todos os fidalgos e gente popular» foi grande. Uma viúva fidalga e sua filha deram para a igreja 100 *tatami* (blocos de sobrado em palha de arroz); um sino de metal, que veio de um «grande e sumptuoso mosteiro» budista incendiado, era tão grande que cabiam lá dentro quatro ou cinco homens. A primeira missa foi dita em 15 de Agosto de 1576, antes de a igreja estar concluída; um ano depois foi consagrada a Nossa Senhora da Assunção. A fábrica da igreja era de tal grandeza e esmero que só dois anos depois estava pronta, faltando-lhe, porém, ainda as pinturas. Erguer uma igreja no centro da capital do Japão era, como diz Fróis, como se os mouros construíssem uma mesquita ao lado das igrejas em Roma ou Lisboa.

Não chegou a durar uma década após a conclusão definitiva. Meses após a primeira perseguição aos cristãos por ordem de Hideyoshi, este mandou destruí-la. Depois disto os missionários tentaram instalar-se em Miyako e construir nova igreja. Primeiro tiveram de se contentar com umas «casas medíocres, numa rua de gente pobre». Foi só no ano de 1605, com permissão do xogum Tokugawa Ieyasu, que se ergueu uma nova igreja em Quioto. Segundo um relatório da época, era «larga e capaz e sobretudo muito limpa e bem acabada»; era adornada de quadros e imagens, tinha um púlpito de bela arquitectura. Nesta igreja, diz ainda o mesmo relator, «somente no corpo, tirando o cruzeiro, caberão duas mil pessoas, há de ordinário aos Domingos e Festas grande concurso» de fiéis; e, provavelmente, de curiosos também. Pode

imaginar-se quão surpreendente seria o facto de uma missa – e mais tarde lustrosas procissões – celebrada então em Quioto, por ocidentais rezando e cantando em latim e português, se se pensar no espanto que causaria uma cerimónia budista celebrada num templo budista que houvesse sido construído por japoneses na Lisboa dos começos do século XVII. Os habitantes de Quioto observavam estes espectáculos com curiosidade e espanto. Toda a evangelização em Quioto findou em Fevereiro de 1614, em consequência do mandato de expulsão dos missionários ditado pelo governo xogunal. Os missionários foram mandados para Nagasáqui, para dali seguirem todos para Macau, tendo ficado, no entanto, um terço, cerca de uma meia centena, disfarçados de comerciantes.

Fora alguns objectos guardados nos museus, nada hoje existe em Quioto a recordar a passagem dos Portugueses. Apenas a denominação da pequena Igreja de São Francisco Xavier, aplicada hoje a uma igreja numa das ruas principais de Quioto, Kawaramachi, recorda hoje o esforço da evangelização. A cristianização, tendo sido, ao lado do comércio, a principal actividade dos Ocidentais, não foi, porém, aquela que deixou mais duradouros traços. O governo xogunal tomou às actividades do cristianismo tal ódio que, com o ardor com que se empenhou em suprimir-lhe todos os vestígios durante dois séculos, conseguiu matar ou fazer renegar todos os cristãos, com excepção de pequeníssimas comunidades secretas (*Kakure Kirishitan*).

O que ficou de fundamental da acção dos Portugueses foi a revelação aos Japoneses da existência da Europa e da sua civilização. É verdade que o ódio ao cristianismo que fez banir a entrada de livros ocidentais até quase um século depois da expulsão dos Portugueses não permitiu que o encontro com o Ocidente desse todos os frutos. Mas a impressão foi demasiado profunda para poder ser esquecida. Nas ciências, nas artes, novas ideias haviam sido mostradas. A arte náutica, a cartografia, a astronomia, a medicina, não perderam mais o efeito do contacto renovador. Na arte do chá, como dissemos, a influência das formas da liturgia católica ficou para sempre marcada, através das inovações introduzidas pelo grande mestre da arte, Sen no Rikyu. Os Jesuítas fundaram em Quioto uma Academia das Ciências, a que pertenceram alguns dos maiores intelectuais japoneses da época, e nada se sabe hoje das actividades que desenvolveu; deveria ter sido um pequeno centro de intercâmbio de ideias da cultura ocidental e nipónica.

Para que uma das ruas e um dos lugares mais célebres e mais pitorescos de Quioto, Pontochô, o «Lugar da Ponte», foi crismado pelos Portugueses. No maior festival da cidade, o *Gion Matsuri* – que cada ano, em Agosto, percorre as ruas da antiga capital com andores e carros sumptuosamente engalanados, figurando acontecimentos históricos ou lendas religiosas, animados por dançarinos e tocadores de flauta e de tambor –, costumavam figurar tapeçarias e adornos, levados por portugueses, que durante muitos anos enfeitaram os carros. Um dos bairros de Quioto representado num carro alegórico do *Gion Matsuri* é Ubayanagi-chô, onde os missionários residiram e evangelizaram durante algum tempo.

Viver no Quioto imperial devia ter sido de um inefável encanto. E, apesar de hoje já não ser capital e ter perdido o esplendor que lhe emprestava o fausto das grandes casas nobres que outrora ostentavam esplêndidas festas e animavam as artes florescentes, Quioto continua a ser uma das cidades do mundo que guarda ainda um fascínio raro. A gente de Quioto é a mais agradável e requintada de todo o Japão e as mulheres de Quioto as mais belas. Quioto continua a adorar as festas nos templos e os piqueniques nos arredores; celebram-se ainda as procissões tradicionais, a comemorar um milagre ou um feito célebre; os cortejos do xogum ou dos poderosos dáimios continuam a celebrar-se, com actores a imitar o séquito faustoso dos imperadores e dos ministros e com as mais belas mulheres de Quioto, ainda mais fascinantes, engalanadas com as esplendorosas sedas de outras eras, no lugar de imperatrizes.

Foi Quioto, para mim, o maior enlevo dos meus anos do Japão. Todas as vezes que podia escapar-me de Tóquio, tomava o *Hikari*, «Raio de Luz», o comboio que cobre em duas horas e meia quase 600 quilómetros, e saía logo directamente, a pé, para o centro, Kawaramachi, a visitar as ruas cheias de uma multidão risonha, a ver as lojas, que exibem nas vitrinas preciosos objectos das artes tradicionais. As primeiras visitas eram para o rio Kamo e Pontochô, e parava no meio da ponte a contemplar ao longe as montanhas onde os templos, sob altas árvores, no sossego das verduras umbrosas, abrigam velhas estátuas de budas dourados, e, ao perto, na margem esquerda, a fiada das varandinhas dos restaurantes, que à noite se iluminam de lanternas de papel escarlate com grandes letras negras. E ficava-me a meditar longamente sobre o destino dos homens e a sorte das cidades: sobre os esplendores inigualáveis das festas de Quioto e sobre as suas catástrofes, com tantas mortes que no tempo das guerras os cadáveres no

rio Kamo «eram como as folhas arrastadas pelo vento do Outono». Sobre o leito do rio amo, seco no Estio, foram queimados vivos cristãos, entre eles criancinhas de 5 e 6 anos nos braços das mães, que gritavam: «Jesus, recebe as suas almas!» Aqui sobre esta mesma areia, pela graça da ex-sacerdotisa O-Kuni, bela e pecadora, nasceu o *Kabuki*, forma gloriosa do teatro japonês. Hoje, aqui em Pontochô, encontram-se as últimas figuras do Quioto imperial – as gentilíssimas *maiko*. As *maiko* são as gueixas de Quioto, que têm, quanto às flores de encanto e graça que são as gueixas, a primazia de terem ainda mais graça e mais encanto. Vêm-se adejar nos seus quimonos de ricas sedas, de longas mangas ondulantes, atravessando as ruas saltitando sobre as altíssimas *geta* de laca negra, sumir-se nas portas dos restaurantes, de onde à noite as suas vozes quentes embalsamam o ar de dolentes canções de amor.

Mas o que eu mais amo em Quioto são os templos e os jardins: ir gozar os verdes sedosos de musgos no Kokedera, o «Templo dos Musgos», contemplar contra o céu romântico, ao pôr do Sol, a silhueta elegante do Kinkakuji, o Pavilhão Dourado, ou cismar tempo perdido diante das formas abstractas do jardim de areia e pedras de Riyoanji. De todos os templos, aqueles que mais me atraem a uma profunda meditação e embevecimento são os de Ohara, o vale verde que leva aos templos de Sanzen-in, reconstruído no século IX, e Jakko-in. Este último é, de todos os templos do Japão, aquele a que me sinto mais particularmente afeiçoado. Nele passei horas deleitosas, tomando chá com a madre abadessa budista, reverenda Chiko Komatsu, a quem me liga uma estreita amizade, gozando os aromas da floresta antiga e a frescura das fontes rumorosas, a suavidade infinita da paisagem mais amena e mais convidativa ao recolhimento. Era grato escutar a minha doce amiga, a sua voz muito branda, as mãos pequeninas pousadas sobre os joelhos, falar-me do terno amor de Jizô, o deus das crianças, patrono do seu templo, e da piedade da imperatriz Kenreimon-in, que ali professou em 1185 e passou a sua vida de freira, e que eu imagino com a mesma face nobre e meiga, a mesma voz maviosa, os mesmos olhos longos, ternos e impenetráveis.

À noite, retornando destas conversas piedosas, era aprazível e tónico mergulhar na alegria álaure de uma partida de gueixas, cevar a fome profana nas iguarias, no *saké* servido pela mais bela, numa proximidade morna de gentilezas, de sorrisos, de frases provocantes. No meio do jantar, uma das *maiko* levantava-se, ondulosa e estranha sacerdotisa dos ritos do amor, com uma vénia, e a tocadora afinava as cordas do *shamisen*. A dança e a canção falavam de amor. Os gestos da bailarina, com as mãos em voo como flocos ao vento, o leque e as mangas longas do quimono ondulando, sugeriam

um dia de neve, a poeira argêntea caindo de um céu de chumbo, a paisagem branca, e uma mulher, sob uma ameixeira cujas flores despontam sob a neve, que recorda, chorando, que ali, num dia de neve igual, foi a última despedida do seu amor mais ardente.

É em Quioto, nos seus templos e nos seus jardins, nas suas canções e nas suas mulheres, as mais belas do império, que vive ainda o espírito do Nippon, *Yamato-damashii*, a verdadeira alma japonesa. E tê-la conhecido profundamente é uma felicidade inefável que fica na nossa alma, como sob a água que no rio corre, invisível, uma pedra rara.

PRIMEIROS ÊXITOS DO CRISTIANISMO NO JAPÃO

Yamaguchi, capital da prefeitura do mesmo nome, ostenta um charme antigo, na ponta noroeste de Honshu, a principal ilha do Japão, contando uma população de mais de 100 mil habitantes. Atingiu o seu maior desenvolvimento e o pino da sua glória no século XVI, sob o domínio da família Ouchi, precisamente ao tempo em que São Francisco Xavier ali passava. Sob o poder desta família, que começara dois séculos antes, Yamaguchi tornou-se uma das mais prósperas cidades do Japão, com esplêndidos templos, construídos à imitação de Quioto. Hoje Yamaguchi oferece ainda o encanto do velho Japão nas suas ruas antigas de casas de madeira no estilo tradicional. O Parque Kameyama, no lugar da antiga residência feudal, na colina sobranceira à cidade, é célebre pelas suas florescências de cerejeiras e de azáleas, na Primavera, e pela folhagem dos seus *momiji*, bordos rubros, no Outono.

No cimo deste parque foi construída, em 1952, uma catedral dedicada a São Francisco Xavier; é em estilo romanesco, tendo duas altas torres atrás, a imitar o seu castelo nativo em Navarra. Ergue-se ainda no lugar do templo budista de Daijoji uma grande cruz que ostenta no centro a efígie do santo enviado ao Japão pelo rei de Portugal.

Xavier ficou impressionado com a grandeza e prosperidade de Yamaguchi a primeira vez que ali passou. O dáimio Ouchi Yoshitaka recebeu-o amavelmente e escutou durante mais de uma hora a leitura de um livro em que o missionário levava escrita a doutrina cristã. Xavier e os seus companheiros ficaram muitos dias a «pregar pelas ruas e casas; muitos folgavam em ouvir a vida de Cristo e choravam quando vínhamos ao passo da Paixão». Apesar disto, poucos se convertiam, e Xavier determinou continuar a sua viagem para a capital. Já vimos como, desiludido de Quioto, por ver que nada ali podia fazer, voltou a Yamaguchi, passando antes por Hirado.

Nesta altura, porém, Xavier havia já compreendido um pouco da psicologia e dos costumes nipónicos. Já se dera conta de que as suas vestes pobres, o seu aspecto humilde, o tornavam suspeito aos Japoneses, habituados a ver a autoridade, mesmo religiosa, aliada à imponência exterior. Por isso, desta vez decide apresentar-se ao

dáimio de Yamaguchi com grande solenidade, imponente nas suas mais ricas vestes religiosas, e anunciar-se como embaixador do vice-rei da Índia, de quem levava presentes e uma carta dirigida ao rei do Japão, que decidiu entregar ao dáimio de Yamaguchi, por ser um dos mais poderosos do país. Foi recebido com honras por Ouchi Yoshitaka, que ficou impressionado com as cartas do vice-rei e do bispo de Goa, em pergaminho, de bela caligrafia, encantado pelos presentes, coisas nunca vistas no Japão: um relógio que batia as horas, um cravo, uma caixa de música, um fino espelho de vidro, uma bem lavrada espingarda, dois pares de óculos, livros ricamente encadernados, vasos de cristal, quadros a óleo e vinho português. A carta de Xavier dá, com vivacidade, o curioso ambiente que encontrou:

Folgou muito este duque assim com o presente como com a carta. Ofereceu-nos muitas coisas, mas não quisemos aceitar nenhuma, ainda que nos dava muito ouro e prata. Nós então lhe pedimos que se alguma mercê nos queria fazer, que nós não queríamos outra dele mais que desse licença em suas terras para pregar a lei de Deus e para que os que quisessem tomá-la a tomassem. Ele com muito amor nos deu essa licença e assim mandou pelas ruas da cidade pôr escritos em seu nome, que ele folgava que a lei de Deus se pregasse em suas terras, e que ele dava licença que os que quisessem tomar a tomassem. Com isto juntamente nos deu um mosteiro à maneira de colégio para estarmos nele. Estando neste mosteiro vinham muitas pessoas a ouvir a pregação da lei de Deus, que ordinariamente pregávamos cada dia duas vezes. No cabo da pregação sempre havia disputas, que duravam muito. Continuadamente éramos ocupados em responder às perguntas, ou em pregar. Vinham a estas pregações muitos padres e freiras e fidalgos, e outra gente muita; quase estava sempre a casa cheia, e muitas vezes não cabiam nela. Foram tantas as perguntas que nos fizeram que, pelas respostas que lhes dávamos, conheciam as leis dos santos, em que criam, serem falsas, e a de Deus verdadeira. Perseveraram muitos dias nestas perguntas e disputas: e depois de muitos dias passados se começaram a fazer cristãos; e os primeiros que se fizeram foram aqueles que mais nossos inimigos se mostraram, assim nas pregações como nas disputas.

Segundo Xavier, converteu em Yamaguchi 500 cristãos.

Estes êxitos pesavam muito aos bonzos, que não sabiam responder às perguntas dos missionários, o que muito contentava os convertidos.

A curiosidade dos Japoneses não se limitava à doutrina religiosa, perguntavam também sobre a forma da Terra, que não sabiam que era redonda, sobre o curso do Sol, sobre os cometas, relâmpagos, chuva e neve e muitas outras coisas semelhantes. As respostas dos missionários ganharam-lhes fama de doutos, o que «ajudou não pouco para darem crédito às nossas palavras».

As pregações eram escritas em espanhol pelo padre Cosme de Torres e traduzidas pelo Irmão João Fernandes em língua japonesa, que ele já sabia «muito bem».

Em 1551, Xavier pediu a Mendes Pinto 300 cruzados para construir uma igreja.

Xavier, entretanto, recebeu do dáimio do Bungo carta informando-o de que estava uma nau portuguesa no porto de Funai e que desejava falar com ele de «certas cousas». Xavier, que havia chegado a Yamaguchi em Abril ou Maio de 1551, parte para Funai, em meados de Setembro, deixando em Yamaguchi Torres e Frenandes.

Dias depois da partida de Xavier rebentou uma insurreição contra Ouchi Yoshitaka, que se suicidou. Durante a revolta, os missionários tiveram que se esconder e o templo dado a Xavier por Yoshitaka foi incendiado. Foi construída nova igreja, que nova guerra destruiu, com o templo de Daidoji, transformado em residência dos Jesuítas.

Só passados trinta anos, em 1586, puderam os missionários voltar a Yamaguchi, estabelecendo ali um «Colégio, casa da Provação e Seminário, tudo distinto e bem ordenado». Em 1602 os missionários foram expulsos em consequência da ordem do xogum de encerrar todas as igrejas do Japão, com excepção de Quioto e Nagasáqui.

Mais tarde a igreja e as casas de Yamaguchi eram dadas a um bonzo para as suas devoções budistas. Mais uma vez a força das crenças tradicionais vence a religião estrangeira. Xavier, fanático no seu zelo evangélico, incitava à destruição de muitos templos nipónicos e das imagens religiosas, no Japão, como já fizera na Índia, onde encorajara os rapazes a destruírem os ídolos. Esta intolerância contribuiu em grande parte para a hostilidade dos bonzos e foi uma das principais causas da expulsão dos Portugueses do Japão.

OITA, A CIDADE ONDE EXISTEM MAIS EVOCAÇÕES PORTUGUESAS

Oita, antiga Funai, cidade do sudeste de Kyushu, que conta hoje com cerca de um quarto de milhão de habitantes, tinha no tempo de Luís Fróis apenas oito mil. Capital da prefeitura de Oita, notável centro agrícola, é vizinha de Beppu, uma das maiores e mais encantadoras estações termais do Japão.

Funai, capital da antiga província do Bungo, foi das cidades nipónicas com a qual os Portugueses mais cedo travaram relações. Francisco Xavier foi ali em Setembro de 1551 e ficou até meados de Novembro. Uma enorme pedra de formas naturais mostra uma inscrição comemorativa da visita do homem de Deus ao senhor de Bungo, Otomo Yoshishige. Em frente ao mar, na parte leste da cidade, no jardim principal, onde fica a estátua de Otomo Yoshishige, ou Otomo Sorin, ergue-se a enorme pedra com a inscrição em caracteres japoneses: «Aqui desembarcaram os Portugueses e desenvolveram o comércio com a cidade, aqui veio Francisco Xavier fazer uma visita ao dáimio.»

Os Jesuítas continuaram a frequentar a cidade de Funai e outras vizinhas, a cultivar a amizade do senhor da terra e a missionar. Otomo Yoshishige deu em 1555 ao padre Baltasar Gago «um campo onde fizemos uma casa com uma capela». Mais tarde presenteou ainda os missionários com umas casas antigas e permitiu que comprassem um campo, onde construíram um hospital e um cemitério. O hospital, que foi o primeiro no Japão, onde Luís de Almeida curou e ensinou, foi dividido em duas partes, uma para leprosos e «a outra parte para outras enfermidades». Em frente do hospital foi erguida «uma formosa cruz». Como este hospital se mostrou insuficiente, um novo e maior foi construído em 1559. Almeida fundou também um orfanato, em 1555, que ele próprio dirigia.

Além disto, foi instalado um colégio, no qual «se liam duas lições, uma de humanidade e outra de língua do Japão» –, para a qual se elaborou «um copioso vocabulário». Este, bem como as primeiras gramáticas tentadas da língua japonesa, serviu de base ao monumental vocabulário luso-latino-japonês e à célebre gramática de João Rodrigues, de que adiante falaremos.

Não só em Funai, mas em povoações próximas, os missionários construíram residências, tal como em Yu (Hayami), que ficava a oito léguas, onde elevaram também uma igreja e um noviciado, e em Usuki, a sete léguas de Funai, lugar de residência permanente de Yoshishige. No tempo de Luís Fróis havia quinze pessoas na residência de Funai, empregadas em pregar e ensinar.

Otomo Yoshishige foi baptizado em 1578, sob o nome de Francisco. Foi ele um dos três senhores da ilha de Kyushu que organizaram a primeira embaixada enviada do Japão à Europa, em 1582, sendo Otomo representado pelo seu sobrinho Mancio Ito.

Quando visitei Oita encontrei um ambiente acolhedor, ia a dizer mesmo afectuoso. Num muro do salão nobre do município exhibe-se um pano colorido de seda bordada, representando a chegada de Portugueses ao Japão. Existe ali, dedicada a Francisco Xavier, uma bela estátua, levantada em 1971. Ao novo hospital foi dado o nome de Luís de Almeida, o médico missionário que a Oita levou a medicina ocidental. Ergue-se também um monumento a Luís de Almeida a curar um doente, outro com Almeida na creche que fundou, com uma vaquinha ao fundo a ser ordenhada, e ainda um outro de bem curiosa lembrança – a um tocador de rabeça, que dirigia os coros religiosos, com três meninos de boquitas abertas.

Não admira que numa cidade onde fui deparar com tantas memórias de portugueses encontrasse uma atmosfera tão amigável e de tanto calor humano. Senti que no afectuoso acolhimento daqueles bondosos desconhecidos pesavam, insuspeitas e silenciosas, as palavras de fraternidade que os marinheiros e missionários portugueses há séculos aqui semearam.

Hoje Oita é «cidade irmã» de Aveiro. Quando se realizou a irmanação das duas cidades, tive o prazer de saudar na Embaixada em Londres a missão japonesa, de passagem; a terceira missão à qual nesse ano pude dar as boas-vindas em japonês, que ainda não tinha esquecido. Pensei então que os meus passos no Japão não ficaram perdidos – que aquilo que se constrói sobre a amizade permanece.

UMA CIDADE ASSASSINADA

Yokoseura é uma baía azulínea e mansa, de águas límpidas, que banham praias verdes, cobertas de uma vegetação mimosa, colorindo a água de folhagens, em reflexos luminosos, de que ressaltam as copas altas dos pinheiros. Uma ilhota arredondada, cone de verdura surgindo no meio das águas, Hachinokojima parece, de longe, impedir a saída para a grande enseada de Omura, de águas igualmente claras e tranquilas, manchadas ao fundo, à entrada do oceano, pela fumarada industrial do porto de Sasebo. Porém, do lado de Yokoseura, tudo é verdes doces, ondulações suaves, sob a paz luminosa de um céu muito azul. Em frente ao ilhéu, a pequena aldeia de Yokoseura estende ao sol as suas redes, ostentando à entrada um monumento simples de granito branco com uma inscrição numa estela de mármore negro, que comemora a chegada do primeiro barco português: «Aqui vieram os barcos dos Bárbaros do Sul.»

Esta aldeia de duas dúzias de casas é hoje tudo o que resta de uma próspera cidade cristã que há mais de quatrocentos anos os Portugueses aqui fundaram. Nestas águas, que ao meio-dia desta jornada de sol glorioso se tingem de tons verde-roxos, fundearam caravelas, e na praia escura, enquanto se negociava a mercancia, os jovens marinheiros, vindos do longe Portugal, galanteavam as mimosas filhas do Nippon. Nas ruas da pequena cidade, que hoje a floresta cobre, desfilavam procissões animadas pelos hinos cristãos, pelo ouro dos andores rebrilhando ao sol, pelas cores vivas de mantos e túnicas das imagens santas e pelos alegres quimonos de festa dos devotos, que sobre a cabeça ostentavam coroas de flores. À noite, as luzes das velas e círios das procissões acendiam nas águas da baía jogos de reflexos e nas enseadas tranquilas repercutiam-se as harmonias dos cantos e das orações. A vida em Yokoseura era animada pelo comércio dos Portugueses e caracterizava-se pelo seu fervor cristão. Todos os convertidos da área tinham vindo residir na pequena cidade, para cultivarem em comum a nova fé trazida pelos homens do Ocidente, que com tanta sinceridade a proclamavam pela palavra e pelo exemplo. O dia de maior festa da cidade era o dia de Páscoa, em que se organizava uma procissão «com tanta alegria que não pode descrever-se», diz um cronista.

Na pequena aldeia de Yokoseura vivi dos momentos mais felizes da minha vida, momentos profundos, inolvidáveis e puros.

Eis como nasceu a cidade de Yokoseura. Quando o padre Luís de Almeida e o irmão japonês Belchior se dirigiam ao pequeno lugar de Yokoseura, no Verão de 1552, foram ali encontrar ancorada a nau de D. Pedro Barreto Rolim, que dias antes chegara de Macau. D. Pedro tivera uma visão: três tardes seguidas lhe apareceu uma grande cruz no ar. Por isso mandou erguer uma cruz de madeira no alto do pequeno ilhéu de Hachinokojima, que passou a chamar-se de São Pedro, mesmo defronte da povoação. Almeida e Barreto consideraram as excelentes condições naturais da baía e resolveram estabelecer ali um porto e fundar uma cidade. Era senhor daquelas terras o jovem dáimio de Omura, de nome Omura Sumitada, que pertencia à casa de Arima. Este sabia bem que o comércio português trazia rendosos proventos aos senhores dos portos onde os barcos vinham fundear, e deste modo estava crescendo o seu rival Matsuura Takanobu, senhor da ilha de Hirado, mais ao norte. Foram assinados documentos entre o dáimio Sumitada e o padre Luís de Almeida e fundada assim a cidade de Yokoseura e o porto de «Nossa Senhora da Ajuda». Numa das ruas do porto foi estabelecida a primeira casa dos missionários.

Sumitada oferecia aos barcos portugueses todas as facilidades, isentando os comerciantes lusos de taxas por dez anos. Deste modo aumentava os seus réditos e procurava arruinar o seu inimigo Matsuura. Como Hirado se havia mostrado hostil aos Portugueses e um dia o capitão Fernão de Sousa e todos os seus homens ali foram chacinados, os barcos lusitanos abandonaram aquele porto e passaram a aproar a Yokoseura. Por seu lado, os missionários acorreram ali e intensificaram os seus esforços de conversão. O padre Cosme de Torres, o Irmão João Fernandes e vários acólitos japoneses serviram-se da excelente situação geográfica de Yokoseura para estabelecer ali base da acção que estendiam a Omura, a Hirado e mesmo até Arima, onde podiam facilmente deslocar-se. O próprio Omura Sumitada foi convertido, sendo o primeiro dáimio a ser baptizado. Recebeu o baptismo na igreja de Yokoseura, em Junho de 1563, tomando o nome de Bartolomeu.

Yokoseura desenvolveu-se rapidamente, assumindo proporções de uma pequena cidade. Este incremento que tomava a cidade e a conversão do dáimio incutiam ânimo e esperança às incipientes comunidades cristãs do sul do Japão.

Porém, o dáimio Sumitada, provavelmente incitado pelos missionários, começou imprudentemente a destruir os templos budistas e a perseguir os seus fiéis. Este facto foi aproveitado pelo filho ilegítimo do dáimio precedente para fomentar uma revolta, que rebentou em Agosto de 1563, em Omura, capital do daimiato. Em Novembro seguinte, no momento em que os barcos portugueses zarpavam para Macau, Yokoseura foi incendiada e completamente destruída. Os missionários fugiram para Hirado e para o Bungo. O porto e a igreja nunca mais foram reconstruídos.

A pequena cidade de Yokoseura desapareceu para sempre da face da terra. A sua glória brilhou de Julho de 1562 a Novembro de 1563 – vida bem breve para uma cidade!

No ano seguinte, a nau de D. Pedro de Almeida demandava o porto de Yokoseura e fundeou diante do ilhéu de São Pedro. Vendo que a cidade já não existia e a costa estava deserta, aproou a Hirado, pela última vez. O mesmo fez um ano depois D. João Pereira, que diante da desolação da terra decide ir fundear a Fukuda.

Da cidade de Yokoseura, que os ódios dos homens suprimiram da face da terra, ficou apenas a memória breve.

Conheci o lugarejo de Yokoseura, pobre reminiscência da próspera cidade. Cheguei lá numa manhã de sol criador. Sobre a estrada, ao longo das águas verde-violeta, espargiam-se aromas de balsas e cintilações do mar. De quando em quando um pinheiro desgarrado surgia numa ilhota de dois palmos, entre um penedo e um pequeno *momiji* vermelho, tão debruçado sobre o mar que dir-se-ia enamorado da sua própria imagem ondulante.

Depois, subitamente, ao tornar de uma curva, surge Yokoseura. O lugarejo arrumou numa tira de terra modesta, entre a estrada e o mar, as suas duas dúzias de casas pobres de pescadores. Ao cimo da aldeia ergueram, em 1962, o monumento comemorativo que é o símbolo de toda a sua glória. Quase em frente, o ilhote de São Pedro, encimado de novo por uma cruz de madeira, de oito metros de altura, levantada na celebração do quarto centenário da fundação da cidade de Yokoseura. Ainda há almas piedosas que não deixam morrer a memória dos feitos dos homens e persistem em fazer reviver à terra as suas horas de grandeza.

Parámos ao pé do monumento, juncado de flores, engalanado de fitas festivas. Nenhuma cerimónia estava prevista. Era simplesmente a visita, de passagem, do Embaixador de Portugal. Na minha frente, o pequeno grupo dos habitantes de

Yokoseura olhava-me com curiosidade, quase com espanto. Pareceu-me descortinar no olhar daquela gente um fundo de simpatia, de afinidades invisíveis, que quatro séculos de ausência não haviam conseguido apagar. Um impulso irresistível, que me vinha do fundo da alma, levou-me a aproximar-me. Dei uns passos para o grupo. E falei-lhes. Recordei-lhes como há quatro séculos homens do meu longe país ali tinham vindo visitar os seus maiores para lhes trazer a palavra e o amor do Ocidente. E que eu agora ali voltava para lhes reafirmar a mesma amizade. Em Cristo e em Buda, todos somos irmãos, e o mesmo Sol ilumina todos os homens e fecunda a terra inteira. Em nome de Portugal vinha saudá-los e exortá-los a que nos guardassem a antiga amizade. E jurei-lhes a nossa amizade, em nome deste mar sagrado que nos aproximou.

Respondeu-me o silêncio claro da manhã – e o olhar da gente, agora cordial, de humana compreensão. Depois, inesperadamente, um por um, primeiro os homens, a seguir as mulheres com as crianças pela mão, desfilaram diante de mim e me fizeram a vénia de saudação japonesa, que retribuí, profundamente comovido. Havíamos quebrado quatro séculos de ausência.

A viagem continuava dali para o norte, para a ilha de Hirado.

No caminho, surpresa maior ainda me aguardava. A estrada continua por algum tempo ao longo da baía, depois entranha-se pela espessura verde da montanha e começa a galgar encostas cada vez mais bravias, entre pinheiros esguios e arbustos densos. De quando em quando, a massa verde abre-se e surge uma clareira, onde um lugarejo de três ou quatro casas fumeja, num terreiro alagado de sol. Em frente de cada casal e de cada aldeia que surgia, grupos e mais grupos de homens, mulheres e crianças gritavam-me, sorrindo: – *Yokoso! Yokoso! Porutogaru san!* (Bem-vindo! Bem-vindo! Senhor Portugal!) –, e acenavam com pequenas bandeiras de Portugal. Lembro-me de um casal de velinhos, ela pequenina e curvada, ele muito magro, alto e de cabelos de neve, que agitavam bandeirinhas verde-rubras e me saudavam com aquele sorriso puro que só aflora aos lábios dos velinhos e das crianças.

No alto da montanha estendia-se uma pequena aldeia. Parámos na praça, em frente do edifício comunal, e foi a cerimónia de plantar uma árvore. Era uma típica cerejeira japonesa, que não dá fruto, e cujas folhas de pétalas duplas, *zazakura*, são de uma alvura leve e luminosa. Recolhi-me; o pensamento no futuro, via a delgada vergôntea tornar-se numa grande árvore um dia, a copa majestosa coberta de florescências, expandindo no céu a sua glória branca, a iluminar de graças a paisagem; e

voava ao meu país, formulando o voto de que em breve ali brilhe outra florescência mais bela – a liberdade.

Falei de novo de Portugal, do Japão, da amizade entre os homens, do passado e do futuro.

À tarde chegámos ao pequeno porto de Hiradoguchi e tomámos o barco para Hirado. O pôr do Sol sobre o mar sereno, agora cor de mármore, tinha a beleza pungente de todos os entardeceres no mar. Na minha imaginação vogavam naus, passavam capitães e marinheiros, ardendo na curiosidade das novas terras, nos olhos a melancolia das longas viagens, de anos ausentes de Portugal. Quando Hirado surgiu, tranquila, ostentando a sua grande igreja e o seu castelo feudal, ao fundo de uma pequena baía, no sopé da montanha, senti um estranho alvoroço. Não era a gente que eu lá ia ver, nem era a novidade de uma pequena cidade moderna que me alvoroçava – era uma voz clara e imensa, feita das vozes de todos os homens que em barcos lavraram o oceano e que, como eu, foram demandar ao desconhecido, na terra e no mar, o mistério que as vidas passadas dos homens, com todas as suas glórias e sofrimentos, não revelam; que está algures em nós, e que urge descobrir antes que a morte nos visite. Aquele contacto com o passado rejuvenescia-me – como era possível que naquela terra longínqua e estranha eu sentisse uma alegria tão profunda e familiar?!

PÉROLAS VERDES DO MAR JAPONÊS

A viagem pelas ilhas de Amakusa é inolvidável. Situado ao sul da península de Shimabara, o arquipélago conta mais de setenta ilhas, grandes e pequenas, todas verdes e oferecendo uma das paisagens mais belas do mundo. Na Primavera tudo são mantos de verdura caprichosamente recortados, evoluindo em suaves ondulações, erguendo-se em algumas ilhas em picos que parecem tocar o azul do céu, enquanto cá em baixo, nas praias, debruadas de espuma branca, vem quebrar-se um mar de cristal. No Outono a massa intensa de tons verdes variados passa a colorir-se de vermelho, das manchas fulvas das folhas do *momiji*, o bordo formoso, que é a alma, a beleza sublime do Outono japonês.

Nas várias ilhas pesca-se e conserva-se peixe, fazem-se bonecos, produz-se óleo de camélia e porcelanas de estilo local. Os turistas buscam ali o encanto das paisagens marinhas e o prazer dos banhos das fontes termais.

Hondo, a capital do arquipélago, está ligada à grande ilha de Kyushu por cinco pontes, todas de diferente estilo. Ao deslizar de automóvel pela bela estrada moderna, vendo passar ilha após ilha, num dia de sol, fica-se deslumbrado com a beleza deste paraíso pagão.

Há quatro séculos, os missionários portugueses, pregando o Evangelho, percorreram as ilhas de Amakusa, que então pertenciam à província de Higo, hoje prefeitura de Kumamoto.

Por lá andou o padre Luís de Almeida, que foi estabelecer uma missão, em 1566, em Shiki, Shimojima, uma das duas grandes ilhas do arquipélago de Amakusa. Almeida, depois de alguma hesitação, baptizou o senhor da ilha, desejoso de se fazer cristão, sobretudo depois da chegada do barco português. Depressa, porém, o neófito renegava a nova religião e voltava ao budismo. Apesar disso, as conversões continuaram, e em 1571 atingiram duas mil. Almeida fundou também, em 1569, uma missão em Kawachinoura, perto de Hondo, e baptizou o senhor feudal de Amakusa, o qual, apesar de revoltas promovidas pelos bonzos e por seus irmãos, se manteve fiel à sua nova fé.

Em Hondo a comunidade cristã foi iniciada em 1571, pelo padre Francisco Cabral, que nos dá conta do facto numa carta. Sabemos que a residência missionária ainda existia ali nove anos depois, mas que em 1582 já havia sido suprimida. Neste mesmo ano foi extinta a residência de Kutama, que teve curta vida, pois fora estabelecida menos de dois anos antes.

Estas e outras residências missionárias nas ilhas de Amakusa estavam dependentes da sorte das guerras entre os senhores, num país politicamente instável, onde as intrigas e ligações políticas ou de famílias decidiam da existência dos senhores e das cidades. Os missionários fizeram durante os anos da sua actividade nas ilhas de Amakusa alguns milhares de convertidos.

Das ilhas de Amakusa fala Luís Fróis na sua *História do Japão*, e da piedade e devoção dos senhores de Amakusa, D. Miguel (Amakusa Hisatane) e seu filho e herdeiro D. João (Amakusa Tanemoto). Em 1582 havia nesta ilhas, segundo Fróis, trinta igrejas.

A par da obra de cristianização, os Jesuítas lançaram em Amakusa uma obra muito importante, a imprensa por meio de caracteres móveis, introduzida então pela primeira vez no Japão. A tipografia foi primeiro estabelecida em Kazusa e depois levada, em virtude da perseguição de Hideyoshi, para Amakusa, onde esteve de 1592 a 1597, e depois para Nagasáqui, onde ficou até 1611. A actividade editorial tinha dois fins: produzir livros religiosos e de edificação moral para uso dos conversos e imprimir livros de estudo para os Jesuítas, tanto gramáticas de língua japonesa como textos clássicos japoneses. Entre os primeiros apareceu um volume sobre a vida dos santos, *Sanctos no Gosagyō*, impresso em Kazusa em 1591, adaptado de *Flos Sanctorum*, e a versão da *Imitação de Cristo*, de Tomás de Kempis, sob o título *Contemptus Mundi*, impressa em Amakusa em 1596. Ali fora também estampada, em 1592, a tradução japonesa abreviada de *El Sumario de la Introduction del Símbolo de la Fe (Fides no Doxi)*, de Frei Luís de Granada, publicada apenas dez anos antes em Salamanca. Deste mesmo autor foi publicada a tradução abreviada de outra obra, *Guia do Pecador*, impresso em Nagasáqui, em dois volumes, em 1599-1600. Vários outros livros de doutrina cristã foram publicados em Amakusa e Nagasáqui. Foram também impressos livros morais, como as *Fábulas de Esopo (Esopu no Fabulas)*, que tiveram tanto êxito que algumas fábulas entraram no folclore e ainda correm. Para instrução dos missionários na língua japonesa apareceu o *Dictionarium Latino Lusitanium ac Japonicum*, impresso em 1595 em Amakusa, e foi começada a composição em

Nagasáqui, em 1604, da monumental *Arte da Língua do Japão*, de João Rodrigues. Ainda com o fim de facilitar aos missionários o estudo da língua japonesa, foram vertidos em caracteres latinos alguns contos japoneses, entre eles um resumo da longa história de *Heike Monogatari*. Para o ensino do latim aos auxiliares japoneses, dógicos, foram impressos os *Discursos* de Cícero.

Desta viva actividade de ensino e de impressão, várias obras se perderam. Restam-nos hoje 29 livros, 12 dos quais foram impressos em Amakusa. O trabalho realizado foi notável. Pela primeira vez a língua japonesa foi transvertida em caracteres latinos, com uma perícia que ainda hoje é louvada.

Em Hondo há uma colina dedicada às memórias cristãs. No alto fica um pequeno museu de arquitectura muito moderna, onde se exibem alguns raros objectos da era cristã – pequenas imagens, cruces, panos, cópias de *fumie*, fotografias; em baixo, na encosta, um pequeno cemitério, onde se juntaram algumas pedras tumulares. Estas pedras foram encontradas por acaso, enterradas aqui e além, sem inscrição alguma, com dois breves traços disfarçados em cruz. Ao cimo do cemitério eleva-se uma imagem branca da Virgem e perto desta um belo baixo-relevo de bronze com a figura de Luís de Almeida, a meio corpo, encastrada numa rocha, e em outra pedra o vulto de Hirakawa Adams. Este cemitério solitário é o sinal mais directo, a memória mais comovente, dos cristãos japoneses e da acção evangelizadora de Portugal.

Mendes Pinto escrevia que «não havia porto, nem enseada, nem angra em toda esta ilha do Japão onde não estivessem surtos trinta a quarenta juncos, e em algumas partes mais de cem». É evidente exagero. Mas é certo que em muitas destas baías, angras e enseadas muitos barcos portugueses ancoraram durante um século. Por isso, ao contemplá-los, nos vem à mente os entusiasmos e os desesperos desses homens corajosos que o ganho ou a aventura trouxe tão longe sobre um caminho de perigos: cada nome suscita empresas conseguidas ou falhadas, ímpetos de bravura e lamentos de desespero, dores e sacrifícios; cada porto evoca perfis de caravelas balouçando na brisa; cada enseada ecoa ainda de vozes lusitanas alvoroçadas pela vista da terra, em busca de um gesto amigo.

QUANDO OS PORTUGUESES FUNDARAM A CIDADE DE NAGASÁQUI

Nagasáqui é hoje uma das mais belas cidades do Japão. Com cerca de meio milhão de habitantes, é importante centro de indústrias pesadas, em especial de construção naval, com os maiores estaleiros do país. Estende-se sobre as colinas à roda de uma ampla baía.

Todas as cidades do Japão são construídas na planície, com receio de terremotos. Nagasáqui, com as suas manchas de casario alastrando pelo verde das encostas ou alcandoradas nos cimos, tendo ao fundo o espelho do mar, oferece um dos mais belos e acolhedores panoramas ao visitante que vem do lado do oceano.

Por Nagasáqui entravam os missionários e mercadores que levaram ao Japão a religião e os primeiros produtos da civilização do Ocidente. Também por Nagasáqui passaram a entrar as artes e as mercadorias chinesas nos juncos que atravessavam o estreito mar do Japão e antes costumavam aportar a outros pontos da ilha de Kyushu ou das Ryukyu, mais ao sul.

Havia anos que os missionários procuravam um porto seguro para a ancoragem das naus e ao mesmo tempo um lugar onde pudessem reunir uma comunidade cristã. Foi escolhido Nagasáqui, «lugar inculto», desconhecido e despovoado, «numa floresta com grandes árvores», com um óptimo porto natural, que depois os Portugueses consideraram o «melhor do mundo», protegido por uma «estreita ponta de terra que era toda cheia de espinhos e matos silvestres», saindo pelo mar adentro. E aí, no porto, descoberto pelo padre Belchior Figueiredo com um piloto e alguns companheiros, depois de inspecionarem a costa e «sondar as entradas», teve início uma grande cidade. Aproava a Nagasáqui a primeira nau em 1571.

Nagasáqui ficava nos domínios de D. Bartolomeu de Omura, baptizado pelo padre Cosme de Torres. D. Bartolomeu fez a Torres doação «para sempre» do «povo de Nagasáqui com todas as terras e campos que estão nos seus confins», e bem assim da povoação de Mogi, que fica próxima. D. Bartolomeu doava também aos Jesuítas «para sempre o que costuma pagar a nau dos Portugueses pelo tempo que está no dito porto, reservando para mim os direitos dela e de todos os mais navios que chegarem ao dito

porto, os quais mandarei cobrar pelos meus oficiais, os quais não se intrometerão em coisa alguma que toque à justiça do dito lugar».

Na doação aos Jesuítas, D. Bartolomeu não foi apenas movido pelo sentimento da fé, mas sobretudo por interesse pessoal, como nota o visitador Alexandre Valignano, pois receava que o senhor de Hizen, cobiçoso dos rendimentos da estadia das naus, lhe tomasse o porto, e também pela esperança de que os Portugueses viessem ali com os seus navios. Os senhores japoneses eram muito pobres «e, como os benefícios que derivam da vinda dos navios aos seus portos é muito grande, procuram atraí-los aos seus feudos», afirma Valignano. Alguns deles suportavam a presença dos Jesuítas e as perturbações por vezes causadas pela pregação e pelas conversões – que dividiam as populações e indignavam budistas e xintoístas pela destruição dos seus templos – só com a mira no lucro do comércio. Esta nova fonte de perturbações vinha acrescentar-se à instabilidade política provocada pelas ambições e guerras entre senhores feudais. Tal conjunto de condições tornava a doação de Nagasáqui aos Jesuítas pouco estável, apesar da cláusula expressa de perpetuidade.

Por isso Valignano, que conhecia bem a inconstância das coisas no Japão, insistiu com Roma para ser autorizado a receber os lugares de Nagasáqui e Mogi, mas que ficasse o superior do Japão com a faculdade de os poder abandonar quando «o tempo e a experiência mostrasse que não convinha conservá-los mais tempo». Esta recomendação foi aceite por Roma, conforme carta do padre Cláudio Aquaviva.

Depois de assinado o acordo entre D. Bartolomeu e o padre Cosme de Torres, os missionários começaram a estabelecer-se em Nagasáqui com os cristãos que ali se domiciliavam, atraídos pelo lucro da nau. Muitos dos moradores, escreve Luís Fróis, vieram desterrados pelos seus senhores gentios, outros haviam-se expatriado voluntariamente para não terem de renegar a sua fé, outros ainda procuravam longe da turbulência das guerras dos seus lugares um posto de negócios seguro.

Nagasáqui desenvolveu-se rapidamente e tornou-se próspera com os rendimentos do comércio português. Ao fim de oito anos contava já 400 casas. Por esse tempo os Portugueses fundavam também São Paulo e Rio de Janeiro.

Tem sido discutida pelos historiadores a natureza da doação, sobretudo por escritores portugueses, que chegam a afirmar, contra a evidência histórica, que Nagasáqui foi uma cidade portuguesa. Ora, embora os cristãos ali administrassem justiça, a doação não podia abranger a transferência da propriedade da terra. O princípio

absoluto de que todo o reino do Japão pertence ao imperador viera provavelmente da China, onde fora declarado, sob a dinastia Wei, nos meados do século v.

A doação de Nagasáqui aos Jesuítas, segundo textos de crónicas da época e historiadores nipónicos hodiernos, como Kiichi Matsuda, prejudicou a reputação dos missionários junto das autoridades japonesas, sobretudo do governo de Quioto, causando a desconfiança destes e o ódio da população, reforçando a suspeita de que os missionários nutriam ambições de conquistar o Japão e eram guarda-avançada da conquista.

Estas razões pesaram certamente na decisão do poderoso e astuto Toyotomi Hideyoshi de incorporar Nagasáqui nos seus domínios, após o mandado de expulsão dos missionários em 1587. Nagasáqui passou a ser administrada directamente de Osaca, onde Hideyoshi tinha o seu castelo e a sua corte. Hideyoshi nomeou um representante seu em Nagasáqui, designado por *daikan*, que exercia a autoridade por meio de um grupo de homens-bons, *otona*, de que se destacavam quatro anciãos, *machitoshiori*, que a princípio foram cristãos.

O número de cristãos no Japão foi aumentando de dia para dia. Um filho do imperador Goyosei e toda a sua família foram convertidos. Em 1597 foram queimados vivos os primeiros mártires, por ordem de Hideyoshi. Eram 26 e foram martirizados no monte Tateyama, em Nagasáqui, no lugar onde está hoje erguido o Museu dos Mártires, em Nishizaka Koen; um dos mártires era português, Gonçalo Garcia, seis eram espanhóis, um mexicano e os demais japoneses.

O governador de Nagasáqui, de 1592 a 1602, Terazawa Hirotaka, que fora cristão, começou a perseguir os cristãos, impedindo-os de ir à igreja. Hideyoshi havia morrido em 1598, sucedendo-lhe o seu filho Hideyori, ainda criança; o poder ficou nas mãos do tutor deste, Tokugawa Ieyasu, que depois se tornou o senhor do Japão. Ieyasu, a pedido do padre João Rodrigues, seu intérprete e agente no comércio com os Portugueses, mandou instruções a Terazawa para não maltratar os cristãos. Porém, a nova onda de guerra civil em que senhores cristãos haviam tomado partido contra Ieyasu, vencedor, indispos este contra os cristãos, criando no seu espírito reservas que mais tarde viriam a azedar-se. Foram enviadas ordens a Terazawa para destruir todas as igrejas, mas os senhores de Arima e Omura opuseram-se, dizendo que prefeririam morrer. Ieyasu não se sentiu bastante forte para reduzir os rebeldes à obediência e temia, por outro lado, perder o comércio com Portugal.

Durante o tempo de Oda Nobunaga e Hideyoshi o cristianismo havia feito rápidos progressos devido ao ódio daqueles dois regentes contra os monges budistas. Porém, Ieyasu era um devoto budista e a sua preocupação de unificar o país e defender as instituições baseadas na religião xintoísta opunha-o à introdução das ideias cristãs.

Entretanto, em 1600, apareceu no Bungo o barco holandês *Liefde*. Este facto iria também influir decisivamente na sorte do cristianismo e do comércio português no Japão. As intrigas entre jesuítas e franciscanos, chegados em 1592, vieram somar-se às intrigas e guerra surda entre católicos e protestantes, portugueses e holandeses.

Ieyasu, que sentia cada vez menos simpatia pelos cristãos, ordenou a todos os cristãos ao seu serviço que abandonassem a nova religião. De dezoito, catorze recusaram apostatar. Ieyasu confiscou-lhes os bens e exilou-os. Já haviam sido legalmente banidas todas as igrejas, com excepção das de Nagasáqui, Osaca, Quioto, Edo (Tóquio) e as dos feudos de Omura e Arima. Agora foram suprimidas as igrejas de Quioto, uma dos Franciscanos, outra dos Jesuítas. Nova perseguição foi ateadada em 1613, em Arima e na cidade de Edo, onde foram decapitados vinte e oito cristãos, na maioria leprosos, pelo filho de Ieyasu, Hidetada.

O governador de Nagasáqui, Hasegawa Sahyoe, feroz inimigo dos cristãos, moveu intrigas junto de Ieyasu e levou-o a um novo acto contra os missionários, o decreto da expulsão de 27 de Janeiro de 1614. Este decreto declara que o cristianismo põe em risco as três religiões do Japão (xintoísmo, budismo e confucionismo) e a própria independência do país. É o começo das cruéis e sistemáticas perseguições, que não deixariam mais paz aos cristãos japoneses. Muitos destes foram para Nagasáqui, uns deportados, outros por livre vontade. Cristãos foram mortos cruelmente, igrejas queimadas. Em Nagasáqui faziam-se grandes procissões invocando a ajuda do Céu contra tantos sofrimentos. Muitos conversos e missionários foram expulsos e partiram de Nagasáqui para Macau, nos fins de 1614. Os padres que ficaram no país foram procurados e perseguidos, depois da morte de Ieyasu, em 1616, por seu filho Hidetada. As cadeias de Nagasáqui e Omura estavam cheias de cristãos. Em 1622 vários missionários e fiéis, ao todo, vinte e três, foram queimados vivos, e vinte e dois cristãos decapitados. Foi o chamado «grande martírio de Nagasáqui».

O ódio dos governantes contra a nova religião foi crescendo. Hidetada cede o lugar de xogum, em 31 de Janeiro de 1623, a seu filho Iemitsu. Este mostrou-se ainda mais cruel que seu pai. Em 4 de Dezembro desse ano, Iemitsu presenciou a morte na fogueira de cinquenta cristãos. Nesse mesmo mês foram sacrificados mais vinte e quatro

e no ano seguinte as perseguições estenderam-se a todo o Japão, a Edo, Kubota, Akita, Dewa, e mesmo a Sendai, cujo senhor, Date Masamune, havia anos antes enviado uma embaixada ao Papa.

No ano de 1623 foram impostas aos Portugueses pesadas restrições. Estas foram agravadas três anos depois. Terminada a época comercial, os mercadores deviam voltar nos barcos a Macau, podendo levar os filhos, mas não as mulheres japonesas com quem fossem casados, nem as filhas. As casas onde viviam portugueses em Nagasáqui foram oferecidas aos Holandeses, que as rejeitaram e preferiram continuar em Hirado. A feitoria inglesa em Hirado, em face da concorrência comercial holandesa, foi encerrada no fim de 1623 e os ingleses partiram no *Bull* para Batávia. Um ano depois eram os Espanhóis expulsos do Japão por Hidetada.

A perseguição dos cristãos, a aplicação de restrições rigorosas aos negociantes portugueses, incluindo o juramento de que não trariam mais missionários para o Japão, foram tornando a situação cada vez mais difícil. Vieram acrescentar-se dificuldades à entrada dos barcos portugueses em Nagasáqui, em virtude de actos cometidos por espanhóis contra um barco japonês navegando sob o selo vermelho do xogum, e ainda por falta de pagamento de quantias emprestadas por japoneses a portugueses para investimento no negócio, empréstimo chamado *respondência* (*nage-kane*). As autoridades japonesas sentiam-se cada vez mais inclinadas a expulsar os Portugueses, por motivo da introdução clandestina de padres no Japão, mas hesitavam porque os carregamentos de seda dos barcos portugueses eram melhores e mais valiosos do que os trazidos por holandeses e chineses. Os próprios juncos chineses foram proibidos de fundear em qualquer porto, a não ser Nagasáqui, com receio de que introduzissem missionários de Macau e Manila. As galeotas portuguesas, em 1636, foram alvo de uma meticolosa busca e os Portugueses foram confinados na ilha artificial de Deshima, em frente a Nagasáqui. Quando regressaram a Macau, os barcos levavam 287 homens, mulheres e crianças para o exílio.

Tornava-se claro, para os Macaenses, que o comércio português não era mais desejado. Os padres fanáticos de Manila continuavam a introduzir-se clandestinamente no Japão e os Portugueses eram responsabilizados por isso, em virtude de viverem sob o mesmo rei.

O último acto da tragédia cristã no Japão deu-se em Shimabara. Começou em Dezembro de 1637, por uma insurreição provocada pelos abusos e exacções fiscais sobre os camponeses, e acabou em Abril seguinte, pela tomada do castelo onde se

havia refugiado cristãos e pagãos e pelo massacre de todos estes, cerca de 35 mil. A revolta de Shimabara marca o fim do cristianismo introduzido pelos Portugueses no Japão.

Em 1639 foi proibida a continuação do comércio português. Os Portugueses escutaram com lágrimas a leitura do decreto da expulsão, que punha fim a um século de comércio e actividade missionária.

O último barco português que foi de Macau com o fim de solicitar a continuação do comércio, em 1640, teve um trágico fim. Todos os portugueses foram executados, sendo poupados apenas treze moços da tripulação, para levarem a notícia a Macau.

De então em diante os Holandeses mantiveram a única presença ocidental no Japão, em condições que os próprios historiadores holandeses consideram pouco honrosas.

Nagasáqui está ligada, desde os primeiros dias, à sorte do cristianismo no Japão. Foi ali que os cristãos se refugiaram das perseguições, ali foram muitos martirizados, dali saíram os últimos que salvaram a vida na evasão para Macau. Em Nagasáqui vivia ou estacionava o maior número de negociantes portugueses.

O porto de Nagasáqui presenciou muitos actos de coragem dos marinheiros portugueses, como o do capitão André Pessoa, que, atacado pelos Japoneses, pegou numa tocha e lançou fogo ao paiol da pólvora, fazendo ir o seu barco pelos ares – feito de heroísmo que passou contado pelas crónicas japonesas; e actos de sangue-frio e serenidade, como o do último embaixador português, enviado por D. João IV, Gonçalo Siqueira de Sousa, que, apesar das provocações dos Japoneses, manteve uma dignidade e tranquila altivez que o impôs aos Nipónicos e salvou a vida aos marinheiros portugueses.

A Nagasáqui aportavam no século XVII barcos portugueses, espanhóis, holandeses, ingleses e chineses, o que fazia de Nagasáqui o maior centro comercial de todo o Japão.

Nagasáqui ergue defronte do seu Museu Provincial, o mais rico do Japão em obras de arte *namban*, um belo monumento aos seis grandes portugueses no Japão: Jorge Álvares, Francisco Xavier, Luís de Almeida, Luís Fróis, João Rodrigues e Wenceslau de Moraes – os grandes nomes do encontro do Japão com o Ocidente, realizado por Portugal. Xavier era basco, mas evangelizou no Japão incorporado na obra

portuguesa. O monumento, da autoria de Martins Correia, realiza uma ideia muito original: uma árvore da vida, de que surgem, qual humana florescência, os medalhões com as efígies ilustres. Para completar a evocação das relações com Portugal, o governo da província de Nagasáqui destinou o andar nobre de um belo edifício a Museu de Portugal, onde serão expostos objectos relacionados com a história luso-japonesa; alguns desses objectos faziam parte do Pavilhão de Portugal na Exposição Mundial de Osaca e foram doados pelo Governo Português. Entre eles destaca-se o tecto pintado, representando os quatro continentes, que pertenceu a um solar minhoto do século XVII.

A comemorar a fundação da cidade de Nagasáqui, em 1571, a associação luso-nipónica daquela cidade mandou erguer um monumento em granito, com uma placa de bronze representando uma caravela, com a inscrição, de um lado, «Portugal» e, do outro, «Nagasáqui». E, para maior aproximação entre os dois povos, a cidade de Nagasáqui e a cidade do Porto foram feitas cidades irmãs, por decisão dos dois municípios.

Existe em Nagasáqui um outro monumento lembrando Portugal – uma lápide consagrada a Luís de Almeida, primeiro português que chegou a Nagasáqui. Fica perto do lugar onde o padre Gaspar Vilela construiu, em 1568, uma igreja, a que chamou Catedral de Todos os Santos, sobre as ruínas de um templo budista, que para esse fim os cristãos destruíram. A sorte quis que a igreja fosse, por sua vez, destruída e um templo budista de novo erguido no mesmo lugar.

Tomei parte na inauguração da lápide evocando o missionário. Depois dos discursos oficiais, na rua, diante da lápide, a última parte da cerimónia realizou-se no templo budista, onde todos os participantes foram acolhidos pelo mestre de *zen*, superior do templo. Falou em fluente japonês o padre Diego Pacheco – o estrangeiro mais profundo conhecedor da história de Nagasáqui – traçando a biografia e a obra de Luís de Almeida. A celebração terminou com a cerimónia do chá – como no tempo dos missionários de Seiscentos, que a faziam a seguir ao sacrifício da missa.

Ao reflectir no paradoxo de ver uma consagração a um missionário cristão num templo pagão, que fora já antiga igreja e antes desta templo pagão ainda, senti-me confundido pelos acasos que movem a História e lhe velam o sentido sob um mistério insondável. E fiquei perturbado ao pensar que o novo acto de agora – gesto de amor e harmonia entre homens de várias nações – torna gratuito o esforço e a dor e o sangue derramado no apostolado e martírio desses homens que há quatro séculos aqui vieram pregar uma fé nova, na crença de que salvavam almas para Deus. De que serviu o seu

martírio? Tê-lo-iam aceite se soubessem que viríamos hoje a consagrá-los no próprio templo pagão que eles destruíram com ódio e para glória do seu Deus? Até que ponto a Igreja, que hoje prega a harmonia universal dos homens de todas as raças e religiões, é a mesma que pregava o martírio pela defesa da verdade absoluta, em face da qual todos os outros deuses eram considerados demónios e todos os infiéis irremediavelmente proscritos e condenados? Em verdade, Deus há-de estar bem acima de todas as igrejas e todas as religiões; se assim não fosse, os homens sentir-se-iam condenados a penas bem maiores do que a fogueira e o Inferno – a perder toda a esperança da própria salvação.

MARTÍRIO BRANCO

A cidade de Sendai fica ao norte de Honshu, a principal ilha do Japão, e está perto de uma das mais lindas regiões do país, Matsushima. Hoje é um centro industrial, com meio milhão de habitantes. Há quatro séculos era a sede do mais poderoso daimio ao norte de Edo (Tóquio), Date Masamune (1566-1636), senhor das terras então chamadas de Oshu, nome que ficou célebre na poesia e na lenda.

Date enviou uma embaixada à Europa, dirigida por Hasekura Rokuemon, acompanhado pelo padre espanhol Luis Sotelo. A embaixada embarcou no primeiro barco japonês que atravessou o Pacífico, o Date Maru, em Setembro de 1613, dirigindo-se ao México. Daqui Hasekura seguiu num barco espanhol para a Europa, tendo chegado em Dezembro de 1614 a Madrid, onde foi recebido por Filipe II. Foi ali baptizado sob o nome de Filipe Francisco e, depois de ter passado por Genebra, chegou a Roma em Outubro de 1615. O Papa festejou-o a ele e à sua comitiva e tratou-os como seus hóspedes. Só regressou ao Japão em 1620, depois de ter estudado e observado os costumes e a civilização da Europa.

Durante os sete anos de ausência de Hasekura, as coisas haviam mudado muito no império e nos domínios de Date Masamune. Quando a embaixada regressou ao Japão, Date, apressando-se a seguir a política do xogum Hidetada, havia proclamado um édito contra os cristãos. O sucessor de Hidetada, seu filho Iemitsu, mostrava-se ainda mais cruel inimigo dos cristãos. Iemitsu estabeleceu uma rede de inquisidores em todo o país e fez com que os daimios nas várias províncias seguissem a sua política de perseguições. No fim de 1623 os padres De Angelis e Calvez, com 48 cristãos leigos, depois de exibidos pelas ruas de Edo, foram queimados vivos. O próprio padre Luis Sotelo foi queimado vivo em 25 de Agosto de 1624, por ordem dos governadores de Omura e Nagasáqui.

Um dos daimios mais solícitos em imitar o exemplo do xogum era Date Masamune. Nas suas terras os cristãos foram perseguidos e na capital, Sendai, foi martirizado em 1624 o missionário português Diogo de Carvalho, de quem adiante falaremos.

Tomei parte na cerimónia de inauguração do monumento a Diogo de Carvalho, num dia chuvoso de Setembro de 1971. O historiador padre Hubert Cieslik traçou, em japonês, a biografia, e as autoridades da cidade e o Embaixador de Portugal renderam homenagem aos mártires e celebraram a amizade entre Portugal e o Japão, cimentada no ideal, no sangue e na esperança de um mundo justo e fraternal.

No dia seguinte, de sol radioso, fui ali perto visitar novamente Matsushima, a belíssima baía semeada de centenas de pequenas ilhas, onde a cor do mar, os reflexos verdes das sombras de pinheiros e a luz das águas criam um espectáculo inolvidável. Andara por lá uns três lustres antes, deslumbrado. Os Japoneses consideram-na uma das três mais belas paisagens do Japão, sendo as outras Amanohashidate, na costa do mar do Japão, a norte de Quioto, e Miajima, na baía de Hiroshima. As ilhas têm nomes poéticos: «Tronco de Peónia», «Doze Consortes Imperiais», «Enguias Azuis», etc. São variadas na forma, na extensão, no tom do verde, algumas abertas em arcadas pela erosão das ondas, outras reduzidas a uma rocha musgosa a que se agarra um pinheiro dobrado sobre o mar; as mais próximas como que vogando nas águas tranquilas, salpicando a baía de formas caprichosíssimas, as mais longe como que suspensas na luz diáfana. A sua beleza foi cantada pelo maior poeta japonês, Basho, num *haikai* celeberrimo:

Ya Matsushima

Matsushima ya

Ya Matsushima

De tal forma a beleza nos avassala ao ver o divino espectáculo, que o grande poeta não encontrou palavras para exprimir a sua emoção, limitando-se a repetir o nome feiticeiro: *Ya Matsushima!* Ai, Matsushima, digo eu agora com saudade e com a tristeza funda de saber que nunca mais deitarei os olhos na beleza maravilhosa dessas ilhas!

KOBE E O PRIMEIRO CÔNSUL PORTUGUÊS NO JAPÃO

Kobe é o principal porto e uma das maiores cidades do Japão. Tem mais de um milhão de habitantes e por aqui passa a quarta parte das exportações e importações japonesas. A cidade ribeirinha é cortada de largas avenidas modernas e enfeitada de pequenas ruas cheias de lojinhas, que de dia tingem de cor e à noite de luz os bairros populares. Ao fundo, cerrando um círculo com o mar, a cadeia de montanhas Rokko, sempre verdes, emprestando frescura, ergue-se com imponência.

Portugal mandou um cônsul português para Kobe em 1899: Wenceslau de Moraes. Este tornou-se um notável da activa cidade comercial, criou amizades e admirações.

Foi em Kobe que Wenceslau de Moraes viveu os seus mais felizes anos do Japão. Conheceu logo, nos primeiros tempos, a doce O-Yoné-san, a *Nobre Senhora Bago de Arroz*, com quem os biógrafos japoneses asseguram se casou um ano depois, pelo rito xintoísta. O ambiente da sua casa é feliz, apenas perturbado por cenas de ciúmes que mais acendem o amor entre ambos.

Wenceslau fica em Kobe até 1913, data em que, abalado pela morte de O-Yoné, se demite das funções consulares, abandona o mundo e vai refugiar-se na pequena cidade provinciana de Tokushima, onde ela nascera. Durante esse período feliz escreve artigos para jornais e revistas portuguesas, depois reunidos nas *Cartas do Japão* e n' *Os Serões do Japão*, compõe *O Culto o Chá* e as *Paisagens da China e do Japão*.

A cidade de Kobe, e sobretudo os seus arredores, são motivo para encantadoras divagações, particularmente n' *Os Serões do Japão*. Aqui descreve as suas excursões aos templos e à terra do chá, Uji, que fica a sul de Quioto, os seus passeios às *chayas* (casas de chá) e aos sítios de belezas naturais. Às cascatas de Nunobiki é dedicado todo um capítulo d' *Os Serões*.

O espectáculo das duas cascatas de Nunobiki não deve ser hoje muito diferente do tempo de Wenceslau. Lá estão as grandes árvores seculares ostentando a ramaria frondosa; lá se vêem as vertentes muito verdes por onde um veio de água corre. Fui lá a

primeira vez numa tarde de Outono, os *momiji* deixavam cair as folhas rubras e no céu cor de pérola vagava uma Lua redonda muito luminosa.

Em frente da cascata, uma ponte de madeira abraça as duas montanhas vizinhas, uma ponte larga sobre a qual se bebe chá em mesinhas redondas. Ao lado da ponte há uma pequena casa de madeira, com um postigo adornado de postais ilustrados e um estendal de pequenas lembranças, à venda para turistas. Compro umas vistas da cascata a um homenzinho pequeno, de olhos muito vivos. Conversamos. É professor de pingue-pongue na Universidade de Doshisha, em Quioto, aonde vai, daqui, todas as manhãs. Chama-se Kamo. Conheceu Moraes quando era ainda pequeno. Sua mãe era proprietária da *chaya* da cascata, aonde Moraes ia frequentemente no Verão, tomar chá e o fresco das verduras húmidas com um ou outro seu colega. A fatalidade amorosa que perseguiu sempre Wenceslau fez com que ele se apaixonasse pela mais nova das «três graciosas irmãs», tia do professor de pingue-pongue, uma formosa rapariga que dava pelo nome de Ofuku-san, «Senhora Felicidade». Tão ardente foi a paixão, conta-me o meu benévolo interlocutor, que quis casar com ela. O pai da beldade, suspeito da constância do coração de um estrangeiro, decidiu mandar a rapariga para longe e, à cautela, casá-la com um japonês.

É mais uma paixão de Moraes que se não encontra registada em nenhum livro, a terceira que o acaso trouxe ao meu conhecimento, numa tarde perfumada de Outono.

Kobe lembra ainda hoje Wenceslau de Moraes. Tive o excitante privilégio de tomar parte na inauguração do monumento ao compatriota – um busto de bronze sobre um alto pedestal de granito.

A praça, a maior da cidade, voltada para o porto próximo, é um losango apertado do lado oposto à rua e tem no meio um pequeno lago circular de que saltam repuxos prateados. Ao lado das duas ruas que fazem o ângulo principal, canteiros de relva e, enfeitando o pavimento de pedras, alegretes onde decorativas couves brancas e lilases traçam artísticos desenhos. Ao fundo uma pérgola e por detrás, como que abrigado dos ruídos, num cantinho tranquilo, o busto de Moraes. Mais ao fundo, um edifício baixo, só de rés-do-chão, que diz unicamente: «Rest House Restaurant». Influência americana no nome do restaurante e na comida detestável. Dos lados, grandes edifícios; o do meu hotel tem um restaurante giratório no 15.º andar. Como pano de fundo, a ponte, as montanhas em verde cadeia e, a nascente, o mar.

A cerimónia foi iniciada pelos sacerdotes xintoístas, todos de branco imaculado, como uma espécie de gorro de laca preta, *kammuri*, e enormes e finos tamancos, também de laca preta, *asagutsu*. Havia uns sete sacerdotes, que se revezavam no canto monótono, nas reverências aos vários grupos de pessoas postadas em semicírculo ao monumento, às quais de quando em quando benziam com um pequeno ramo de *sakaki*, a árvore sagrada do xintoísmo.

No altar, formado por cinco pequenas mesas quadradas, tais bandejas de altos bordos com um pé muito alto, de madeira nova, *sambo*, o estendal das oferendas ao espírito de Moraes – maçãs e tangerinas, o *mochi* das bolinhas alvas, enormes nabos brancos, cenouras e couves rubras.

O sacerdote mais velho, depois de uma profunda vénia, desdobrou um papel, que segurou horizontalmente com as duas mãos, e começou a entoada leitura. Ressaltava o nome de Moraes, Tokushima, Kobe, cônsul, várias datas. Isto foi o suficiente para me tirar todo o mistério ao cantochão. Era, pois, uma trivial narrativa biográfica. Dez anos antes, em Tokushima, que maravilhoso mistério me percorrera ao escutar leitura semelhante, sem nada perceber, transportado! Como a ignorância pode ser fonte de deleites inefáveis!

Finda a leitura, convidaram minha mulher a puxar o cordão do pano branco e vermelho que cobria o busto de Moraes. Palmas. O busto apareceu em pleno sol. Muito parecido, o bigode e o rasgado da boca insinuam-lhe um ar muito pessoal, e os olhos são abertos com extraordinária vivacidade. O sorriso da boca e dos olhos prolonga-se nas frases secas, no rosto longo, e dão à cara certa ironia que a faz viver.

Veio a seguir o pequeno pormenor anedótico que pôs a única nota de ternura e de calor humano no formalismo oficial – uma jovem rapariga do templo, uma vestal formosa, alta, caminhando com a elegância altiva de uma deusa, veio depor sobre o altar uma chávena de chá verde, muito espesso. Moraes gostava muito do chá verde preparado com a devoção hierática requintada do *cha-no-yu*, a que ele dedicou o seu livrinho colorido de imagens. Houve um sorriso em toda a assembleia; e passou-se adiante, ao cumprimento do programa. A Ingrid foi depor um ramo de flores sobre o granito, muito perto do busto de Moraes, a envolvê-lo de cores e de aromas. Trocámos um olhar que queria dizer que este era o único gesto português de todo o acto inaugural e que Moraes não podia deixar de compreendê-lo e distingui-lo afectuosamente entre os demais. Tivéramos o cuidado de escolher cravos vermelhos como os da janela de Augusto Gil: na nossa intenção eles representavam o sol, o perfume, a alegria das terras

de Portugal; com eles alguns crisântemos amarelos, simbolizando o Japão que o seduziu para sempre.

A seguir, o sacerdote xintoísta, repetindo os gestos rituais, fez uma vénia profunda a Moraes e depôs sobre o altar um pequeno ramo de *sakaki* adornado de papel branco recortado em quadradinhos, *gohei*, em conformidade com as regras da liturgia xintoísta. O sacerdote ofereceu um ramo semelhante ao governador de Hyogo, que igualmente foi colocá-lo no altar. Depois veio a minha vez; peguei no raminho das mãos do sacerdote, com uma vénia, e fui depô-lo sobre o altar; bati duas vezes as palmas, fiz nova vénia e fitei o busto, nos olhos, concentrando-me por momentos, o pensamento em Wenceslau de Moraes e nesse estranho acto de celebrar um português, por tão estranhos modos, tão longe dos pátrios lares. A esta ideia outra se associou, a de que os Portugueses, há séculos, se espalharam por todas as terras do Oriente e aí conheceram maneiras e gentes as mais estranhas, e a elas se adaptaram e muitas vezes se entregaram, fazendo a fama e a grandeza de Portugal. E pensei que neste descobrimento, nesta expansão e alargamento da alma, está a raiz do nosso universalismo; neste poder dar-se, sem se alienar, abrir-se ao mundo sem trair as raízes, esteve a força dos marinheiros e viajantes, os mais genuínos filhos de Portugal.

A CIDADE ONDE ALEGREMENTE SE CANTA E DANÇA AOS MORTOS

Tokushima é uma cidade alegre – lembra uma donzela esbelta e provocante, recostada entre mimosas verduras tenras, no regaço do monte Bizan, sorrindo... sorrindo um misterioso sorriso japonês. Para Wenceslau de Moraes foi uma cidade triste – a cidade do seu drama de velho traído e infeliz.

Conheci Tokushima há vinte e cinco anos. Se a impressão das cidades é inseparável da recordação de certas mulheres na Europa, muito mais se enlaça a ideia das mulheres e das cidades no Japão. Para Moraes, velho já, desolado e triste, Tokushima era a saudade da sua doce O-Yoné, cujas cinzas ele ali foi guardar num pequeno túmulo budista; e foi a atracção da sensual e traidora Ko-Haru. Lembranças que encheram as suas horas doces-amargas ao longo dos anos de sofrimento, em que escreveu os seus melhores livros. Enfermo e profundamente magoado pela vida, abandonado numa pequena cidade provinciana, exilado do seu país longe, é neste mar de sofrimento que encontra matéria para os seus livros mais profundos.

Conheci a rua onde Wenceslau de Moraes viveu, a longa e estreita Igachô, a «Rua das Castanhas», cujo nome evoca a frescura rural dos jardins verdes, o arvoredo espesso do vizinho monte Bizan. Percorri os carreiros da montanha por onde Moraes dava os seus passeios, visitei os mesmos templos, fui tomar chá e comer doces de *omochi* quente e louro à mesma *chaya* onde ele ia habitualmente passar as tardes quentes de Estio, ouvindo a música argentina de uma fonte caudalosa e fresca da montanha. Fui ao cemitério de Chionji depor flores no seu túmulo budista e acompanhei preces budistas e xintoístas, recomendando aos deuses nipónicos a sua alma lusíada.

Guiado por Moraes, conheci o ambiente humano de Tokushima. Ali fiz amigos e amei a graça das mulheres. Conheci o encanto suave e dramático das gueixas, filhas talvez daquelas que Wenceslau viu sorrir e dançar e enlaçou com ternura. Tanto conheci Tokushima que para mim também ela passou a tomar a forma e o encanto suave de certo sorriso numa boca que não tem igual – que em cada mulher o sorriso tem uma cor única, um calor incomparável que em nenhuma outra se repete. Conheci as noites do *bon-odori*, nos meados de Agosto quente, e por sete anos seguidos fui dançar a dança

alegre e sagrada em frente do monumento de Moraes, na companhia das mais belas raparigas do país de Awa, célebres pela sua formosura. A alegria do Awa-odori deixa no seu livro uma evocação sempre triste. Para mim, foi sempre uma alegre festa, no decurso de dias felizes. A vida distribui assim alegrias e tristezas por todos nós. E a parte de alegria que nos é dada foi sempre ou será paga com desventuras. Já tive uma boa parte de sofrimentos e por isso, quando a vida me abençoa com alegrias puras, inteiro me entrego a elas e as recebo com transporte, que no fundo é a gratidão pela dádiva de que os deuses me acharam digno.

Moraes encontrou em Tokushima suaves prazeres que confortaram a sua vida triste. As alegrias que lhe davam as flores do seu jardim, os passeios pelas mais belas paisagens do Japão, as visitas aos templos, as festas, *matsuri*, as conversas morosas com a gente do povo. A Tokushima de modernas avenidas, de arcadas ladeadas de lojas de moda, de frutas, de ultramodernos electrónicos, não tem nada com a Tokushima de Wenceslau de Moraes. Nesse tempo, Tokushima era como uma grande aldeia. As horas do dia eram marcadas pelo bater profundo dos sinos dos templos. Os cães vadios corriam pelos portais das casas e Wenceslau alimentava diariamente uns seis ou sete. Como a água dos poços era salobra, os aguadeiros passavam com uma carroça a vender baldes cheios de água potável aos domicílios. Ao passar-se pelas ruas pobres, ouvia-se lá dentro, nos casebres de madeira, o tiquetaque dos teares domésticos. Ao meio-dia soava um tiro de canhão. Essa Tokushima desapareceu. A cidade alindou-se de largas avenidas cheias de automóveis. Industrializou-se com fábricas de tecidos, de móveis, de louças. A sua população triplicou e conta hoje mais de 300 mil habitantes.

Mas permanece ainda o passado, os templos, incluindo o pequeno templo de O-Mutsu, no centro da cidade; existe a mesma devoção a Inari, deus das colheitas, simbolizado por uma raposa, e a Jizô, deus dos viajantes e das crianças, bem como aos deuses familiares, *hotoke-sama*, aos quais todas as manhãs, no altar familiar, *butsudan*, se oferece o arroz, o *saké* e as flores votivas; há ainda no Verão, pelos caminhos – vi-os anos seguidos passar todos vestidos de branco em frente da minha casita de férias numa aldeia –, os peregrinos, os *o-hendo-san*, que vão rezar aos 88 templos da ilha de Shikoku; e fazem-se ainda, com a alegria e algazarra de sempre, os *matsuri*, as festas religiosas em que a gente nova se diverte e se namora, e a gente velha ri, canta e ora aos deuses. As canções das gueixas sobem ainda melancólicas das gelosias das *gueishayas* rimando as mesmas histórias de amor triste.

Se Wenceslau de Moraes voltasse a Tokushima não reconheceria a cidade. Mas com certeza reconhecia estes japoneses e a sua alma ora melancólica, ora alegre, que ele aprofundou como nenhum estrangeiro. E assim, todos os anos, nos meados do mês de Agosto, o espírito de Moraes já não sofre mais de ser um «pobre intruso», antes se sente aceite pelos Japoneses e admitido à maior de todas as alegrias – ver e ouvir em roda do seu monumento bandos de rapazes e raparigas cantar e dançar o *bon-odori*, a dança que deu o título ao livro das suas mais suaves evocações.

Tokushima cultiva com carinho a memória de Wenceslau de Moraes. Livros e panfletos de turismo, caixas de doces, postais ilustrados, livros descritivos da província de Awa, trazem, todos, capítulos, frases, histórias, fotografias respeitantes ao escritor português, aos seus amores com O-Yoné e Ko-Haru. O seu túmulo foi retirado do cemitério e colocado junto do templo de Chionji, em lugar de maior destaque, e é cuidado com carinho. A câmara municipal ergueu um museu de Wenceslau de Moraes, no alto do monte Bizan.

O desejo do município de Tokushima de construir um castelo como atractivo turístico – os castelos japoneses de há quatro séculos foram inspirados na arquitectura militar portuguesa – levou a «irmanar» esta cidade com Leiria. Há hoje em Leiria uma Rua de Tokushima, e em Tokushima uma Rua de Leiria. Os dois municípios têm mantido relações de amizade, através da troca de visitas. Estes laços de entendimento e boa vontade entre os dois países nasceram do humanismo da obra de Moraes.

Evocar Tokushima é, para mim, reviver as mais deleitosas alegrias.

Fui pela primeira vez à capital do país de Awa para assistir à inauguração do monumento a Wenceslau de Moraes. Nessa altura conhecia eu Moraes por umas leves leituras a que me haviam forçado no liceu. E agora, no Japão, convencido de conhecer o país e o seu povo, sorria cepticamente do romântico que os encantos exóticos das japonesas haviam desviado do lar dos seus parentes. Foi em Junho de 1954. Lancei-me a ler a obra de Moraes, como quem tem de se enterrar num labor obrigatório por dever de consciência profissional. Porém, cedo comecei a sentir-me atraído pelo seu encanto. E a pouco e pouco me foi ganhando o seu conhecimento espantoso da vida e da alma dos Japoneses, junto do qual o meu saber era nada. Quando fui a Tokushima debitar o meu discurso, conhecia já de cor toda a cidade que, com tanto carinho, Moraes descreveu n’*O Bon-Odori em Tokushima*, sabia o lugar dos templos que ele frequentou,

dos caminhos que ele percorreu, reconheci as velhas árvores da sua rua de Igachô. Quando contemplei a pequena pedra que abriga as suas cinzas, sob uma inscrição japonesa, comovi-me até às lágrimas. Na conversa com pessoas que o conheceram reconstituí a sua imagem de velho triste de longas barbas, sob um quimono escuro e chapéu desabado, passando silencioso pelas ruas do bairro, na sua diária visita aos túmulos de O-Yoné e Ko-Haru. Uma noite, em que eu passeava ao acaso pelas ruas estreitas e escuras, abordou-me uma mulherzinha de olhos muito vivos, num quimono preto, que me conduziu à sua lojinha de frutas. Falou-me de Wenceslau com ternura, contou-me da sua vida isolada, da sua bondade, do seu japonês: «Falava japonês como uma criança.»

Era uma mulher carregada de recordações, que Moraes havia amado. O meu encontro com esse português, no canto provinciano de uma cidadezinha nipónica, causou-me profunda impressão. Pus esta impressão em livro e regresssei a Portugal.

Mas o destino havia escrito que passados dez anos eu voltaria ao Japão. Dez anos são muito tempo para um homem na meia-idade: regressava maduro, com ideias claras, planos precisos, e com mais honras, em vez de secretário da Embaixada vinha agora feito embaixador. Nos meus planos estava arrancar Moraes ao anonimato japonês, conseguir publicar a sua obra completa, dar-lhe glória e projecção na cultura nipónica em que ele era desconhecido. Para isso tinha antes de mais de conquistar o afecto de uma cidade.

Confiei sempre na bondade e na perspicácia incomparáveis dos deuses. Foram eles que me levaram a encontrar uma casa de Verão perto de Tokushima, onde passei a ir gozar todos os anos as férias. Onde exactamente fiz a descoberta desta casinha, sita numa pequeníssima aldeia de uma pequena ilha perdida no mar do Japão, Shodoshima, ninguém diria: foi em Paris, no *XVI^e arrondissement*, por um amigo francês que me deu o endereço. Vão-se lá entender os mistérios do destino! Passei em Shodoshima os dias mais felizes e pacíficos da minha existência. O mar ali é tão belo e de águas tão luminosas como o mar grego de que nasceu Afrodite. Havia praias sob pinhais e palmeiras, onde eu e a minha tribo podíamos nadar e correr sós sob o sol dourado. Sentir o frio tónico da água transparente, ou estender-me sobre a areia argêntea horas esquecidas, olhos perdidos na paisagem de ilhas verdes semeadas em profusão harmoniosa no espelho glauco, era um prazer supremo que os deuses do Japão comigo benignamente compartilharam. Precisamente ao lado da praia que mais costumávamos frequentar, havia um pequeno templo dedicado ao Espírito da Cobra, com os muros

cobertos de pinturas de ofídios enroscados, espírito ao qual eu cada ano levava fielmente a minha oferenda devota, representada por melancias e pepinos.

Neste paraíso verde gozávamos de uma doce liberdade. Os camponeses e pescadores de Kajima – o pequeno lugar onde ficava a nossa casinha japonesa – tornaram-se nossos amigos e a nossa chegada e partida no barco de Kobe era todos os anos esperada por um numeroso grupo, com vénias e presentes – as mesmas melancias e pepinos que nós ofertávamos à sacerdotisa das cobras sagradas. Um dia em que a Beatriz se escaudou com água fervente num braço, toda a pequena aldeia se apressou a vir a nossa casa fazer votos de melhoras. Éramos já considerados paroquianos. Na festa das colheitas, por altura do solstício de Verão, também nós íamos associar-nos às celebrações xintoístas, levando oferendas às capelinhas rústicas no meio dos campos, onde as velhas camponesas atendiam os fiéis sob a imagem do galo sagrado, símbolo da fertilidade.

Shodoshima fica a uns mil quilómetros de Tóquio, e nunca se viam ali estrangeiros. Tivemos uma vez a visita de duas formosas convidadas, a belíssima Kioko, que há anos foi coroada Miss Universo, e a linda e elegantíssima Takako, a filha mais nova do Imperador, duas das nossas melhores amigas, que durante uma semana alegraram o nosso retiro, enchendo-o de sorrisos e da beleza das suas gentilíssimas figuras, e das refinadíssimas toilettes que cinco vezes ao dia renovavam – e que depois de partirem nos deixaram tristes de saudades.

Fora a rápida semana em que tive de acompanhar essas encantadoras companheiras, Shodoshima foi para mim apenas paz e gozo tranquilo de uma natureza sublime. A ilha era tão extraordinariamente bela, com os seus vales verdes e sinuosos, as suas pequenas aldeias recolhidas, as suas altíssimas montanhas de Kankakei, que nunca nos cansámos de lhe descobrir novos recantos e aspectos novos; numa manhã em que íamos tomar o barco para regressar a Tóquio, deparámos no caminho com uma vertente matizada de tão delicadas e variadas tonalidades de verdura, de tão caprichosas ondulações, que, estonteados por tanta beleza, decidimos ir explorá-la e adiar o embarque para o dia seguinte.

Também Shodoshima, a que João Rodrigues chama «grande e rendosa», tem as suas ligações com Portugal – que a palavra dos Portugueses chegou a toda a parte no Japão. Aqui se refugiaram cristãos no tempo das grandes perseguições, aqui evangelizou e pregou em 1586 o padre Gaspar Coelho.

Ora era daqui, da ilha de Shodoshima, que nós íamos cada Agosto de peregrinação à cidade de Tokushima, às suas festas anuais do *bon-odori*. Cortávamos da pequena cidade de Tonoshô para Takamatsu, num leve barco, entre um rosário de ilhas verdes, umas próximas quase a tocar-nos, outras esfumadas na distância, no esplendor da tarde do mar Interior, atravessando uma das mais formosas paisagens do mundo. Depois eram duas horas de automóvel, por uma estrada rústica (fugíamos sempre à auto-estrada) entre aldeias floridas, prados e vergéis, sobre pontes musgosas que abraçavam colinas suaves, atravessando todo um mar de verduras brandas de matizes infinitos.

Chegados a Tokushima, íamos direitos ao Hotel Bizan, onde o Prefeito, amigo Takeichi, nos havia já mandado de presente quimonos de algodão (*yukata*) com os novos desenhos do ano. À noite, depois do jantar no restaurante japonês, de trocarmos as saudações de estilo com as gueixas nossas conhecidas, íamos para a grande Avenida Shimashi Bashi ver passar o rio humano, de dezenas de milhares de pessoas que dançavam o *bon-odori*. Pela meia-noite, com alguns amigos ou pessoas célebres de Tóquio – atrizes de cinema, deputados, ministros, escritores –, descíamos das bancadas e largávamos pela avenida, todos de quimono, perdidos na turba, a dançar o *bon-odori*. Eu levava-os, a findar, sempre a cantar e a dançar à roda do monumento de Wenceslau. Algumas vezes, quando os companheiros eram mais foliões, iniciei-os nas rodas do vira do Minho, que a efígie de Wenceslau parecia contemplar, espantado.

Foi por esta alegria, pela assistência devotada de sete anos consecutivos, que consegui ganhar a amizade de Tokushima. Tenho lá amigos que estremeço, e a recordação da cidade, dos seus jardins, dos seus templos, da sua gente alegre, das mais formosas raparigas do Japão, da sua dança que enlouquece, dá-me calor humano e alegria para os anos que hei-de viver. Sinto-me um pouco de Tokushima – concederam-me a honra de me fazer seu honorário cidadão –, como senti sempre que Tokushima, na sua afabilidade, no seu afecto a Moraes, no seu sol e na sua alegria, representa, lá longe, um pouco de Portugal.

PARTE III

AS FIGURAS

FIGURAS DE SILÊNCIO

Vimos como o xogunato Tokugawa procurou eliminar os frutos de um século de contacto entre Portugal e o Japão, começado em 1543 e terminado em 1639 – ou talvez, mais propriamente, em 1647 –, e como depois de aberto o Japão ao segundo contacto com o Ocidente se tem desenvolvido da parte dos Japoneses uma obra notável de investigação e revivência das tradições comuns aos dois povos. As obras deixadas por portugueses que mantêm ainda validade e interesse para a cultura japonesa têm sido devotadamente estudadas e as figuras portuguesas, que em Portugal continuam esquecidas, são vivamente evocadas e publicamente consagradas no Japão. Essas figuras que pela primeira vez na História verdadeiramente contribuíram para lançar uma ponte de intelectual compreensão entre o Ocidente e o Oriente, agora erguidas em bronze nas cidades japonesas com um passado comum com Portugal, impressionam pelo seu trágico silêncio. Figuras de silêncio, porque se tornaram mudas e esquecidas, para os homens do seu país; foram levantadas do pó do olvido pelo esforço de estrangeiros de boa vontade. O peso dos séculos não lhes empanou o brilho, e a vida de esforços, de estudo, de criação, que dedicaram ao povo japonês, encontrou nos japoneses de hoje, dedicados à mesma causa do entendimento e amor entre os povos, uma admiração devotada.

Estes filhos abandonados e esquecidos da terra que os gerou são nela, mais do que em outro lugar, figuras de silêncio – aqui, em Portugal, onde nada os evoca: nem estátuas, nem palavras, nem memória. Refiro-me àqueles que verdadeiramente dedicaram a vida a espalhar no Oriente o espírito do Ocidente – Luís de Almeida, Luís Fróis, João Rodrigues, o beato Diogo de Carvalho –, que são em Portugal quase completamente ignorados. Dos restantes, uns são mais, outros menos conhecidos. São Francisco Xavier – basco de nação e missionário ao serviço de Portugal – é venerado em todo o mundo cristão; Mendes Pinto e Wenceslau de Moraes são lidos e celebrados em Portugal, embora ao último só no Japão hajam sido publicadas as obras completas e erguidas estátuas em duas cidades; Jorge Álvares, quase desconhecido entre nós, deve a um seu conterrâneo ilustre, como ele marinheiro, espírito inquieto de múltiplos

interesses intelectuais, o almirante Sarmiento Rodrigues, o levantamento de uma estátua na sua terra natal e outra em Macau. Um só dos mártires portugueses no Japão, o beato Vicente de Santo António, nascido na Albufeira em 1590, submetido à tortura da água a ferver, no vulcão de Arima, e queimado vivo, com mais cinco mártires em Nagasáqui, no «Monte dos Santos», em 3 de Setembro de 1632, é celebrado na sua terra natal, que lhe ergueu uma estátua e o fez seu padroeiro.

Uma estátua é sempre uma presença estranha, como que a impor ao mundo dos vivos a voz intrusa dos mortos. A presença dos mortos não tem feições, é uma voz clara e límpida que nos fala, memória viva que nos acompanha depois da profunda contemplação de uma obra, inspiração que nos acalenta e exalta. Na nossa evocação profunda, Camões fita-nos com dois olhos brilhantes e Eça fala-nos cordialmente, como amigo esclarecido, sem a distância fria e pedante do monóculo. É por isso talvez que os japoneses, em vez de estátuas reproduzindo as feições de um jovem ou de um velho (qual a imagem de Goethe a fixar na nossa permanente evocação: a do jovem deus belo e imaturo de olhos a arder de ambição e ideal ou a do ancião pesado e de olhar profundo?), costumam evocar os seus poetas por meio de uma grande pedra de formas naturais com uma inscrição simples, erguida entre uma paisagem bela. Assim, o espírito, dissolvido na paisagem, continua vivo no ambiente de beleza natural que lhe insuflou alegrias contemplativas e inspiração criadora: é uma presença viva que nos fala, sem se destacar, hirto sobre o pedestal altivo, uma companhia doce e amiga que convida à meditação e à contemplação íntima.

Estátuas são presenças tristes. Nunca senti tristeza mais profunda do que diante das estátuas dos portugueses no Japão, que com amor e devoção ajudei a erguer. Ao contemplá-las longamente, contra o céu japonês, sós, numa avenida, num parque, num jardim ao pé de um rio de estranhos nomes, senti desolação e pena profunda por esses exilados celebrados numa terra estrangeira – e alguns deles tão esquecidos no seu próprio país, como se nunca tivessem existido.

O CAPITÃO-DE-MAR JORGE ÁLVARES

Muito pouco se sabe do «capitão-de-mar» Jorge Álvares. Fernão Mendes Pinto, que Álvares levou no seu barco ao Japão, di-lo natural de Freixo de Espada à Cinta. Sabe-se que foi grande amigo de Francisco Xavier, ao qual animou a ir pregar ao Japão. Foi ele quem trouxe no seu barco para Malaca o japonês Yajiro, foragido da justiça. Foi ainda Álvares que agasalhou o santo na ilha de Sanchoão e o assistiu na sua viagem derradeira. (Este Jorge Álvares, rico mercador e capitão-de-mar, não é de confundir com o escrivão do mesmo nome empregado pelo capitão de Malaca.)

São estas escassas informações tudo o que sabemos da biografia de Jorge Álvares.

Podemos imaginá-lo marinheiro experimentado no mar e na guerra, tolerante e arguto no trato com os homens, curioso de tudo, pronto em todos os percalços, devotado à religião e cuidadoso no tráfico dos negócios. Segundo alguns historiadores, era muito rico, generoso e bom.

É testemunho da sua bondade e coragem o que ele fez pelo japonês Yajiro, que recolheu na sua nau, com risco de lha tomarem e perder a própria vida; a Yajiro ensinou português e converteu ao cristianismo: «Jorge Álvares me levou ao padre Mestre Francisco, a ele me entregou e deu larga conta de mim», confia Yajiro numa carta. As suas relações com Xavier são de grande amigo e protector: acolheu-o na ilha de Sanchoão, em sua casa, durante dois meses, do fim de Agosto a meados de Novembro de 1552. E na morte do santo é ele que provê para lhe ser feito um caixão chinês. O relato de Álvares acerca do Japão decidiu Xavier a ir lançar o cristianismo naquele país, e teve, pois, um alcance considerável.

Deve lembrar-se que então uma só viagem ao Oriente podia trazer ao capitão uma fortuna: tanto como «cinquenta mil ducados», o suficiente para montar uma casa em Portugal e viver com distinção o resto da vida. Porém, as viagens eram perigosas e longas – de Lisboa a Nagasáqui, dois anos e mais. Entre 1550 e 1650 perderam-se 112 barcos. Frequentemente, nos naufrágios não havia sobreviventes, como hoje acontece nos desastres de avião – o que mostra que a navegação aérea se encontra hoje na

infância, como a marítima nesses tempos de incerteza. Por vezes os passageiros e tripulantes das naus, às vezes mil, eram reduzidos a metade, pela peste, escorbuto e outras doenças provocadas pelos alimentos pútridos, pela água fétida, que cheirava tão mal que a não podiam beber sem tapar o nariz. Os actos de pirataria dos Mouros e Orientais, e sobretudo dos Ocidentais, depois que Holandeses e Ingleses começaram a fazer-nos concorrência no Oriente, afundavam muitos barcos. As guerras, logo que terminava a estação das chuvas, eram quase constantes. Homens sem esperança de tornar a ver Portugal, levados pela fortuna da guerra e pela fatalidade dos naufrágios, iam constituir pequenos grupos de povoações «a pontos recônditos da Ásia», informa-nos Sebastião Manrique no seu *Itinerário*.

As grandes cidades eram babéis de línguas e religiões. Malaca, por exemplo, era uma encruzilhada de povos, habitada por várias raças: Malaios, Javaneses, Chineses, Árabes e Portugueses – cujos descendentes falam ainda hoje um português antigo, «papiá cristão», e conservam a religião transmitida pelos seus avós convertidos por Francisco Xavier. Cada cidade portuguesa da Índia era uma «coleção variada de heróis, rufiões, cavaleiros nobres, filhos segundos sem dinheiro e aventureiros fanfarrões. Fazendo medidas, namorando, praguejando, fazendo barulho, resmungando, andavam pelas ruas à espera da estação seca em que o governador os levaria à guerra», descreve Elaine Sainceau.

A Índia, dizia D. João de Castro, «não somente é bastante de sumir a gente de Portugal mas quanta há em toda a Europa».

Era este o ambiente em que viviam os nossos capitães e missionários e em que viveu Camões e Mendes Pinto.

Jorge Álvares tem a glória de ser o primeiro a escrever um relato directo sobre o Japão. Já antes dele, Marco Polo, no seu livro *Milhão*, e Tomé Pires, na *Suma Oriental*, haviam feito vagas alusões ao Japão. O espanhol Escalante Alvarado redigira também uma brevíssima nota de poucas linhas, em que recolhe o depoimento de um piloto chinês, em 1546; Diogo de Freitas fizera, em 1545, um curto depoimento aludindo aos Léquios, habitantes das ilhas meridionais de Riu-Kiu; Pêro Dias, no mesmo ano, forneceu algumas indicações descritivas de pequenas ilhas que diz muito frias, cujos habitantes pelejam com arcos, flechas e varas com cravos nas pontas, sem terem espadas nem lanças, o que faz duvidar muito de que se trate de japoneses, entre os quais

a espada é a arma do prestígio e da glória, com um significado único em toda a história do Japão.

Na verdade, não se pode negar a Jorge Álvares a glória de ter composto o primeiro verdadeiro relato acerca do Japão. O texto original deste relato, em português, que antes circulou em diferentes versões espanholas, faz parte de um manuscrito descoberto há duas dúzias de anos na Biblioteca Municipal de Elvas, intitulado *Livro Que Trata das Cousas da Índia e do Japão*, que foi publicado e anotado por Avelino de Almeida Calado. O capítulo XVIII intitula-se «Mais informação das cousas do Japão» e é da pena de Jorge Álvares. Vem precedido de uma «Informação da ilha de Japão dada por Mestre Francisco», escrita por Xavier sobre as informações verbais que colheu de Yajiro.

O relato de Álvares foi logo traduzido em sete línguas e circulou intensamente pela Europa. Continua a ser hoje louvado por muitos estudiosos estrangeiros, pela objectividade, pela argúcia da observação da gente e dos costumes, pela visão inteligente. Minoru Izawa considera-o «a primeira geografia natural, social, cultural e política do Japão». Os elementos colhidos por Álvares tocam a ilha de Kyushu, a mais frequentada pelos navegadores e missionários portugueses.

Através de todo este relato perpassa o interesse alvoroçado com que esses ousados aventureiros se lançavam no descobrimento das terras novas, das gentes, suas línguas, crenças e costumes – notando particularmente, já nesse primeiro encontro, a «maviosidade» e delicadeza das mulheres. O termo «descobrir» tinha nesses tempos viris um significado pleno, com a atracção das experiências novas e o sonho que incendiava os imaginativos de visões inéditas irresistíveis – fome de coisas virgens que eles saboreavam exaltados, numa plenitude de satisfação física e espiritual.

Convém observar que os capitães e mercadores que entraram em relações comerciais com o Japão – e com outros países descobertos – não usavam enviar para Portugal relatórios, ou, se alguns mandaram, não sobreviveram. Esta circunstância aumenta ainda mais o valor do relato de Jorge Álvares.

Para dar ideia do vivo interesse deste relato, dêmos-lhe a palavra, transcrevendo algumas interessantíssimas passagens. Apreciai a sensação virgem de pisar pela primeira vez uma terra nova: «Esta terra do Japão é alta e ao longo do mar, e dizem que pela terra dentro há campina. Eu fui três léguas pela terra dentro, não a vi, mas vi os montes aproveitados e semeados. É terra bem assombrada e graciosa.»

Menciona a seguir numerosas espécies de árvores de fruto que viu, as sementeiras que fazem, a criação de animais domésticos, as espécies que se caçam, as ribeiras, as fontes, poços e rios, o mar e o pescado.

Os olhos que observam são do camponês de Freixo de Espada à Cinta feito homem do mar. O marinheiro, depois, anota o solo vulcânico das ilhas, os ventos fortes e os tufões que se levantam nos fins de Verão, começos de Outono, e destroem casas e afundam navios.

Observador minucioso, fala das casas onde entrou cheio de curiosidade:

As casas desta terra do Japão são baixas por causa dos ventos e são bem feitas e de tabuado todas, e são cobertas com telhas de pau com muitos penedos em cima, por causa do vento, e não são pregadas. São estas casas da altura de um côvado do chão; tem repartimento de câmaras e antecâmaras, e câmara onde tem suas varelas, na qual não dorme ninguém. Estes sobrados são todos acolchoados com colchões de palha muito limpos e muito bem feitos, nos quais ninguém entra calçado. Não tem estas casas maneira nenhuma de fechadura nem cadeados. Tem grandes quintais.

Fala a seguir das árvores e hortaliças que cultivam nos quintais; cada casa tem um poço, um tear, um forno, um engenho para pilar arroz e mó de pedra para moer trigo, e não costuma ter mais de um galo e uma galinha.

Álvares é particularmente agudo na observação da gente, seu aspecto, feitio e modo de vestir, relações de família, grande influência e independência de mulher e culto de honra:

A gente de Japão pela maior parte é de meãos corpos refeitos e gente mui rija para trabalho. Gente branca de boas feições. Os honrados trazem a barba cortada à feição de mouros e os homens de baixa qualidade criam barba. Todos geralmente pelam as calvas e coroa até perto do toutiço e orelhas, e os cabelos lhe ficam no toutiço; trazem-nos compridos e atados e sempre trazem a cabeça descoberta; somente os velhos, quando faz frio, as cobrem com uma borla de seda. Os seus vestidos são cabaias curtas que lhe dão pelos joelhos, com mangas até ao cotovelo.

Continua a descrever em detalhe as capas de linho ralo que parece cendal, a forma das «ceroulas» (*hakama*) e os sapatos de palha «com os pés meios fora e hão-no por louçania».

Apreende com perspicácia o carácter do povo: «É gente muito soberba e escandalosa, todos em geral trazem terçados grandes e pequenos, acostumam-se de idade de 8 anos a os trazerem.» Descreve a seguir as armas, lanças e malhas de ferro e a perícia com que as usam: «São todos em geral mui grandes frecheiros.» Um traço de observação psicológica profunda: «É gente pouco cobiçosa e mui maviosa.»

Também observa a maneira de comer e o que comem e bebem: «É gente que come três vezes ao dia, e comem pouco cada vez», e bebem vinho de arroz e também «no Verão água de cevada, quente, e no Inverno água de umas ervas que não alcancei saber que ervas eram». Eram chá, então ainda desconhecido na Europa.

As formas de cortesia nipónica, que tantas páginas de autores ocidentais vão encher, são aqui versadas pela primeira vez. Descreve como se saúdam e se recebem, o gosto pelas artes, pelo teatro e pela arte de bem cavalgar. Os hábitos de higiene e o à-vontade, e o não atribuírem sentido de pecado ou vergonha à nudez choca muito Álvares: «São muito desonestos, não lhe dá nada que lhe vejam suas vergonhas.»

Não escapam aos olhos do marinheiro, que viu diversos povos e crenças, a fé e as práticas religiosas, que descreve objectivamente, sem uma palavra despiciente: «É gente mui devota aos seus ídolos, todos pela manhã se alevantam com as contas na mão e rezam e, acabando de rezar, tomam as contas entre os dedos e dão-lhes três esfregadelas.»

E acerca das mulheres:

As mulheres são muito bem proporcionadas e muito alvas e tocam do arrebique e alvaiade. São muito maviosas e meigas, e as honradas são muito castas e muito amigas da honra de seus maridos. E há ali outras más mulheres e celestinas e também me parece que há ali feiticeiros e feiticeiras. São mulheres muito limpas; elas fazem em casa todo trabalho como tecer, fiar, coser. As boas mulheres são muito veneradas de seus maridos. Os maridos são mandados por elas. São mulheres que vão onde lhe vem a vontade sem o perguntarem a seus maridos.

A beleza das mulheres impressiona logo os primeiros portugueses – todos derramam sobre elas grinaldas de louvores. Álvares é o primeiro a expandir a sua admiração. Repare-se, porém, que não é apenas entusiasmo lírico, mas também observação psicológica perspicaz. Impressiona-o a gentileza das mulheres japonesas, e também a sua força de vontade: são maviosas e meigas, castas e limpas, mas mandam nos maridos e vão por onde querem.

A seguir, Álvares refere-se aos templos, aos sacerdotes, monges e freiras budistas, às cerimónias budistas dos mortos e às festas xintoístas em que dançam as jovens vestais do templo, as elegantes *miko*, ao ritmo lento da orquestra do templo, marcado pelo grande bombo sagrado, acompanhado de entoação dos sacerdotes, *kanushi*, tal como hoje se celebra ainda. Álvares repara na diferença dos sinos dos templos budistas e xintoístas e não lhe escapou que existem duas diferentes religiões no Japão, praticadas em geral por todo o japonês.

Pode imaginar-se a surpresa que o relato de Jorge Álvares provocou na Europa. Apesar das constantes e enormes surpresas que esperavam esses homens para quem as longas e perigosas viagens e as terras e gentes de várias raças e estranhos costumes não eram um espectáculo invulgar, a descoberta dos Japoneses e Chineses constituiu um acontecimento extraordinário, por serem povos de civilização em muitos aspectos superior à europeia, altivos e poderosos, impossíveis de subjugar.

É a homens como Jorge Álvares e Francisco Xavier que o historiador Arnold Toynbee se refere nestas palavras eloquentes:

Estes pioneiros ibéricos da Cristandade ocidental prestaram à civilização que eles representavam um serviço incomparável. Ampliaram o horizonte e, deste modo, potencialmente, o domínio da nossa comunidade ocidental, partindo de um canto obscuro do Velho Mundo até chegarem a abranger todas as terras habitáveis e todos os mares navegáveis à superfície do planeta. Foi devido a esta energia e a este empreendimento ibérico que a Cristandade ocidental se expandiu até se tornar a *Grande Comunidade*, árvore até à qual tem vindo, e a cuja sombra se têm abrigado todas as nações do mundo. O mundo ocidentalizado dos dias de hoje é a obra peculiar dos pioneiros ibéricos da Cristandade ocidental.

A prioridade e a importância do relato de Jorge Álvares são hoje reconhecidas pelos Japoneses. No monumento erguido em frente ao museu da cidade de Nagasáqui, onde os medalhões com as efígies dos grandes portugueses do Japão se destacam, o perfil de Jorge Álvares é o primeiro.

**FRANCISCO XAVIER,
SONHADOR DE UMA GRANDE EMPRESA MALOGRADA**

Francisco de Jassu y Xavier nasceu perto de Pamplona, principal cidade de Navarra, no Castelo de Xavier, em 1506, de família nobre, cujos «bens não igualavam o nascimento». Foi para Paris aos 18 anos estudar filosofia, de que se tornou mestre, e teologia. No Colégio de Santa Bárbara encontrou um outro estudante que iria influenciar o seu destino, Inácio de Loyola. Inácio teve dificuldade em aliciar Francisco, por este ser «demasiado cheio de si» e «muito vaidoso», dizem os biógrafos. Mas a persistência e a bondade de Inácio, que incluiu auxílios de dinheiro em ocasiões de grande falta, acabaram por cativar Francisco e por fazer-lhe ver «o nada das coisas do mundo». Loyola reuniu à sua volta, em 1534, um grupo de nove companheiros, de que Xavier fazia parte, com o fim de se dedicarem à propagação da fé, por maneira nova, com energia e bravura. «Lançai fogo ao mundo», exortava Loyola. Todos fizeram votos de castidade e perpétua pobreza e de irem de peregrinação a Jerusalém. Entre eles havia um português, Simão Rodrigues.

Andaram pela Alemanha e pela Itália, onde, em Veneza, se devotaram por algum tempo ao serviço dos pobres, tendo Francisco escolhido o hospital dos incuráveis, onde «foi coisa maravilhosa o zelo e o fervor de espírito com que procurou a cura e o remédio das almas» e o alívio e refrigério dos corpos. O piedoso historiador de Francisco Xavier, o formoso estilista padre João de Lucena, conta-nos o profundo amor e dedicação do santo pelos enfermos. Para vencer a repugnância e o asco que os mais chagados lhe causavam, chegou a espremer-lhes as chagas pútridas «já não com os dedos, mas com os beijos, recolhendo na boca a matéria, a qual, por se vencer e triunfar do inimigo, inteiramente bebeu e levou algumas vezes para baixo».

Como se mostrou impossível a passagem à Terra Santa, em virtude da guerra que eclodiu entre Veneza e os Turcos, Xavier andou por vários lugares da Itália pregando e cuidando dos enfermos. Falava, segundo um biógrafo, «uma algaravia de italiano, francês e espanhol».

Já por várias vezes, em sonho, Xavier se havia visto a fazer jornada nas terras do Oriente, «mostrando uns desejos muito acesos de nela empregar a vida». Ora aconteceu que o rei de Portugal, D. João III, tendo sido informado por carta de Diogo de Gouveia, prestigioso reitor da Universidade de Paris, das actividades do padre Inácio de Loyola e do seu grupo, escreveu ao seu embaixador na corte romana, D. Pedro Mascarenhas, que trouxesse consigo a Lisboa seis companheiros do padre Inácio para os mandar missionar nas terras conquistadas. O Sumo Pontífice, Paulo III, designou apenas dois companheiros de Inácio e destes nenhum pôde partir, tendo o acaso escolhido Xavier, na falta de um seu companheiro que adoeceu gravemente.

Depois de ter sido recebido com toda a afabilidade pelo Papa, Xavier partiu de Roma na companhia do embaixador de Portugal, não tendo mais do que uma hora para se preparar e despedir dos amigos.

Como o seu caminho para Portugal passava perto de Pamplona de Navarra, ao lado da sua terra natal, onde vivia ainda sua mãe, D. Maria de Azpilcueta y Xavier, e seus irmãos, o embaixador deu-lhe licença para os ir visitar e despedir-se; ele, porém, recusou, absorvido como estava pelo labor que na Índia o esperava, dando-nos assim, a nós, diz estranhamente aqui o piedoso Lucena, «um grande exemplo daquele santo ódio à carne e sangue, em que Cristo pôs uma parte mais principal da sua divina filosofia». Também não quis ir ver a Coimbra o seu tio Martim de Azpilcueta, que ali ensinava teologia.

D. João III recebeu Xavier, mostrando-lhe a grande confiança que nele depositava e encomendando-lhe a conversão dos infiéis de toda a Índia. Mandou-lhe depois entregar o breve pelo qual o Papa o nomeava núncio apostólico das partes da Índia «com grandes poderes e ampla jurisdição».

Partiu de Lisboa em 7 de Abril de 1541 na carraca *Santiago*. A bordo escolheu uma instalação modesta, recusou a câmara do castelo da popa, os trajes ricos, os remédios e o criado que lhe ofereciam, e aceitou apenas cobertores e alguns livros.

Após uma longa viagem com perigos, tempestades, peste e outras doenças, o grande barco fundeou em Goa em 6 de Maio de 1542.

Quando chegou a Goa, Xavier, «em vez de se dirigir ao palácio em palanquim, foi a pé e descalço para um hospital de leprosos, e começou imediatamente a lavar-lhes as feridas».

Na Índia, o padre-mestre Francisco levou uma vida corajosa e dura de apóstolo, inteiramente dedicada aos pobres e aos enfermos, e à pregação cristã. A sua bondade e a

sua coragem atraíam os hindus e eram exemplo inspirador para capitães e fidalgos, soldados e comerciantes portugueses. A todos estes censurava os costumes imorais, por estarem «corrompidos pelas delícias da Ásia». O entusiasmo com que incitava à guerra contra os Mouros era irresistível. Ele próprio comandou os cristãos na batalha contra os badagas, que foram derrotados. A sua actividade estende-se a todo o território indiano onde a autoridade portuguesa se exercia, a Ceilão e às Molucas. A sua acção na Índia é de extraordinária humildade, de completo esquecimento de si próprio e de total entrega ao conforto dos pobres e tratamento dos enfermos. A sua personalidade excepcional, daquelas que raras vezes aparecem na história, a sua imensa atracção humana, o seu poder de infundir confiança e fé, a sua elevação espiritual, o seu dom profético, a irradiação da sua figura moral, depressa lhe criaram na Índia um halo de santidade. Segue-o a fama dos milagres: de ressuscitar mortos, acalmar tempestades, sarar doentes, varrer epidemias.

Ele próprio escreve do êxito da sua actividade: «É tão grande a multidão dos que se convertem à fé de Cristo, nesta terra por onde ando, que me acontece, muitas vezes, ter os braços cansados de baptizar.» Em um mês, na Índia, em 1544, baptizou mais de dez mil pescadores macuás e marinheiros pobres; deste modo trazia à Igreja largas massas de população, como acontecia na Europa na Idade Média.

O seu zelo ia até aos maiores excessos. Encorajava os jovens convertidos a destruir os templos hindus, a despedaçar e pisar os ídolos, reduzi-los a pó e cuspir-lhes em cima, o que penalizava aqueles que conservavam as crenças tradicionais. Na opinião de Xavier, Deus «tem horror à oração dos infiéis», não escuta as suas aflições, porque todos os deuses são demónios disfarçados. Aqueles que adoram os ídolos estão perdidos e condenados ao Inferno; todos os que viveram e morreram antes de surgir a salvação cristã estão a sofrer as penas infernais; a alma divina dos recém-nascidos é-lhes dada pelo baptismo. Xavier requer insistentemente a instituição da Inquisição em Goa, a qual foi estabelecida em 1560.

Esta furiosa intolerância iria criar-lhe sérias dificuldades no Japão, onde viria a ser uma das causas da perseguição e expulsão do cristianismo. Os Japoneses não admitiam a eliminação do xintoísmo, sobre o qual toda a autoridade imperial assentava, e repugnava-lhes aceitar que os santos budistas, como Sakyamuni, Amida, Kwanon, tivessem sido «condenados ao suplício infernal».

O novo pensamento e a nova atitude da Igreja no que se refere às outras religiões, neste caso ao budismo e hinduísmo, após o Concílio Vaticano II, admitindo-as

– nas palavras de um livro patrocinado pelo Vaticano, que nos parece admirável pela sua liberal compreensão e tolerância – deixam-nos perplexos ao fazer o confronto com a intolerante posição da Igreja missionária de há três séculos, quando ela condenava todas as demais expressões religiosas como obra do Demónio e fazia autos-de-fé em países que desconheciam totalmente a perseguição religiosa.

Antes do cristianismo, o Extremo Oriente ignorava os extremos cruéis da crucificação, do auto-de-fé e de toda a forma de intolerância religiosa. As cruezas de sangue, antes deste excesso cristão, haviam sido presenciadas, na Ásia, apenas nas razias e carnagens dos conquistadores maometanos. As religiões asiáticas, hinduísmo e, sobretudo, budismo e taoísmo, praticavam doutrinas de piedade que até hoje sempre recusaram justificar matar em nome de um Deus. (Certos monges budistas ainda usam enxotar os insectos antes de darem um passo, para evitar pisá-los.) Os Japoneses e Chineses professavam geralmente duas ou três religiões ao mesmo tempo. Em face desta bondosa tolerância, o zelo de Xavier não pode deixar de parecer exagerado e fanático. Por isso os seus excessos são reconhecidos, mesmo no campo da Igreja. O padre James Brodrick, um dos seus biógrafos, afirma, sem censuras, que o santo não conheceu a verdadeira Índia, nunca compreendeu que estava na terra mais religiosa do mundo, a qual espalhou uma vaga de piedosa espiritualidade por toda a imensa China, a Indochina, a Coreia, o Sião e o Japão. Aquilo que os missionários consideravam um paganismo supersticioso e primitivo era uma religião evoluída e que atingiu formas de alta espiritualidade. «Se Francisco tivesse podido encontrar-se com o seu grande contemporâneo do Norte da Índia, o poeta religioso do *Bhakti*, Tulsidas, certamente teria reconsiderado as suas opiniões acerca da religião hindu», escreve o padre Brodrick. Era, porém, esta ignorância das religiões indígenas, o simplismo da sua fé ardente e fanática, que dava a estes homens separados do seu país por longas viagens cheias de perigos e doenças – por vezes isolados e sós entre gentes de raças, línguas e pensamento estranhos – força para combater, missionar, persistir no meio de agruras e dificuldades sem nome.

Deve acentuar-se que o ardor obstinado e fanático de Xavier, sempre pronto a tudo sacrificar por Deus, se mostra nele a par de uma extrema submissão e humildade.

Quando Francisco se encontrava na cidade de Malaca, em 1547, mercadores portugueses trouxeram-lhe a grande nova «de umas ilhas muito grandes» denominadas Japão. Com estes mercadores vinha um japonês por nome Yajiro, a que os textos portugueses chamam Anjero ou Angero, com quem o padre-mestre conversava muitas

vezes, interessado em saber que espécie de país era o seu. Yajiro, que sabia falar português um pouco, afirmava-lhe que os Japoneses, como refere Xavier numa carta, «são gentes que se regem pela razão» e que, se lhes explicasse as verdades da fé e vivesse de acordo com elas, «o rei e a gente nobre e toda a outra gente de discrição se fariam cristãos». Francisco Xavier depressa se entusiasmou pela ideia de cristianizar o Japão.

Para mais se documentar, Xavier pediu ao seu amigo Jorge Álvares, que ali havia fundeado o seu navio, que lhe fizesse um relatório sobre o Japão. As conversas com Yajiro haviam-lhe incendiado a imaginação e a ânsia de expandir a fé.

O capitão da cidade de Malaca ofereceu-lhe seis toneladas de pimenta, que, vendidas, produziram uns mil cruzados, que iriam cobrir as primeiras despesas no Japão.

Chegado a Kagoshima em 1549, Xavier e os seus companheiros foram, como vimos, bem acolhidos pelo dáimio Shimazu Takahisa, que lhes deu licença para pregar, licença que lhes retirou pouco depois. No bom acolhimento feito à nova religião entrava a suposição de que se tratava de uma seita budista, em virtude de os Portugueses virem da Índia. Por isso lhes chamavam *tenjikunin*, «homens da terra natal de Buda». Além disso, na nova religião havia aspectos parecidos com o budismo: rosários, vestes sagradas, campainhas, velas, água benta, incenso, cantochão e invocação de santos.

Na primeira carta do Japão, Francisco Xavier exprime o seu contentamento, o encanto do país, o apreço pela gente japonesa: «São de alto coração e confiados nas almas.» «É gente de muito boa conversação e geralmente bondosa, sem malícia, gente de honra muito de maravilhar.» «No entendimento, que é tudo no homem, não lhe fazem vantagem os da Europa.»

O desconhecimento da língua e o estranho dos costumes davam a esses homens perdidos num vasto país o doloroso sentimento de isolamento e desamparo. Só com a sua fé ardente podiam contar para incutir-lhes a dura coragem necessária para arrostarem com os perigos e tremendos sofrimentos que os esperavam.

«Imaginaí três pobres homens, mal vestidos, sem saberem a língua do país depois de partir do barco abandonados à sorte e ao seu próprio expediente, diante de um imenso país impenetrável, em constantes guerras, com rebeliões contínuas, sem autoridade nem lei respeitadas, que via europeus pela primeira vez», comentava Lucena. «Perguntemos-lhe que é que pretende um pobre homem nascido junto a Pamplona de Navarra, mal coberto de uma roupeta remendada, vendo-se naquele mundo com

sessenta e seis reinos diante de si, de mantimentos, linguagens, estilos, costumes tão estranhos.»

Já vimos como Xavier se dirigiu de Kagoshima para Hirado e, seguindo pela cidade de Yamaguchi, fez dali a difícil jornada a pé para Quioto no meio de um áspero Inverno. Xavier convenceu-se desde os primeiros dias de que não seria possível converter o Japão sem converter primeiro a capital, grande centro de cultura e prestígio imperial. Mas nem na sua primeira tentativa em Yamaguchi, nem em Quioto, produziu frutos o seu esforço.

«Se Xavier havia falhado em Yamaguchi, falhou ainda mais conspicuamente na capital», escreve o padre Johannes Laures. As pessoas olhavam-no com indiferença. Acrescia ainda que o seu japonês era pobre, falava a língua com dificuldade. (O santo era pouco dotado para as línguas, apesar de biógrafos afirmarem que as falava bem, sem as estudar e por milagre.) Vimos como partiu da capital desiludido e decidiu visitar de novo Yamaguchi, onde teve então êxito inesperado. Também no Bungo, como vimos, teve bom êxito a sua actividade apostólica, consentida pelo dáimio Otomo Yoshishige, cuja simpatia pelos Portugueses era conhecida.

No entanto, a sorte da missão da Índia, de que era superior, preocupava-o e as cartas que recebeu de Goa deixaram-no inquieto pelo modo como as coisas lá corriam.

Surge pouco depois um acontecimento que decide do futuro de Xavier, o encontro inesperado com Diogo Pereira, que acabava de desembarcar no Japão, de regresso da China. Pereira contou a Xavier os horríveis sofrimentos dos Portugueses na China, onde haviam sido presos por terem entrado no país contra a proibição do imperador. Francisco, compadecido, ardeu logo no desejo de ir em socorro desses infelizes. Por outro lado, devia ter-se convencido já da impossibilidade de converter o povo do Japão. Os resultados da sua catequização eram escassos. Os meios de que dispunha eram mínimos para uma tão ingente empresa.

Impressionava-o cada vez mais o argumento que várias vezes ouvira aos Japoneses – se a vossa religião é a suprema verdade, porque não convertestes a China, que é o país da cultura por excelência, de onde veio ao Japão o budismo e todas as artes? Xavier devia ter-se convencido de que converter o Japão sem converter a China seria uma tarefa impossível. A conversão da China tornaria fácil a conversão do Japão, pois, vindo dali, recomendado pelo êxito em tão culto país, o cristianismo encontraria todas as facilidades para ser aceite pelos Japoneses, que da China haviam recebido as mais altas formas da sua cultura. Ele próprio escreve: «A China é uma terra mui

grandíssima, pacífica e governada com grandes leis [...] sabendo os Japoneses que a China recebeu a lei de Deus não-de perder mais depressa a fé que têm às suas seitas.»

Xavier esteve uns vinte e sete meses no Japão, tendo baptizado menos de mil japoneses. Para cuidar dos cristãos, deixou apenas um padre, Cosme de Torres, e um irmão leigo, Juan Fernandez. Chegado à Índia, Xavier mandou para o Japão mais um padre e dois irmãos leigos. Com este pequeno grupo começa uma das mais extraordinárias empresas humanas, a cristianização do Japão.

A missão de Xavier fora enviada, constituída e financiada por Portugal, como ele próprio escreve: «Em todo este tempo que estivemos no Japão, que seria de mais de dois anos e meio, sempre nos mantivemos das esmolas que o Cristianíssimo Rei de Portugal nos mandou dar nestas partes, porque quando fomos ao Japão nos mandou dar passante de mil cruzados.» A Coroa portuguesa e a parte do comércio com a China continuaram a suportar as despesas com a obra missionária no Japão.

O padre Francisco parte para a Índia em Novembro de 1551, chegando nos fins de Janeiro seguinte, depois de uma viagem tormentosa, em que os biógrafos contam novos milagres do santo. Na Índia fica alguns meses e, depois de vencer várias dificuldades, consegue embarcar para a China. O barco vai fundear na pequena ilha de Sanch'wan – nas nossas crónicas, Sanchoão –, à entrada do porto de Cantão. O seu plano é introduzir-se clandestinamente na China com o auxílio de um mercador chinês.

O plano de converter a China era considerado quimérico por alguns portugueses que conheciam as tremendas dificuldades de ali entrar sem ser logo descoberto e executado.

Em Sanch'wan a presença de Xavier fez-se logo sentir: «Visitava e curava, ele, segundo seu costume, os enfermos, amparava os pobres, fazia casar os que haviam mister, pedindo, para estas e outras obras pias, esmolas aos ricos», escreve Lucena.

Enquanto esperava, inquieto, o mercador chinês, que não aparecia, Francisco adoeceu de febres, parece que com uma pneumonia. Cansado, enfraquecido por trabalhos e preocupações, não tardou que a morte o levasse. Morreu numa «choupana coberta de ramos e torrões» e «aberta ao vento por diversas partes, sem abrigo algum do frio», em 3 de Dezembro de 1552, com 46 anos, «rendido de uma alegria celeste».

Paulo de Santa Fé, que lhe tinha guiado os primeiros passos no Japão, estava à sua cabeceira na última hora. Jorge Álvares, outro amigo, mandou fazer-lhe um caixão «à maneira chinesa».

Xavier lançou as bases da religião católica no Japão. O seu projecto grandioso de converter esse grande país à cristandade foi continuado por algumas dezenas de missionários vindos da Europa e por um número pouco maior de dógicos, ou auxiliares, e, mais tarde, por padres japoneses. O grande planificador da acção missionária, muito mais prático, com maior capacidade de administrar e dirigir e mais larga visão, foi o visitador Alexandre Valignano, que foi, além dos Portugueses, o único estrangeiro que desenvolveu no Japão uma acção durável, em amplas bases.

A ingente obra de missionação iniciada por Xavier, o maior missionário dos tempos modernos, desapareceu, completamente destruída – com excepção dos reduzidos núcleos de cristãos que se escondiam para fugir à perseguição inexorável e cruel do xogunato. Apenas ficou um inestimável legado de intercâmbio cultural representado pelos notáveis estudos deixados por alguns jesuítas e pelos valiosos relatórios e cartas destes descrevendo as condições políticas e sociais do Japão dessa época.

É tudo que hoje resta do grande sonho de Francisco Xavier no Japão. A sua empresa de conversão falhou totalmente.

Porém, o seu sonho, hoje, renova-se. Dentro de limites modestos, o cristianismo volta a espalhar-se no Japão. A Igreja Católica progride lentamente, contando cerca de metade do número de fiéis das várias denominações protestantes. Os católicos japoneses veneram a memória do fundador do cristianismo no Japão. E levantaram-lhe monumentos, consagraram-lhe catedrais. Em Kagoshima, cidade onde primeiro desembarcou, existe o Parque de São Francisco Xavier, com uma catedral, um monumento, um busto sobre um elevado pedestal e um arco votivo; Yamaguchi consagrou-lhe uma igreja e uma alta cruz com um medalhão com a sua efígie; Oita ergueu-lhe uma estátua num jardim sobre um mural com o mapa-mundo projectado; Hirado, uma estátua e um grande monumento em pedra com a sua efígie em alto-relevo; Sakai ostenta uma lápide no seu mais belo jardim, onde projecta construir-lhe uma estátua. A memória do grande pioneiro continua a animar hoje a fé cristã dos Japoneses.

O DESCOBRIDOR LITERÁRIO DO JAPÃO: FERNÃO MENDES PINTO

Foi Mendes Pinto (1509-1583) quem introduziu o Japão na literatura europeia. Partiu para a Índia por 1537 e regressou a Lisboa em 1558. Se ele foi um dos três primeiros portugueses a pôr pé no Japão, como ele conta, ou se é falsa tal alegação, ninguém até hoje pôde ao certo apurar. Os historiadores dividem-se neste ponto como em tudo o mais que toca a esta complexa personagem – há os que gostam e os que não gostam da personalidade de Mendes Pinto, e assim tem sido desde os dias em que ele decidiu, em 1556, mais por irrequieto temperamento do que por mudança de convicções, sair da Companhia de Jesus, onde tinha entrado, dois anos antes, num impulsivo acesso de misticismo, emotivo e momentâneo, mas sincero, como prova o facto de ter entregado a sua enorme fortuna à Companhia e distribuído o restante pelos pobres.

A *Peregrinação* é um livro singular, desvairado, excessivo, apaixonante, que abrange a experiência das várias gerações de portugueses que embarcaram na aventura das Descobertas. A coragem dos soldados e marinheiros, a sua cupidez e falta de escrúpulos, a cobiça do ouro, a crueldade dos homens diante da riqueza, o sofrimento sem nome, a fome que chega ao extremo de comer carne humana, a insegurança e incerteza de uma população desenraizada, que acorria aonde quer que houvesse uma fortuna a ganhar, a miragem de um golpe da sorte, o perigo dos caminhos, o risco das viagens longínquas de que poucos regressavam – todo esse baixo e ávido leilão da vida por dinheiro; e também o fascínio e a estranheza de uma humanidade diferente, o raro dos costumes, a opulência e o cheiro das grandes cidades, o pinturesco e colorido de uma nova paisagem humana, eis aí a matéria em que o olhar observador e perspicaz de Mendes Pinto incide com uma curiosidade nunca satisfeita, e que a sua pena descreve com calor, penetração e detalhe. A *Peregrinação* é o momento mais humano das Descobertas. Sendo biográfico, o livro de Mendes Pinto acumula a experiência de duas ou três gerações, porque nele o autor utiliza toda a documentação então existente sobre o imenso movimento humano das Descobertas: testemunhos verbais de marinheiros, soldados, mercadores, prisioneiros e indígenas, cartas e relatos de missionários, anais de

historiadores portugueses e de alguns orientais. O próprio autor recolhe um monte incrível de experiências na vida mais variada e incerta que jamais algum escritor viveu: foi nababo e foi mendigo, embaixador e escravo, jesuíta, curandeiro, pirata, mercador, soldado e marinheiro; em vinte e um anos no Oriente visitou a Birmânia, o Sião, a Insulíndia, frequentou as escalas da China meridional, as costas da Malásia, Sumatra, Java, a ilha japonesa de Kyushu e afirma que foi à Tartária, no que nem todos os seus biógrafos acreditam. A *Peregrinação* é o livro português mais conhecido dos estrangeiros, a seguir a *Os Lusíadas*, e certamente muito mais rico de experiência e humanidade. A principal personagem do livro é o autor, uma personagem sensível, solerte, compreensiva e tolerante com a lágrima fácil, curiosa e irrequieta, ora vaidosa, ora modesta, que se destaca mas nunca pretende passar por herói. Ele foi mesmo já classificado como anti-herói, o que mostra modernidade neste tempo contrário a heroísmos e delirante do seu medíocre sucedâneo, a publicidade.

Mendes Pinto escreveu o seu livro só uma dúzia de anos depois de ter regressado a Portugal, de casar e assentar o espírito no tranquilo retiro da sua casa de Almada. Foi publicado trinta e um anos após a morte do autor, em 1614, e confiado ao procurador da Casa Pia dos Penitentes, visto pelo padre João de Lucena e revisto por Francisco de Andrade. Nunca se saberá quanto a censura da Inquisição alterou e suprimiu. Foi Mendes Pinto que verdadeiramente revelou o Japão à Europa e o compreendeu antes dos Jesuítas – facto considerado espantoso, que tornou logo famoso o autor em todo o continente europeu. Os biógrafos de São Francisco Xavier foram haurir aos capítulos de Mendes Pinto sobre o Japão, e João de Lucena é acusado de reproduzir os seus erros.

Tocamos aqui o ponto de acérrima contestação da *Peregrinação* – a falta à verdade. Não é preciso ser erudito para verificar que Mendes Pinto cai em contradições e falta muitas vezes à verdade; e a incorrecção mais frequente é a troca de datas e de lugares. Mas poderá honestamente exigir-se rigor e exactidão a alguém que escreve acerca de factos ocorridos tão longe no lugar e no tempo – alguns a quarenta anos de distância –, numa época em que a documentação era insuficiente e o juízo crítico ainda nublado por lendas? (Lembrem-se as descrições fantasiosas dos animais da Ásia desconhecidos na Europa, por António Galvão, dos cavalos-marinhos e dos parasitas dos elefantes, por Frei Gaspar de São Bernardino, e, para não ir mais atrás, de Marco Polo e da sua descrição da ilha de Agama, onde todos os homens «têm cabeça de cão e dentes e nariz semelhantes aos de um grande mastim», gente má «que come todos os

homens que pode apanhar» – homens-cães que ingenuamente mostram as ilustrações do *Livre des Merveilles* da Biblioteca Nacional de Paris.) Porquê censurar nos outros a falta daquilo que eles, críticos, não têm – a imaginação?

Ora Mendes Pinto, como dissemos, procurou não fazer história nem biografia, mas fundir numa criação literária o conjunto da experiência portuguesa das Descobertas. Provam que não teve em mente o rigor histórico: a imaginação de artista, a vivacidade, fantasia, cor, variedade, o inesperado do enredo e do exotismo, o propósito de surpreender e encantar, que são a característica e qualidade do grande escritor. Estas qualidades juntam-se à perspicácia com que observa os costumes, à tolerância com que admira, à penetração com que descreve as instituições e o carácter das relações sociais e à visão com que traça o vasto quadro das condições económicas, políticas, humanas e ideológicas da expansão ultramarina portuguesa. Muitos dos nossos historiadores, e alguns estrangeiros tão inimaginativos como eles, persistem em deslustrar Mendes Pinto, como se ele não tivesse aspirado a ser muito mais que historiador – escritor e moralista que quis fundir numa criação literária vasta e multiforme toda a experiência humana de uma das mais extraordinárias épocas da História. *A Peregrinação*, como todos os grandes livros, é uma obra excessiva, e por isso é incompreensível por eruditos. Mas também não se pode concluir por isto que não seja verdadeira. Pode muitas vezes não ser exacta, mas isto não implica que falte à verdade essencial das coisas. Dou um exemplo do que conheço melhor – a parte relativa ao Japão. Alguns reputados historiadores têm afirmado que a topografia, como as personagens, são imaginárias; Georges Le Gentil concebe «dúvidas sobre o relato das discussões de Xavier com os bonzos». Ora a verdade é que a discussão de Xavier com o bonzo Fucarandono é o mais verosímil e hábil relato de uma discussão que é possível ter existido entre um missionário do carácter de Xavier e um monge budista. Todos os argumentos fundamentais que os budistas opunham aos cristãos são ali invocados: o argumento da reencarnação, baseada no budismo; porque negava o cristianismo alma aos animais?; porque não previu Deus, ao criar os anjos, a rebelião e queda de Lúcifer, e, se a previu e é infinita a sua misericórdia, porque a não evitou, poupando tanto mal aos homens?; porque não enviou Deus ao mundo Cristo, seu Filho, antes de Adão ser tentado pela serpente? Não falta mesmo a observação de que a pronúncia da palavra «Deus» em japonês soa como *Dai uso*, «grande mentira». Quem haja lido os documentos da época e conheça o budismo sabe que estas eram as principais objecções postas aos missionários e às quais o budismo dá resposta mais satisfatória do que a dada então por São

Francisco Xavier – que, segundo Mendes Pinto, respondia apenas que tais perguntas eram inspiradas pelo Demónio. E a bem da inteligência de Mendes Pinto se deve sublinhar que ele não parece convencido das razões dadas pelo santo para responder a «umas razões tão agudas».

Creio que este exemplo demonstra bem claramente a natureza da verdade de Mendes Pinto: é possível que esta discussão não tivesse tido lugar, nestes termos, e que Fucarandono seja até uma personagem imaginada, mas a verdade essencial, de nós hoje conhecida, é que São Francisco e todos os outros missionários tiveram discussões semelhantes com bonzos, em que aqueles mesmos argumentos foram invocados: deles a súpula mais completa é dada por Luís Fróis na *História do Japão* (I, cap. 7).

Infelizmente, a reputação de Mendes Pinto continua a sofrer do menoscabo que os membros da Companhia de Jesus vêm lançando sobre ele desde há quatro séculos, continuando a vingança por ele ter abandonado a Companhia, que «deliberadamente apagou, alterou, ou omitiu o nome dele dos seus livros e escritos que aludem à sua temporária participação na Companhia» (Charles Boxer).

Dúvidas ou acusações semelhantes às lançadas contra certas afirmações do autor da *Peregrinação* não são opostas a relatos mais que suspeitos, ou obviamente incorrectos, firmados por historiadores como João de Barros, cuja honestidade ninguém pôs em dúvida, mesmo, por exemplo, em passos como os que se referem à história dos Mongóis, sobre os quais, segundo Barros, os Persas «escrevem em suas crónicas que estes Mongoles descendem de Magog, neto de Noé, Patriarca das gentes, filho de Jafet» (IV, p. 300), fantástico asserto que Diogo do Couto repete na larga relação sobre os Mongoles (*Décadas*, I, cap. 7, e X, caps. 1 e 2), e Faria e Sousa continua e expande (*Asia Portuguesa*, II, cap. 8). Este exemplo, a que outros poderiam acrescentar-se, pretende apenas mostrar que não se podem exigir aos escritores de seiscentos, que não dispunham de fontes fidedignas nem conheciam as línguas asiáticas, rigor e verdade que levaram quatro séculos a atingir. Os erros de Mendes Pinto sobre o Japão, a China, a Índia, não são maiores do que os dos historiadores seus contemporâneos mais reputados.

Foi má sina de Mendes Pinto ter nascido num país de historicistas. De Marco Polo, que expende muito mais fantásticas ocorrências, tem-se escrito no seu país que as suas notícias são tão «positivas que podem ser hoje perfeitamente controláveis» e que ele verdadeiramente «inicia a literatura científica moderna» – atendendo apenas à natureza própria do livro e ao essencial dele, pondo de parte detalhes que, embora falsos

ou fantasiosos, não contradizem a verdade fundamental do relato desta extraordinária aventura humana.

De Mendes Pinto têm sido demonstradas algumas incorrecções e muitas mais lhe têm sido assacadas sem prova suficiente (como a de não ter sido ele que assistiu ao príncipe do Bungo num acidente de arcabuz levado pelos Portugueses em 1543). Muitas vezes Pinto inventa palavras e frases em línguas que não conhecia, ou conhecia mal (parece que falava bem o malaio). Assim faz nos capítulos sobre o Japão; mas aqui o mais surpreendente ainda é que escreva, a par de outras sem significado algum, palavras compreensíveis e exactas, apesar dos muitos anos que haviam passado sobre a sua última viagem ao Japão. Na longa enumeração dos magistrados chineses, todos os títulos foram identificados, com excepção de um só.

É evidente que Mendes Pinto, como escritor imaginativo, exagera, quer impressionar o leitor – os exércitos de que nos narra as batalhas, por exemplo, são demasiado numerosos: o exército do rei da Tartária tem um milhão e 800 mil homens e perdeu na batalha 450 mil soldados, mais 300 mil desertores, sem falar da perda de 300 mil cavalos. No entanto, estudos pormenorizados têm mostrado que os críticos historiadores de Pinto têm exagerado também as suas acusações. Para exemplo, um detalhe do relato sobre o Japão: o nome do senhor de Tanegashima, que Pinto dá como «Nautoquim», era negado pelos eruditos japoneses, que diziam chamar-se «Tokitaka». Depois de anos de discussões entre vários especialistas, cuja bibliografia noutro lugar aponteí, para confusão dos sábios chegou-se à conclusão de que Nautoquim é a verdadeira transliteração da escrita *kanji*, que dá também na leitura Tokitaka. Outro exemplo: na parte do Sião, alguns nomes de reis não conferem com os verdadeiros, mas na maioria são exactos, embora a grafia não seja correcta; também não estão certas as datas dos acontecimentos, afastadas de alguns meses a dois ou três anos, mas apurou-se serem verdadeiros os factos.

Pedir rigor a um narrador de viagens que tem verdadeiro génio literário é absurdo: o rigor da descrição neste caso mataria toda a originalidade. Vamos demonstrá-lo com a seguinte bela passagem relativa à visita do padre Francisco Xavier ao rei do Bungo:

O padre levava uma loba de chamalote preto sem águas, com uma sobrepeliz em cima, e uma estola de veludo verde com seu savastro de brocado; o capitão ia com uma cana na mão como porteiro-mor, e cinco dos

mais honrados e ricos, e de melhor nome, levavam certas peças nas mãos como criados seus: um levava um livro metido num saco de cetim branco, outro umas chinelas de veludo preto que entre nós se acharam, outro uma cana de bengala com um castão de ouro, outro um retábulo de Nossa Senhora num envoltório de damasco roxo, outro um sobreiro de pé pequeno; e assim com esta ordem e com este aparato passámos pelas principais nove ruas da cidade, onde havia tanta quantidade de gente que até por cima dos telhados tudo era cheio.

Tal qual como num biombo *namban*.

É evidente que não podia Pinto lembrar-se de todos estes detalhes mais de vinte anos depois. Mas o seu génio de escritor inspirava-lhe a visão da riqueza dos panos – do veludo, do cetim, do damasco –, a variedade das cores: preto, verde, branco, roxo e ouro, o aparato da composição do quadro, a posição das figuras e o movimento do cortejo pelas *nove* principais ruas da cidade. Para dar vida e qualidade literária às cenas que descreve, Fernão precisa de as envolver nas cores, posturas, ambientes que conheceu e ainda do que improvisa a sua imaginação e gosto de escritor. Na cena acima descrita, o mesmo faz o piedoso padre João de Lucena, que nunca foi ao Oriente, e, inspirado mais uma vez em Mendes Pinto, compõe um quadro ainda mais pormenorizado, e por isso provavelmente mais fictício ainda. Na *Peregrinação*, o recurso à imaginação literária é muito frequente, como não podia deixar de ser, porque a variedade dos assuntos é tão extraordinária e alguns acontecimentos, apesar de verdadeiros, são tão inverosímeis que o autor foi arrastado pelo desejo de convencer com pormenores exagerados ou impossíveis. Os frequentes diálogos, e sobretudo as cartas, que insere, esmaltadas de circunlóquios e exageros de cortesia oriental, ajudam a reconstituir o ambiente humano, sem poderem pretender nunca ser reprodução fiel.

Além disso, Mendes Pinto, que fala de si sempre com modéstia («pobre de mim», «pouca possibilidade do meu fraco engenho», «não cabem no estreito vaso do meu engenho», etc.), quis construir de si uma certa imagem – o homem que a sorte lança no meio das mais extraordinárias aventuras, que nenhum homem antes de si experimentara. Numa só página há naufrágios, sofrimentos, prisões, venturas e riqueza, roubos, fausto, leilões e mortes. O autor conheceu a miséria atroz da escravidão e o fausto da opulência e teve actos de generosidade e grandeza. Evita, para se enaltecer,

fazer-se passar por herói, quando então o tipo dominante do português – tão verdadeiro que ainda perdura hoje nos bairros da Mouraria ou Alfama e entre a nobreza decadente – é o do fanfarrão e valentão, *doublé* de irresistível Dom João. Pinto não se gaba nunca de feitos amorosos, nem fala da atracção exótica das mulheres asiáticas – coisa rara para um livro literário português tão longo – e confessa mais de uma vez o seu medo em casos de flagrante cobardia, em que se conduz vergonhosamente para salvar a pele.

Já foi observado que Mendes Pinto não é sincero, que é demasiado artista e subtil para construir o seu livro apenas de verdades nuas. Já foi notado o seu cinismo. Mas é tão profundamente sincera em certos momentos a sua comoção que se lhe adivinham as lágrimas e o sofrimento. Desta complexidade se enriquece o livro que nos deixou, o mais extraordinário livro de aventuras da literatura mundial.

A verdade profunda da *Peregrinação* está na reflexão que ela oferece sobre a experiência humana. Herança de experiência que deixa aos filhos, «para que eles vejam nela estes meus trabalhos e perigos da vida que passei no decurso de vinte e um anos, em que fui treze vezes cativo e dezassete vendido». A viagem, escreveu Montaigne, convida a pensar. É no seu retiro de Almada, depois de tanto viajar, que medita no mistério do destino do homem, na instabilidade da condição humana, que ele sonda mais profundamente por meio da narração das suas infelicidades do que se nos desenvolvesse páginas de filosofia – para o que ele, aliás, não mostra capacidade. E assim a *Peregrinação* fecha por uma céptica reflexão sobre a recompensa moral: «Se eu e os outros tão desamparados como eu ficámos sem a satisfação dos nossos serviços foi somente por culpa dos canos e não da fonte, ou antes, foi ordem da justiça divina, em que não pode haver erro, a qual dispõe todas as coisas como melhor lhe parece, e como a nós mais nos cumpre.» É isto pôr em dúvida a justiça divina, ou apenas queixa amarga da condição humana, jogada aos acasos da sorte, entre frustrações e sofrimentos, no escuro caminho de um destino ignorado, sem que ao homem seja dado sequer entrever a razão da sua dor e da justiça que o condena?

É Mendes Pinto, de todos os nossos escritores da época das Descobertas, aquele que mostra maior tolerância, simpatia, compreensão, e por vezes até entusiasmo, pelos povos e civilizações asiáticas. À China e ao Japão reserva particular interesse, tratando cada um destes países com certo desenvolvimento, e mesmo com afecto.

Para encarecer a China «quase faltam palavras, porque esta excelência tem a terra da China sobre todas as outras: ser mais abastada de tudo o que se possa desejar,

que todas quantas há no Mundo». A China tem «um excelente governo, pronta execução das leis, perfeita justiça e goza de mais riqueza do que todas as partes da Europa juntas».

Beijing, para ele, é a mais bela, mais rica cidade do mundo; Londres, Paris, Lisboa, Constantinopla, nenhuma das cidades da Europa e da Ásia «se não podem comparar com a mais pequena coisa desta grande Pequim, quanto mais com toda a grandeza e sumptuosidade que tem em todas as coisas». Desta cidade faz uma longa e pitoresca descrição, incluindo a descrição dos edifícios, da etiqueta a observar nos banquetes e nas estalagens notáveis, das dignidades da corte e outros pormenores.

Do Japão e dos Japoneses traça Pinto os mais rasgados elogios. Foram ali muito bem recebidos, ele e os companheiros. Logo no dia seguinte à sua chegada a Tanegashima, o senhor da ilha mandou-lhes «um grande parau com refresco em que entravam uvas, peras, melões e toda a sorte de hortaliça que há nesta terra». À noite foram agasalhados em casa de um mercador muito rico, que os «banqueteou muito largamente, tanto nesta noite como em doze dias mais que pousámos com ele». O príncipe da ilha fez mesmo de Zeimoto seu parente adoptivo.

Da gente do Japão diz Pinto que «é naturalmente muito bem inclinada e conversadora». Os Japoneses são «mais ambiciosos de honra do que todas as outras nações do mundo». É «a nação mais sujeita à razão que todas as outras».

Mendes Pinto não só mostra apreço pela gente e pela civilização do Oriente, mas exprime também admiração pelas formas da arte oriental, o que não acontece com outros escritores portugueses que têm os olhos fechados pelo fanatismo religioso. Na *Peregrinação* aparecem por vezes apreciações à beleza da arquitectura e até das estátuas dos ídolos: «Estava um altar feito à proporção da tribuna sobre a qual estava a estátua da Nicapirau, em figura de mulher muito formosa, com os cabelos soltos por cima dos ombros e as mãos ambas levantadas ao céu, tão resplandecente por causa do ouro de que estava coberta que lhe não podiam fixar os olhos direitos, porque os raios que de si lançava cegavam como de um espelho.»

Mostra Mendes Pinto também gosto pelo teatro, fala com apreço dos entremezes, dos autos, farsas e comédias portuguesas, chinesas e japonesas, a que assistiu. Descreve mesmo uma tourada organizada em Liampó, na China, pelos portugueses que lá viviam, em número de mil.

Pinto ocupava o seu tempo no Japão «a pescar, caçar e ver os templos dos seus pagodes, que eram de muita majestade e riqueza».

Pinto, se não foi dos primeiros portugueses a desembarcar no Japão, como ele afirma, esteve lá pelo menos em 1544. Fez mais três viagens a Kyushu e numa delas, como embaixador do vice-rei da Índia, entregou a carta que deste levava ao dáimio do Bungo. Partiu pela última vez do Japão em 1556.

Transparece em todo o livro uma grande simpatia pelos países por onde anda, a curiosidade e o gosto de descrever costumes exóticos, empregar frases de estranhas línguas, aventurar-se a experiências raras. A linguagem florida e verbosa dos diálogos em que intervêm orientais ou de cartas e mensagens a estes atribuídas mostram a profunda influência asiática que Mendes Pinto sofreu.

A acumulação de detalhes e o vivo realismo com que descreve povos e lugares asseguraram o êxito europeu da *Peregrinação*. Da China já existia o relato de Marco Polo, mas do Japão era até então o mais completo relato feito por um europeu. Isso confere-lhe um lugar à parte entre os escritores ocidentais que escreveram sobre o Japão – Mendes Pinto é o primeiro escritor japonizante.

Não está ainda feita a análise crítica da *Peregrinação* no que toca às referências históricas e geográficas relativas aos vários países por onde o autor andou – e menos ainda se fez tal verificação quanto aos clássicos da história de Portugal no Oriente. Quanto ao Japão, se um dia se fizer, creio que confirmará a fundamental exactidão das afirmações de Mendes Pinto. As menções geográficas da ilha de Kyushu e da pequena ilha de Tanegashima não pecam nem sequer no detalhe. Sob uma grafia inexacta – o que é vulgar nos escritores da época – é fácil reconhecer as cidades e os lugares. Até as distâncias são exactas. Na verdade, a cidade de Funai (que ele escreve Fucheu), capital da província do Bungo, dista cerca de *sete léguas* de Usuki (que ele escreve Osquy), e Tanegashima (Tanuximá) fica a mais de *nove léguas ao sul da primeira ponta de terra do Japão*; o reino do Bungo dista de Tanegashima *cem léguas para o norte*, e é possível que a viagem de Funai a Tanegashima durasse de *sábado pela manhã até à sexta-feira seguinte, sol-posto*.

A descrição da chegada a Tanegashima no junco com três portugueses confere com a tradição e a história. A maneira como é descrita não deixa de modo algum a impressão de que Mendes Pinto está a mentir. O nome dos outros dois portugueses surge natural no fio da narração: Diogo Zeimoto, primeiro, e mais adiante Cristóvão Borrvalho. Com a mesma naturalidade surge a afirmação «a nova terra do Japão que tínhamos descoberto», a qual só aparece no quinto capítulo dedicado ao Japão.

A chegada de Francisco Xavier a Kagoshima, «pátria de Paulo de Santa Fé», «no dia da Assunção de Nossa Senhora, que é a quinze do mês de Agosto», e depois a descrição das actividades do missionário no Japão, conferem rigorosamente com a história: a sua viagem a Firando (Hirado), acompanhado pelo padre Cosme de Torres e pelo Irmão João Fernandes (Mendes Pinto chama-lhe padre), deixando os conversos de Kagoshima confiados a Paulo de Santa Fé; a sua viagem a Quioto na companhia de João Fernandes e os grandes trabalhos que passariam no frio do Inverno gelado, o «nenhum fruto» que da viagem resultou em virtude das «guerras e dissensões» entre os senhores feudais, e o regresso do santo a Yamaguchi (Omanguché, escreve ele), onde deixaria o padre Cosme de Torres; o grande êxito que ali colheu, convertendo mais de 3000 almas em pouco mais de um ano, «que foi até 5 de Setembro de 1551»; a sua partida para o Bungo, onde havia aportado a nau de Duarte da Gama, cuja afectuosa dedicação a Xavier, Mendes Pinto e todos os historiadores confirmam. Todos estes factos são tratados em termos paralelos, desenvolvidamente, por Luís Fróis, na sua *História do Japão*, que, evidentemente, Pinto não conhecia.

Posto isto, não é difícil acreditar na narração do acidente da espingarda acontecido com o filho do dáimio de Bungo, que, com a curiosidade dos seus 16 anos, quis experimentar a espingarda de Mendes Pinto enquanto este dormia, e se feriu carregando o tiro com demasiada pólvora. O caso é contado com tanta perícia e realismo de pormenor que, a não ser verdadeiro, abonaria o grande engenho do autor para construir uma cena com tantos e tão vivos detalhes.

Menos difícil de crer ainda é o episódio do sobrinho do rei (dáimio) de Arima e os complicados sucessos decorrentes da fuga da noiva prometida com o seu amante, a guerra, as cidades saqueadas – acontecimentos frequentes no Japão dessa época e particularmente na instável situação política dos dáimios de Arima.

Mendes Pinto garante a veracidade: «E digo isto porque assim o posso afirmar com verdade, pois ambos estes sucessos vi com meus olhos, e em ambos me achei presente com assaz de perigo meu.»

As observações que precedem levam a concluir pela injustiça da condenação global feita sobre a narração de Mendes Pinto. É verdade que ele conheceu melhor o Japão do que a China e alguns outros países por onde peregrinou. Mas o espírito acanhado dos historiógrafos precipitou-se, sem conhecer a matéria, na reprovação fácil, seguindo beatamente na esteira da má reputação que os Jesuítas lhe criaram. Felizmente

os críticos estrangeiros estão a reabilitar a autoridade de Mendes Pinto – não tardará que os nossos se açam a seguir-lhes no encalço.

Desde logo Mendes Pinto conquistou a admiração dos espíritos abertos – ele tinha a contar coisas extraordinárias, muitas delas porventura enfeitadas e transvertidas em florituras de maior encanto e divertimento pela imaginação e gosto do contador – imaginação e transversão que constituem a qualidade exemplar do grande escritor diminuído.

**O INTRODUTOR DA MEDICINA OCIDENTAL NO JAPÃO:
LUÍS DE ALMEIDA**

Luís de Almeida nasceu em Lisboa, por 1525, de uma família de ricos cristãos-novos. Estudou Medicina, como se vê pelo alvará de D. João III, de 1546, depois de ter prestado provas de Cirurgia perante o principal cirurgião real, mestre Gil. A patente do rei autoriza-o a «usar e praticar da arte e ciência da cirurgia por todos os meus reinos e senhorios». Passados dois anos, parte para a Índia a tentar fortuna como negociante. Da Índia embarca para o Japão, não se sabe quando, passando por Macau, onde, segundo relatos da época, se tornou muito conhecido.

Aos 30 anos, sabemos por carta sua, sente que é tempo de decidir do seu futuro e resolve ficar no Sul do Japão, na província de Bungo, em Funai, em companhia do padre Baltasar Gago, «para que neste tempo [se] determine na vida que Nosso Senhor [Ihe] dê a sentir que será para o seu santo serviço e salvação [dele]».

Em 1556 pertencia já à Companhia de Jesus, à qual no ano anterior doara a valiosa fortuna que havia acumulado. Destinou parte dela a despesas da obra da missão e a outra parte a obras de beneficência. Com esta fundou um hospital em Bungo, e provavelmente um orfanato em que se recolhiam crianças enjeitadas. A dedicação e carinho de Almeida pelas crianças é um dos traços mais tocantes do seu carácter sensível. Neste hospital, custeado por ele, exerce a medicina ocidental e pratica as primeiras operações cirúrgicas no Japão. Em Nagasáqui fundou mais tarde uma misericórdia onde recolhia órfãos.

Deve lembrar-se aqui que, embora nesta época a medicina europeia não estivesse adiantada, muito menos o estavam a japonesa e a chinesa. A medicina portuguesa, com a eminente obra de Garcia de Orta *Colóquios dos Simples e Drogas e Cousas Mediciniais da Índia*, publicada em Goa em 1563 e logo traduzida em várias línguas, veio enriquecer a medicina europeia com novos e valiosos conhecimentos recolhidos na medicina e botânica indianas.

Almeida estabeleceu também uma farmácia, que abastecia de drogas que mandava vir de Goa, de Macau e da China.

O hospital era administrado por uma pequena confraria, que estendia a sua assistência mesmo às despesas com enterros. Este hospital tinha grande êxito, e em 1559 construiu-se um novo edifício. A sua fama espalhou-se a todo o Centro do Japão, ao Sul e até ao Norte, e de toda a parte acorriam enfermos em grande número.

Sabe-se que Almeida ensinou a medicina e criou discípulos japoneses e europeus. Ensinou seguramente «o uso de unguentos, de cauterização, o tratamento de feridas produzidas por tiros, e por certo também a terapêutica do cancro e das fístulas».

Ainda ao tempo de Almeida, um outro português exercia a medicina no Japão, começando na província do Hizen e indo depois para Osaca; adoptou o nome japonês de Keiyu. Fróis dá notícia de um excelente cirurgião português, e deve ser este que veio para o Japão no último quartel do século XVI. Um outro português, ex-jesuíta, Cristóvão Ferreira, atrás mencionado, que depois de apostatar tomou o nome de Sawano Chuan, conhecia e praticava também a cirurgia e instruiu, a partir de 1633, alguns japoneses; escreveu um tratado, *Cirurgia dos Bárbaros do Sul*, «que pertence às melhores obras sobre este assunto». Um dos seus alunos foi Nishi Gempo, fundador da escola «Nishi», médico de câmara do xogum e encarregado pelo governo de dar lições de fisiologia.

Almeida exerce juntamente as suas actividades de médico e de missionário, aproveitando, tanto ele como o seu próximo colaborador, o Irmão Duarte da Silva, todas as oportunidades para doutrinar e converter enfermos e seus parentes.

Poucos anos depois, porém, a Companhia de Jesus decidiu proibir os seus membros de praticar a medicina, decisão esta censurada pelos Franciscanos, que continuaram a prestar assistência médica e fundaram vários hospitais para leprosos. A escola de Almeida frutificou, porém; os seus numerosos discípulos continuaram a praticar a Nishi Gempo (medicina dos Bárbaros do Sul).

Este capítulo da introdução e prática da medicina no Japão é importante e vai ligar-se com a medicina trazida, depois da expulsão dos Portugueses, pelos Holandeses, chamada *rangaku*.

Na década de 1560 Almeida começa a sua obra de cristianização fora de Funai, percorrendo várias partes do Japão. Os actuais historiadores, entre os quais os padres Dorotheus Schilling e Diego Pacheco, que dedicam a Almeida interessantes estudos, seguem os seus passos e a sua obra de conversões e baptismos: vemo-lo pregar e catequizar activamente em Kagoshima, em Yokoseura, em Arima, regressando depois a Bungo, e de novo partindo para Hirado, Quioto, as ilhas de Goto e de Amakusa, e

Nagasáqui. Do que vê nas suas viagens nos dá interessantes descrições, umas patéticas, como as da destruição de Yokoseura, invadida e queimada pelos inimigos dos cristãos, ou o abandono em que viu os cristãos perseguidos em Shimabara; outras brilhantes e entusiastas, como as descrições dos esplêndidos templos e palácios que visita em Nara e Quioto.

Em Amakusa, Almeida entabula negociações diplomáticas com o senhor feudal, com o fim de conseguir facilidades para o estabelecimento do cristianismo. As negociações têm êxito por pouco tempo e Almeida é obrigado a ir-se embora, até melhor ocasião.

Construção de várias igrejas – que não passavam de pequenas casas de madeira onde se reuniam os cristãos japoneses –, conversões por centenas, continuam a marcar os esforços incansáveis deste grande homem de Deus.

Em 1576, no Domingo de Paixão, baptiza o dáimio Arima Yoshinao, ao qual dá o nome de André. Este baptismo abre uma onda de conversões entre os súbditos do dáimio.

Era também dotado de grande tino comercial, ao qual deveu a grande fortuna que doou à Companhia de Jesus; dirigiu com êxito os investimentos da Companhia no comércio das sedas da China, investimentos que foram durante longos anos a principal fonte de subvenção das actividades missionárias no Japão.

Almeida era irmão leigo, e o visitador Valignano, o grande organizador da Igreja no Japão, decidiu mandá-lo com mais três irmãos a Macau, em 1579, na nau de Leonel de Sousa, para serem ordenados. Ia enfraquecido, gasto por muitos trabalhos e sofrimentos. Recebeu as ordens, no começo do ano seguinte, da mão do primeiro bispo de Macau, D. Belchior Carneiro. Passados meses regressou ao Japão, indo missionar para as ilhas de Amakusa. Dali continuou as suas viagens de catequização, apesar de cansado e doente. Morre em casa do dáimio de Kawachinoura, D. João Amakusa Hisatane, em 1583, com 60 anos de idade, tendo vivido metade da sua vida no Japão. O grande historiador do Japão desta época, Luís Fróis, faz dele este elogio eloquente:

Ele foi o que inventou fazer o Hospital em Bungo junto da nossa casa onde se recolhiam as crianças enjeitadas, filhos de gentios que por sua pobreza têm por melhor remédio matá-los quando nascem. Ele curava, sendo Irmão, por suas mãos, todos os doentes de chagas e podridões afistuladas, e de todas as enfermidades que ali pela fama concorriam, por ser

coisa tão nova no Japão; e os remediava corporal e espiritualmente, e tinha ali feito uma botica com tantos materiais e mesinhas que mandava vir da China, que para tudo se achava remédio em sua caridade. Ele foi sempre o primeiro descobridor das empresas e novas missões que se faziam a cristandades novas, e depois que nelas levava todos os trabalhos, perigos e dificuldades, e deixava os tonos e pessoas principais, já convertidas, então entregava o processo de as cultivar a outras, e tomava de novo outras novas e dificultosas empresas.

Almeida foi um dos mais esclarecidos espíritos portugueses que espalharam a civilização da Europa entre os Japoneses – mais civilizados do que os Europeus em vários aspectos, muito atrasados em outros, como, por exemplo, o da medicina e da assistência às crianças, que, quando representavam bocas a mais, os pais costumavam matar.

A introdução da medicina ocidental no Japão por Luís de Almeida e a sua piedosa obra são lembradas ainda hoje pelos Japoneses. Como já vimos, em Oita ergueram-lhe um monumento e o maior e mais moderno Hospital Central de Oita tomou o seu nome. Em Hondo, capital das ilhas de Amakusa, foi erguido um monumento em sua honra e em Nagasáqui posta uma lápide, na qual se lê, em português e japonês: «Luís de Almeida / Médico e Missionário / O Primeiro Português que chegou a Nagasaki / 1567.» Encontra-se também em Nagasáqui, numa rua esconsa e íngreme, uma pequena coluna de pedra com breve inscrição a lembrar que nesse lugar Luís de Almeida fundou uma misericórdia para recolher órfãos.

O seu nome é sempre citado nos estudos históricos sobre a introdução da Medicina no Japão. A sua acção de espalhar pelo Japão o espírito do Ocidente é inolvidável.

UM GRANDE CLÁSSICO POR DESCOBRIR EM PORTUGAL: LUÍS FRÓIS

Luís Fróis nasceu em 1532. Empregou-se na secretaria de D. João III, provavelmente com a ajuda de um seu parente, Bartolomeu Fróis, que ali trabalhava. Em 1548 entrou na Companhia de Jesus. Um mês depois, o jovem noviço embarcava na *Galega* para Goa, aonde chegou em Outubro. Ali estudou filosofia e teologia. Conheceu Francisco Xavier, antes de este partir para o Japão, e em Goa o viu novamente quando este regressou do Japão em Fevereiro de 1552.

Fróis passou dois anos em Malaca, de onde regressou a Goa. Ordenou-se e foi secretário do reitor do Colégio de São Paulo e depois do provincial. Os seus talentos de escritor começaram a ser conhecidos.

Em Goa, Fróis iniciou-se no ambiente fascinante e complexo do Oriente: ali encontrou macassares, amboneses, chineses e até três japoneses.

O provincial decidiu do destino de Fróis quando o mandou para o Japão em 1563. Desembarcou em Yokoseura. Esperavam-no o padre Cosme de Torres e o Irmão João Fernandes, os dois únicos missionários que Francisco Xavier havia deixado no Japão, para os quais Fróis passou a constituir preciosa ajuda.

Fróis começou logo a estudar a língua japonesa, em que mais tarde se tornou proficiente. Iniciou o seu apostolado na pequena ilha de Takushima, perto de Hirado, já cristianizada e pertencente ao senhor feudal convertido D. António Koteda Yasutsune. Dali continuou a sua peregrinação missionária para vários lugares no meio de árduas dificuldades, caminhando a pé e pernoitando muitas vezes sem abrigo nos invernos frígidos e estios ardentes do Japão. Depois de passar por Kochinotsu – hoje uma aldeia na ponta meridional da península de Shimabara, e nesse tempo o porto mais importante do senhor de Arima, Yoshisada, onde fundeavam os barcos portugueses e os Jesuítas mantinham uma missão – seguiu Fróis, na companhia de Luís de Almeida, para a capital, Miyako, passando pela bela cidade de Sakai. Na capital foram saudados pelo padre Gaspar Vilela e pelo Irmão Lourenço, japonês que Francisco Xavier havia baptizado. Ali passaram as festas do ano novo japonês, em 31 de Janeiro de 1565.

Na sua nota biográfica acerca de Fróis, o padre Georg Schurhammer observa que o culto jesuíta se sentiu feliz no ambiente de cultura e ciência da capital do Japão. Estava-se num período muito interessante da história de Nippon, nos últimos dias dos pusilânimes xoguns Ashikaga, perto da transição para o governo forte de Nobunaga e mais tarde de Hideyoshi. A estada de Fróis na capital do Japão foi, porém, curta. O xogum foi assassinado, e, para fugir à guerra civil, os padres tiveram de se refugiar precipitadamente na cidade comercial de Sakai, em Abril de 1566. Depois dos turbulentos sucessos da deposição do último xogum Ashikaga e do saque e incêndio de Miyako por Nobunaga, que tomou nas mãos o poder, Fróis voltou à capital. Não ficou por muito tempo, pois o clima era desfavorável à sua saúde frágil. Dali foi para o Sul, para a província de Bungo, na ilha de Kyushu, onde assistiu ao baptismo do dáimio Otomo Yoshishige e às guerras pela suserania de Kyushu, entre este e o poderoso senhor de Satsuma. O trabalho da evangelização e a intranquilidade, com repetidas guerras entre os senhores, levavam Fróis a constantes deslocações. Nobunaga, que se tornara senhor do Japão, e que Fróis conhecera, cometeu haraquiri ao ver-se cercado no seu castelo pelo que ele considerava o seu mais fiel amigo e servidor, Akechi Mitsuhide – uma dramática história de amizade atraçoada. Um maior general, mais ambicioso e de mais larga visão, Hideyoshi Toyotomi, ia substituí-lo. Fróis era velho conhecido de Hideyoshi.

Estes personagens que iam construindo a história do Japão, responsáveis por muitos dos acontecimentos em que os missionários andaram envolvidos, foram conhecidos de perto por Fróis. É este conhecimento directo de pessoas e acontecimentos que dá à sua *História do Japão* a extraordinária qualidade da verdade. Schurhammer, a este propósito, escreve de Fróis: «Historiador nato, tem uma verdadeira paixão por nomes, números e factos, sem faltar com uma brilhante descrição, quando há lugar para ela.» Fróis era o europeu mais profundamente conhecedor da mentalidade e da religião japonesas. Na introdução, hoje perdida, da sua *História*, dedicava à exposição do budismo e do xintoísmo não menos de 23 capítulos. Fróis estudou em Miyako, durante um ano (1573-74), a doutrina da seita Hokkeshu, transliterando em caracteres latinos o texto de oito livros da escritura sagrada *Hokkekyo*, traduzida do sânscrito *Saddharma Pundarika Sutra*. Isto não era vulgar entre os Jesuítas, pois vemos, por exemplo, que o padre Francisco Cabral considerava grosseiramente todas as escrituras sagradas japonesas idênticas às opiniões dos filósofos da Antiguidade e todas elas expostas por Aristóteles no seu livro *Física*.

O plano da *História do Japão*, a obra-prima de Fróis, deveria conter uma introdução composta de 37 capítulos com uma «Descrição Geral do Japão» acerca da terra e da gente, seguida de três partes. Da introdução, tudo o que nos ficou foram os títulos dos capítulos. Segundo alguns historiadores, teria sido aproveitada por João Rodrigues. A I parte da *História* vai de 1549 a 1578; foi traduzida em alemão pelos padres Georg Schurhammer e E. A. Voretzsch (publicada em Leipzig em 1926). Desta tradução foram feitas duas traduções japonesas, a primeira por Yoshio Takaichi (Tóquio, 1932) e a segunda, completa, por Takeo Yanagiya (cujo primeiro volume saiu em 1963, tendo-se vendido num ano oito mil exemplares). A II parte abrange os anos de 1578-1582 e foi publicada em português, em Tóquio, em 1938, numa reduzida edição (de 180 exemplares), por João Abranches Pinto e Oshitomo Okamoto, sob o título *Segunda Parte da Historia de Japam*. Da III parte, que compreende os anos de 1582-1593, intitulada *Apparatos para a Historia do Bispado de Macau*, foram apenas publicados, em português, 24 capítulos (os primeiros 114 fólhos), relativos aos anos de 1582-1592, em que se narra a viagem da primeira embaixada cristã do Japão à Europa, sob o título *La Première Ambassade du Japon en Europe, 1582-1592*; a edição foi organizada e anotada por João Abranches Pinto, Oshitomo Okamoto e Henri Bernard, e saiu em Tóquio em 1942. Os *Apparatos*, como o nome diz, são elementos preparatórios para a *História*, que Fróis não teve tempo de rever e refundir.

Além da monumental *História do Japão*, Fróis deixou-nos um curiosíssimo *Tratado em Que Se Contêm muito sucinta e abreviadamente Algumas Contradições e Diferenças dos Costumes entre a Gente da Europa e Esta Província do Japão*, que foi publicado acompanhado da tradução alemã pelo padre Josef Franz Shütte (Tóquio, 1955). O último livro da pena de Fróis é a *Relación del Martirio de los 26 Cristianos Crucificados en Nangasaqui el 5 Febrero de 1597*, publicado em Roma em 1935.

Como se vê, nenhuma destas obras, consideradas capitais para o entendimento da história do Japão, fora publicada em Portugal, apesar de terem sido editadas em países estrangeiros, tanto em tradução como no original português.

Os séculos XVI e XVII são dos períodos mais interessantes da história do Japão. No consenso geral, as fontes mais importantes para o estudar são a *História* de Fróis e a de João Rodrigues e as cartas dos Jesuítas. As coevas fontes japonesas merecem menos fé, influenciadas como são pela dependência dos historiadores em relação aos governantes.

Foi o padre Joseph-Marie Cros que tornou a *História do Japão* de Fróis conhecida do mundo da ciência e chamou a atenção para o «seu valor extraordinário».

A concepção de Fróis é verdadeiramente grandiosa. E tão impressionante como ela é a profundidade com que vê na trama dos acontecimentos, traça o retrato dos actores, procura desvendar o drama do destino dos homens.

Os eruditos estrangeiros que têm frequentado a sua obra tecem de Fróis os mais altos elogios. James Murdoch, um dos maiores historiadores do Japão, afirma que ele «escreve com a penetração e a largueza de vistas de um homem de Estado». O padre Henri Bernard considera-o «um grande escritor, que possui a fundo a sua língua». O Prof. Kiichi Matsuda elogia a sua «pena brilhante» e a «majestade da sua obra».

O padre Dorotheus Schilling considera a *História* «certamente a maior e mais importante obra que foi escrita por uma pena europeia sobre o Japão no século XVI», acrescentando que «Luís Fróis estava qualificado como ninguém para este extenso trabalho», possuindo para o realizar «rico conhecimento das realidades japonesas e uma aguda visão dos acontecimentos políticos e religiosos».

O padre Michael Cooper, realçando os seus «elegantes escritos», afirma que «Fróis era um escritor que combinava com felicidade a quantidade e a qualidade, e é evidente que cuidava muito em cultivar o seu estilo literário e elaborar o material de que se serve». «Acima de tudo», acrescenta, «esforçou-se por ser exacto, baseando os seus relatos na sua experiência pessoal, sempre que possível, ou então no depoimento de testemunhas dignas de fé».

G. Schurhammer, o grande biógrafo de São Francisco Xavier, apesar de lhe censurar a verbosidade, considera-o um «talento extraordinário para escrever», que «para tudo tinha os olhos abertos, aguda compreensão, feliz memória, e uma maravilhosa e viva maneira de descrever». Schurhammer exalta a qualidade literária da *História* de Fróis, a beleza e vivacidade do seu estilo, a preocupação do pormenor e a visão larga da concepção do historiador. J. Wicki louva-lhe a «vivacidade, clareza e riqueza de vocabulário» e a sua «expressão épica». Quando Fróis narra a avançada de Nobunaga para a capital, em 1573, diz que queimou mais de 90 povoações – e dá o nome de 60 delas, por não ter tido tempo de perguntar pelos nomes das demais; e dos templos principais queimados dá também o nome de não menos de 14. É sua constante preocupação, diz, «não discrepar do fio da rectitude da verdade».

Estes juízos de estrangeiros acerca da sua obra fazem-nos envergonhar da indiferença a que a temos votado em Portugal, havendo ignorado até hoje que

possuímos em Luís Fróis um dos maiores clássicos da literatura portuguesa do século XVI e o maior precursor dos grandes prosadores religiosos, como Vieira, Bernardes, Frei Bartolomeu dos Mártires.

Para amostra da qualidade excepcional do seu estilo, veja-se o vivo deste retrato de Oda Nobunaga, senhor do Japão:

Seria de idade de 37 anos, quando começou a governar a Tenca [Império do Japão], homem de mediana estatura, delgado de corpo, de pouca barba, a voz muito entoadada, e em extremo belicoso, e dado ao exercício militar, ambicioso de honra, severo na justiça. Não deixava passar sem castigo ofensa que lhe fizessem. Nalgumas obras usava de humanidade e misericórdia. Dormia pouco, e madrugava muito. Não era cobiçoso. Muito secreto no que determinava, sagacíssimo em ardis de guerra, muito assomado e sujeito à paixão da ira, mas isto não era de ordinário; pouco ou quase sujeito ao conselho dos seus, em extremo grau temido e venerado de todos. Não bebia vinho. No comer, parco. Chaníssimo em seu tratamento, arrogante em sua opinião. A todos os reis e príncipes de Japão desprezava e lhes falava por cima do ombro como a servos inferiores. Obedecido como senhor absoluto, magnânimo e paciente, quando lhe era adversa a fortuna na guerra. Homem de bom entendimento e claro juízo, desprezador de todo o culto e veneração dos Camis e Fotoques [deuses xintoístas e budistas], e de todos os agouros e superstições gentílicas. No nome mostrava no princípio ser da seita dos Foquexus, mas depois de colocado naquela dignidade se jactava e preferia a todos os ídolos, e concedia em algumas coisas com a opinião dos Jenxus, tendo que não havia imortalidade da alma, nem castigo futuro. Limpíssimo em suas casas e no conserto de todas suas cousas. Muito aprimorado, inimigo de dilações e grandes preâmbulos, quando com ele se falava; e com o triste e desprezado criado falava familiarmente. As cousas a que tinha mais inclinação eram peças de grande nome de Chanoyu [utensílios de chá], bons cavalos e catanas [espadas], e a caçar com falcões, e muito curioso de ver lutar altos e baixos nus diante de si. Ninguém entrava diante dele com armas. Tinha algumas sombras de melancolia. Muito audaz e intrépido em cometer cousas árduas, e em todas obedecido à risca.

O dinamismo da descrição mostra-se neste outro quadro rápido de um naufrágio:

Aos dezasseis do mês, dia do triunfo da *Vera Cruz*, indo com vento em popa, em começando a romper a alva da manhã, por ir dormindo o Piloto, encalhou o junco em terra junto da ilha Formosa, e deu tão grande pancada que logo lhe começou a entrar a água pela quilha de maneira que em pouco espaço chegava a água acima. Os quatro Padres se puseram no convés, e confessaram toda a gente [...] e posto que a terra estava um bom pedaço afastada do junco, com muita pressa antes que quebrasse, porque cada onda parecia que o acabava de fazer em pedaços, se deitaram muitos a nado, confiando no Senhor que lhes daria forças para poderem chegar a terra, outros se deitaram em jangadas, que faziam de paus e de tábuas que quebraram do junco e primeiro que se deitassem ao mar iam todos a pôr-se de joelhos diante da cabeça da Virgem que um Padre tinha no convés nas mãos, e faziam colóquios tão devotos, e derramavam tantas lágrimas que não havia quem se pudesse ter, e não prorrompesse em outras tantas.

O realismo, a verdade psicológica e o conhecimento do carácter japonês revelam-se na descrição, em vívidos e breves traços, do fanatismo dos convertidos, que a sua profissão de padre não adoça, como quando conta do fidalgo nobre que declarava ao padre que se este o mandasse deitar ao mar o único filho, por isso ser necessário ao serviço de Deus, o cumpriria «ao pé da letra»; ou do japonês que, movido «com alguns pontos» da doutrina cristã, ao saber da disciplina que outros se estavam infligindo, como costumavam, nas reuniões das sextas-feiras à noite na igreja de Arie, «e não achando outro instrumento à mão que fosse mais apto para a disciplina, meteu os dentes em um braço e começou a morder de maneira em diversas partes deles, que esteve depois das mordeduras alguns dias deitado na cama».

É curioso anotar que a preocupação de imparcialidade de Fróis é tal que ele próprio desaparece da *História* e quando de si faz menção como protagonista é na terceira pessoa: «Foi lá logo o P.^o Fróis a consolá-lo, e dar-lhe muitas razões [...]. Ouvindo pois aquela noite o Príncipe como seu pai vinha já perto, pediu ao P.^o Luís Fróis [...].» Isto é tanto mais significativo quanto Fróis não se esconde de figurar como narrador: «Deixo de contar os infelizes de desventurados sucessos que muitas pessoas particulares ali tiveram [...], um só caso contarei, que ali aconteceu, digno de notar.»

Estamos perante um intelectual subtil, altamente consciente do papel do historiador.

Há acontecimentos narrados com sumo tacto e delicadeza, como a descrição pormenorizada das difíceis e subtis negociações entre Ucondono e Nobunaga por intermédio do padre Organtino, que desenvolve uma obra-prima de diplomacia; ou a narração dos tortuosos ardis do traidor Akechi Mitsuhide; outros passos conservam uma fresca vivacidade, como essa disputa em público entre budistas de duas seitas diferentes, «foquexu» e «jodoxu», com os escrivães a tomar nota dos argumentos e os assistentes a rasgar depois as vestes dos vencidos na renhida competição.

As cartas de Fróis têm sido tão louvadas no estrangeiro como os seus livros.

Na época eram lidas e esperadas com alvoroço em toda a Europa «onde se desejavam» e «se tornaram célebres». Schurhammer descobriu 136 cartas, na maior parte muito extensas. São «obras-primas de estilo, cheias de valiosas informações e vivíssimas descrições», segundo Schurhammer; «cada uma delas é verdadeiramente uma jóia de grande valor não só pela riqueza da informação, mas também pelo estilo que lhe mereceria um lugar entre os primeiros clássicos do seu tempo». E a *História do Japão* «não é inferior às cartas, nem na curiosidade, riqueza e certeza das informações, nem no primor do estilo». Segundo alguns autores, como L. Bourdon, Fróis cometeu numerosos erros de cronologia «que tornam por vezes tão delicada a utilização das primeiras páginas da sua obra». Mas isto não empana a validade da sua narração e o brilho da verdade que se empenhou sempre em apurar, por vezes em condições bem difíceis.

O padre Dorotheus Schilling, que descobriu a *História do Japão* e os *Apparatos*, faz este juízo de conjunto da obra histórica de Fróis: «No espaço de dez anos criou uma obra magnífica, da qual, apesar de algumas objecções, pode orgulhar-se.»

Mencionei atrás o interessantíssimo *Tratado em Que Se Contêm muito sucinta e abreviadamente Algumas Contradições e Diferenças dos Costumes entre a Gente da Europa e Esta Província do Japão*. O livrinho é escrito em forma de aforismos e revela os aspectos da vida e cultura do Oriente mais apaixonantes para o ocidental que lá vive, por serem frequentemente o inverso da cultura e mentalidade do Ocidente. A exemplificação de Fróis é muito completa. Todos os exemplos mostram aguda observação e conhecimento profundo da mentalidade e dos hábitos japoneses, e alguns deles uma subtil ironia. O livro divide-se em 14 capítulos: «Do que toca aos homens,

em pessoas e vestidos», das mulheres, dos meninos em sua criação e costumes, dos bonzos, dos templos, do comer e do beber, das armas e da guerra, dos médicos e mezinhas, dos livros e modos de escrever, das casas, das ruas e dos jardins, dos cavalos, das embarcações, do teatro e da música, e «das cousas extraordinárias». Desta lista, que compreende o essencial da vida japonesa, respigamos alguns exemplos mais curiosos ou recreativos:

Nós usamos o preto por dó; e os Japões o branco.

Nós entramos nas casas calçados; em Japão é descortesia e hão-se de deixar os sapatos à porta.

Entre nós a gente lava o corpo em suas casas muito escondido; em Japão, homens, mulheres e bonzos em banhos públicos ou à noite em suas portas.

Entre nós não é muito corrente saberem as mulheres escrever; nas honradas do Japão se tem por abatimento as que o não sabem fazer.

Os nossos meninos aprendem primeiro a ler e depois a escrever; os de Japão começam primeiro a escrever e depois aprendem a ler.

A gente na Europa se deleita com peixe assado e cozido; os Japões folgam muito mais de o comer cru.

Nós cortamos o melão em comprido; os Japões o cortam ao través.

Nós estimamos cousas de leite, queijo e manteiga e tutanos; os Japões abominam tudo isto e cheira-lhes muito mal.

Entre nós se tem por pecado gravíssimo matar-se um a si mesmo; os Japões, na guerra, quando não podem mais, cortar a barriga é grã valentia.

Nós escrevemos de través, da mão esquerda para a direita; eles ao comprido, e sempre da mão direita para a esquerda.

Onde as derradeiras folhas dos nossos livros se acabam, ali começam os seus.

Entre nós o riso fingido se tem por leviandade; em Japão, por primor e boa condição.

Nós, por amizade, oferecemos em Europa a um amigo um molho de rosas; os Japões uma rosa ou um cravo somente.

O último livro de Fróis, *Relación del Martirio*, que descreve o martírio dos cristãos ordenado por Hideyoshi, foi escrito sob a tremenda impressão do cruel acontecimento, terminado cinco semanas após as execuções e a quatro meses da morte do autor.

O padre Wicki está a preparar a edição da obra completa de Fróis, em cinco volumes. Saiu o primeiro e seguirão em breve mais quatro. Será assim cumprido «o mais fervente desejo» de Schilling, que a arrancou ao olvido. E, assim revelado, Fróis tomará na nossa literatura, como previu Schurhammer, «o lugar que merece entre os primeiros clássicos do seu tempo».

Pena é que sejam os estrangeiros a dizê-lo.

UM PRECURSOR DA SOCIOLOGIA: JOÃO RODRIGUES

Nasceu em Sernancelhe, bispado de Lamego, em 1561. Com 16 anos apenas, chegou ao Japão. Foi no Japão que estudou latim e teologia, entrando na Companhia de Jesus em 1580. Tão novo, com facilidade e rapidez aprendeu a língua japonesa, e em 1588 já nela pregava. Tanto aprofundou o seu conhecimento que se tornou intérprete e mediano de Hideyoshi, então senhor absoluto do Japão. Os Japoneses passaram a chamar-lhe «Tçuzzu», intérprete. Terminados os estudos teológicos em Nagasáqui, foi a Macau em 1594 para ser ordenado. Regressou ao Japão em 1596 e no ano seguinte, em 5 de Fevereiro, presenciou em Nagasáqui o sacrifício dos vinte e seis mártires.

Rodrigues foi acumulando um profundo conhecimento dos Japoneses, dos seus costumes, cultura e religião. Não conquistou apenas a estima e confiança de Hideyoshi, foi também intérprete do primeiro xogum Tokugawa Yeyasu, e agente dele nas compras feitas à chegada das naus estrangeiras, tendo substituído Luís Fróis, já velho e cansado. Estas relações muito favoreceram a situação dos missionários, tirando-os muitas vezes de dificuldades.

O seu continuado estudo da língua japonesa, o seu prazer de erudição, habilitaram-no a compor uma gramática japonesa, a *Arte da Lingoa de Japam*, impressa em Nagasáqui de 1604 a 1608, e a dar uma larga colaboração ao *Vocabulário da Lingoa de Japam*, também ali impresso em 1603-1604. O *Vocabulário* é construído com uma técnica e um saber comparáveis, segundo Michael Cooper, aos dos melhores dicionários modernos. O mesmo espírito avançado se mostra na gramática japonesa, de que Rodrigues fez uma edição abreviada, em Macau, em 1620; desta acaba de sair uma nova impressão, em Tóquio. Foi traduzida em francês por Landresse, no século passado, e muito elogiada por Ferdinand Denis; foi através desta tradução que os estudiosos europeus primeiro tomaram conhecimento da língua japonesa.

Por motivos ainda não inteiramente esclarecidos – provavelmente intrigas de invejosos da sua privilegiada situação junto do xogum –, Rodrigues é expulso do Japão e obrigado a embarcar para Macau na companhia de mais doze irmãos, após ter vivido

trinta e três anos no país. Schurhammer atribui a expulsão à inveja do governador de Nagasáqui, que via nele um rival influente.

O seu amor ao estudo e pendor para a investigação levaram-no, pouco após a chegada a Macau, a incitar investigações na cidade de Chin-Kiang-fu, perto de Nanjing, no intuito de descobrir as tradições da comunidade cristã que, segundo a história chinesa, ali se encontrava em 1287, e esclarecer o significado das inscrições dos recém-encontrados monumentos cristãos de Si-ngan-fu, e ainda com o desejo de estudar várias doutrinas esotéricas do budismo.

Foi várias vezes a Cantão como capelão dos mercadores que ali iam à feira semianual. Na China, que extensamente percorreu, teve variadas e curiosas aventuras. Dirigiu uma missão enviada em 1628 pelo Senado de Macau a Beijing, para entregar alguns canhões que a corte Ming encomendara. Foi recebido na corte, que pediu mais tropas para ajudar a repelir a invasão manchu. Dois anos depois, Rodrigues parte com 10 canhões e 360 soldados, que foram detidos em Nan-Ch'ang e reenviados para Macau. Rodrigues e os soldados que o acompanhavam foram sitiados numa fortaleza em Tengchow, província de Shantung; apesar dos seus 71 anos, Rodrigues foi o único a fugir, saltando durante a noite da muralha sobre um monte de neve. Continuou até Beijing, onde foi louvado pelos seus serviços ao imperador, e calcorreou de novo o caminho de regresso a Macau, mais de dois mil quilómetros. Poucos meses depois morreu, em 1 de Agosto de 1633, com uma hérnia.

Foi em Macau, minado pelas saudades do Japão, que elaborou a sua principal obra, *História da Igreja do Japão*. O ambicioso plano desta história não chegou a ser concluído. Rodrigues projectava dividi-la em três partes. A primeira constituiria um estudo introdutório sobre o Japão e o povo japonês e seria dividida em dez livros, dedicados à história japonesa, à escrita, às artes, ao governo, ao budismo e ao xintoísmo; destes apenas nos deixou os dois primeiros, não se sabendo se chegou a escrever os demais. A segunda parte trataria da história das missões no Japão; também abrangeria dez livros, mas Rodrigues não foi além do primeiro, dedicado às actividades de Francisco Xavier. A terceira parte deveria ocupar-se das missões na China, Aname, Sião e Coreia, mas não chegou a ser começada. Michael Cooper pensa que Rodrigues tentou, nos seus últimos anos, reescrever a sua *História*, pelo menos em parte, como parece da existência do curto manuscrito *Breve Apparato pera a Historia de Japam melhor Se Entēder*, que mais ou menos corresponde ao começo do livro I. Exceptuando

este primeiro livro, em que Rodrigues cita vários autores antigos e contemporâneos, toda a matéria é haurida no seu profundo conhecimento e experiência da vida e da cultura japonesas.

A *História da Igreja do Japão* começa, com largo fôlego e vasta visão, por uma «descrição geral de toda a Ásia». Fala da riqueza da Ásia em coisas preciosas, das monarquias famosas. Na Ásia foi o Paraíso Terreal, nasceu o homem, floresceram os patriarcas e os profetas, surgiram as letras e as Escrituras. Vem depois a descrição geográfica da Ásia, principais montes, rios e desertos, as partes, impérios, estados e províncias em que se divide. Segue-se, com mais detalhe, a descrição da China, a sua história e o seu governo político, e os órgãos deste, reis, mandarins, Supremo Senado, Conselho de Estado, administração das províncias, estrutura da nobreza. Só depois disto entra na descrição do Japão, que é a mais completa até então feita no Ocidente. Vem a descrição geográfica das ilhas nipônicas, das províncias em que se dividem, da antiguidade dos povos que as povoam. Fala da China, dos frutos e coisas que cria a terra, «das várias sortes de animais e aves que há». Só depois de centena e meia de páginas, entra a tratar das pessoas, «das feições e partes naturais e das inclinações dos japões», dos costumes, governo, nobreza e opulência do país. Só à construção e disposição das casas dedica um capítulo com nove subtítulos e à cortesia e às maneiras de convidar doze capítulos inteiros, os quatro últimos dos quais à cerimônia do chá. É esta exposição da subtil e elaboradíssima arte do chá o que de mais penetrante escreveu até hoje um estrangeiro. O livro II trata «das artes liberais e mecânicas do Japão, das suas letras ou caracteres, antiguidade, e da língua e poesia japoa». Não versa aqui apenas a pintura, arquitectura, impressão de livros e escrita, mas também as ciências da matemática e astronomia, pormenorizadamente, com capítulos em particular sobre os eclipses do Sol, da Lua e das estrelas, e as estações do ano.

É só no livro III, que até hoje não foi publicado, que verdadeiramente inicia a «História eclesiástica do Japão, no qual se narra como se deu princípio à Preparação do Sagrado Evangelho naquele Reino pelo B. P.^e Francisco Xavier, e progresso que teve a cristandade do ano de 1549 até o de 1552». Rodrigues morreu antes de poder concluir esta parte, não tendo podido escrever mais de 18 capítulos acerca das actividades de Francisco Xavier. A exposição geográfica, histórica e sociológica que a precede ocupa 51 capítulos, que acumulam erudição e saber extraordinários para o tempo e a observação mais perspicaz.

O desenvolvimento e a profundidade com que Rodrigues nos expõe o Japão, a sua cultura e os seus costumes, fazem deste estudo introdutório uma obra notável, impressionante pela seriedade intelectual e vastidão de conhecimentos. «Fascinante descrição da vida japonesa» lhe chama Cooper.

A minúcia e o pitoresco vivo com que João Rodrigues descreve a vida e os costumes japoneses podem ver-se desta curta passagem de um dos capítulos sobre o vestuário:

O direito das peças de vestido de ordinário são pintadas galantemente de fulas e rosas de várias cores, quer seja de seda, quer canga ou teada de linho; posto que entre os de seda alguns são listrados, outros tintos de uma só cor, outros de duas cores. E nestas matérias de pintar os vestidos assim de seda como de outras matérias, são os Japões grandes oficiais entressachando ouro entre as rosas pintadas de várias sortes. Na cor carmesim são extremados, e muito mais na roxa. Os vestidos dos homens e mulheres são do mesmo talho e feição, sendo os das mulheres muito compridos até abaixo, e no interior de baixo trazem uma saia branca da cinta para baixo.

Tenha-se presente, para se admirar a seriedade deste estudo sociológico – antes de ter sido inventada a sociologia – que se trata de uma «história da igreja».

Todos os assuntos que versa – seja a construção de casas, a pintura, as lacas, a diversidade dos leques, etc. – são expostos com o mesmo pormenor e profundo conhecimento. Só acerca de presentes há seis diferentes títulos:

Depois de falarmos das visitas que comumente vão acompanhadas com presentes, trataremos aqui dos presentes em geral, e do modo que tem em os dar, e receber, e depois do modo de agasalhar um hóspede, e cortesias que guardam entre si, e de outras cousas que esta matéria tem.

Porém, como os Japoneses seguem os ritos, cerimónias e costumes sínicos antigos, Rodrigues começa por expor estes.

As artes, que compreendem a escrita, as ciências e os desportos, abrangem todo o livro II, que conta 17 capítulos. A parte sobre pintura é excelente.

A *Arte da Lingoa de Japam*, de João Rodrigues, que é a primeira gramática até então impressa da língua japonesa, é considerada pelo Prof. Tadao Doi, que ao seu estudo se tem laboriosamente dedicado, um instrumento valioso de consulta para os Japoneses, baseada sobre o conhecimento profundo da língua, com grande número de citações e de exemplos, um «trabalho monumental que até hoje não foi ultrapassado».

O Prof. Tadao Doi fez uma edição fac-similada e serviu-se dela para esclarecer vários pontos obscuros de linguística, tendo-a traduzido sob o título *Nihon Daibunten* (1956 e 1968). A última publicação da gramática de Rodrigues foi feita em 1970 pelo Prof. Shozo Shima, que também se tem dedicado ao seu estudo.

Além da extraordinariamente pormenorizada exposição sobre a escrita, a morfologia da língua, o estudo das formas comuns e cerimoniais do falar – e até das particularidades da fala de certas regiões –, da correspondência epistolar, de uma relação de nomes e da cronologia das eras imperiais, o autor expende uma lista de exemplos de poesia colhidos nos clássicos japoneses, em que mostra um largo conhecimento da literatura.

O padre Michael Cooper dedicou recentemente um interessante estudo a esta exposição, louvando-a como «uma componente descrição da poesia japonesa» «digna de ser conhecida», na qual o autor mostra não só o seu saber da literatura mas também a sua «perícia de tradutor». Boxer classifica-a de «magistral ensaio».

Rodrigues foi, provavelmente, o primeiro europeu a penetrar na vida das capitais da China e do Japão. No Japão, como vimos, dois xoguns trataram-no com confiança, e na China a corte fez formalmente o seu louvor.

Schurhammer elogia a «altamente interessante» *História* de Rodrigues, nomeadamente os capítulos acerca da origem dos Japoneses – explicada por Rodrigues com base em fontes nipónicas, chinesas e coreanas, mencionando obras históricas, criticamente analisadas, achados arqueológicos, tradições, afinidades linguísticas e culturais – e a «profunda descrição da cidade de Miyako», toda a «pormenorizada descrição do Japão» e das «cerimónias» japonesas.

O maior estudioso da personalidade e obra de João Rodrigues, o padre Michael Cooper, dele escreve com admiração:

Rodrigues foi, *par excellence*, o expoente da língua e da cultura japonesas. Poucos dos seus contemporâneos da Europa prestaram muita atenção à cultura japonesa, e ainda menos tiveram oportunidade ou inclinação para a estudar. Rodrigues não só escreveu sobre o assunto com entusiasmo, mas mostrou conhecimento e penetração raramente atingidos por um ocidental, quer no seu, quer no nosso tempo.

Muito do que escreveu tem ainda hoje actualidade e valor. Comenta o padre Cooper:

É na apreciação da arte japonesa que mostra o seu notável talento, e as suas descrições da cerimónia do chá, da arte das flores, laca e caligrafia não têm rival nos relatos europeus contemporâneos. A sua apreciação do temperamento artístico japonês é notável.

Este homem que muitos estrangeiros estudam e celebram é quase inteiramente desconhecido em Portugal.

Da sua *História da Igreja do Japão* foram publicadas a I e a II partes pelo Prof. João Abranches Pinto, numa edição modesta do jornal *Notícias de Macau*, continuando a III parte ainda inédita. Esta história encontra-se traduzida em japonês e meticulosamente anotada pelo Prof. Tadao Doi, sob o título *Nihon Kyokai Shi* (1967-1970); em inglês, sob o título *This Island of Japan*, o padre Michael Cooper publicou uma tradução com um interessante prefácio em que louva «o profundo conhecimento e apreciação da vida e da cultura japonesa» de Rodrigues (não inclui os capítulos relativos à geografia da Ásia, lista das províncias japonesas e astronomia oriental). Mais recentemente, Cooper publicou um valioso estudo biográfico, intitulado *Rodrigues the Interpreter*. Em espanhol foi publicada a tradução dos capítulos acerca da arte do chá e da descrição de Quioto pelo Prof. Alvarez Taladriz.

A efígie de João Rodrigues figura no monumento aos grandes Portugueses do Japão, em frente ao museu de Nagasáqui.

UM MÁRTIR: DIOGO DE CARVALHO

A memória do padre Diogo de Carvalho é consagrada num belo monumento erguido pelos cristãos de Sendai: a estátua em bronze do missionário ergue-se entre dois japoneses, um samurai e um pobre camponês, simbolizando os nobres e os homens do povo que pelo missionário foram convertidos e com ele sacrificados. A inscrição em japonês está gravada numa pedra de Coimbra, sua cidade natal.

Foi não só um homem firme na sua fé, mas também um exemplo de força de vontade, de fortaleza de alma e de inquebrável determinação nos propósitos a que dedicou a sua vida.

A história da fortitude de alma e martírio do padre Diogo de Carvalho anda contada por vários livros piedosos. Uma das mais completas e tocantes narrações vem feita na *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Colégio de Jesus de Coimbra em Portugal na Qual Se Contam as Vidas e Santas Mortes de Muitos Homens de Grande Virtude Que Naquela Santa Casa Se Criaram*. Aqui, a vida e o martírio deste homem de grande fé e coragem são contados com piedade e devoção. Um estudo escrito no Japão pelo padre Hubert Cieslik fornece mais alguns detalhes relacionados com o mártir e as condições e os costumes do país nessa época.

A história deste homem de Deus oferece hoje mais que um exemplo piedoso, porque mostra o que foi a vida de indomável coragem, de angústias e sofrimentos dos missionários no Japão depois que começaram as perseguições. É este um dos capítulos mais dolorosos do histórico encontro entre o Ocidente e o Oriente.

Os governantes nipónicos, como vimos, mostraram no início curiosidade e tolerância para com o cristianismo, mas, logo que se deram conta de que a nova doutrina atacava os deuses antigos e a moral em que repousava a autoridade e todo o sistema tradicional, começaram a perseguir os missionários. Quanto mais aumentava o número de convertidos e a penetração da religião cristã, mais o Governo japonês temia o perigo de divisão do país por guerras religiosas semelhantes às que então se ateavam na Europa, a ameaça de esfacelamento da autoridade estabelecida e até o receio de uma invasão de conquista por Portugal e Espanha. Os decretos de expulsão repetem-se e as

perseguições e os martírios, iniciados em 1597 por Hideyoshi, tornam-se cada vez mais rigorosos durante o xogunato Tokugawa, que lhe sucede.

A coragem e a perseverança dos missionários elevam exemplos de força moral raras vezes excedidos na História. Viviam esses pobres homens sem conforto e sem esperança, com a morte mais dolorosa diante dos olhos, isolados em aldeias serranas, escondidos em choças e grutas nas florestas, onde, mais tarde ou mais cedo, eram apanhados em batidas, como que organizadas para animais ferozes.

Um protestante que se encontrava no Japão ao mesmo tempo que Carvalho descreve em 1629 as condições em que os missionários viviam:

Os padres são usualmente escondidos em buracos na terra sob o soalho das casas, onde ficam deitados, buracos esses que são cobertos com tábuas e capachos; outros ficam de pé o dia inteiro num estreito espaço detrás das retretes, entre as imundícies, onde não se esperaria sequer encontrar um animal, e muito menos um ser humano; outros escondem-se entre duas divisórias, ou por detrás de forros das paredes que aparentam ser mais delgadas do que de facto são.

Quando as perseguições se tornaram mais intensas, as cabanas dos leprosos tornaram-se esconderijo preferido, por toda a gente fugir dos leprosos e os detestar e as suas cabanas de palha serem tão miseráveis que mal abrigavam da chuva. Alguns missionários, apesar da incessante perseguição das autoridades, conseguiram viver anos e anos escondidos. Juan Bautista viveu doze anos em Nagasáqui e Giacomo Giannone dezassete, evangelizando em Shimabara. Tomás de San Agustin foi procurado pelo *bugyo* de Nagasáqui durante vários anos, enquanto o frade vivia escondido em sua casa. O último dos padres clandestinos, Giovanni Battista Sidoti, desembarcou em Yakushima em 1708 e só foi descoberto ao fim de sete anos.

Foi esta vida árdua, de inquietações e temores, que o padre Diogo de Carvalho foi procurar ao Japão, em 1609. Era novo, tinha apenas 30 anos, pois nascera em 1578, em Coimbra, de Álvaro Fernandes e Margarida Luís. Entrou aos 16 anos na Companhia de Jesus, e seis anos mais tarde, nos fins de 1600, chegou a Goa. Dali, no ano seguinte, passou a Macau, onde completou os estudos de teologia e recebeu as ordens sacerdotais

e foi estudando também a língua japonesa e fazendo a sua preparação para o penoso trabalho de missionário no Japão, «alvo de todos os seus desejos».

Ocupou o primeiro ano a estudar a língua, foi cuidar da cristandade de Amakusa durante dois anos, e seguiu depois para a capital, Quioto. Em 1613 rebentou uma nova onda de perseguições em Edo (Tóquio) e no ano seguinte o xogum Tokugawa Ieyasu proclamou um édito proibindo o cristianismo, considerado perigoso para o país, expulsando todos os missionários e mandando destruir todas as igrejas. Carvalho ia entre os 73 jesuítas desterrados para Macau.

No seguinte ano é mandado, com o padre napolitano Francisco Buzoni, estabelecer uma missão na Cochinchina. Mas Carvalho «tinha os olhos e coração no Japão», e quando, um ano depois, surgiu uma oportunidade, para ali partiu «em traje dissimulado», informa-nos a *Imagem da Virtude*. Foi primeiro para Oshu e Dewa (Akita), onde começou a confessar, em grande segredo, os cristãos que «vinham poucos e poucos» procurar nele conforto. Dali foi para a ilha mais a norte do Japão, Yezo (Hokkaido) ajudar o padre Girolamo de Angelis – que foi o primeiro ocidental a pisar Hokkaido – e assistir um grande número de cristãos que nessa ilha se haviam refugiado depois da perseguição de 1614. Na viagem, Carvalho embarcou disfarçado, sob o nome japonês de Nagasaki Goroemon, com um grupo de mineiros – entre eles muitos cristãos –, atraídos pela recente descoberta de jazigos de ouro. Numa longa carta, descreve Carvalho as condições em que vivia, «confessando de dia e de noite, passando as noites sem dormir, porque mudava de lugar na mesma noite, por serem os concursos perigosos em tal tempo». Carvalho devia falar então perfeitamente o japonês, pois durante a viagem ninguém descobriu que era estrangeiro, «por mais que trataram e falaram comigo de várias maneiras», diz ele. Com grande satisfação Carvalho escreve que rezou a primeira missa celebrada na ilha de Hokkaido, no dia da festa de Nossa Senhora das Neves, com os aprestos da missa levados clandestinamente. A cristianização havia-se tornado no Japão uma actividade secreta e subversiva.

A ilha de Hokkaido, cuja capital é Sapporo, onde se realizaram os jogos olímpicos de Inverno de 1972, é «frigidíssima e de grandíssimas neves». Nesse tempo os rios tinham grande riqueza de pescado, sobretudo salmão, em que ainda abundam. Os nativos, os Ainos, usavam longas barbas até quase à cintura, «bem feitas e compostas, ao modo das barbas antigas portuguesas», descreve Carvalho na sua carta.

Carvalho foi visitar, durante três meses, as comunidades cristãs do Norte, confortando os fiéis e recolhendo elementos sobre as terras por onde passava. Andou

por Hokkaido e dali voltou à ilha de Honshu, tomando o barco novamente disfarçado de mineiro. Desembarcado com os companheiros cristãos em Tsugaru, Aomori-Ken, dirigiram-se a Takaoka, onde os cristãos desterrados o esperavam com alvoroço. Ficou alojado em casa do principal deles, sob o nome de passageiro que tomasse pousada, «usando para isso de algumas dissimulações e fingimentos». Durante esta peregrinação fez muitos novos cristãos, confessou e consolou, levando uma vida áspera, de devoção inteira ao seu ministério. «Ocasão houve», diz o devoto historiador, «em que andou sete dias de caminho só para ouvir a confissão de um enfermo».

Com a partida do padre De Angelis, que foi chamado a Edo em 1622, o padre Carvalho ficou a chefiar a missão do Norte, cuja sede era Miwake (Mizusawa), cidade então inteiramente cristã, que ficava nos domínios de um senhor cristão, João Goto, o qual depois foi desapossado de tudo e desterrado por causa da sua religião. Avisado por João Goto, nos começos do ano de 1624, do grave perigo em que incorria, Carvalho reuniu os cristãos, exortou-os a conservarem a fé, confessou-os, confortou-os pela última vez e desapareceu. Foi esconder-se na pequena aldeia de Orose, onde todos os moradores eram cristãos. Mas os cristãos nem ali o julgaram seguro e foram construir umas cabanas muito longe, num pequeno vale, onde com o missionário ficaram sessenta fiéis. «A este tempo nada sabiam da perseguição, mas só tinham algumas suspeitas e temores dela», afirma o nosso cronista. Era o tempo de muitas neves e por isso se persuadiram de que o lugar não seria descoberto. Porém, os espías que tinham sido mandados procurar o padre, seguindo pegadas na neve, foram dar com o esconderijo. Vendo o padre que não podia escapar e que as suas ovelhas estavam a ser atacadas pelos lobos, «saiu da sua cabana cheio de santo zelo, e com semblante sereno se ofereceu aos ministros, dizendo que era ele o padre que buscavam, que ele ensinava a lei de Cristo, e lhes persuadia se abraçassem com ela, por haver só nela salvação». Muitos cristãos se escaparam, outros perseveraram junto dele. Os gentios assaltaram e roubaram os cristãos que estavam nas outras cabanas e os esbirros ataram o padre e os cristãos e levaram-nos à presença dos juízes, que os fizeram esperar vinte e quatro horas sob a neve. No dia seguinte, 9 de Fevereiro, os presos foram conduzidos a pé para Mizusawa, que fica a dois dias de caminho. O tempo era rigoroso e avançavam na neve com dificuldade. Cada um levava nas costas uma bandeirinha em que estava escrito «cristão». Iam com as mãos atadas. Entre eles seguiam dois velhos que a custo podiam acompanhar os outros; quando chegaram a um vale, cortaram-lhes as cabeças e fizeram-nos em postas, operação a que os Japoneses chamam *tameshi-giri*. É interessante aqui

notar que perguntavam ao padre se era verdade o que se dizia: «que os padres desejavam tomar o reino do Japão», ao que ele respondeu que «a causa precisa da sua vinda ao Japão era a salvação das almas».

Em Mizusawa os dois magistrados, *bugyo*, procuraram fazê-los renegar, usando de promessas, lisonjas e ameaças. Dois deles foram submetidos à tortura do «parafuso dos pés». Lisonjas, ameaças e torturas mostraram-se inúteis, e os prisioneiros foram conduzidos à capital do daimiato, Sendai.

De noite deixavam-nos ficar nos caminhos de neve, sofrendo as ameaças dos guardas que procuravam atemorizá-los antecipando-lhes uma morte cruelíssima. «O meu desejo», respondia-lhes corajosamente o padre Carvalho, é «ser cortado em pedaços miúdos, e moído como o tabaco, por amor de Deus e para confirmação da lei que ensino». Como nenhum dos presos renegava, foram todos torturados, meteram-lhes «os pés em um cepo e apertaram fortemente que pouco faltou para lhes quebrarem os ossos». O padre continuava, com palavras generosas e pelo exemplo, a exortar os companheiros a que não abandonassem a fé e a tudo suportarem com paciência e alegria. Chegados a Sendai, o missionário quis falar ao senhor feudal, para o converter, mas não foi recebido.

No dia seguinte ao da chegada, que era o do novo ano japonês, 18 de Fevereiro, começou o martírio. Foram tirados do cárcere e levados ao rio Hirose, que hoje atravessa a cidade de Sendai. Junto ao rio tinham cavado um lago de «vinte palmos em quadrado e dois de alto», e neste lago espetaram muitos paus, aos quais ataram os cristãos. O rio estava gelado e a água que dele vinha para o lago frigidíssima. O padre continuava a animar e a exortar os companheiros a que perseverassem na fé. Quando se calava punha os olhos no chão, recolhido em contemplação. Os outros, que eram nove, rezavam em coro e davam graças por terem sido escolhidos para o sacrifício. A gente de Sendai concorreu a ver o espectáculo em grande número, e os que estavam junto à estacada injuriavam os cristãos, sobretudo o padre.

Passaram três horas neste cruel tormento. Os mártires estavam enregelados e só a custo os tiraram do lago. Paralisados pelo frio, caíram sobre a areia; porém, o missionário, fazendo sobre-humanos esforços, sentou-se sobre as pernas cruzadas, à maneira japonesa, e de mãos diante do peito, a cabeça inclinada, pôs-se em oração. Os circunstantes soltavam palavras de admiração por tanta coragem e serenidade. Dois dos supliciados caíram logo mortos.

O governador mandou um emissário propor ao padre que renegasse a fé e seria libertado. A gente que estava à roda repetia a grandes vozes que arrenegasse. Novo emissário do dáimio veio ameaçá-lo de que se não apostatasse sofreria muitos mais tormentos e por fim seria queimado vivo. «Nenhuns tormentos», respondeu, «me tirarão de meus santos propósitos».

Os guardas desfizeram os corpos de dois mortos em postas, que lançaram ao rio. Aos outros conduziram ao cárcere, dizendo que naquele dia era já tarde para os queimarem.

Passados quatro dias foram buscá-los à prisão, pelo meio-dia, levaram-nos e ataram-nos às mesmas estacas, no lago gelado. «No princípio» – continua o piedoso cronista que estamos seguindo –, «enquanto as forças o permitiram, estiveram em pé com água até aos joelhos; passando algum tempo para lhes acrescentar o tormento, os fizeram assentar, dando-lhes a água até aos peitos. Estas posturas lhes faziam variar, ora obrigando-os a uma, ora a outra. Diziam-lhes muitas afrontas, especialmente ao padre, acusando-o de ser ele a causa de que aqueles homens morressem. A estas injúrias nada respondia o padre, só quando lhe diziam que arrenegasse costumava responder: ‘Nem posso, nem quero.’ O resto do tempo gastava a dar graças a Deus por tão grande benefício, e em animar os companheiros, que estavam mais firmes que diamantes».

Ao pôr do Sol o frio tornou-se ainda mais penoso. Os mártires sentiam que a sua hora se aproximava e começaram a despedir-se uns dos outros. O padre continuava a distribuir palavras de coragem e fé a todos. Três caíram mortos. Nesta altura um dos assistentes gritou aos outros que renegassem, que teriam a vida. Todos responderam: «Não queremos.» Às cinco da noite, os que assistiam, com excepção de alguns cristãos, retiraram-se. O padre Diogo de Carvalho foi o último a morrer, pela meia-noite.

A sua coragem e a sua constância foram admiráveis. Não o viram tremer de frio um só instante; sofreu durante dez horas imóvel e sereno, sem um desfalecimento, distribuindo consolações a todos até ao último momento. Era um homem de grande robustez física e de grande fé.

No dia seguinte os corpos foram retirados do lago, cortados em pedaços e atirados ao rio Hirose.

Os cristãos de Sendai recolheram quatro cabeças dos mártires. Um nobre conseguiu alcançar o corpo do padre Diogo de Carvalho, «e o conservou como tesouro de inestimável preço».

**O ÚLTIMO DOS GRANDES AVENTUREIROS LUSÍADAS:
WENCESLAU DE MORAES**

Wenceslau de Moraes, nestes últimos anos, tem estado mais em voga no Japão – onde há trinta anos era desconhecido – do que em Portugal. Foram publicadas as «Obras Completas», *Zenshu*, em cinco volumes – que depressa se esgotaram –, pela editorial de Tóquio Shueisha, promovidas por um grupo dos maiores escritores japoneses, os romancistas Naoya Shiga, Jiro Osagari, Yasushi Inoue, Shusaku Endo, os críticos Shinsuke Tsurumi e Jitsuo Tsukuda, o tradutor Tomizo Hanano e o modesto autor destas linhas. A seguir, este último promoveu a publicação de uma antologia em japonês, com a colaboração de Jitsuo Tsukuda, que a Shueisha editou em 1970.

O meritório tradutor Hanano escrevera sobre ele um livro biográfico, *Nihonjin Moraesu (O Japonês Moraes)*, e Tsukuda uma biografia romanceada, *Waga Moraesu (O Meu Moraes)*.

Tem estado a ser publicada em folhetins no jornal *Mainichi*, com êxito espantoso, a biografia mais romanceada de todas, pelo escritor *best-seller* Jiro Nitta, sob o título *Kosyu. Saudade* (com a palavra portuguesa). A publicação foi preparada com cálculo: Nitta e o seu editor vieram conhecer Portugal e colher informações sobre Wenceslau e o seu país. O tema do estrangeiro completamente absorvido e imerso na vida japonesa, a existência romântica, o feitio aventureiro de Moraes seduzem a imaginação dos Japoneses. Infelizmente, Nitta faleceu, e está a procurar-se continuador para aproveitar o êxito da publicação. Fui sondado, mas, não gozando da irresponsabilidade de fantasia a que tem jus um japonês ao escrever sobre um bizarro latino, pareceu-me dever declinar.

Não se limitam, porém, os Japoneses a biografar Moraes e a traduzir a sua obra em japonês – estão já a lançá-lo em língua inglesa. O Prof. Kazuo Okamoto publicou recentemente em Kobe a tradução d’*O Bon-Odori em Tokushima* em inglês e está a preparar a tradução inglesa de *O-Yoné e Ko-Haru*, para a qual escrevi um prefácio.

Capítulos dedicados a Moraes em livros, artigos de revistas e jornais são por demais numerosos para poderem aqui citar-se.

A Televisão de Shikoku fez um filme, antes de Paulo Rocha apresentar *A Ilha dos Amores*.

Wenceslau de Moraes (1854-1929) é o maior descendente espiritual de Mendes Pinto. A atracção que este ínclito aventureiro exerce sobre o seu espírito é manifesta no estudo, mais evocativo do que histórico, que lhe dedica. Marinheiro, depois cônsul, sem família constituída, Moraes poderia ter escolhido a atitude superficial de extrair das belezas do mundo e dos encantos da vida todo o sumo e prazeres. De um temperamento de poeta, em extremo sensível a tudo o que é belo, esteta sempre em busca de finos motivos de beleza e de sensações raras, Moraes encontrou na Ásia a civilização requintada e a arte cheia de estranhas delicadezas, originalíssima de motivos e formas, que poderia deslumbrar a sua imaginação e saciar a sua fome de novidade e de exotismo. O Japão foi o campo onde encontrou mais refinadas estranhezas e por isso ali se deixou ficar. Esta sensibilidade para as formas mais delicadas e raras encontra com felicidade um estilo cheio de finuras e cambiantes, e a harmoniosa conjugação de ambos dão origem a um escritor de temas virgens na nossa literatura. Antes de Moraes, o Japão havia apenas sido tratado pelos grandes viajantes do nosso século áureo. E destes apenas Mendes Pinto, Luís Fróis e João Rodrigues dele escreveram com conhecimento directo, embora sejam muitos os nossos marinheiros e missionários que nas suas cartas e nos seus relatos tecem ao Japão excelsos louvores. Mas é em Moraes que o panegírico se eleva a maior finura e primor.

Os temas dos primeiros livros de Moraes e a maneira de encará-los são muito semelhantes aos dos nossos grandes escritores de viagens. Há um misto de descrição e de revelação das coisas nunca vistas, que deslumbram o viajante, o qual quer comunicar ao leitor o seu enlevo, e há ao mesmo tempo o júbilo de ter sido privilegiado pela sorte que lhe deu o ensejo de gozar tão maravilhosa descoberta.

Por isso os livros de Moraes na fase da iniciação no Oriente são cheios de entusiasmo e de colorido, e luminoso encanto. Wenceslau é um gozador: a beleza da vida nipónica embriaga-o. Encanta-o a graça infinita da mulher japonesa. *Traços do Extremo Oriente, Dai-Nippon, O Culto do Chá, Serões no Japão, Paisagens da China e do Japão* trasbordam deste encantamento, do amor ao Japão e da paixão pela mulher japonesa.

E o fascínio do Japão torna-se tão profundo que Wenceslau não pode arrancar-se a ele, e fica. Ora, para o homem que pensa, ficar é sofrer. Enquanto o homem passa

pelas coisas colhendo de cada uma o pólen de um prazer breve, o coração e a mente, no enlevo do novo encanto, saltam de surpresa em surpresa e renovam-se em virgens alegrias. Por isso, viajar e fazer turismo é tão agradável. É quando se pára e se fica no mesmo lugar, se aprende a conhecer a fundo as pessoas e as coisas, envolvido na rede complexa das relações humanas, alimentando desejos, pensando e decidindo entre os caminhos possíveis da acção, que surge a dor. A partir do momento em que o acaso prendeu Wenceslau ao Japão para sempre, a sua vida e os seus livros passam a ser inspirados pelo sofrimento.

Um dia Moraes saiu à rua, chamou os garotos – foi sempre amigo de crianças, costumava falar e brincar com elas – e distribuiu-lhes as medalhas das suas vistosas condecorações oficiais. O rapazio ficou entusiasmado, imaginando-se capitães de navios, diplomatas, fazendo imitações da gente grave, rindo da maior e mais triste das fraquezas dos homens, a vaidade.

Moraes sentia-se feliz à margem da sociedade brilhante a que tinha pertencido: foi viver uma vida simples, tornar-se ninguém ou, como ele escreve, «um zero social».

Como o santo que abandona todas as vaidades e riquezas do mundo por uma vida de pobreza e simplicidade, Moraes foi viver numa pobre casa em Tokushima, terra natal da sua saudosa O-Yoné. Viver com sinceridade é o caminho mais árduo para o homem. O que o esperava em Tokushima era apenas sofrimento.

Foi o amor de O-Yoné que o fixou ao Japão, com todas as alegrias e dores que o mistério do amor encerra. Quando O-Yoné morre começa a vida de pena e soledade. De acordo com o hábito japonês, vai levar-lhe as cinzas à pequena cidade natal, depositando-as no pequeno cemitério budista. A partir de então a dor liberta-o. Sempre amou a liberdade, recusando deixar-se escravizar por convenções – era muito mais livre e irreverente do que os modernos *hippies*. Havia sido um oficial de marinha com louvores, um cônsul exemplar. Mas a morte de O-Yoné deixou-o desesperado e só – daquela profunda soledade que emancipa o homem de tudo o que não conta verdadeiramente e o faz meditar e regressar a si próprio. Depois disso não poderia continuar com as pequenas hipocrisias diplomáticas, com os compromissos sociais que são indispensáveis para podermos viver com os outros.

Foi isto em 1913. O Japão durante os anos da Primeira Guerra Mundial vivia uma atmosfera de exaltado patriotismo militarista. Suspeitavam Moraes de ser espião estrangeiro e a polícia incomodava-o, chegou mesmo a esbofeteá-lo um dia. Todos ignoravam que ele era um notável escritor e que era infinita a sua amizade e dedicação

ao Japão. No meio desta escura desolação, um raio de luz se acende: um novo amor, pela jovem e infiel Ko-Haru, «Pequena Primavera». Mas durou pouco esta última ilusão, Ko-Haru morreu dois anos depois, tuberculosa, recebendo de Moraes, no hospital, os únicos carinhos. Moraes passa a visitar diariamente as campas de O-Yoné e Ko-Haru; aqui mesmo, junto de Ko-Haru, as cinzas do luso irão repousar, depois de incinerado e enterrado segundo os ritos budistas.

Perdida Ko-Haru, esta desolação do estrangeiro numa pequena cidade hostil da província japonesa passou a ser completa. Uma única consolação lhe restava – escrever. Ia observando com perspicácia e desvelo os costumes da pequena cidade, procurando desvendar as almas. A infelicidade faz o homem profundo. Os livros desta fase são todos tristes e de uma profunda ressonância humana. Moraes escreve os seus amores com O-Yoné e Ko-Haru, e este livro é, com o de António Nobre, outro solitário, o mais triste livro de Portugal. Da cidade de Tokushima escreve n’*O Bon-Odori em Tokushima*. É um livro triste-alegre. *Awa-odori*, a dança dos mortos, é a dança mais alegre e estrepitosa de todo o Japão, o país onde a dança tem origem sagrada e é mãe de todas as artes. *Awa-odori* é uma loucura cidadina, um frenesi universal que possui toda a cidade. Nos meados de Agosto de cada ano, rapazes e raparigas, criancinhas, velhos dobrados dançam por toda a cidade, durante três dias e três noites, nas praças, nas ruas, nos becos, sobre as pontes, nos adros dos templos, em grupos, cada grupo com a sua própria orquestra de três tambores, três tamboris, flauta e dois instrumentos metálicos que produzem um som semelhante ao dos nossos ferrinhos. É o mais surpreendente espectáculo que é dado ver-se no Japão. Para Moraes era um grande regozijo todos os anos, no meio das suas tristezas, observar os outros folgar estrondosamente no *bon-odori*.

Também eu amava o *Awa-odori*; também eu amo Tokushima, os seus templos, a sua gente, as suas montanhas. Cada ano ia a Tokushima perder-me, mais uma vez, na onda de júbilo que alaga por toda a cidade. Creio que foi em virtude da familiaridade assim conquistada que entrei a pouco e pouco na amizade da gente de Tokushima.

Todos os anos, ao voltar a Tokushima, a minha primeira visita era sempre para Moraes. Ainda não posso vencer o espanto de encontrar em tão longínqua paisagem e em tão estranha atmosfera a confortante companhia espiritual de um homem do meu país, que sinto hoje como um amigo. E este espanto era combinado com um sentimento de felicidade quando via, em cada festival, todas as noites, rapazes e raparigas, finda a festa oficial, já tarde, prolongar as suas folias dançando e cantando diante do seu

monumento. Parecia-me que Wenceslau sorria, feliz e recompensado do seu amor pelo Japão.

EPÍLOGO

AValiação DO PASSADO: OS MODERNOS ESTUDOS LUSO-JAPONESES

Apesar de Portugal, no Oriente, durante quase um século, ter desenvolvido uma acção incomparável, dominando os mares e levando a palavra do Ocidente aos países mais remotos, a historiografia moderna dessa época tem sido em alguns aspectos estudada quase só por estrangeiros. Sobre as relações entre Portugal e o Japão existe apenas, entre nós, com valor expositivo, mas não de investigação, e com vários erros, o longo capítulo do padre António Luís Farinha em *A Expansão da Fé no Extremo Oriente*. Um português que residiu meio século no Japão, o Prof. João Abranches Pinto, dedicou-se com desvelo à interpretação e edição de manuscritos dos mais notáveis escritores portugueses do século cristão (1543-1640), Luís Fróis e João Rodrigues. Do primeiro publicou, com o Prof. Oshitomo Okamoto, em Tóquio, a *História do Japão* (1578-82) e, com Okamoto e o padre H. Bernard, parte desta, relativa à Primeira Embaixada do Japão à Europa (1582-92); de Rodrigues publicou em Macau a *História da Igreja do Japão*.

Estas obras, com vários outros livros clássicos de historiadores portugueses da mesma época, e anterior até, foram traduzidas em japonês ou publicadas ali no original. Estão também traduzidos, diga-se de passagem, vários livros da literatura portuguesa, uns e outros mencionados (com as obras japonesas traduzidas em português) n' *O Impacto Português sobre a Civilização Japonesa*.

Há anos foram publicados no Japão a *Peregrinação*, de Mendes Pinto, em fac-símile da primeira edição, a *Arte Breve da Lingoa Iapoa*, de João Rodrigues, de que apenas saiu uma edição em Macau, em 1620, e as célebres *Cartas Que os Padres e Irmãos da Companhia de Jesus Escreveram dos Reinos de Japão e China*, que não voltaram a ser publicadas desde 1598. Destas saiu também uma tradução japonesa.

Da literatura portuguesa depois daquela menção, saiu apenas, em tradução japonesa, o *Auto da Índia*, de Gil Vicente; a primeira peça portuguesa encenada no Japão, no Teatro Haiuza, foi *Quando Morrem as Estátuas (Bara to Kamisori)*, do autor destas linhas, seguido pelo *Auto da Índia*.

No campo dos estudos de literatura comparada, portuguesa e japonesa, conta-se apenas o livro *O Teatro de Gil Vicente e o Teatro Clássico Japonês*, em Portugal recebido por uma crítica opaca (género: Gil Vicente não precisa de ser explicado pelo teatro japonês), do qual foi publicada uma súpula em pequeno opúsculo, em inglês e japonês, pela revista *Hikaku Bungaku (Literatura Comparada)*, e benevolmente apreciado por dois dos maiores especialistas nesta campo, Edward Seidensticker e Rikutarō Fukuda. Saiu ainda um outro estudo comparativo, *Japanese and Western Literature*, em Portugal também recebido com frias reservas, e na Inglaterra, Estados Unidos e Japão com excessivos louvores. Contém um paralelo entre Gil Vicente e o Nô, entre Torga e Issa; foi traduzido para japonês pelo Prof. Rikutarō Fukuda, da Universidade de Tóquio. Estes dois livros são da pena de Armando Martins Janeira, que publicou, ainda neste campo, *L'Oriente ne' I Lusíad* e *The Epic and Tragic Sense of Life in Japanese Literature*, traduzido em japonês.

Acabam de sair uma nova edição do *Vocabulário da Língua do Japão* e ainda vários estudos sobre a gramática de João Rodrigues.

Do japonês foram traduzidos ultimamente os romances de Yasunari Kawabata *País de Neve (Yukiguni)* e *Quioto (Kyoto)*, e de Yukio Mishima *O Templo Dourado (Kinkakuji)* e *Morte à Meia-Noite (Yukoku)*. Paulo Rocha traduziu do japonês *50 Haiku*, numa bela edição bilingue, tendo produzido também, sobre Wenceslau de Moraes, o filme *A Ilha dos Amores*; os seus filmes *Verdes Anos* e *Mudar de Vida* tiveram grande êxito no Japão.

Os livros e documentos do século cristão e, de modo geral, sobre toda a história e cartografia portuguesa da época dos Descobrimentos têm sido objecto no Japão de uma investigação e erudição notáveis. A este estudo tem incitado o colossal desenvolvimento social e económico do Japão com base no saber ocidental. No campo das relações históricas luso-nipónicas afirma-se hoje uma escola de eminentes investigadores, alguns deles mundialmente conhecidos dentro da sua especialidade. Entre os trabalhos de investigação nipónica contam-se tanto obras gerais que estudam as relações históricas no seu conjunto ou nos aspectos fundamentais, como as especializadas, que se dedicam a aspectos particulares, à exegese de documentos, investigação de arquivos, biografias, arte *namban* ou de influência portuguesa, navegações, cartografia, comércio de especiarias, influência *namban* na cultura da época, etc., tendo recebido o estudo dos textos de Luís Fróis e João Rodrigues uma particular atenção. Distinguem-se, entre os estudiosos destas questões, Naojiro

Murakami, o saudoso Oshitomo Okamoto, Tadao Doi, Akio Okada, Kiichi Matsuda, Kentaro Yamada, Minoru Izawa, Shintaro Ayuzawa e o célebre romancista Shusaku Endo, autor de um interessante estudo sobre os *Eruditos da Era Cristã (Kirishitan Jidai no Chishiki Jin)*.

Aos investigadores e historiadores japoneses vêm juntar-se alguns eminentes estrangeiros, estudiosos das relações luso-nipónicas. O mais notável é Charles Boxer, proficiente tanto no que se refere à acção histórica de Portugal como à da Holanda. Michael Cooper, Franz Schütte, José Wicki e Diego Pacheco têm saído com estudos importantes.

Seria muito longo fazer menção exaustiva da bibliografia publicada sobre este assunto. Limito-me, pois, a indicar como fonte três obras fundamentais: *Christianity in Japan*, por Arimichi Ebisawa (International Christian University, Tóquio, 1960), o qual contém uma bibliografia, das fontes japonesas e chinesas ordenadas cronologicamente, a partir do ano da chegada dos Portugueses ao Japão; *Kirishitan Bunko, A Manual of Books and Documents of the Early Christianity in Japan*, por Johannes Laures (Sophia University, 1957), e *Catalogue of the Documents and Studies on the Historical Relation Between Japan and Europe*, por Kiichi Matsuda (Iseido Shoten, 1965). O importante livro de Charles Boxer *The Christian Century in Japan* contém uma desenvolvida lista bibliográfica, acrescentada na última edição. No meu *Impacto Português sobre a Civilização Japonesa* vêm mencionados elementos bibliográficos mais modernos não incluídos nos livros anteriores.

Mencione-se ainda que é o Japão o país de língua não portuguesa onde há maior número de estudantes de português (1500), com excepção dos Estados Unidos (2500). E acrescente-se que existe um Museu de Arte Namban na cidade de Kobe e um Museu Municipal de Cultura Namban em Osaca.

Quando, neste século, os historiadores estrangeiros começaram a estudar a história do Japão, atribuíram à herança ali deixada pelos Portugueses uma parte muito modesta. Preconceitos nacionalistas e religiosos levaram a diminuir o grande papel desempenhado pelos Portugueses no desenvolvimento histórico e cultural do Japão. James Murdoch, o primeiro dos notáveis historiadores ocidentais, reconhecendo que «no campo de valor capital das descobertas científicas os Portugueses foram à frente com indomável coragem e perseverança durante perto de dois séculos», põe reservas ao que os Portugueses deixaram, da cultura ocidental, aos Japoneses.

Dos historiadores estrangeiros foi Charles Boxer o primeiro a lançar o peso da sua grande autoridade ao valorizar a herança cultural deixada pelos Portugueses no Japão, no citado *The Christian Century in Japan*. Aqui o grande investigador louva a acção lusa na introdução da arte, da ciência e tecnologia ocidentais. «Os Jesuítas», afirma, «foram os únicos europeus capazes de inaugurar um intercâmbio de ideias compreendendo a religião, a filosofia, a literatura e a arte».

A larga influência da cultura europeia no Japão – e o longo alcance dela na sua evolução histórica – viria a ser reconhecida depois, tanto por historiadores estrangeiros como japoneses.

Boxer já tende a insinuar a extraordinária ascensão do Japão, num escasso quarto de século, de ocluso país feudal a grande potência internacional, aos começos da influência cultural dos Portugueses nos diversos sectores da sociedade nipónica e em todos os campos da cultura.

São, porém, os escritores japoneses os primeiros a compreender verdadeiramente o alcance do impacto da cultura europeia trazida ao primeiro contacto com o seu país. Ken Takeuchi asserta que este «foi o maior acontecimento desde que a cultura chinesa foi introduzida pela primeira vez no Japão no século VI». Não se pode tecer louvor mais alto.

Tamon Miki afirma: «A alta qualidade intelectual dos jesuítas europeus, junta ao seu fervor para propagar a fé cristã, contribuiu para uma era de grande brilho, em que as duas culturas pela primeira vez se encontram.»

O historiador Saburo Ienaga atribui relevante importância à introdução do arcabuz na aceleração da unificação do Japão iniciada por Nobunaga.

O sociólogo Eiichiro Ishida, no seu interessante livro *Cultura Japonesa*, escreve que «os Bárbaros do Sul [Portugueses] deixaram no Japão uma herança única, na religião e na cultura». Durante o período de duzentos anos, continua Ishida, enquanto o Japão se fechava ao mundo exterior, na sua prosperidade insular, «foram lançados os alicerces para a realização de uma rápida modernização após a abertura do país pelo comodoro Matthew Perry em 1853-54».

Para o Prof. Shintaro Ayuzawa, o ano em que o primeiro barco ocidental aporta ao Japão abre verdadeiramente uma nova fase, o período moderno da história japonesa.

Nesta corrente que começou a situar a herança cultural europeia, levada nos séculos XVI e XVII, na larga perspectiva da evolução histórica japonesa, que vai

desembocar no extraordinário progresso do Japão de hoje, começam agora a inserir-se os mais modernos estudiosos ocidentais da história da cultura japonesa.

W. Scott-Morton afirma que «as surpreendentes e rápidas mudanças que se verificaram no Japão no fim do século XVI não teriam sido possíveis sem a introdução do arcabuz». E só hoje, acentua aquele historiador, é possível dar-mos conta da extensão da influência provocada pelas forças poderosas e explosivas das invenções e ideias introduzidas pelo Ocidente.

A contribuição da cultura *namban* para o progresso do Japão, hoje geralmente reconhecida, é, na verdade, momentosa.

Perante estes aspectos, não parece exagerada a tese, que desde há uma década venho defendendo, de que, ao contrário da China – que então totalmente repeliu a cultura ocidental –, o Japão fez a sua revolução cultural nos séculos XVI e XVII, absorvendo então os valores essenciais da cultura europeia, que depois, em grande parte, procurou expelir, mas que persistiram no fundo do espírito nipónico escondidos, como os biombos que a perseguição do xogunato não conseguiu fazer desaparecer, numa lenta incubação que preparou o povo japonês para a absorção rápida da civilização ocidental no século XIX e, hoje, para o mais extraordinário fenómeno do progresso da história moderna.

O PASSADO E O FUTURO

A introdução da cultura chinesa deu ao Japão o budismo, a escrita, as artes, a filosofia; a introdução da cultura europeia pelos Portugueses, no século XVI, levou ao Japão a ciência, a técnica, as artes do Ocidente e o cristianismo, que foi suprimido ao fim de um século. Embora fosse depois proibida a entrada de livros ocidentais, até 1720, o impacto do pensamento do Ocidente deixou impressão duradoura, que permitiu ao segundo impacto, depois de 1868, a absorção desse pensamento e da técnica muito mais rapidamente do que na China.

A expansão da cultura ocidental no Japão fora notável. As ciências náuticas introduzidas pelos marinheiros e as ciências, letras e artes introduzidas pelos missionários forneceram ao Japão os valores da cultura europeia enriquecida pelo Renascimento.

A acção missionária portuguesa fez no Japão, em menos de um século, maior número de cristãos do que, em mais de um século, desde a abertura do Japão depois da chegada do comodoro americano Perry, em 1853, se conseguiu. Segundo o padre Alexandre Valignano, em 1603 contavam-se no Japão 300 mil católicos numa população de 25 milhões. Alguns historiadores afirmam, mesmo hoje, que chegou a haver 750 mil cristãos, dos quais 4045 sofreram o martírio. Hoje, em população cinco vezes maior, com os meios de propaganda da rádio, televisão, comunicações rápidas e tudo o mais que o progresso coloca ao dispor da catequização e da propaganda, não se atingiu ainda meio milhão de católicos. Os meios de repressão do cristianismo foram tais que em Nagasáqui, onde em 1567 quase toda a população era católica e havia em 1626 quarenta mil cristãos, em 1629 ninguém confessava seguir a religião cristã. Estes números dão ideia da obra realizada pelos Portugueses e ao mesmo tempo da acção de perseguição do governo.

A língua portuguesa penetrou largamente na ilha de Kyushu, particularmente em Nagasáqui. Os vocábulos portugueses introduzidos chegavam a contar-se em quatro mil, segundo o filólogo japonês Jujiro Koga. É de salientar que de três centenas de palavras provindas do português e ainda usadas na língua japonesa a maior parte se

refere a comida e vestuário, o que significa a sua penetração na linguagem de todos os dias. Dos pratos mais usuais no Japão, a *tempura* foi introduzida pelos padres na época de Cinzas, *quattuor tempora*, em que aqueles apenas comiam peixe. O doce mais comum no Japão é o pão-de-ló, *kasutera* (de claras de ovos batidas em castelo). As pastelarias fabricam doces especiais a que chamam *namban*, *xavier*, *dosso* (doce), *porto*, *tamago somen* (fios de ovos), alguns deles exibindo nas caixas coloridas figuras de portugueses de narizes compridos e calças largas até aos tornozelos, freiras e missionários. Estes doces encontram-se sobretudo nas cidades onde os Portugueses demoraram. Em algumas destas cidades, os hotéis colam nas malas dos viajantes rótulos vermelhos com uma cruz branca no meio, nas lojas vendem-se bonecos figurando portugueses, objectos decorados com caravelas e cruces – aproveitamento utilitário das antigas tradições portuguesas no quadro da vida moderna e do progresso económico japonês.

A cultura europeia levada ao Japão durante o primeiro encontro com o Ocidente é transmitida dentro da obra portuguesa. Missionários havia de vários países da Europa, mas todos eles evangelizaram sob a égide de Portugal, e o comércio levado pelos barcos portugueses excedeu em importância o dos outros países. O período de tempo foi também muito maior. Os Espanhóis chegaram ao Japão em 1593 e foram expulsos em 1624, e o seu papel foi reduzido, pois a sua actividade concentrava-se nas Filipinas. Os Ingleses chegaram em 1613 no *Clove*, mantendo apenas seis ou sete mercadores em Hirado, e partiram em 1623, não deixando atrás de si traços de influência alguma, excepto da que exerceu o piloto William Adams, que Ieyasu guardou para sempre no Japão. Os Holandeses chegaram em 1600, e ficaram – primeiro em Hirado, depois praticamente prisioneiros na pequena ilha artificial de Deshima –, mas, pelas condições de confinamento em que viviam (estavam proibidos de aprender o japonês), pouco puderam levar culturalmente ao Japão, excepto na medicina, *komo igaku*, que sucedeu à de Luís de Almeida, e a técnica europeia da gravura, que completou os conhecimentos recebidos da China.

O que na verdade conta como força de dinamização do espírito japonês e preparação deste para a irrompente penetração na cultura ocidental no século XIX é a vasta onda da cultura europeia introduzida pelos Portugueses nos séculos XVI e XVII. Esta vasta penetração predispôs o espírito e a sensibilidade nipónicos para as novas ideias que transformaram o Japão no país mais civilizado do mundo. Deste modo, o Japão foi poupado a uma cataclísmica transformação político-cultural semelhante à

sofrida pela China, ao saltar, em poucos anos, de uma vida absorvida nos milenares valores asiáticos predominantemente confucianos para os valores, totalmente diferentes e desconhecidos pelas massas, do marxismo e da ciência ocidental.

Tal é a rica herança de tradições culturais que é hoje revivida nos monumentos que os Japoneses consagram à acção cultural de Portugal.

A amizade dos Japoneses por Portugal é cultivada nas sociedades lusonipónicas, que de há uma dúzia de anos para cá se têm formado em Tóquio, Quioto, Nagasáqui, Tokushima, Tanegashima e Oita. Todos estes grupos desenvolvem viva actividade, realizando conferências, em que participaram alguns dos maiores escritores japoneses, como Yasushi Inoue – hoje o maior – e Shusaku Endo; espectáculos de dança com artistas da classe de Hidejo Kanzaki; concertos de música clássica portuguesa pelas melhores orquestras de câmara nipónicas; representações teatrais, recitais, etc. À iniciativa da Associação de Amizade Luso-Japonesa de Tóquio se deve, como dissemos, a tentativa mais feliz de harmonizar as artes musical e coreográfica do Oriente e do Ocidente, não só no plano clássico, mas ainda no terreno popular – vi coreografia japonesa adaptada ao ritmo do fado. Não é possível deixar de mencionar a iniciativa da mesma associação na publicação de uma antologia d’*Os Lusíadas*, em edição belamente ilustrada, preparada pelos Profs. Kensuke Tamai e Kiichiro Ota e Dr. José Paulouro, que é talvez o fruto mais notável de toda a volumosa e clangorosa consagração do Quarto Centenário. A Associação contribuiu ainda com os seus esforços para a tradução d’*Os Lusíadas* em japonês, que acaba de ser publicada pelo maior editor do Japão, Iwanami Shoten, elaborada pelos Profs. Hideo Kobayashi, Takiko Okamura e Mineo Ikegami, que lhe devotaram um longo e paciente labor. Takiko Okamura traduziu recentemente a *Peregrinação*.

O povo japonês vive o passado como nenhum outro, vitaliza as formas antigas de convívio nos ambientes mais modernos: celebra a antiga arte do chá em salas com móveis ultramodernos, sem alterar nada do ritual; adapta a clássica arte das flores à arquitectura mais futurista; inventa modos de combinar as formas da arquitectura tradicional com as linhas mais avançadas e o último conforto. No Japão, a História está presente e é vivida no dia de hoje. Dentro deste espírito, os monumentos que lembram os laços portugueses inserem-se, no Japão, no quadro mais largo da aproximação entre Oriente e Ocidente, que é a ideia hoje mais viva em toda a Ásia. Porém, o amor dos

povos não é platónico, e se, do nosso lado, não viermos a saber solidariamente corresponder, todo este impulso afectivo se dissolverá.

Neste ponto deve-se acentuar que em Portugal não existe em lugar público memória alguma de qualquer grande vulto japonês. Já sugeri, para um dos nossos jardins públicos, o busto de Bashô, o maior poeta nipónico. Esperemos que a ideia vá por diante, para assim retribuirmos o carinho japonês às nossas Figuras, e como meio de manter vivo por estas o interesse dos Japoneses.

Este passado cumulado de brilhantes memórias e criativos empreendimentos poderia, se nós, Portugueses, quiséssemos e soubéssemos, servir de base a uma construtiva colaboração para o futuro. Há uma boa dúzia de anos que venho defendendo a ideia de uma aproximação entre os dois países, que para ambos promete ser profícua. Portugal, país em desenvolvimento, atrasado técnica e industrialmente numa Europa ultrapassada, poderia beneficiar grandemente da colaboração técnica e científica japonesa. O Nippon, por certo, distante do Ocidente, lucraria muito em estabelecer indústrias e investimentos na Europa, que ganhariam pela concentração em um só país.

Portugal tem diante de si a triste perspectiva dum permanente subdesenvolvimento, que ameaça distanciar-se, em vez de se aproximar, dos altos níveis da Europa. O continente europeu, por sua vez, ultrapassado pelo avanço técnico-científico americano e nipónico, arrisca-se, por este passo, a ficar cada vez mais para trás à medida que novas técnicas – especialmente no campo dos computadores e dos electrónicos, que hoje constituem a chave do progresso – se desenvolvem e invadem novos terrenos que a Europa ainda não penetrou. Estamos em pleno na segunda Revolução Industrial, e a Europa já se deixou ultrapassar. Hoje a base do progresso já não é o capital numerário – é um novo capital: o saber. E no capital saber, os Estados Unidos, o Japão e, em certos campos, a União Soviética encontram-se à frente dos pequenos países europeus. Este novo capital mostra-se só possível de acumular e desenvolver em países com larga população. Estes dispõem não só de maior possibilidade de escolha de homens aptos e de organizar mais numerosos grupos de investigação, em mais variados campos da ciência e da técnica, mas possuem também mais largos recursos materiais para fazer face aos onerosíssimos encargos que o aprofundamento e a diversificação da investigação requerem.

Em minha humilde opinião, devemos procurar obter a técnica mais avançada, que existe nos Estados Unidos e no Japão, e não na velha Europa, que o Japão, arrasado pela guerra, partindo do zero, já ultrapassou.

Para nós, recorrer à Europa é prolongar indefinidamente o nosso atraso. As ligações culturais que hoje possuímos com o Japão, e estão a desenvolver-se, facilitar-nos-iam o recurso às técnicas nipónicas, que em alguns campos vão adiante da Europa e dos Estados Unidos. A estreita cooperação económica com o longínquo Japão feriria menos o nosso orgulho nacional do que a americana, que também deveríamos intensificar.

A Europa e a CEE são, evidentemente, o nosso caminho natural, e a aliança indicada pela tradição, pela cultura e pela geografia. Mas o realismo aconselha a que não ponhamos na Europa todas as esperanças, nem façamos um único jogo – a Europa é um continente ultrapassado. Bem o compreendeu o Japão, que, depois da última guerra, em vez de vir procurar a técnica à Europa, foi buscá-la aos Estados Unidos – avançando assim os processos técnicos e uma a três gerações nas máquinas que importou. Esta é a principal explicação do progresso técnico e económico japonês.

A distância técnica poderá ser sugerida por esta breve exemplificação: enquanto um operário japonês produz num ano 51 automóveis, o americano produz 23, o alemão 7, o britânico 4. Isto é explicável não só pela produtividade do trabalhador, mas ainda pela organização e gerência e modernidade das máquinas empregadas; segundo Fred Catherwood, enquanto o investimento por operário é na Grã-Bretanha de 7500 libras, na Alemanha é de 22 500 e no Japão de 30 000 (*The Times*, de 8 de Outubro de 1978). Das 8 empresas mundiais com mais de 20 biliões de dólares de movimento anual, só 2 eram europeias em 1977 (*The Economist*, de 27 de Outubro de 1978). Os exemplos poderiam citar-se *ad infinitum*. J. Servan-Schreiber, que criticou a *colonização* económica americana da Europa, afirmou: «Se se suprimir o investimento americano, a Europa enfraquecerá, porque ficará sem preencher o fosso que a separa dos Estados Unidos.» E escreve ainda: «Um director-geral de uma siderurgia da Alemanha só admite quadros que tenham adquirido a sua formação em sociedades americanas.» Técnica e saber industrial, se a Europa não mudar de via e conservar os resíduos das suas estruturas feudais, irão ficando para trás, porque as despesas de investigação científica, cada dia crescentes, não podem ser plenamente suportadas por um país europeu: enquanto a Europa gasta 3 biliões de dólares em investigação, os Estados Unidos despendem 17, e, destes, 85% são pagos pelas grandes empresas. No Japão, o número de pessoas

empregadas na investigação é maior que nos Estados Unidos e na Alemanha e a contribuição das empresas e do Governo é na proporção de 70 para 30. No campo da relação entre o saber e o seu aproveitamento, ou seja, coordenação entre indústria e Universidade, a situação em quase todos os países ocidentais é atrabiliária; o país que atingiu um grau de integração mais elevado é o Japão. É também o país de mais elevado nível de educação – e a educação é a base do progresso tecnológico e do desenvolvimento económico e científico: o ensino é não só a formação dos homens, mas ainda o mais rendoso de todos os investimentos.

E a nova revolução que a ciência está a operar abre aos países em estágio de desenvolvimento idêntico a Portugal a estimulante possibilidade de passarem talvez à segunda revolução industrial, poupando-se a algumas fases da primeira: a indústria microelectrónica e dos computadores mais avançados não exige, para instalar-se e laborar, indústrias secundárias de apoio – um país como Portugal pode estabelecê-las sem prévio desenvolvimento de indústrias colaterais, não indispensáveis. Isto aconteceu há pouco com a Irlanda, que os investidores americanos preferiram à Grã-Bretanha para a implantação de uma fábrica de microelectrónicos, que emprega alguns milhares de trabalhadores. A montagem destas indústrias traz a inestimável vantagem de introduzir as técnicas mais avançadas, permitindo ao país onde se instalam a invejável possibilidade de dar um salto no progresso industrial. Ora o Japão é, com os Estados Unidos, o país mais avançado nas indústrias do futuro. Poderíamos, creio, conseguir dos Japoneses (em busca de bases industriais na Europa) a preferência, se soubéssemos fazer valer as vantagens que oferecemos e – mais do que tudo – negociar com habilidade e poder de convencer.

Abrem-se a Portugal caminhos novos que solicitam a nossa imaginação e o nosso engenho. É tempo de meditar – não estaremos a seguir um caminho errado, encarreirando facilmente atrás de outros que, como nós, perseguem o passado? O que se tem feito no ensino, desde há mais de meio século, mostra bem a curteza de vistas, a confusão, o criminoso descuro que se tem estado a cometer contra um povo onde metade são analfabetos. É das escolas que há-de nascer um dia o nosso progresso técnico, a independência económica, o verdadeiro orgulho nacional – a nossa consciência lúcida de indivíduos e de povo.

Para os nossos homens políticos que ontem e hoje tão pouca previsão têm mostrado – também aqui governar não é prever? – é tempo de reflectirem a procurar

novas vias e novos processos que, com ousada invenção, imaginação criativa e coragem eficaz, tirem Portugal da estagnação económica e intelectual em que há muito se encontra.

Ficou demonstrado que as nossas relações históricas e sentimentais com o Japão são base suficiente para um entendimento e estreitamento nos campos técnico e económico. Em 1978 vieram a Portugal três missões japonesas com o fim de irmanar cidades japonesas com cidades portuguesas. Não é esta uma alta demonstração de boa vontade e desejo de convívio? As relações entre os países baseiam-se nesta boa vontade – e em interesses. Mais que aos Japoneses, convém a Portugal um entendimento no plano político e técnico.

Além das grandes empresas japonesas que poderíamos interessar em investimentos técnicos, muitas outras modalidades e iniciativas poderiam tentar-se, algumas por mim já sugeridas em outro lugar.

Se não queremos ser um país eternamente atrasado, temos de devassar o horizonte bem longe e fazer o esforço gigante de dar um salto em frente, como a China para si reconheceu.

A falta de visão do futuro lançou-nos na mais impreparada de todas as descolonizações, cujas desastrosas consequências sofreremos talvez por décadas. Ou nos emancipamos do passado e os homens que nos guiam alargam a sua visão do futuro, ou seremos por muito tempo um país pobre, atrasado, decadente. A Holanda é hoje mais próspera sem colónias do que antes fora com elas.

O futuro não é o que vem e o tempo traz – é o que se antevê no horizonte e se conquista. O futuro é o que se inventa: é o largo espaço aberto à imaginação e à vontade dos homens.

Portugal tem de ir procurar a tecnologia, em primeiro lugar, onde ela é mais avançada, e, em segundo, onde puder encontrá-la em condições mais favoráveis – na Europa, como nos Estados Unidos, como no Japão. Assim fez, repito, o Japão a seguir à guerra, e assim estão a fazer, com visível êxito, a Irlanda, a Coreia do Sul e outros que se mostram esclarecidos sobre este caminho. Agora, que estamos a recomeçar, que os nossos governantes abram bem os olhos, meditem bem profundamente – e não errem no caminho. Todos temos a consciência do grave momento histórico que caiu sobre as gerações de hoje – talvez o mais grave da nossa história: a queda de um império, por imprevisão e por desastre, e não por progressiva emancipação natural, como outros

fizeram, numa era de crise da civilização ocidental. De Portugal, o futuro é mais largo do que a visão de todos os nossos políticos, e o espaço humano mais vasto do que, juntos, todos os partidos. E é da escolha lúcida de hoje que depende o futuro de Portugal.

A dedicação nipónica às coisas portuguesas é menos dedicação a Portugal – ao contrário do que um patriotismo tolo e fácil poderia julgar – do que dedicação construtiva à insigne herança europeia que os Portugueses ali deixaram, e que representa não um renascimento saudosista do passado, mas um valor activo de uma dinâmica cultura. Não será deslocado dizer o meu profundo contentamento por ter tido a sorte de poder acompanhar, durante os dez anos em que por Portugal trabalhei no Japão, esta onda de interesse pela obra portuguesa e pela renovada amizade entre os dois povos. Nada mais consolador para um homem do que trabalhar pelo seu país com o sentimento de que colabora numa grande obra que o tempo não destrói – e que levará aos homens do futuro, persistente e vivo, um pouco do nosso sonho.

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, sob qualquer forma ou por qualquer processo, sem a autorização prévia e por escrito dos herdeiros de Armando Martins Janeira, com exceção de excertos breves usados para apresentação, divulgação e/ou crítica do site e/ou da vida e obra de Armando Martins Janeira.

No material available from Armando Martins Janeira site may be copied, reproduced or communicated without the prior permission of his Family. Requests for permission for use of the material should be made to info@armandomartinsjaneira.net.